26 CADERNOS nau

v. 14 | n. 26 | | jan-jun 2025 | ISSN 2358-2448

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural
NAUI/PPGAS/UFSC

CADERNOS nazi

CADERNOS NAUI - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Universidade Federal de Santa Catarina
Reitor(a): Irineu Manuel de Souza
Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Dr. Alex Degan
Coordenador(a) do PPGAS: Prof. Dr. Rafael Victorino Devos

Editora Chefe: Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC);
Editores: Caetano Sordi (NAUI/UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Diego Pontes (FAETEC) Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)
Editores do dossiê: Luísa Duran Rocca (UFRGS), João Paulo Schwerz (UFSC), Vladimir Fernando Stello (Arquiteto ETec Laguna/IPHAN-SC)
Comissão editorial: Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Camila Sissa Antunes (UNIPAMPA); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Fabricio Rocha da Silva (IFSC); João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Mariela Felisbino da Silveira (NAUI/UFSC); Nauíra Zanardo Zanin (UFFS); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Patrícia Martins (IFPR); Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)
Diagramação e Formatação: Moema Cristina Parode (Ms. Pós Arq./UFSC); Nina Acacio (Doutoranda PPGAS/UFRGS); Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC)
Imagem de capa: Eliane Baader Lima (registro de 2017, Indaial/SC)
Comissão de divulgação: Artur Hugo da Rosa (Doutorando PPGAS/UFSC); Nina Acacio (Doutoranda PPGAS/UFRGS); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC).

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação indexada em:
DOAJ - Directory of Open Access Journals
GOOGLE ACADÊMICO
SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI
e-mail: cadernosnaui@gmail.com

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Editorial

Prezados leitores,

Apresentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. *Cadernos NAUI* nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número, apresentamos o dossiê temático "Patrimônio cultural: interfaces e temas emergentes", organizado por João Paulo Schwerz, Luísa Duran Rocca e Vladimir Fernando Stello. O dossiê tem como objetivo essencial contemplar temas emergentes relacionados ao patrimônio cultural. Nas últimas décadas, ocorreram profundas transformações sociais e culturais e, nesse contexto, é imprescindível entender tais modificações e suas relações com o patrimônio cultural, seus possíveis e necessários papéis, como recurso sustentável, como paradigma de saberes e fazeres, como reconhecimento da importância da diversidade étnica e ambiental. A partir dessa visão ampliada, podemos pensar em outros modelos de preservação com novos olhares sobre a dignidade e direitos humanos na construção de uma sociedade mais justa.

Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos os autores e pareceristas que contribuíram com nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule todos para a produção de novos materiais que possam tornar *Cadernos NAUI* cada vez mais uma referência na bibliografia sobre patrimônio cultural e dinâmicas urbanas.

Desejamos boa leitura a todos!

Sumário

Dossiê Patrimônio cultural: interfaces e temas emergentes

Apresentação
João Paulo Schwerz; Luísa Duran Rocca; Vladimir Fernando Stello

Novas frentes do patrimônio brasileiro 12
Andrey Rosenthal Schlee

O Patrimônio Vivo nas lições de Aurinda do Prato 24
Augusto Infanti Ribeiro da Costa

O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura 37
Bruno Fernandes Schwinn; Ricardo Socas Wiese; Jonathan Frare Giorgi

Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC 58
Renata Lais Bogo; Karine Daufenbach

O gesto do artífice em sua prática oficinal 78
Eliane Baader de Lima

O sítio histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro 102
Laércio Michael Braga de Oliveira; Alicia Norma González de Castells; Vladimir Fernando Stello

Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano 126
Fernando Souto Dias Neto

Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro 141
Ana Claudia Adamante

Patrimônio Industrial e Paisagem Cultural: Entre a Teoria Interdisciplinar e a Prática Fragmentada 158
Amanda Vaillant Mantovani; Evandro Fiorin

Desafios para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: A polêmica das lojas Havan 182
Gustavo Andre Glienke Feyh

O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural 204
Jacqueline Custódio

Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável 235
Luisa Durán Rocca; Ângelo Braghirolli; Eduardo Hahn

Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual 263
Emily Maria Barros Carvalho; Euler Renato Westphal; Luana de Carvalho Silva Gusso

Patrimônio cultural: interfaces e temas emergentes

João Paulo Schwerz

Doutor em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: jpschwerz@gmail.com

Luísa Duran Rocca

Doutora em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: l.duranrocca@gmail.com

Vladimir Fernando Stello

Doutor em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: vladistello@gmail.com

Prezados leitores e prezadas leitoras,

Desde seu lançamento, Cadernos NAUI tem por objetivo "compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais" (NAUI, 2012). A partir de então, a publicação eletrônica tem avançado na discussão e na divulgação, desde uma ótica transdisciplinar, das distintas áreas que abordam o fenômeno urbano.

A partir de finais do século XX, os estudos sobre patrimônio cultural têm se diversificado, em vista da crescente ampliação do conceito, com novas perspectivas sobre o patrimônio material, seja ele entendido como elemento isolado, espaços urbanos ou territórios e paisagens, assim como as novas formas de disputas por memórias e identidades, onde desponta o protagonismo do patrimônio imaterial. Nesse contexto, os estudos sobre patrimônio cultural apresentam uma extensa gama de subtemas relacionados que abrangem diversas áreas do conhecimento e que incidem de forma relevante na preservação, assim como balizando políticas públicas afins.

Junto com tudo isto, as profundas transformações sociais, culturais e ambientais ocorridas no início deste século XXI colocaram também novas e significativas ameaças sobre tudo o que consideramos patrimônio, impactando tanto nos saberes tradicionais como na noção própria de preservação.

O presente dossiê se propõe a revisar a questão patrimonial em suas mais diversas interfaces – **temas emergentes relacionados ao patrimônio cultural** –, e busca contribuir com o debate da preservação a partir de estudos com abordagens que extrapolam os limites tradicionais do tema, ou ainda a partir de interpretações dissonantes que ajudam a redefinir o entendimento e a atuação em relação à preservação.

O dossiê que apresentamos elegeu 13 artigos que abordam temas diversos e mostram aos leitores múltiplas formas de documentar, interpretar e refletir sobre o patrimônio cultural a partir de diferentes entendimentos conceituais e simbólicos e de suas implicações práticas.

No artigo que abre o dossiê, Andrey Rosenthal Schlee [**Novas frentes do patrimônio brasileiro**] registra a relevância do IPHAN desde sua criação, na década de 1930, ressaltando uma perspectiva cronológica da ação institucional que relaciona as legislações de proteção existentes em cada momento com iniciativas de preservação que escapam ao conhecimento (senso) comum e que demonstram o pioneirismo inerente do órgão que baliza a preservação no País.

Já o artigo de Augusto Ribeiro da Costa [**O patrimônio vivo nas lições de Aurinda Prato**] parte dos avanços das políticas de valorização das formas de conhecimento e expressão e demonstra como esta reconhecida detentora de Itaparica (BA) abarca e articula diversos campos do saber (e do fazer) ao que o autor se refere como "arte da memória", refletindo formas de socialização que contribuem não somente para a divulgação deste patrimônio, mas também funcionam como exercício de autêntica democracia.

Bruno Schwinn, Ricardo Socas Wiese e Jonathan Frare Giorgi [**O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura**] trabalham desde uma perspectiva universal e segundo um arcabouço acadêmico e, como o indica o título, apresentam uma revisão de literatura que aborda as relações de religiões de matriz africana com os territórios onde se manifestam, buscando compreender a presença e as apropriações dos terreiros na cidade por parte dos povos e suas analogias com o campo da arquitetura.

O artigo seguinte trata de um tema relativamente recorrente nos estudos de patrimônio – modernidade – a partir de uma ótica que muitas vezes escapa à historiografia tradicional, onde as autoras Renata Bogo e Karine Daufenbach [**Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC**] colocam luz sobre a significativa contribuição construtiva dos imigrantes de língua alemã e italiana que chegaram entre o final do século XIX e início do século XX, mas que tiveram sua atuação restringida e marginalizada a partir da década de 1930 por causa das políticas nacionalistas. O artigo utiliza o caso de Rio do Sul, um pequeno município do interior de Santa Catarina, para demonstrar a contribuição fundamental desta atuação construtiva para o desenvolvimento urbano das regiões de imigração e alentar seu justo lugar junto à historiografia da arquitetura moderna brasileira.

Eliane Baader de Lima [**O gesto do artífice em sua prática oficinal**] também recorre às contribuições dos imigrantes e apresenta um texto que se vale das concepções de John Ruskin para analisar as expressões plásticas na composição de pinturas ornamentais nas construções dos imigrantes alemães. O texto se desenvolve a partir de uma perspectiva mais universal para celebrar o saber e a importância cotidiana deste tipo de ornamentação construtiva e atribui ao artífice o valor do fazer.

O texto seguinte, de Laércio Michael Braga de Oliveira, Alicia Castells e Vladimir Stello [**O Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro**] busca identificar e relacionar a presença de patrimônio imaterial junto ao Sítio

Arqueológico de São Miguel das Missões (RS), significativo remanescente da civilização jesuítica-guarani e reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO, essencialmente pelos seus atributos materiais. O artigo explora a *Tava*, conceito guarani que atribui referências memoriais ao sítio, considerado lugar sagrado para este povo, e utiliza uma revisão bibliográfica para evidenciar abordagens que podem contribuir para a valorização deste patrimônio.

O artigo de Fernando Souto Dias Neto [**Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano**] explora o que consideramos como paisagens culturais e propõe uma discussão sobre a forma de olhar e ler o patrimônio cultural, avaliando o cotidiano dos sujeitos e a presença de elementos que fazem parte do que chama de cultura do território, a partir do contexto brasileiro e sua diversidade.

Ana Claudia Adamante [**Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro**] nos apresenta um texto que propõe pensar as paisagens brasileiras a partir de uma análise baseada em programas de transformações cromáticas para centros históricos que carregam consigo uma série de alterações que vão além de uma casca estética, podendo impactar significativamente na gestão destas áreas enquanto espaços patrimoniais.

Outra reflexão sobre paisagens culturais parte do artigo de Amanda Vaillant Mantovani e Evandro Fiorin [**Patrimônio industrial e paisagem cultural: entre a teoria interdisciplinar e a prática fragmentada**], que analisa as relações daquelas com patrimônio industrial na teoria, conceituando os termos a partir de uma revisão sistemática de artigos que tratam destes temas no contexto brasileiro.

Gustavo Andre Glienke Feyh [**Desafio para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: a polêmica das Lojas Havan**] discute a preservação do patrimônio cultural em Blumenau/SC, com foco na controvérsia envolvendo as Lojas Havan, que encontrou resistência de entidades responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. O caso demonstra a tensão existente entre interesses econômicos e preservação do patrimônio, principalmente quando há uma visão tradicional que não consegue contemplar a sintonia que pode haver entre eles. Salienta "a necessidade da valorização democrática das diversas manifestações culturais".

O artigo de Jacqueline Custódio [**O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural**] aborda as relações entre patrimônio cultural e direitos

humanos a partir da análise dos projetos de recuperação para uma reconhecida zona portuária no sul do Brasil. O estudo analisa o papel contemporâneo do Estado e os impactos de uma receita globalizada de gestão da cidade nas relações sociais e na construção do espaço urbano, apelando ao papel estratégico da preservação cultural para um desenvolvimento coerente.

O artigo subsequente também chega do extremo sul do País e proporciona um exemplo interessante de ressignificação do patrimônio cultural. O artigo de Luisa Durán Rocca, Ângelo Braghirolli e Eduardo Hahn [**Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável**] relata o processo histórico da constituição da propriedade por seu idealizador, o intelectual e diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) como um modelo de desenvolvimento rural em pequena propriedade em contraposição ao latifúndio tradicional característico do extremo sul. Embasada nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, o texto argumenta, além do pioneirismo para sua época, a relevância na atualidade pela possibilidade de ser um modelo de desenvolvimento rural sustentável e ainda recurso didático e patrimonial.

Fechando este dossiê, um artigo originado na busca pelo entendimento de patrimônio no contexto digital, apresentado por Emily Maria Barros Carvalho, Euler Renato Westphal e Luana de Carvalho Silva Gusso [**Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual**]. O artigo demonstra as dinâmicas de transmissão e ressignificação da memória cultural e suas consequências na formação da identidade e do senso de pertencimento digital.

Assumindo as discussões contidas no presente dossiê, fica evidente a relevância do patrimônio cultural em todas suas escalas, temáticas e dimensões, como recurso para o desenvolvimento sustentável, para a educação, para o reconhecimento da diversidade, valorizando novos olhares sobre a dignidade e os direitos humanos na construção de uma sociedade mais equilibrada.

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Novas frentes do patrimônio brasileiro

Andrey Rosenthal Schlee

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Novas frentes do patrimônio brasileiro. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 12-22, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Novas frentes do patrimônio brasileiro

Andrey Rosenthal Schlee[1]

Resumo

O artigo surge incitado por tema central de congresso ocorrido em 2024, e se ancora no percurso de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde sua criação, em 1937, até o momento atual, caracterizado por um esforço de reconstrução e ampliação das políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural. O texto se desenvolve em uma perspectiva cronológica de ação institucional a partir das legislações de proteção existentes em cada momento histórico, buscando contextualizar a discussão proposta sobre novas frentes do patrimônio brasileiro com exemplos concretos vinculados às diferentes iniciativas de preservação em períodos sucessivos. Desde o pioneirismo do decreto-lei 25 de 1937, passando pela Lei 3.924 de 1961, os avanços da Constituição Brasileira de 1988 e o Decreto 3551 de 2000, que permitem abarcar de forma legal e administrativa a dimensão material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônios sensíveis, Iphan, Legislação de patrimônio no Brasil

Abstract

The paper was prompted by the central theme of a conference held in 2024 and is rooted in the history of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) from its creation in 1937 up to the present day, highlighting a continuous effort to reconstruct and expand public policies for the preservation and valuation of cultural heritage. The text develops from a chronological perspective of institutional actions based on the protection legislations at each historical moment, aiming to contextualize the discussion about new frontiers of Brazilian heritage with concrete examples linked to various preservation initiatives over successive periods. From the pioneering of Decree-Law 25 of 1937, through Law 3,924 of 1961, the advances of the Brazilian Constitution of 1988 and Decree 3551 of 2000, which allow the legal and administrative coverage of the material and immaterial dimensions of Brazilian cultural heritage.

Keywords: Sensitive assets, IPHAN, Heritage legislation in Brazil

[1] Arquiteto, doutor em Arquitetura e Urbanismo e Professor Titular da Universidade de Brasília, Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil. E-mail andreyrosenthal@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1190-4534

Introdução

No final de 2024, na cidade de Florianópolis, foi realizado o Congresso Brasileiro de Arquitetos do Sul, com o tema "Lançar mundos no mundo: processos de construção social". Organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, propunha uma discussão sobre "**Novas frentes do patrimônio brasileiro: patrimônios sensíveis, conjuntos urbanos, territórios ancestrais**". Na condição de diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, Depam, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, fui escolhido para proferir uma palestra que aqui tento resgatar.

Embora honrado com o convite, desde o primeiro momento fiquei preocupado com a provocação, pois as três categorias propostas para a reflexão são por demais complexas, podendo gerar uma infinidade de ponderações vazias. Afinal, há patrimônio que não seja sensível? E a quem pertencem os chamados "territórios ancestrais", já que todos os seres que habitam o planeta possuem ancestralidade? Ou, hoje em dia, cabe desconsiderar a dimensão patrimonial dos conjuntos urbanos, quando estimamos, para um futuro próximo, que 68% da população global viverá em cidades? – e que estas serão drasticamente afetadas pelas mudanças climáticas?

Para fugir das armadilhas próprias da temática proposta, mas sem me furtar da discussão indicada, optei por um caminho um pouco mais seguro, mas igualmente reflexivo. Aquele que explora, cronologicamente, o percurso histórico do Iphan, destacando narrativas, instrumentos e naturezas de bens patrimoniais reconhecidos como Patrimônio Nacional.

Tombamentos

Evitando repetir os "mantras" patrimoniais nacionais, saltei a festejada contribuição do poeta Mário de Andrade com seu anteprojeto, e fui direto para o "texto sagrado", o Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Instrumento balizador da política de patrimônio cultural até os dias de hoje, o decreto, desde sempre, mostrou-se robusto em seus postulados e capaz de intervir na propriedade privada de bens materiais móveis e imóveis. Neste sentido, é fundamental perceber que a eficácia do instrumento não ocorre em função de tipologias de bens passíveis de proteção (igrejas, palacetes ou fortificações etc.), mas sim em função dos valores atribuídos a determinados bens. Ou seja, "quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (Brasil, 1937). O que nos permite falar em **jogo dos livros**, quando qualquer bem

material, cuja conservação seja de interesse público, em função do(s) valor(es) a ele atribuído(s) é inscrito em um dos quatro livros do tombo previstos pelo Decreto-lei (o Histórico, o das Belas Artes, o das Artes Aplicadas e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico). Assim, é sempre possível atualizar o papel de seus **valores legais** (aqueles que legalmente geram a atribuição e a inscrição em um dos quatro livros, nos termos do Decreto-lei), desde que relacionados a muitos outros, os que chamamos de **valores associados**. Por exemplo, um machado cerimonial de sílex polido pode ser inscrito no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em função dos seus atributos particulares, que reforçam o valor arqueológico (legal) a ele atribuído, o que não impede sua associação a valores de uso, artísticos, identitários entre outros. Se aceito o jogo dos livros, é possível afirmar que o Decreto-lei se mantém atualizado, capaz de recepcionar as chamadas "novas frentes do patrimônio cultural".

Apenas para manter a estrutura cronológica proposta para o texto, vejamos alguns dos primeiros tombamentos realizados pelo Iphan. (1) A Casa na Ladeira do Cais do Valongo n. 21, no Rio de Janeiro (10-T-1938), residência popular que atualmente abriga o Centro Cultural Pequena África, com o objetivo de resgatar a memória da região e a identidade de seus moradores, muitos dos quais descendentes de africanos escravizados. (2) A Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto (31-T-1938), ruínas da denominada "primeira" planta industrial responsável pela produção de ferro no Brasil, entre 1811-22. Sítio arqueológico onde ainda é possível identificar os remanescentes da fundição, da forja e das senzalas. (3) O Acervo do Museu da Magia Negra (35-T-1938), coleção de objetos de cultos afro-brasileiros apreendidos pela repressão policial no início do século 20 e destinados ao Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rebatizada como Acervo Nosso Sagrado pelo Iphan (2023), os bens foram transferidos para o Museu da República, onde estão preservados e corretamente conservados. (4) Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de Diamantina (64-T-1938), Serro (65-T-1938), Tiradentes (66-T-1938), São João del Rei (68-T-1938), Mariana (69-T-1938) e Ouro Preto (70-T-1938), configurando o que se convencionou chamar de "cidades históricas de Minas Gerais" e protegendo, de forma pioneira, significativas porções de territórios urbanos edificados ou não. E, por fim, (5) os Morros da cidade do Rio de Janeiro (99-T-1938), outro tombamento pioneiro, e que se antecipou à discussão do conceito de Paisagens Culturais, já que buscava salvaguardar grande parte da paisagem carioca ou os "sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (Brasil, 1938).

Como pode ser percebido pela leitura dos cinco exemplos citados, o Decreto-lei – muito além de edificações isoladas, como igrejas, palacetes, fortificações – foi aplicado a uma variedade de bens culturais, como sítios arqueológicos, coleções e acervos, conjuntos arquitetônicos e urbanos e paisagens. Ou seja, o fundamental, como anteriormente afirmado, não é a tipologia ou classificação do bem, mas sim a correta identificação dos seus **atributos**, que expressam seu(s) valor(es) e justificam sua preservação.

Cabe destacar, no entanto, que a prática institucional, baseada em narrativas próprias, tem privilegiado determinados temas ou tipologias. Foi o que ocorreu quando o Iphan optou, de forma mais uma vez pioneira, por reconhecer bens culturais modernistas, como a Igreja de São Francisco de Assis, de Belo Horizonte (373-T-1947) ou o Palácio Gustava Capanema, no Rio de Janeiro (375-T-1948).

Diga-se de passagem, no caso da capela da Pampulha, o bem foi protegido conforme categoria especialmente criada por Lucio Costa, a do **tombamento preventivo**, assim formulado:

> Considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo [...], e que, portanto, seria criminoso vê-lo arruinar-se [...], tenho a honra de propor, de acordo com os itens I e III do art. 9º do Decreto-lei n. 25 [...], o tombamento preventivo da Igreja (Costa, 1947:68).

E assim, igualmente "preventivos" foram os tombamentos da Catedral de Brasília/DF (627-T-1962) e do Parque do Flamengo/RJ (748-T-1964).

Cadastros

Após 24 anos de atuação, o Iphan passou a contar com um segundo documento legal capaz de acautelar bens culturais materiais. Desta vez, especialmente voltado para o Patrimônio Arqueológico, a Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. De maneira que, além de definir a "guarda e proteção do Poder Público", o documento regulamentou a realização de pesquisas e a circulação de bens arqueológicos.

Como exemplo significativo da eficácia do instrumento, temos o caso emblemático do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil, patrimônio não tombado, mas pesquisado, cadastrado e preservado como bem da União, nos termos da Lei. No caso, a não aplicação do Decreto-lei 25 não impediu que o bem fosse

inscrito na Lista do Patrimonial da Unesco (2017), tampouco reconhecido, internacionalmente, como **sítio histórico sensível**:

> O Cais do Valongo, apresenta-se como um exemplo maior do que se convencionou chamar de sítio histórico sensível – aquele que desperta a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos. Trata-se do local em cujo entorno se encontravam os armazéns nos quais os cativos recém-chegados eram expostos e vendidos, o Lazareto onde eram postos em quarentena e tratados os enfermos da horrível viagem, e o Cemitério dos Pretos Novos, destino dos que, ao chegar, sucumbiram aos rigores da travessia. Portanto, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo condensa em sua materialidade um conjunto de referências de memória que remetem a aspectos de dor e sobrevivência na história dos antepassados dos afrodescendentes, que hoje somam mais da metade da população brasileira e marcaram definitivamente as sociedades das Américas. Pela sua magnitude, coloca-se como o mais contundente lugar de memória da diáspora africana fora da África (Iphan, 2016:120).

Terreiros

Durante os primeiros anos da década de 1980, o Iphan enfrentou um desafio. Até então, a Instituição havia demostrado grande interesse e facilidade na instrução de processos de tombamento de espaços religiosos identificados com a Igreja Católica Apostólica Romana. Era chegada a hora das religiões de matriz africana.

O processo inaugural foi aberto em 1982, e destinava-se a analisar o Terreiro de Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká ou Candomblé do Engenho Velho da Federação, Salvador (1067-T-82). Duas questões, desde logo, se apresentaram: quais atributos deveriam ser considerados para a correta preservação de um terreiro de candomblé; e se o Decreto-lei 25 daria conta do universo religioso que se desejava proteger. Sobre o contexto nacional em que tais questões foram discutidas, vale o resgate do testemunho da professora Márcia Sant'Anna:

> Cabe ressaltar a emergência de uma reivindicação, se não nova, pelo menos mais bem explicitada nos anos 1980: a da "reavaliação do papel do negro na História do Brasil". Essa demanda começou a ser atendida, em termos legais e institucionais, nos anos 1980, com o surgimento e a afirmação da existência de um patrimônio afro-brasileiro deflagrada com a criação do Memorial Zumbi, em União dos Palmares, AL, e consolidada com os tombamentos da Serra da Barriga (ou Quilombo dos Palmares), nessa mesma localidade, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, na Bahia. Essas iniciativas vinculam-se à Fundação Nacional Pró-Memória e foram realizadas em articulação com lideranças religiosas e de movimentos sociais e culturais negros (Sant'Anna, 2020:5).

Quando finalmente o processo foi encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1984, algo surpreendente e pouco divulgado ocorreu. Frente ao parecer significativo e favorável ao tombamento pronunciado pelo conselheiro Gilberto

Velho, desenrolou-se uma rodada de manifestação dos presentes. Uma vez colocado em votação, no entanto, computaram-se duas abstenções, um voto pelo adiamento da decisão, um voto contrário e três votos pelo tombamento. Assim, o Iphan, que de 1938 a 1984, havia tombado cerca de 285 monumentos católicos, reconheceu e protegeu seu primeiro terreiro.

Atualmente, contamos com cerca de 381 edificações católicas e apenas 12 terreiros acautelados, a saber: (1) Terreiro de Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Salvador/BA(1067-T-82); (2) Terreiro do Axé Opô Afonjá, Salvador/BA (1432-T-98); (3) Terreiro Casa das Minas Jeje, São Luís/MA (1464-T-00); (4) Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé, Salvador/BA (1471-T-00); (5) Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji, Salvador/BA (1481-T-01); (6) Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, Salvador/BA (1486-T-01); (7) Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré, Salvador/BA (1498-T-02); (8) Terreiro Culto aos ancestrais Omo Ilê Agbôulá, Itaparica/BA (1505-T-02); (9) Terreiro Tumba Junsara, Salvador/BA (1517-T-04); (10) Terreiro Obá Ogunté-Sítio Pai Adão, Recife/PE (1585-T-09); (11) Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde, Roça do Ventura, Cachoeira/BA (1627-T-11) e (12) Terreiro Ilê Axé Icimimó Aganju Didè, Cachoeira/BA (1793-T-2016).

Constituição

Em 1988, foi promulgada Constituição Federal. Batizada como “cidadã”, a carta legal refletiu parte dos anseios da sociedade brasileira, definitivamente marcando o processo de redemocratização nacional. O texto refletiu também, entre outras aspirações, o grande esforço de articulação e de proposição conduzidos por grupos comprometidos com a preservação do patrimônio cultural, inclusive do Iphan. Como resultado, não apenas ocorreu a superação do conceito de “Patrimônio Histórico”, substituído por “Patrimônio Cultural”, como a consolidação dos artigos 215 e 216, que tratam objetivamente dos direitos culturais e do patrimônio cultural brasileiro, entendido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Refletindo sobre os inegáveis avanços da Constituição de 88, o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses afirmou:

> A atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos (Meneses, 2009).

Registros

Embora desde 1937 a antropóloga Heloísa Alberto Torres defendesse a preservação dos produtos da "arte de populações atuais" – fossem eles do "seu patrimônio material ou espiritual" – no que implicaria em proteger as "próprias populações" (Torres, 1937:24). E, embora a Constituição de 88 tenha consagrado a existência de um patrimônio cultural "imaterial" a ser promovido e protegido pelo poder público, com a participação da comunidade, foi apenas no ano 2000 que o Governo Federal aprovou o Decreto n. 3.551, de 4 de agosto, instituindo o **Registro de bens culturais de natureza imaterial**.

A exemplo do Decreto-lei n. 25, o novo instrumento legal criou quatro livros para o devido registro do "Patrimônio Cultural do Brasil": o dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); o das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); o das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e o dos Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Ou seja, garantindo que uma quantidade de novos bens culturais venham a ser reconhecidos como referências culturais de diferentes grupos sociais.

Entre os bens imateriais registrados e, ainda explorando o tema dos **patrimônios sensíveis, conjuntos urbanos, territórios ancestrais**, cabe exemplificar a Arte Kusiwa, a pintura corporal e arte gráfica Wajápi/AP (2002); a Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri/AM (2006); o Sistema agrícola tradicional do Rio Negro/AM (2010); o Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê/MT (2010); o Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá/TO, PA, GO, MT (2012); a Tava, o lugar de referência para o povo Guarani/RS (2014); e o Kene Kuï, grafismos do povo Huni Kuin, da Amazônia Ocidental (2025). Envolvendo as três categorias patrimoniais acima citadas, temos o intrigante registro do Bembé do Mercado, de Santo Amaro/BA (2019). Conhecido como "Candomblé de Rua", trata-se de celebração de caráter religioso e cívico realizada na data em que se rememora a assinatura da Abolição da Escravatura no Brasil (13 de maio), e na "qual se imbricam as dimensões religiosas, políticas, culturais e sociais, extremamente importantes para o povo de santo e para os santo-amarenses em geral" (Iphan, 2025).

Política

Alimentados pelas experiencias dos diferentes processos de tombamento e de registro em curso, os departamentos de Patrimônio Material e de Patrimônio Imaterial do Iphan, pouco a pouco, começaram a aproximar suas respectivas práticas de reconhecimento. Neste sentido, pelo menos, três momentos devem ser lembrados. O primeiro foi aquele quando buscou-se reconhecer simultaneamente a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno e a Romaria dos carros de boi da festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO, no entanto, os processos foram instruídos em situações distintas, de maneira que o tombamento (de 2013) ocorreu de forma desarticulada com o do registro (de 2016). O segundo momento foi aquele quando, em 2018, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, numa mesma reunião, analisou o tombamento do Conjunto histórico de Pelotas e o registro das Tradições doceiras na região de Pelotas e antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre/RS. No caso, foram dois processos distintos que geraram dois pareceres igualmente distintos, mas proferidos por um único conselheiro. Por fim, recentemente, em 2024, ocorreu, simultaneamente, o tombamento da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes de Teresina e o registro da Arte Santeira em madeira do Piauí, instruídos em processo único, de maneira a identificar o conjunto de características e atributos dos bens a serem conjuntamente preservados e salvaguardados. Tais iniciativas de aproximação, e que certamente buscam superar a dicotomia administrativa material-imaterial, intencionalmente, foram reforçadas com a publicação da Portaria Iphan n. 375, de 19 de setembro de 2018. O instrumento legal instituiu a **Política de Patrimônio Cultural Material**, consolidando um conjunto de princípios, premissas e objetivos que permitem um diálogo direto com a Política de Patrimônio Imaterial. Entre outras iniciativas, a portaria estabeleceu padrões para a patrimonialização de bens culturais materiais dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, e de comunidades quilombolas. Além disso, abriu a possibilidade para a regulamentação de instrumentos capazes de reconhecer o que se considera “Lugares de Memória” ou “patrimônio sensível”.

Reconstrução

A parir de janeiro de 2023, um novo período da história nacional teve início. Superado o do desmantelamento das políticas públicas promovido pelo governo federal de 2019 a 2022, coube ao Iphan retomar temas fundamentais, que caracterizaram sua atuação ao longo dos tempos e, concomitantemente, propor ações, projetos e programas que considerassem a

preservação e a salvaguarda das referências culturais dos grupos sociais historicamente excluídos das Políticas Públicas de Patrimônio Cultural. E assim, como um ato simbólico a inaugurar uma nova postura institucional, com a participação ativa de detentores, o Presidente do Iphan determinou a retificação da nomenclatura do bem antes denominado "Museu da Magia Negra" (em 1937) para "Acervo Nosso Sagrado" (em 2023). No mesmo sentido, foi tombada a Coleção Perseverança, composta por 211 objetos sagrados pertencentes a religiões afro-alagoanas. Por fim, foram desarquivados os processos de tombamento de terreiros, sendo o Ilê Axé Icimimó Aganju Didè, de Cachoeira/BA, tombado em 2024.

Do primeiro ano, temos duas portarias de grande abrangência: a de n. 88, de março de 2023, que instituiu o Comitê Gestor do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Patrimônio Mundial; e a de n. 135, de novembro de 2023, que regulamentou os procedimentos para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme previsto na Constituição de 1988; e criou o Livro Tombo de Documentos e Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombos.

Tais ações de identificação e reconhecimento não teriam sentido se deslocadas de outras, cujo objetivo busque a garantia da preservação do patrimônio cultural associado à melhoria da qualidade de vida das comunidades diretamente envolvidas. Foi assim que nasceu uma poderosa estratégia de atuação institucional, batizada como **Programa ConViver – Canteiros Modelo de Conservação**. Projetos com temas variados, que envolvem a articulação entre o Iphan, as Universidades ou Institutos Federais e as populações vulneráveis, que vivem em conjuntos urbanos protegidos ou são detentoras de bens culturais em risco, ofertando ações de extensão universitária e assistência técnica pública e gratuita. Atualmente, estão em funcionamento os Canteiros Modelo de Xapuri/AC, Penedo/AL, Salvador/BA, Itaparica/BA, Igatu/BA, Goiás/GO, Cuiabá/MT, Costa Marques/RO, São Miguel das Missões/RS, Teresina/PI, Cabo Frio/RJ e Brasília/DF, atingindo 296 bens e, principalmente, 7.800 famílias.

Considerações finais

Embora as categorias propostas inicialmente (patrimônios sensíveis, conjuntos urbanos e territórios ancestrais), sejam complexas a ponto e merecer e permitir muitas outras interpretações para além da reflexão proposta aqui, a forma relativamente cartesiana escolhida para o texto permitiu demonstrar uma *práxis* também complexa a partir de narrativas, instrumentos e naturezas de bens patrimoniais reconhecidos como Patrimônio Nacional.

Ao longo de uma trajetória institucional de mais de 80 anos e que perpassa distintos momentos políticos com diferentes bases jurídicas, buscou-se evidenciar e refletir sobre a relevância do Iphan na recepção a temas diversos do patrimônio cultural brasileiro, além de apontar o atual direcionamento de salvaguardar referências culturais de grupos historicamente excluídos das políticas públicas de patrimônio cultural.

Portanto, falar em "novas frentes do patrimônio brasileiro", antes de mais nada, pode significar fazer para todos o que sabemos fazer bem, mas direcionamos para poucos. Falar dos significados, dos valores, da consciência, das aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos.

Fontes consultadas

BRASIL (1937). Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

BRASIL (1961). Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. In. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

COSTA, Lucio (1947). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

IPHAN (2016). **Sítio arqueológico Cais do Valongo. Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro/Brasília: Iphan, 2016.

IPHAN (2025). **Bens Culturais Registrados**. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/> Acesso em: 14/4/2025.

MENESES, Ulpiano M. (2009) **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 14/4/2025.

SANT'ANNA, Mércia (2020). O projeto Mamnba: contexto político institucional, desdobramentos conceituais e técnicos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-17, 2020.

TORRES, Heloisa A. (1937). Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-30, 1937.

Recebido em 03/06/2025 | Aceito em 05/06/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

O Patrimônio Vivo nas lições de Aurinda do Prato

Augusto Infanti Ribeiro da Costa

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

COSTA, Augusto Infanti Ribeiro da. O Patrimônio Vivo nas lições de Aurinda do Prato. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 24-35, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

O Patrimônio Vivo nas lições de Aurinda do Prato

Augusto Infanti Ribeiro da Costa[1]

Resumo

As políticas de reconhecimento das diferentes formas de criar, fazer e viver promoveram um avanço importante na valorização das formas de conhecimento e expressão pautadas na oralidade. No entanto, esses saberes não se formulam através de uma memória textual e compartimentada, mas pela polimatia e pela "arte da memória", ou seja, abarcando diversos campos do saber concomitantemente e através de uma coerência narrativa pessoalizada. Aurinda do Prato, Mestra de Samba de Roda e Yalorixá de Candomblé Ketu/Angola da Ilha de Itaparica, Bahia, articula diversos tipos de conhecimento e formas de socialização de maneira simultânea e heterogênea. Ao observar suas contribuições, notamos que a inserção complexa dos detentores do saber tradicional nos espaços de conhecimento pode proporcionar não só a realização da democracia plena, realmente pautada no respeito e no diálogo, como também a construção de relações mais orgânicas, sensíveis e recíprocas, características tão necessárias nos tempos que vivemos.

Palavras-chave: oralidade; saber tradicional; mestre; Aurinda do Prato.

Abstract

Policies recognizing different ways of creating, doing and living promoted an important advance in the appreciation of forms of knowledge and expression based on orality. However, this type of knowledge is not formulated through a textual and compartmentalized memory, but through polymathy and the "art of memory", that is, encompassing different fields of knowledge simultaneously and through a personalized narrative coherence. Aurinda do Prato, Master of Samba de Roda and Yalorixá of Candomblé Ketu/Angola on the Itaparica Island, Bahia, articulates different types of knowledge and forms of socialization in a simultaneous and heterogeneous way. When observing her contributions, we note that the complex insertion of holders of traditional knowledge in knowledge spaces can provide not only the realization of full democracy, truly based on respect and dialogue, but also the construction of more organic, sensitive and reciprocal relationships, characteristics that are so necessary in the times we live in.

Keywords: orality; traditional knowledge; master; Aurinda do Prato.

[1] Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFSC, email: augusto.dacosta00@gmail.com

A oralidade em Aurinda do Prato

As políticas de reconhecimento e salvaguarda das diferentes formas de expressão, assim como dos vários modos de criar, fazer e viver, promoveram um avanço importante na valorização das formas de conhecimento e expressão pautadas na oralidade, historicamente marginalizadas na sociedade contemporânea. O desenvolvimento do conceito de "patrimônio imaterial" passou a descrever não apenas outros gêneros expressivos, mas também novas dimensões da transmissão do conhecimento, compreendendo ainda saberes que são estabelecidos em relações diretas e contextuais, constantemente recriados e impassíveis de representação. Este movimento, encadeado a outras ações, representou a inserção dos saberes de povos tradicionais nos espaços de conhecimento legitimado, garantindo a participação dessas comunidades tradicionais como agentes na proteção e divulgação do próprio patrimônio. Por outro lado, o diálogo intercultural junto aos povos tradicionais e os saberes pautados na oralidade têm enfrentado dificuldades para sua efetivação dentro das instituições sociais de forma profunda.

Ao transformar o conhecimento em um produto do pensamento, a concepção clássica de ciência se descolou das relações sociais, naturais e sobrenaturais, intrínsecas nos saberes tradicionais, permitindo sua manipulação para interesses individuais (Luciano, 2019). A racionalidade especializada e objetiva que pauta as instituições sociais tem dificuldade para abarcar a sabedoria abrangente e contextual da oralidade, fazendo com que o exercício da interculturalidade represente um novo paradigma para a produção e socialização do conhecimento legitimado. Isso ocorre porque os saberes pautados na oralidade não se pautam por uma memória textual e compartimentada, mas pela polimatia e pela "arte da memória" (Bitter, 2022), ou seja, abarcando diversos campos do saber concomitantemente e através de uma coerência narrativa pessoalizada. Assim, dentro de uma grande diversidade de métodos de transmissão do conhecimento, os saberes tradicionais mobilizam a escuta, a sensibilidade, disposições corporais e práticas cotidianas em sua socialização de forma essencial. Transmitindo o conhecimento como forma de "pensar-sentir-fazer" (Carvalho; Vianna, 2020), na oralidade privilegia-se o corpo e os sentidos através de performances e da expressão de aforismas ou histórias em estilo proverbial (Barbosa Neto; Goldman, 2022). O detentor do saber tradicional não é intermediário de um saber, mas um sujeito singular na condição de produzir e transmitir conhecimento de forma intrinsecamente conjunta e sempre em relação com a realidade concreta em volta (Cavalho; Vianna, 2020). É, dessa forma, o próprio patrimônio vivo do saber que encarna (Bitter, 2022).

Em um trabalho desenvolvido junto a Aurinda do Prato, Mestra de Samba de Roda e Yalorixá de Candomblé Ketu/Angola da Ilha de Itaparica, Bahia, debatemos sobre a sua história, a sua forma de conceber o mundo e as maneiras como ela performa suas manifestações culturais. A experiência junto dela, no entanto, não se ateve a um tipo de manifestação cultural ou outra, mas articulou diversos tipos de conhecimento e formas de socialização de maneira simultânea e heterogênea. Para além da limitação de abstrações desterritorializadas e dessensibilizadas de manifestações culturais transformadas em conceitos, a "memória viva" (Tassinari, 2022) socializada pela mestra abarcava diferentes formas de transmissão e campos do saber. Como a mestra disse, "quando a pessoa que tem entendimento e que quer produzir a prosperidade, tudo existe e tudo há" (AUTORIA, 2023, p. 107).

Nestas experiências com Aurinda do Prato, ela contou principalmente sobre seu caboclo, sua iniciação no Candomblé Ketu, os sambas, afoxés e ranchos que realizava junto de seu irmão e o momento em que ela passou a protagonizar essas manifestações, já com a idade avançada. Neste trabalho (AUTORIA, 2023) discuto como a mestra articula a cosmogonia do Candomblé de Caboclo e do Candomblé Ketu; como ela realiza o Samba de Roda, dialogando com a forma realizada em Santo Amaro e quase em oposição à de Salvador; como ela transformou sua posição de respeito e devoção ao irmão mais velho numa atitude de protagonismo feminino; e também sobre sua posição de mulher preta em relação primeiro a sua mãe-de-santo branca e depois com seus filhos-de-santo brancos. Sua trajetória pessoal pareceu sempre balançar entre as diversas categorias, desenvolvendo uma tradição em comunicação com a realidade que a circundava. No meio das suas histórias, ao mesmo tempo, ela também contava sobre o processo de construir sua casa de taipa, sobre mariscar na "maré", sobre as moquecas de folhas que cozinhava quando não tinha o que comer, sobre como trabalhar com o tabuleiro de acarajé e o ofício de lavadeira no rio, sobre como era a caça de baleia, como preparar o couro de bode e de jiboia para fazer atabaque e pandeiro ou mesmo como era dar o leite materno para os bebês da vizinhança. Sua memória se mostrou como um emaranhado de conhecimentos e experiências de vida, sendo que o saber que ela encarna não está contido em determinada manifestação cultural, mas na expressão da pluralidade que sua vida representa.

Para ouvir suas histórias, existiram diversos caminhos. Aurinda do Prato socializa o que sabe contando histórias da sua vida sentada em seu terreiro ou enquanto procura mariscos na lagoa, cantando letras dos sambas e macumbas antigas, ensinando ofícios ou revisitando espaços ritualísticos ancestralizados. Enquanto está performando o Samba de Roda e as festas de Candomblé, realizando rituais de prosperidade e cura ou traçando paralelos entre suas

histórias e a realidade circundante, Aurinda reafirma uma função pedagógica de socialização de saberes que foram passados para ela de forma similar ao que ela continua a fazer. Em determinado momento ela conta que antigamente as pessoas perguntavam aos mais velhos da comunidade quais eram as ervas boas para determinada enfermidade, qual a madeira boa para determinada construção, ou mesmo para que realizassem uma reza ou sacudimento. O conhecimento compartilhado era reiterado pelo interesse dos mais jovens assim como ressignificado pela convivência das práticas sociais. Dessa forma, um mestre, ou sábio, carrega em si a memória viva de saberes tradicionais múltiplos, integrando esse conhecimento junto às pessoas a sua volta e ressignificando-o a cada contexto. A oralidade estabelece procedimentos específicos a cada momento, superando a individualidade através da capacidade de comunicação de maneira conjunta e em diálogo com uma transcendência (Valadares; Pernambuco, 2018). A experiência e a capacidade de manejar simbolicamente os eventos é o que estabelece um equilíbrio social pautado em uma harmonia cósmica (Luciano, 2019).

Entre muitos ensinamentos, Aurinda do Prato costumava fazer uma distinção bastante clara dizendo que ali não se aprendia "na ponta do lápis", mas sim com "a mente limpa" e o "interesse em aprender". Longe de discussões teóricas, a mestra mostrava compreender de maneira simples a diferença entre o dito "conhecimento elaborado cientificamente" e um "conhecimento através da experiência". Pareceu haver para ela um pensamento ligado a memória escrita e a conceitos abstratos e outro ligado a interação fluida e constante entre o indivíduo e "forças cosmológicas", interação esta evidenciada através da experiência vivida e contada. Quando eu perguntei sobre o aprendizado escrito ela me disse:

> Quer dizer, eu quero escrever isso pra poder eu fazer, vê se não é preocupação? É, e você tendo a mente fresca do que você tá fazendo, eu acho que seria mais fácil, eu acho. Você tá naquele pensamento de você fazer aquilo, sem escritura, sem nada, você vai fazer fácil, fácil. (...) Não precisa você ficar naquele negócio no pensamento que você vai fazer aquilo, que você vai fazer aquilo. Nada disso, você já sabe o que você vai fazer. Então, mete a mão no bolo e vambora, mata mata. Sem precisar você ficar nervoso, nem enraivado, nem preocupado, nem nada. Porque não precisa, entendeu agora? (AUTORIA, 2023, p. 113-114).

Então, eu pergunto a ela sobre como não se esquecer das coisas sem escrevê-las, ao que ela me responde:

> É falta de interesse. Ou seje, falta de interesse ou seje, muita preocupação. Aí pra você, é, ganhar a sua mente, o que é que você faz? Pega 'água do ano'. O que é 'água do ano'? A primeira chuva do ano, não é a primeira água do ano? Essa que é a milagrosa, pra abrir a sua mente, abrir seu interesse, lhe fortificar. (...) É o interesse que é a nossa guia, é a nossa verdade, o nosso interesse. Quando tem festa aqui na minha casa, às vezes, às vezes eu não sei, não me lembro nem a comida que eu vou fazer pra meu santo, e, no momento, como dizer assim, com quinze minuto, vinte

> minuto, tá tudo aqui na minha mão, entendeu agora? Porque eu peço ao meu santo pra me ensinar e eu aprendo (AUTORIA, 2023, p. 115-116).

As respostas de Aurinda sempre trazem uma perspectiva dialógica com a materialidade que a envolve: a resposta para a falta de memória não é outra senão a ritualização de ações práticas e cotidianas; mas não qualquer tipo de ritualização, senão aquela prática ancestralizada pela revisitação performática de ritos e percepções dentro de uma cosmologia desenvolvida por gerações e que se repete de uma nova forma a cada situação. A oralidade parece abordar a realidade empírica de outra maneira e de tal forma que se percebem conhecimentos científicos como uma abordagem reduzida, longe da realidade já que separada de seu entorno. Na realidade, uma relação cosmológica com o mundo em volta parece buscar a integração entre as diversas facetas da realidade de maneira contínua e contextual, opondo-se a individualizações ou concepções universais.

Para Aurinda do Prato, a necessidade de se ter a "mente limpa" e o "interesse" parece se dar no sentido de se esforçar em buscar uma conexão constante com a intuição, na verdade um canal comunicativo com entidades cosmológicas. Ao mesmo tempo, sempre há uma resposta concreta e ritualizada, apreendida através da vivência com os mais velhos, para todas as demandas. Nesse sentido, parece que para ela o objetivo de compreender uma verdade categórica ou de acumular conceitos não se justifica, já que o importante seria manter claro um canal de comunicação com essas forças cosmológicas que nos colocariam no caminho da prosperidade e do bem viver. A escrita, por outro lado, poderia ser até mesmo um empecilho, causa de muita ansiedade e de não se estar plenamente presente, impedindo a observação minuciosa daquilo que é somente insinuado. Aurinda, no entanto, se orgulha de ser a única entre os irmãos que aprendeu a ler e a escrever, além de ser uma grande incentivadora para que seus netos e netas frequentem a escola e aprendam os modos de viver "dos modernos".

O detentor do saber tradicional

Gersem Baniwa (Luciano, 2019) vai compreender a linguagem como a capacidade mais fundamental da humanidade, considerando que é através dela que os seres se humanizam entre si. Entretanto, para ele não há aí uma hierarquia ante o natural, já que a capacidade de comunicação seria comum a todos os seres vivos de forma igual. Essa comunicação, a partir do povo Baniwa (Luciano, 2019), seria realizada não só entre seres humanos nem mesmo somente entre seres vivos, mas com todos os seres do mundo e com o próprio mundo. Há, assim, o reconhecimento recíproco da agencialidade de todos os seres existentes. Segundo Baniwa, o

equilíbrio do mundo cósmico é resultado de um protocolo de comunicação entre todos os seres através de símbolos e sinais; a própria natureza se manifesta por sinais e eventos, cabendo aos sábios interpretar, revelar e manejar essa informação. Dessa forma, é por meio da linguagem que o sujeito se situa na sociedade, na natureza e no mundo, sendo que a harmonia da natureza dependeria da boa comunicação entre os entes que a constituem. Assim, a partir de Bakhtin, Baniwa (Luciano, 2019, p. 80) diz que a cultura, a sociedade e a natureza estão intrinsecamente relacionados, proporcionando uma dinâmica cósmica adaptável e em permanente diálogo. A língua, portanto, tem caráter transcendental e imanente, conectando o passado, o presente e o futuro, além de exercer a mediação entre os sujeitos e os seres da natureza em suas diversas formas de expressão.

Assim, as dificuldades na articulação junto aos saberes tradicionais pautados na oralidade parece se dar pela profunda desconexão do indivíduo com o mundo proporcionado pela contemporaneidade, esvaziando o humano de seus aspectos coletivos e reduzindo sua subjetividade ao consumo (Luciano, 2019). Como diz Milton Santos (2002, p. 257), a verticalização das relações sociais se mostra uma tendência do "acontecer hierárquico", resultado da racionalização das atividades que produzem sentido através da concentração do comando e do conhecimento. Ao substituir o território construído por processos orgânicos, a normatização da sociedade cria um território através da informação, onde o cotidiano é imposto de fora e comandado por uma informação privilegiada (Santos, 2002). Substitui-se, assim, o "ser" pelo "ter", fazendo com que o indivíduo passe a transformar tudo à sua volta em "coisas", humanizando apenas a si mesmo e destituindo de valor espaços, seres vivos e relações (Freire, 1987).

Buscando ampliar este debate, tanto projetos quanto normativas vêm tentando incluir esses detentores dos saberes tradicionais nos diversos espaços de saber. Compreendendo não só a transdisciplinaridade como a transcendentalidade presente nos saberes tradicionais, busca-se reconhecer a diversidade de campos e formas que a oralidade toma, trazendo novos modos de socialização para dentro das instituições sociais. Entre essas iniciativas surge a modalidade de "educação patrimonial" (Bitter, 2022), promovendo a inclusão dos saberes e fazeres tradicionais nas diversas áreas de estudo, de forma a colocar esses detentores do saber tradicional nos espaços de transmissão de conhecimento. A educação patrimonial, por seu lado, não faz referência a categorias culturais e expressões artísticas de maneira isolada, mas busca a socialização de conhecimentos oralizados e cosmológicos que estabelecem de forma intrínseca a conexão entre as dimensões culturais, epistemológicas, pedagógicas e espirituais.

Neste contexto, o termo "mestre" surge como interlocutor entre Estado e comunidades tradicionais, transformando-se em uma categoria central para as políticas públicas no âmbito dos saberes tradicionais. José Jorge de Carvalho (2021) defende que este termo, embora incorra na delimitação de formas de compreensão fluidas, projeta alguém a um estado de transcendência pautada na maturidade de uma posição de liderança. O mestre, para este autor, integra o que sabe e o que é, apresentando a própria biografia como âncora de seu saber. O termo busca unificar as características de docência, pesquisa, liderança e sabedoria do detentor de saber tradicional (Carvalho; Vianna, 2020), referindo-se a líderes de grupos ou comunidades tradicionais, a um pessoa referência para o ensino de ofícios ou tomada enquanto uma sábia de determinada comunidade. O patrimônio representado pelo detentor do saber tradicional é singular e insubstituível, apresentando, ainda, este conhecimento de forma cosmológica, incluindo aspectos técnicos, filosóficos, estéticos, pedagógicos e espirituais de forma intrínseca. Defende-se, assim, que este sujeito de saber tradicional deve então ser reconhecido e salvaguardado não apenas em sua individualidade, mas na totalidade dinâmica em que seu saber se manifesta.

No entanto, há uma crítica à idealização de sujeitos e grupos enquanto "hiper-reais" (Ramos *apud* Luciano, 2011), ou seja, de uma pureza estática e integridade absoluta. Ao mesmo tempo, a mercantilização de "vivências culturais" de maneira alheia aos modos que as comunidades tradicionais querem realizá-las remete à "folclorização" de manifestações culturais transformadas em produtos por setores do turismo e do entretenimento (Carvalho, 2021). Este cuidado para que não se espere de mestras e mestres uma experiência em conformidade com referências e intenções externas, então, pode aparecer sob diversos reducionismos: tanto em referência a formas de expressão fantasiadas, quanto com relação a "pessoa interligada à natureza", em uma busca pela integralidade entre sujeito, cosmos e natureza de maneira idealizada. Assim, a busca por uma "experiência verdadeira" de caráter essencialista, dentro de um tipo de contrato financeiro e com expectativas mais ou menos específicas, pode criar nesses conhecedores tradicionais uma pressão social que não remete às concepções próprias desses sujeitos (Jardim, 2018).

Gersem Baniwa (Luciano, 2019) reflete sobre uma não desejável burocratização dos saberes tradicionais e seus conhecedores, fazendo com que estes sejam domesticados e idealmente forjados para suprir interesses e necessidades alheias às suas próprias. Há, portanto, que se tomar cuidado com dispositivos como o "notório saber" e mesmo a conceituação de "mestre", já que isso parece significar a avaliação dos saberes tradicionais a partir do referencial

da ciência hegemônica. Pode-se, dessa forma, introduzir hierarquizações dentro das comunidades tradicionais, incorrendo, como diz Nego Bispo (*apud* Barbosa Neto; Goldman, 2022, p. 16), necessariamente, em um vetor colonialista dentro dessas comunidades. Esta é uma problemática reiteradamente trazida quando falamos sobre políticas públicas para os "mestres do saber tradicional" (Giesbrecht, 2015) e indígenas (Luciano, 2019), buscando a categorização de identidades que são fluidas no intuito de conceder-lhes acesso a financiamentos e outros direitos.

Por outro lado, é também Gersem Baniwa (Luciano, 2011) que defende que muitos povos indígenas, cansados de tantas violências e epidemias, aderiram aos programas missionários e integracionistas como estratégia política para deixar uma situação de dominação violenta e intensa decadência demográfica. A interculturalidade forçada, dessa forma, surgiu como forma de superar a opressão colonialista e possibilitar o acesso aos bens do mundo branco (Luciano, 2011). Para além do trauma deixado pela violência colonial, Gersem Baniwa defende que abrir mão de aspectos dos modos próprios de viver foi também uma estratégia para contornar aquela realidade para que, dominando as ferramentas e conhecimentos dos brancos, os povos indígenas pudessem se apropriar daquela estrutura, retomar sua autonomia e defender seus próprios interesses. (Luciano, 2011). A partir de Alcida Ramos, Baniwa (Luciano, 2011) diz que a cidadania, naturalizada entre os brancos, passa a ser instrumentalizada pelos não brancos para a garantia de seus direitos, o que, como defendem os movimentos indígenas, inclui a especificidade étnica, essa sim naturalizada entre aqueles que não se conectam ao ideal de homem branco propagado. Assim, as instituições sociais como elas estão formuladas levam a exercícios de poder em seus diversos níveis, configurando-se enquanto espaços necessários da mesma forma que também corruptores (Luciano, 2011).

No entanto, assumindo a lógica neoliberal da globalização e aderindo à agenda de organismos internacionais (como a OIT e o Banco Mundial), as propostas de interculturalidade se orientaram para a inibição dos conflitos latentes, promovendo perspectivas de tolerância junto à promoção limitada das expressões culturais, não provocando mudanças de caráter estrutural (Candau; Russo, 2010). O próprio avanço dos Direitos Humanos, conquanto tenha trazido garantias fundamentais para a cidadania dos povos tradicionais, causou o enfraquecimento dos direitos específicos, universalizando e homogeneizando direitos sem garantir as particularidades que garantem a continuidade dos povos tradicionais enquanto tais (Luciano, 2019). Ao mesmo tempo, construindo o debate nacional a partir da diversidade cultural, foram incorporadas imagens de povos indígenas e negros enquanto folclore,

reforçando estereótipos e processos coloniais de racialização, assim como mantendo seu lugar social subalterno (Walsh, 2019). Neste contexto, até admite-se protagonismo, mas não se criam condições efetivas para o seu exercício, impondo diferentes burocracias tecnicamente complexas e monolíngues, além de temporal e espacialmente limitadas, caracterizando-se enquanto um regime de "semitutela" (Luciano, 2011; Luciano, 2019). Assim, por não terem a formação e a experiência requeridas, nem facilidade com a logística e a circulação nos espaços representativos, mantêm-se as práticas de interlocução junto aos povos tradicionais.

Considerações finais

Nesse papel de "mestre do saber tradicional", Aurinda do Prato já participou de diversos eventos culturais e acadêmicos, além de ter sido visitada em sua casa por candomblecistas da ilha de Itaparica e amantes das manifestações populares brasileiras de todo o mundo. Durante o período de desenvolvimento do trabalho, pude acompanhá-la em diversas apresentações, oficinas, entrevistas e mesas com diferentes instituições e coletivos de todo o Brasil e do mundo. Além das apresentações espetaculares, ela geralmente respondia perguntas e contava histórias de sua vida de maneira similar independentemente do formato da sua participação. Ensinar a tocar o seu famoso prato-e-faca, por exemplo, era repetidamente um momento cômico para ela, que tentava demonstrar o movimento entre gargalhadas. Me pareceu, por outro lado, que muitas pessoas pareciam querer levar algum tipo de "produto educativo" daquela experiência, como tocar o prato-e-faca ou ouvir conselhos ou frases impactantes. Participar de performances rituais e escutar histórias, por outro lado, precisa ser aproveitado com paciência e com muita atenção aos detalhes que geralmente escapam de quem já não está familiarizado com as sutilezas da linguagem de quem fala.

Ao mesmo tempo, muitas vezes houve, segundo Aurinda, a apropriação de suas formas de viver e decifrar o mundo de forma unilateral, fazendo com que ela se ressentisse de pessoas que "estavam ficando ricas às suas custas", angariando valores financeiros e simbólicos através das trocas que faziam com ela, valorização essa que ela mesma não gozava (ainda que o ganho financeiro dessas pessoas muitas vezes seja mínimo). Além disso, toda a interlocução burocrática junto a editais, grupos culturais e instituições públicas era realizada por pessoas de fora de sua comunidade, criando embates entre os diversos participantes daquele grupo que a acompanhava. Construiu-se uma complexa relação entre aqueles que eram nativos daquele lugar e aqueles que vieram de fora para participar daquele grupo e terreiro, os quais ao mesmo tempo que possibilitaram novas formas para o trabalho cultural, além de solucionarem

diferentes dificuldades técnicas e tecnológicas, também reforçaram a desigualdade histórica que marcava aquela relação. Assim, ainda que na busca de soluções para o conforto e o bem-estar da mestra, o grupo de "estrangeiros" acabava passando por cima de tradições culturais e vontades particulares, complexamente entrecruzadas na construção das relações do terreiro e do grupo cultural de Samba de Roda.

A valorização dos saberes tradicionais pautados na oralidade, como vemos, parece passar necessariamente pelo fortalecimento de conhecedores tradicionais que são referências comunitárias; não pela individualização do saber tradicional, mas sim pela característica cosmológica e referencial deste tipo de conhecimento. Além disso, uma sociedade que de fato valorize relações equilibradas entre os sujeitos, humanos e não humanos, necessita cultivar permanentemente relações recíprocas e complementares, permitindo um diálogo em que tudo pode ser aperfeiçoado e até somado na incompletude de si mesmo. Assim, a inserção complexa dos detentores do saber tradicional nos espaços de conhecimento pode proporcionar não só a realização da democracia plena, realmente pautada no respeito e no diálogo, como também a construção de relações mais orgânicas, sensíveis e recíprocas, características tão necessárias nos tempos que vivemos. O debate sobre a burocratização dos saberes tradicionais, por outro lado, mostra a profundidade das dificuldades para esse processo de diálogo intercultural, o que, entretanto, não parece significar sua incompatibilidade, mas sim a realidade estratégica possível. Aurinda do Prato se tornou minha maior referência para desenvolver este debate, proporcionando elementos cuja complexidade diversa ainda está em construção dentro de mim. O reconhecimento de seus ensinamentos, entretanto, me levou a perceber não só a potência de suas manifestações culturais, mas principalmente da compreensão abrangente que ela tem do mundo, interconectando discussões filosóficas, estéticas, espirituais e técnicas em um emaranhado próprio. Um entendimento único, porém repetido e que, repito, dentro de meus limites, mais uma vez.

Referências

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues; GOLDMAN, Marcio. A maldição da tolerância e a arte do respeito nos encontros de saberes. **Rev. Antropol.**, v. 65, n. 1. São Paulo: USP, 2022. 1ª parte. Disponível em: (https://www.scielo.br/j/ra/a/hwkpwQT4JW4Lcbqhrq5W6Tg/abstract/?lang=pt). Acesso em: 15/10/2024.

BITTER, Daniel. Encontro de Saberes: A inclusão de mestres da cultura popular e seus saberes no ensino superior. **Páginas**, v. 14, n. 34. Rosario: UNR, 2022. Disponível em: (https://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/597). Acesso em: 15/10/2024.

CARVALHO, José Jorge de. Notório Saber para os Mestres e Mestras dos Povos e Comunidades Tradicionais: Uma revolução no mundo acadêmico brasileiro. **Rev. UFMG**, v. 28, n. 1, p. 54-77. Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: (https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/29103). Acesso em: 15/10/2024.

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Letícia C. R. O Encontro de Saberes nas Universidades: Uma síntese dos dez primeiros anos. **Revista Mundaú**, n. 9, p. 23-49. Maceió: UFAL, 2020. Disponível em: (https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11128). Acesso em: 15/10/2024.

CANDAU, Vera Maria F.; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Rev. Diáli Educ.**, v. 10, n. 29, p. 151-169. Curitiba/PUCPRESS, 2010. Disponível em: (http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2010000100009&script=sci_abstract). Acesso em: 15/10/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIESBRECHT, Érica. Entre os limites da pele negra: respostas corporizadas aos temores da essencialização. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 125-140. Salvador: FFCH-UFBA, 2015. Disponível em: (https://journals.openedition.org/cadernosaa/981). Acesso em: 15/10/2024.

JARDIM, Raoni Machado Moraes. **Educação Intercultural e o Projeto Encontro de Saberes:** Do giro decolonial ao efetivo giro epistêmico. 2018, 350p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latinoamericanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: (http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34318). Acesso em: 15/10/2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para o Manejo e Domesticação do Mundo entre a Escola ideal e a Escola real**: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 370p. Tese (Doutorado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: (https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/educacao-para-manejo-e-domesticacao-do-mundo-entre-a-escola-ideal-e-a-escola-real-os-dilemas-da-educacao-escolar-indigena-no-alto-rio-negro,6664e32f-7744-4200-a483-54b7b746516b) Acesso em: 15/10/2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação Escolar Indígena no século XXI**: Encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social de América Latina, v. 6, n. 16, p. 249-261. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: (https://repositorio.usp.br/item/001273787). Acesso em: 15/10/2024.

TASSINARI, Antonella. Mitologia se Ensina na Escola?: Reflexões a partir do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC. **Revista Ilha**, v. 24, n. 1. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2022. Disponível em: (https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/81138). Acesso em: 15/10/2024.

VALADARES, Juarez Melgaço; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Criatividade e silêncio: encontros e desencontros entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico em um curso de licenciatura indígena na Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Ciência & Educação**, v. 24, n. 4. Bauru: Unesp, 2018. Disponível em: (https://www.scielo.br/j/ciedu/a/tzp7LxncXtn4b98NTHK6xJz/abstract/?lang=pt). Acesso em: 15/10/2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: Um pensamento e um posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. Daniele da Silva Proença (trad.). **Revista da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 5, n. 1. Pelotas: UFPel, 2019. Disponível em: (https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002). Acesso em: 15/10/2024.

Recebido em 15/10/2024 | Aceito em 05/04/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura

Bruno Fernandes Schwinn; Ricardo Socas Wiese; Jonathan Frare Giorgi

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

SCHWINN, Bruno Fernandes; WIESE, Ricardo Socas; GIORGI, Jonathan Frare. O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 37-56, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

O lugar das religiões de matriz africana: uma revisão sistemática da literatura

Bruno Fernandes Schwinn[1]
Ricardo Socas Wiese[2]
Jonathan Frare Giorgi[3]

Resumo
O presente artigo tem como temática central o estudo das arquiteturas dos lugares de manifestação da fé afro-brasileira, sejam eles em ambientes naturais ou criados pelo homem, através do prisma da arquitetura e do urbanismo. Analisar as relações entre essas religiões e a arquitetura e o urbanismo é de suma importância para entendermos quais são os lugares em que os povos de terreiro estão presentes na cidade e como a arquitetura influencia nessa apropriação dos espaços. Tal importância é corroborada pela pouca quantidade de estudos que abordam essa temática, nesse campo do conhecimento. Para melhor compreensão do tema central deste trabalho, serão apresentados alguns entendimentos de autores essenciais sobre as questões das religiões de matriz africana e seus territórios. Com isso, o objetivo aqui é realizar uma revisão sistemática de literatura acerca de 12 artigos científicos presentes em duas bases de dados indexados que abordam a relação das religiões de matriz africana com seus lugares de manifestação da fé.
Palavras-chave: religiões de matriz africana; arquitetura e urbanismo; território; lugar.

El lugar de las religiones de matriz africana: una revisión sistemática de la literatura

Resumen
El presente artículo tiene como temática central el estudio de las arquitecturas de los lugares de manifestación de la fe afrobrasileña, ya sean en ambientes naturales o creados por el hombre, a

[1] Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, é bolsista FAPESC e mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) – UFSC, na linha de pesquisa do comportamento ambiental do espaço urbano e das edificações. E-mail: bruno.schwinn@hotmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0004-9224-0120.
[2] Professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui Doutorado em Progettazione Ambientale pela Università di Roma – La Sapienza. E-mail: ricardo.sw@ufsc.br, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0157-7413.
[3] Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, é mestrando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) – UFSC, na linha de pesquisa do comportamento ambiental do espaço urbano e das edificações. E-mail: jfraregiorgi@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0009-0009-3613-9753.

través del prisma de la arquitectura y el urbanismo. Analizar las relaciones entre estas religiones y la arquitectura y el urbanismo es de suma importancia para entender cuáles son los lugares en los que los pueblos de terreiro están presentes en la ciudad y cómo la arquitectura influye en esta apropiación de los espacios. Tal importancia es corroborada por la escasa cantidad de estudios que abordan esta temática en este campo del conocimiento. Para una mejor comprensión del tema central de este trabajo, se presentarán algunos entendimientos de autores esenciales sobre las cuestiones de las religiones de matriz africana y sus territorios. Con esto, el objetivo principal de este artículo es realizar una revisión sistemática de literatura acerca de 12 artículos científicos presentes en dos bases de datos indexadas, que abordan la relación de las religiones de matriz africana con sus lugares de manifestación de la fe.
Palabras clave: religiones de matriz africana; arquitectura y urbanismo; territorio; lugar.

The place of African matrix religions: a systematic literature review

Abstract
The present article has as its central theme the study of the architectures of places where Afro-Brazilian faith is manifested, whether in natural or human-created environments, through the prism of architecture and urbanism. Analyzing the relationship between these religions and architecture and urbanism is crucial for understanding the locations where communities of the terreiro are present in the city and how architecture influences on the appropriation of these spaces. The significance of this analysis is reinforced by the limited number of studies addressing this theme within this field of knowledge. To provide a better understanding of the central topic of this work, some insights from key authors on the African originated religions and its territories will be presented. Thus, the main objective of this article is to conduct a systematic literature review of 12 scientific articles found in two indexed databases that explore the relationship between African originated religions and its places of faith manifestation.
Keywords: african matrix religions; architecture and urbanism; territory; place.

Introdução

O Brasil, por ser um país de extensões continentais e ser formado pelos mais variados povos, culturas e identidades ao longo de seu território, é constituído por uma vasta diversidade cultural, nas formas de se perceber e se manifestar, e isso não seria diferente no caso da religião. Apesar de ser um país majoritariamente cristão, em decorrência da sua colonização, o Brasil apresenta uma grande variedade de religiões de matriz africana, como as vertentes da Umbanda e do Candomblé.

Para Prandi (2014), apesar de serem religiões minoritárias, representando menos de 1% de brasileiros de acordo com o Censo de 2010, culturalmente apresentam uma importância

inestimável. As religiões afro-brasileiras se estruturam como um pilar da cultura brasileira, ao ter suas referências e presenças marcantes em diversos campos da nossa sociedade que vão além da religião, tais como: teatro, dança, culinária, cinema, música, carnaval, visões de mundo, entre outros.

Tais influências denotam a grande presença de conceitos e tradições advindas de religiões de matriz africana nos mais variados campos da sociedade, bem como na arquitetura e no urbanismo. No entanto, Moassab (2021) relata a ínfima quantidade de menções de elementos das religiões de matriz africana perante os estudos da arquitetura e do urbanismo, quando comparado com a religião predominante na sociedade brasileira, o catolicismo. A autora analisa os termos da obra Dicionário da Arquitetura Brasileira,[4] de Carlos Corona e Eduardo Lemos, e percebe que dentre todos os termos descritos pelos autores somente dois fazem referência às religiões afro-brasileiras: candomblé, referindo-se a um pequeno cômodo para guardar objetos, e congá, definido como um sinônimo para santuário (Corona; Lemos, 1972 *apud* Moassab, 2021). Dito isso, Moassab (2021, p. 79) explica que "é preciso avançar imensamente nos temas concernentes às espacialidades, tectônica, técnicas construtivas e outros específicos à arquitetura e ao urbanismo" relacionados às religiões afro-brasileiras.

Dessa forma, se evidencia a relevância deste artigo como estímulo à pesquisa e à investigação de temáticas relacionadas às religiões de matriz africana, sob a ótica da arquitetura e do urbanismo. Pretende-se, então, como objetivo inicial, identificar a existência de artigos científicos que demonstrem a relação das religiões de matriz africana com seus espaços de apropriação na cidade, a partir da busca em bases de dados indexados por termos que se referem a essa temática. Além de identificar a existência de artigos sobre esse tema, será realizada a análise deles, para identificar qual o tipo de relação que existe entre as religiões de matriz africana e seus espaços de manifestação da fé, sejam eles na escala do edifício arquitetônico ou da cidade.

Com isso, o artigo apresenta uma revisão sistemática estruturada em três seções de desenvolvimento. A primeira busca trazer uma conceituação inicial acerca da temática central deste trabalho, com percepções e entendimentos de autores acerca de temas relacionados às religiões de matriz africana, como seus territórios e lugares de manifestação do sagrado. A segunda seção apresenta a metodologia e estruturação da revisão sistemática de 12 artigos científicos encontrados em duas das três bases de dados utilizadas. Na terceira e última seção

[4] CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

de desenvolvimento, será feita a análise de cada um desses artigos, de modo a entender suas temáticas, estruturação e resultados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais deste artigo.

Fundamentação teórica

Pode-se afirmar que as religiões afro-brasileiras, ou de matriz africana, se originaram a partir do sincretismo dos cultos africanos com o catolicismo, com as religiões indígenas e com outras contribuições mais pontuais, como o kardecismo francês. Toda essa combinação de elementos criou um quadro bastante diversificado de religiões negras tidas como brasileiras por excelência, como é o caso das duas mais proeminentes no território brasileiro, o candomblé e a umbanda (Prandi, 1996).

Sodré (2019) traz à tona o debate acerca do sincretismo religioso. Para ele, o sincretismo é um processo natural de qualquer religião e causa uma troca recíproca de influências entre dois termos distintos. No entanto, o autor apresenta um contra-argumento sobre essa questão para a relação entre o catolicismo e as religiões negras, onde a igreja católica não foi afetada pelos cultos africanos da mesma maneira que estes foram afetados pelo catolicismo. Outro ponto importante que Sodré (2019) ressalta é a diferença primordial entre as motivações das duas religiões, o catolicismo busca a monopolização do sagrado e do espaço humano, já as religiões negras possuem uma visão ecológica e patrimonial do que seria esse espaço humano e sagrado, o que faz do indivíduo um parceiro da paisagem, pois é desse ambiente que surgem as divindades do panteão negro. Esse entendimento de sacralidade da natureza vai ao encontro do entendimento de Eliade (1992) de que para o homem religioso a natureza nunca é exclusivamente natural, pois o cosmos é uma criação divina e está impregnado de sacralidade.

Sodré (2019) também explica que para essas religiões existe um relacionamento com o espaço que "supõe uma visão global, uma cosmovisão, por sua vez articulada com as marcas tradicionais de um dado território, no qual se associam os ambientes físicos" (Sodré, 2019, p. 94). O autor complementa enfatizando que não existe dissociação entre os espaços ditos humanos ou naturais, as árvores, casas, ervas, animais, homens, entre outros, compõem uma totalidade sagrada (Sodré, 2019).

Assim como os ambientes naturais são de extrema importância para a realização dos rituais das religiões de matriz africana, como destacado acima, outro espaço central para a religiosidade negra, talvez o mais reconhecido, é o terreiro. Para Simas e Rufino (2018), o terreiro se configura como tempo/espaço onde se pratica o saber, onde o ritual é realizado. Ele

vai além do espaço físico comumente definido como terreiro. Fica claro para os autores que não existe uma dissociação entre espaços sagrados e profanos, como se estabelece em outras religiões, pois, assim como o terreiro serve para se realizarem rituais, também serve para se fazer festa.

Alguns desses ambientes que possam ser entendidos como profanos para pessoas de fora dessas religiões são considerados sagrados para os povos de terreiro e se configuram como uma ampliação do terreiro para o território e o espaço públicos da cidade, devido à suas relações com os orixás e as entidades (Simas e Rufino, 2018).

Todos esses espaços utilizados e apropriados pelos povos de terreiro vão de acordo com o entendimento de território, por se configurarem como espaços de prática e resistência. Conforme Leite (1991, p. 40),

> a noção de território como base geográfica e como espaço necessário à sobrevivência de negros possibilitou certa tendência, desde então, a interpretar todos os tipos de lugares habitados por eles como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista.

Ao escrever acerca da temática do território para os povos negros, a autora utiliza como base alguns estudos[5] que tratam o espaço como uma "expressão e extensão do grupo, aqueles que utilizam a ideia de território para encontrar nexos na trajetória dos descendentes de africanos na sociedade brasileira no presente" (Leite, 1991, p. 41). Com isso, a autora define dois tipos de ocupação. Uma para habitar, fixa e demarcada pela fronteira de ocupação territorial, com códigos e estratégias coletivas de subsistência, chamada de Ocupação Residencial. Já a segunda, chamada de Ocupação Interacional, apesar de também ser demarcada geograficamente, não é fixa e nem sempre é utilizada para morar. Caracterizam-se como espaços de troca e instituem certas práticas. Como exemplos, a autora define mercados, praças, esquinas, terreiros, entre outros (Leite, 1991).

Ilka Boaventura Leite, para finalizar o debate acerca do território de populações negras, observa que "na área rural, a ocupação residencial está ancorada na posse e utilização da terra e na área urbana, o território, mesmo que interacional e simbólico, também é definido no jogo de **permanência**, **ocupação** e **utilização** de um espaço físico" (Leite, 1991, p. 44, grifo da autora).

[5] Ilka Boaventura Leite cita em sua obra alguns trabalhos de autores importantes para o entendimento da relação dos negros com seus respectivos territórios, em área rural e em área urbana. "Na área rural, vou me reportar aos estudos realizados por FRY e VOGT (1982/83), BAIOCHI (1983/88), SOARES (I981), GUSMÃO (1979/1989) e BANDEIRA (1986). Na área urbana, vou me basear nos estudos de SODRÉ (1988), ROLNIK (1988), BACELAR (1989/90) e BITTENCOURT (1989)" (Leite, 1991, p. 42).

Muniz Sodré apresenta um entendimento que vai ao encontro da definição de territórios estabelecida por Ilka Boaventura Leite. Para o autor, a noção de território se relaciona com a questão da identidade "por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente" (Sodré, 2019). Tal compreensão estabelece uma relação entre os conceitos de território e identidade, com isso para se compreender completamente a relação de territorialidade dos povos de terreiro, precisa-se entender suas identidades e maneiras de se relacionar com os espaços.

Metodologia da revisão sistemática

A metodologia deste trabalho consiste na pesquisa de artigos em bases de dados científicos com o objetivo de desenvolver uma revisão sistemática de literatura acerca da temática central desse artigo: territorialidade das religiões de matriz africana. A pesquisa busca, então, vislumbrar a existência de trabalhos que relacionam elementos da arquitetura e do urbanismo com as religiões afro-brasileiras, fazendo comparativos entre os trabalhos e entendendo os tipos de relação estabelecidas em cada um deles. Dessa forma, a primeira etapa foi a procura por trabalhos que atendessem ao tema da pesquisa, para isso escolheram-se três bases de dados para a realização dessa busca: SciELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES.

A escolha por três bases para o início da pesquisa se deu pela facilidade de acesso, grande abrangência de artigos e dados. Para a realização da busca, fez-se a escolha pelos seguintes termos, todos em português: "umbanda", "candomblé", "religião de matriz africana", "território", "territorialidade", "lugar", "espaço" e "arquitetura". Além disso, foram utilizados operadores booleanos "and e "or" para gerar combinações entre os termos e formular a seguinte *string* de busca: "umbanda" OR "candomblé" OR "religião de matriz africana" AND "lugar" OR "território" OR "territorialidade" OR "espaço" OR "arquitetura".

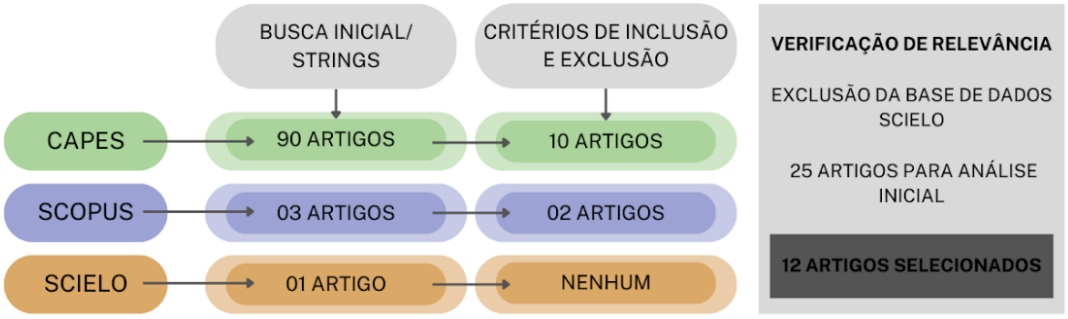
A escolha por essa combinação de termos teve como intuito a maior abrangência de resultados referentes às religiões de matriz africana e suas relações com o ambiente físico e a arquitetura. A *string* de busca foi utilizada nas três bases de dados científicos entre a última semana de maio e a primeira semana de junho de 2024 e obteve os seguintes resultados brutos: Portal de Periódicos CAPES (90 resultados), Scopus (3 resultados) e SciELO (1 resultado). Como critérios de inclusão e exclusão de artigos fez-se o uso de dois filtros: (1) acesso aberto ao conteúdo completo; (2) artigos com relação direta entre o ambiente físico e as religiões de matriz africana. Esse último foi realizado através da leitura e avaliação dos títulos de cada um

dos trabalhos encontrados nas bases de dados. Como resultado desta análise, obteve-se: Portal de Periódicos CAPES (23 resultados), Scopus (2 resultados) e SciELO (nenhum resultado).

Após essa última filtragem, percebeu-se que o único artigo encontrado na base de dados da SciELO não possuía relação com a temática deste trabalho, excluindo-se essa base de dados dos resultados. Assim, com a finalização da etapa de busca de trabalhos, inicia-se a importação dos resultados. Para isso, fez-se uso do software de gerenciamento de referências Zotero, por conta de sua praticidade na organização dos artigos científicos. Foram importados todos os artigos que possuíam acesso aberto e enquadravam-se no critério de inclusão 2 (artigos com relação direta entre o ambiente físico e as religiões de matriz africana).

Com todos os artigos no software Zotero foi realizada a leitura integral dos trabalhos no intuito de obter como resultado final somente aqueles que possuíam como objeto de estudo equipamentos arquitetônicos/urbanos/naturais (edifício/cidade/natureza). Após essa leitura integral, chegou-se ao resultado de 12 artigos. A seguir, está uma representação dessa seleção de filtragem de artigos (figura 1).

Figura 1 – Esquema da busca realizada para seleção dos artigos.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Para melhor organização e entendimento das informações de cada trabalho fez-se o tabelamento dos dados relevantes de cada artigo, utilizando o software Excel, os dados tabulados foram: títulos, autores, anos e objetivos. Por fim, esses trabalhos foram agrupados em dois eixos temáticos principais e divididos em dois subtemas cada. Os critérios foram estabelecidos com base no objeto de estudo dos artigos, suas escalas (micro para equipamentos arquitetônicos e macro para análises da cidade/natureza) e proximidade entre os temas. Essa separação em eixos temáticos tem como objetivo facilitar a análise e o entendimento acerca das informações obtidas através da revisão sistemática realizada. Com isso, obteve-se a seguinte divisão temática:

- **Eixo temático 1 – Equipamento Arquitetônico:** Artigos em que o foco principal seja o equipamento arquitetônico, em uma escala micro:
    - **Subtema 1 – Espacialização:** 4 artigos.
    - **Subtema 2 – Patrimônio:** 2 artigos.
- **Eixo temático 2 – Cidade:** Artigos em que o foco principal seja a cidade, em uma escala macro:
    - **Subtema 1 – Espaço urbano:** 4 artigos.
    - **Subtema 2 – Espaço natural:** 2 artigos.

Abaixo, é possível observar uma tabela com a relação entre os artigos achados, seus autores, ano de publicação e o eixo temático e subtema que se enquadram.

Tabela 1 – Artigos encontrados e o eixo e subtema que se enquadram.

Títulos / Autores	Ano	Eixo e Subtema
O terreiro de candomblé como espaço de construção do sagrado e de materialização da memória ancestral Daniela Calvo	2019	Equipamento arquitetônico: **Espacialização**
A organização geográfica do terreiro de candomblé contribuindo para ensino da geografia Luzineide Borges, Stela Caputo e Raimundo de Oliveira	2016	Equipamento arquitetônico: **Espacialização**
Exus, Pomba-giras e Pretos Velhos: o cemitério como espaço sagrado de pertencimento Lourival Andrade Junior	2021	Equipamento arquitetônico: **Espacialização**
A matriz africana no espaço do terreiro de candomblé como exemplo de topofilia Sandro Correia e Regina Marques	2023	Equipamento arquitetônico: **Espacialização**
O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo Elisabete Watanabe e Heloisa Cruz	2019	Equipamento arquitetônico: **Patrimônio**
O Cais do Valongo como palco religioso: ritual, memória e patrimônio num palimpsesto urbano Jérôme Souty	2023	Equipamento arquitetônico: **Patrimônio**
A cidade e o sagrado de matriz africana e afro-brasileira na cidade de Caruaru-PE Aristoteles Muniz e Beatriz Simoneli	2023	Cidade: **Espaço Urbano**
Dinâmicas Espaciais do Sagrado de Matriz Africana na Região Metropolitana de Goiânia/GO Mary Anne Vieira Silva	2011	Cidade: **Espaço Urbano**
Lugares de religião de matriz africana no território de Guarulhos Cláudia Regina Plens	2016	Cidade: **Espaço Urbano**

Cidade, cultura e a disputa pelo direito ao espaço: segregação urbana das comunidades de terreiro na região metropolitana de Goiânia Mary Anne Vieira Silva e Rodolfo Ferreira Alves Pena	2012	Cidade: **Espaço Urbano**
A Dimensão Sagrada do Patrimônio Florestal em Comunidades de Matriz africana em Joinvillle/Santa Catarina/Brasil: A Sacralidade da Floresta Denísia Borba e João Carlos Júnior	2022	Cidade: **Espaço Natural**
Modelagem de recursos da geodiversidade como suporte às práticas ritualísticas de comunidades de matriz africana Liliane Braga, Maria Machado e Úrsula Ruchkys	2014	Cidade: **Espaço Natural**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Resultados e discussão

Todos os 12 artigos selecionados foram escritos em português e publicados em periódicos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e Humanas, Geografia e Religião. Os artigos foram publicados nos seguintes periódicos: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia; ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade; Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade; Revista Em Tese; Revista *arq.urb;* REVER: Revista de Estudos da Religião; Revista Ciências Humanas; Revista Diálogos; Revista Religião & Sociedade; Caderno de Geografia; Revista Geográfica De América Central e Revista RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise. Com exceção de um trabalho, o qual foi publicado em uma revista da Costa Rica, todos os demais foram publicados em revistas brasileiras, o que pode indicar uma preferência por publicações nacionais para a temática das religiões de matriz africana.

Apenas um dos artigos analisados foi publicado em revistas da área de arquitetura e do urbanismo e outros três artigos em revistas da área de geografia, uma área afim do campo de estudo desta revisão sistemática. Dois artigos foram publicados em revistas de estudos de religião, tendo em vista a temática desses trabalhos, e o restante dos artigos foi publicado em revistas relacionadas com as áreas das ciências sociais e humanas.

Todos os estudos foram realizados no Brasil, enquanto um estudo realizou uma abordagem nacional, os demais se atentaram aos seguintes estados: Rio de janeiro (2 artigos), São Paulo (2 artigos), Bahia (2 artigos), Goiás (2 artigos), Minas Gerais (1 artigo), Pernambuco (1 artigo) e Santa Catarina (1 artigo). Percebe-se uma predominância de estudos na região sudeste, com 5 artigos, 3 artigos na região nordeste, 2 artigos na região centro-oeste e 1 artigo

na região sul. Os estudos se atentaram, principalmente, às áreas urbanas das cidades com 10 artigos, enquanto 2 artigos buscaram analisar, também, as áreas rurais.

Considerando as inter-relações entre as temáticas dos artigos analisados, foi realizada a divisão dos trabalhos em eixos temáticos e subtemas. O primeiro eixo-temático trata de artigos relacionados com o equipamento arquitetônico e está dividido em dois subtemas: espacialização e patrimônio. Já o segundo eixo temático trata de artigos voltados para os estudos da cidade e está dividido em dois subtemas: espaço urbano e espaço natural.

Eixo temático 1 – Equipamento arquitetônico

Neste eixo temático, foram encontrados seis artigos dos 12 utilizados para a revisão sistemática. Os trabalhos têm como objeto de estudo o equipamento arquitetônico: o terreiro, o santuário, o cemitério e o sítio arqueológico.

- **Subtema 1 – Espacialização**

Dos seis artigos deste eixo temático, quatro se enquadram neste subtema. Os trabalhos seguem a lógica dos estudos acerca da utilização e espacialização dos lugares de realização de cerimônias e rituais por parte dos seus frequentadores. A relevância deste subtema parte da compreensão da espacialização e do uso de espaços sagrados para a prática ritualística e cerimonial das religiões de matriz africana. Os principais dados analisados foram dispostos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Artigos do subtema espacialização do eixo temático equipamento arquitetônico.

Títulos / Autores / Anos	Objetivos
O terreiro de candomblé como espaço de construção do sagrado e de materialização da memória ancestral Daniela Calvo 2019	Analisar o terreiro de candomblé em sua geografia sagrada e social, como território de construção, transmissão e irradiação do sagrado e da memória ancestral (Calvo, 2019)
A organização geográfica do terreiro de candomblé contribuindo para ensino da geografia Luzineide Borges, Stela Caputo e Raimundo de Oliveira 2016	Descrever a organização do espaço geográfico sacralizado terreiro de candomblé, destacando a importância da geografia para a prática do candomblé e para o ensino dessa disciplina. (Borges; Caputo; Oliveira; 2016)
Exus, Pomba-giras e Pretos Velhos: o cemitério como espaço sagrado de pertencimento Lourival Andrade Junior 2021	Estudo acerca de três tipos de entidades da umbanda, justamente elas que possuem também como espaço de culto, para além do terreiro, o cemitério (Junior, 2021)

A matriz africana no espaço do terreiro de candomblé como exemplo de topofilia Sandro Correia e Regina Marques 2023	Mostrar como a tradição de matriz africana presente no espaço do terreiro de candomblé pode ser considerada como um exemplo de Topofilia (Correia; Marques, 2023)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Em seu trabalho, Calvo (2019) busca entender as diversas funções que o terreiro de candomblé assume perante seus usuários, desde a de construção de território até a de preservação da memória ancestral. Para isso, a autora realizou um estudo etnográfico com o sacerdote e iniciados do terreiro, para compreender os processos de construção do barracão, bem como sua estrutura e geografia sagrada. Como resultado, a autora conseguiu compreender características espaciais e simbólicas dos ambientes do terreiro, bem como os motivos para serem feitos dessa maneira, sempre seguindo os conselhos dos orixás e os mitos da religião. Por fim, fica claro que o ambiente do terreiro de candomblé apresenta diversos simbolismos e características que vão além da simples espacialização racional dos ambientes, além disso, ele está sempre em mutação, seguindo o fluxo da vida dos iniciados da religião.

O artigo de Borges, Caputo e Oliveira (2016) realiza uma relação entre o estudo e o ensino da geografia a partir da análise espacial do terreiro de candomblé e sua relação com a natureza e a construção da territorialidade. Através das entrevistas e pesquisas de embasamento teórico os autores conseguiram associar os orixás cultuados no terreiro, juntamente com suas características relacionadas a espacialidades e recursos da natureza com as formas de se ensinar e aprender a geografia, como exemplo: os entendimentos de Exu, orixá ligado às encruzilhadas, ruas e comunicações pode auxiliar no ensino da geografia a partir da localização, orientação, migrações, movimentos populacionais, meios de transporte, entre outros.

Em seu trabalho, Júnior (2021) realiza um estudo referencial bastante extenso a respeito de três entidades da umbanda que se utilizam do ambiente do cemitério para a realização e fortalecimento dos seus rituais. O autor determina que o espaço do cemitério é amplamente utilizado pelos praticantes da religião como ambiente sagrado e místico, lar de muitos espíritos cultuados pela religião. Apesar de ter o estudo a respeito do cemitério, o autor não aborda muito explicitamente a conformação espacial dele, focando na sua utilização por parte dos religiosos.

Correia e Marques (2023) apresentam uma abordagem acerca do espaço do terreiro de candomblé que foca na relação de pertencimento e reterritorialização africana. Ao apresentar os espaços do terreiro, os autores discutem os significados por trás de cada ambiente e suas estratégias de manter viva a ancestralidade e de combater o racismo religioso. Definem esse

espaço sagrado dos terreiros como um exemplo de topofilia, por sua relação com os ambientes natural e de hierofania, por representarem uma manifestação do sagrado.

De modo geral, os autores entendem que os ambientes de realização dos rituais e cerimônias se configuram muito mais que simples arquiteturas, são espaços simbólicos e repletos de sacralidade que carregam e externalizam os fundamentos das religiões afro-brasileiras. Os trabalhos apresentam abordagens qualitativas, com realização de entrevistas e conversas com os praticantes da religião, sempre com fundamentação teórica conexa, buscando entender as particularidades de cada ambiente analisado para realizar considerações abrangentes.

- **Subtema 2 – Patrimônio**

Neste subtema estão presentes dois artigos dos seis deste eixo temático. Os trabalhos seguem a lógica dos estudos acerca do patrimônio tombado e sua relevância para a preservação da cultura afro-religiosa. A importância deste subtema está vinculada aos entendimentos de tombamento patrimonial e os possíveis usos religiosos de espaços tombados. Os principais dados analisados foram dispostos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Artigos do subtema patrimônio do eixo temático equipamento arquitetônico.

Títulos / Autores / Anos	Objetivos
O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo Elisabete Watanabe e Heloisa Cruz **2019**	Apresentar reflexões acerca da proteção de territórios tradicionais de matriz africana, a partir da experiência da instrução técnica dos pedidos de tombamento de seis espaços ligados à prática do candomblé e umbanda em São Paulo (Watanabe; Cruz, 2019)
O Cais do Valongo como palco religioso: ritual, memória e patrimônio num palimpsesto urbano Jérôme Souty **2023**	Entender as relações entre as religiões de matriz africana, seus ritos e personagens principais com a utilização do espaço do Cais do Valongo e seu papel no entendimento e definição como patrimônio cultural da humanidade (Souty, 2023)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O trabalho de Watanabe e Cruz (2019) discute sobre o tombamento, como patrimônios culturais, de terreiros de candomblé e de um santuário natural da umbanda, a partir de percepções do que acarretaria para a manutenção e utilização desses lugares, em caso positivo para tombamento ou registro como patrimônio imaterial. Para a discussão foram realizados debates e estudos sobre a essência de cada religião e sua maneira de se expressar na utilização desses lugares. Como entendimento central, o candomblé apresenta uma relação muito

profunda com o terreiro, a partir da ancestralidade e das relações geográficas do espaço do terreno. Com isso, definiu-se que o melhor instrumento para manutenção, preservação e reconhecimento cultural dos terreiros seria o tombamento. Já a umbanda não possui uma relação de restrição para o local em que as cerimônias são realizadas, mas apresenta uma manifestação coletiva da religiosidade muito forte em seus lugares de culto, principalmente no caso do santuário. Com isso, ficou entendido que a melhor maneira de se preservar e proteger essa manifestação seria através do seu registro como patrimônio imaterial (Watanabe e Cruz, 2019).

Já o trabalho de Souty (2023) faz uma análise do uso, por praticantes de religiões afro-brasileiras, de um sítio arqueológico após o seu tombamento como patrimônio cultural. O autor busca demonstrar como a utilização desse espaço por essas pessoas possibilita a manutenção e a rememoração do real significado desse local para a sociedade brasileira. No decorrer do artigo, Jérôme Souty vai demonstrando as diferentes maneiras de apropriação e utilização desse ambiente, com usos culturais, esportivos, religiosos, entre outros. O autor destaca que todos esses eventos são artes performativas e expressões de patrimônio imaterial, apesar de, muitas vezes, estarem ligados à dimensão material desses patrimônios. Quem utiliza esse local recusa uma versão da história que lhes é imposta e estabelecem outras narrativas que impossibilitam uma nova invisibilidade desse patrimônio.

Ambos os artigos tratam a respeito da relação de utilização dos espaços por praticantes de religiões afro-brasileiras a partir dos entendimentos de patrimônios culturais. No entanto, apresentam debates em momentos diferentes desse processo de tombamento, um anterior à definição do tombamento, quando se discutem alternativas e possíveis mudanças na utilização desse espaço, quando tombado, e outro posterior, quando se analisa quais são as formas de ocupação e utilização deste local. Tirando essa diferenciação, ambos se utilizam de entrevistas e análises das formas de uso desses ambientes, para chegar às suas conclusões.

Eixo temático 2 – Cidade

Neste eixo temático, estão presentes seis dos 12 artigos analisados nesta revisão sistemática. Esses trabalhos têm como objeto de estudo a cidade, suas relações de territorialidade, organização espacial e recursos naturais.

- **Subtema 1 – Espaço Urbano**

Os quatro trabalhos presentes neste subtema seguem a lógica dos estudos acerca do meio urbano da cidade, buscando entender relações de territorialidade e organização espacial. A importância desse subtema se dá a partir do entendimento de ocupação da cidade por parte dos

terreiros de matriz africana, bem como relações de invisibilidade e pertencimento territorial. Os principais dados analisados foram dispostos no quadro abaixo:

Quadro 3 – Artigos do subtema espaço urbano do eixo temático cidade.

Títulos / Autores / Anos	Objetivos
A cidade e o sagrado de matriz africana e afro-brasileira na cidade de Caruaru-PE Aristoteles Muniz e Beatriz Simoneli **2023**	Realizar uma análise socioespacial dos Terreiros de Caruaru, buscando entender como estão distribuídos no tecido urbano e o lugar social que estas religiosidades ocupam na dinâmica urbana da cidade (Muniz; Simoneli, 2023)
Dinâmicas Espaciais do Sagrado de Matriz Africana na Região Metropolitana de Goiânia/GO Mary Anne Vieira Silva **2011**	Parte do estudo desenvolvido sobre a cidade e região metropolitana de Goiânia, em que são investigadas as dinâmicas espaciais do sagrado de matriz africana, num marco temporal que envolve os anos 1970 a 2000 (Silva, 2011)
Lugares de religião de matriz africana no território de Guarulhos Cláudia Regina Plens **2016**	Compreender a diversidade cultural do município, por meio da investigação da Arqueologia da Paisagem, para iniciar uma tecelagem geográfica e temporal dos lugares de importância social (Plens, 2016)
Cidade, cultura e a disputa pelo direito ao espaço: segregação urbana das comunidades de terreiro na região metropolitana de Goiânia Mary Anne Vieira Silva e Rodolfo Ferreira Alves Pena **2012**	Resultado dos projetos de pesquisa Igbadu: Territórios, gênero e história dos candomblés de Goiânia e Mães de santo: domínios territoriais, sociais e históricos do sagrado em Goiânia – GO e busca apresentar os resultados preliminares dos estudos referentes às religiões de matriz africana em Goiás (Silva; Pena, 2012)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Muniz e Simoneli (2023) realizam estudos para entender como se deu a organização dos terreiros de matriz africana em Caruaru. A partir de pesquisas e entrevistas, realizaram o mapeamento e a análise desses terreiros. Como resultado, perceberam que a maioria dos terreiros está localizada em bairros abastados da área central da cidade, outra observação é de que 46 terreiros são encontrados na área urbana, com apenas um encontrado em área rural. Outro ponto importante da análise é o de que a maioria dos terreiros não possuem placas de identificação, seja por motivos culturais ou de proteção. Essa análise realizada pelos autores demonstra percepções já estabelecidas pelos autores do tema de que o racismo religioso e a perseguição da fé de matriz africana foram os principais responsáveis pela periferização dos terreiros.

Silva (2011) realiza uma análise dos registros de comunidades de terreiros na região metropolitana de Goiás a partir do processo de ocupação de territórios. Ao longo de sua análise, a autora percebe alguns fatores que auxiliaram na invisibilidade e na negação dessas

comunidades na história do estado. Com isso, percebe-se que os candomblecistas sofreram de um fenômeno duplo na produção do espaço urbano, um ligado ao direito do território e o outro ao não reconhecimento de suas identidades e práticas. Assim, é possível considerar que essas comunidades, ao vivenciarem experiências de subalternidade, estabelecem uma capacidade de resistência que fica marcada no espaço urbano.

Plens (2016) analisa os dados da FUCESP a respeito da quantidade de terreiros presentes nos municípios de São Paulo e observa que mais da metade dos terreiros estão presentes nas cidades de Guarulhos e São Paulo. A partir de uma enquete realizada entre os alunos de uma escola estadual em Guarulhos, os estudantes foram capazes de identificar oito terreiros em 1,39 km². Também foi realizada uma entrevista com pais de santo que resultou no entendimento de que existem dois eixos de concentração de terreiros na cidade, a leste e a oeste, onde estão os núcleos mais antigos. Os terreiros apesar de se apresentarem mais dispersos no município, concentram-se muito próximos uns dos outros em distância física, indicando uma rede interconectada na utilização do espaço público.

Silva e Pena (2012) trazem análises de dados e discussões teóricas a respeito da ocupação da cidade por parte dos povos de terreiros. Um dos dados demonstra que no ano de 2006 25 terrenos foram doados pela prefeitura de Goiânia para instituições religiosas, no entanto nenhum desses terrenos foi doado para religiões de matriz africana. Os autores também observaram que que existe um processo de invisibilização desses grupos culturais, juntamente de periferização e marginalização das casas de candomblé, sem que haja ações públicas para as melhorias dessas questões.

Todos os trabalhos foram capazes de perceber a invisibilização dos povos de terreiro nas cidades analisadas, seja pela negação de suas existências ou por conta do medo de sofrer ataques. Outro ponto junto da invisibilidade é a negação do direito ao território e ocupação de seus lugares na cidade e na sociedade, criando uma periferização dos terreiros. Esses resultados partiram de análises de localização dos terreiros estudados e das entrevistas com os dirigentes e frequentadores dos terreiros, que também constataram uma falta de ações públicas para as melhorias das condições das comunidades afro-religiosas.

- **Subtema 2 – Espaço Natural**

Os dois trabalhos presentes neste subtema seguem a lógica dos estudos acerca dos recursos naturais das cidades de análise. Sua importância advém da ampla utilização desses lugares pelas religiões de matriz africana, que os têm como sagrados. Os principais dados analisados foram dispostos no quadro abaixo:

Quadro 4 – Artigos do subtema espaço natural do eixo temático cidade.

Títulos / autores	Objetivos
A Dimensão Sagrada do Patrimônio Florestal em Comunidades de Matriz africana em Joinvillle/Santa Catarina/Brasil: A Sacralidade da Floresta Denísia Borba e João Carlos Júnior **2022**	Entender a interpretação dos sacerdotes sobre as florestas, considerando que, tradicionalmente, as religiões de matriz africana sempre estiveram vinculadas à natureza e necessitam de ambientes naturais para os seus rituais (Borba; Junior; 2022)
Modelagem de recursos da geodiversidade como suporte às práticas ritualísticas de comunidades de matriz africana Liliane Braga, Maria Machado e Úrsula Ruchkys **2014**	Identificar potenciais locais com recursos naturais para serem utilizados nas práticas ritualísticas das comunidades de candomblé do município de Santa Luzia, Minas Gerais (Braga; Machado; Ruchkys, 2014)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

No artigo escrito por Borba e Junior (2022), as entrevistas com os sacerdotes resultaram em um quadro categorizado de acordo com suas relações e seus entendimentos sobre a floresta enquanto espaço sagrado e de patrimônio imaterial. Um dos principais entendimentos a partir dessa categorização foi o de que o candomblé não é apenas uma religião, mas um modo de vida para seus praticantes, integrando os territórios coletivos, com a natureza sendo esse território imprescindível, considerado um patrimônio cultural.

O artigo escrito por Oliveira, Machado e Ruchkys (2014) foi capaz de desenvolver uma série de mapas do município, de aproximações com ambientes naturais utilizados pelos religiosos. Após a confecção dos mapas de aproximações, foram elaborados critérios com diferentes pesos (de acordo com maior ou menor utilização do recurso natural) para confeccionar um último mapa com as áreas com alto potencial para a utilização desses espaços naturais. Com esse mapa comparado com os lugares já utilizados pelos sacerdotes para a realização dos seus ritos, foi possível constatar a sobreposição entre eles. Sendo assim, os espaços de alto potencial já eram utilizados pelos sacerdotes.

Os artigos citados acima têm como objeto de estudo o ambiente natural e sua relação com os praticantes das religiões de matriz africana. Para os autores dos dois trabalhos, as florestas e os elementos naturais são entendidos como ambientes sagrados para as comunidades afro-religiosas, que fazem uso desses espaços para a prática de seus rituais e cerimônias. Outro entendimento em comum é o de que esses ambientes naturais estão sendo gradualmente suprimidos, tornando esse contato entre a religiosidade afro-brasileira e o seu sagrado natural mais dificultado.

Ambos os trabalhos tiveram metodologias de análise parecidas, com pesquisas bibliográficas sobre as bases temáticas dos artigos e entrevistas com os sacerdotes e praticantes das religiões, para compreender seus entendimentos de sacralidade da natureza e quais os lugares que são utilizados para os ritos no meio natural. Contudo, o trabalho de Oliveira, Machado e Ruchkys (2014) utiliza de análises multicritério e álgebra de mapas para confeccionar um levantamento de potenciais espaços naturais sagrados no município, de acordo com suas proximidades dos elementos naturais elencados em entrevistas.

Considerações finais

O principal ponto percebido através deste artigo de revisão sistemática foi a pouca quantidade de trabalhos que buscam realizar a análise da arquitetura dos lugares de manifestação da fé de religiões afro-brasileiras presentes em bases de dados indexados, como nas analisadas acima (SciELO, Scopus e Periódicos Capes). Dos 92 artigos encontrados através da *string* de busca utilizada, somente 12 apresentaram análises tendo como objeto principal a arquitetura, a cidade e/ou os elementos naturais.

A divisão dos artigos em eixos temáticos possibilitou a percepção dos trabalhos focados nas análises dos equipamentos arquitetônicos e na cidade, com seus respectivos subtemas. Com isso, percebem-se os diversos territórios dos povos de terreiros e suas variadas utilizações, desde os ambientes dos terreiros, com suas possibilidades de espacialização, até a utilização dos equipamentos da cidade e dos ambientes naturais para as práticas religiosas dessas comunidades.

Esses trabalhos, apesar de analisarem a arquitetura, precisaram utilizar de elementos das ciências sociais e humanas, como a antropologia, e também de questões e conceitos da geografia, para ter uma percepção ampliada dos fenômenos estudados. Isso possibilita um entendimento de que somente arquitetura não seja suficiente para se analisar as relações humanas e religiosas com o ambiente físico, sendo necessário a utilização de análises e conceitos de outras áreas. Além disso, a metodologia de todos os trabalhos teve como ponto central as entrevistas com usuários e dirigentes de terreiros para a busca de dados da realidade de cada local. Contudo alguns trabalhos buscaram se basear, também, em outros mecanismos para corroborar com seus achados, como a utilização de mapeamento das cidades e tabelamento dos dados obtidos nas entrevistas.

Uma percepção amplamente registrada pelos autores analisados é a de que as religiões de matriz africana sofrem continuamente ataques, invisibilização e limitações de seus direitos

ao território e à cidade. Também foi analisada a falta de ações do poder público para minimizar ataques e proporcionar melhorias para a realização e manutenção da religiosidade nos meios urbano e natural.

Por último percebeu-se que apenas um artigo fez análises acerca das relações da umbanda com a arquitetura e a cidade, enquanto os demais focaram, principalmente, no candomblé. Essa falta de análises e estudos feitos por arquitetos e urbanistas acerca dos lugares de manifestação da fé afro-brasileira, principalmente sobre a umbanda e suas formas de utilização e apropriação dos lugares, fortalece a justificativa da existência de trabalhos com esse tema central, com o objetivo de suprir lacunas do conhecimento em arquitetura afro-religiosa.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pela bolsa de mestrado disponibilizada através do Edital FAPESC n. 48/2021.

Referências

BORBA, Denísia Martins; JÚNIOR, João Carlos Ferreira de Melo. A dimensão sagrada do patrimônio florestal em comunidades de matriz africana em Joinville/Santa Catarina/Brasil: a sacralidade da floresta. **Revista Ciências Humanas,** [S. l.], v. 15, n. 1, out. 2022. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/807. Acesso em: 5 jun. 2024.

BORGES, Luzineide Miranda.; CAPUTO, Stela Guedes; DE OLIVEIRA, Raimundo Nunes de. A organização geográfica do terreiro de candomblé contribuindo para ensino da geografia. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade,** [S. l.], v. 5, n. 2, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/15043. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRAGA, Liliane Rodrigues de Oliveria; MACHADO, Maria Marcia Magela; RUCHKYS, Úrsula Azevedo. Modelagem de recursos da geodiversidade como suporte às práticas ritualísticas de comunidades de matriz africana. **Caderno de Geografia.** [S. l.], v. 24, n. 42, p. 233-248, jul./dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/8713. Acesso em: 5 jun. 2024.

CALVO, Daniela. O terreiro de candomblé como espaço de construção do sagrado e de materialização da memória ancestral. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, [S. l.], v. 19, n. 2, maio./ago. 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/45172. Acesso em: 5 jun. 2024.

CORREIA, Sandro dos Santos; MARQUES, Regina Suama Ngola. A matriz africana no espaço do terreiro de candomblé como exemplo de topofilia. **ODEERE**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 101-118, set./dez. 2023. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/13901. Acesso em: 5 jun. 2024.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JUNIOR, Lourival Andrade. Exus, Pomba-giras e pretos velhos: o cemitério como espaço sagrado de pertencimento. **Dialogos**, v. 25, n. 3, p. 8-37, 12 out. 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60531. Acesso em: 5 jun. 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios Negros em Áreas Rural e Urbana: Algumas Questões. In: Terras e territórios de Negros no Brasil. **Cadernos Textos e Debates do NUER-UFSC**. Ano 1, n. 2, 1991.

MOASSAB, Andréia. **A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nos estudos de arquitetura.** Foz do Iguaçu, PR: MALOCA – Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, n. 2; UNILA, 2021. Disponível em: https://issuu.com/cadernomaloca/docs/caderno_maloca_n2. Acesso em: 15 jun. 2024.

MUNIZ, Aristoteles; SIMONELI, Beatriz. A cidade e o sagrado de matriz africana e afro-brasileira na cidade de Caruaru-PE. **Em Tese.** Santa Catarina, v. 20, n. 2, p. 204-226, out./dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/96944. Acesso em: 5 jun. 2024.

PLENS, Claudia R. Lugares de religião de matriz africana no território de Guarulhos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, Brasil, n. 26, p. 151-162, ago. 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/119019. Acesso em: 5 jun. 2024.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 64-83, 1996. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28365. Acesso em: 8 jun. 2024.

PRANDI, Reginaldo. Prefácio. In: CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras:** uma construção teológica. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Mary Anne Vieira. Dinâmicas espaciais do sagrado de matriz africana na região metropolitana de Goiânia/GO. **Revista Geográfica de América Centra**l. Costa Rica, v. 2, n. 47, p. 1-18, 2012. Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2313. Acesso em: 5 jun. 2024.

SILVA, Mary Anne Vieira; PENA, Rodolfo Ferreira Alves. Cidade, cultura e a disputa pelo direito ao espaço: segregação urbana das comunidades de terreiro na região metropolitana de Goiânia. **RAEGA – O Espaço Geográfico em Análise,** [S. l.], v. 24, mar. 2012. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26207. Acesso em: 5 jun. 2024.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato:** a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOUTY, Jérôme. O Cais do Valongo como palco religioso: ritual, memória e patrimônio num palimpsesto urbano. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 99-127, dec. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/TtjGqNbbxksjGdYwcMKHwGF/?lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2024.

WATANABE, Elisabete Mitico; CRUZ, Heloisa de Faria. O reconhecimento do patrimônio cultural de matriz africana – tombamento e registro de territórios tradicionais em São Paulo. **arq.urb**, São Paulo, n. 26, p. 7-22, 2019. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/24. Acesso em: 5 jun. 2024.

Recebido em 30/10/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC

Renata Lais Bogo; Karine Daufenbach

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

BOGO, Renata Lais; DAUFENBACH, Karine. Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 58-76, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Construtores da modernidade. Imigração, nacionalismo e regulamentação profissional: o caso de Rio do Sul/SC

Renata Lais Bogo[1]
Karine Daufenbach[2]

Resumo
O município de Rio do Sul exemplifica o desenvolvimento de uma modernidade impulsionada especialmente por profissionais construtores imigrantes provenientes de países de língua alemã e da Itália, entre o final do século XIX e início do século XX. Entretanto, a historiografia da arquitetura moderna brasileira desconsidera as contribuições desses imigrantes e descendentes, cuja atuação é expressiva, seja de forma autônoma ou em cargos públicos. Muitos deles chegam por meio de empresas estrangeiras, formam redes de sociabilidade baseadas na língua e cultura de origem, contratando-se mutuamente devido à falta de mão de obra local qualificada. Embora os anos 1930 sejam marcados por políticas nacionalistas e por regulamentações profissionais que restringiram a atuação e marginalizaram tais profissionais, eles continuaram a atuar de forma significativa, construindo grandes obras de infraestrutura e uma modernidade que não foi registrada pela historiografia oficial da arquitetura brasileira, apesar de sua contribuição essencial ao campo disciplinar e no desenvolvimento urbano das regiões de imigração.
Palavras-chave: Regiões de imigração; Profissionais construtores; Historiografia da arquitetura moderna brasileira; Rio do Sul.

Resumen
El municipio de Rio do Sul ejemplifica el desarrollo de una modernidad impulsada principalmente por profesionales constructores inmigrantes provenientes de países de habla alemana e de Italia entre finales del siglo XIX y principios del siglo XX. Sin embargo, la historiografía de la arquitectura moderna brasileña ignora las contribuciones de estos inmigrantes y sus descendientes, cuya actuación fue significativa, ya sea de manera autónoma o en cargos públicos. Muchos de ellos llegaron a través de empresas extranjeras, formando

[1] Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do grupo de pesquisa Historiografia e Cultura da Arquitetura da UFSC. E-mail: bogo.renata@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5637-5852
[2] Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ/UFSC. E-mail: karine.daufenbach@ufsc.br ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2292-8219

redes de sociabilidad basadas en su lengua y cultura de origen, contratándose mutuamente debido a la falta de mano de obra local calificada. Aunque la década de 1930 estuvo marcada por políticas nacionalistas y regulaciones profesionales que restringieron y marginaron a estos profesionales, ellos continuaron desempeñando un papel importante, construyendo grandes obras de infraestructura y una modernidad que no fue registrada por la historiografía oficial de la arquitectura brasileña, a pesar de su contribución esencial al campo disciplinar y al desarrollo urbano de las regiones de inmigración.
Palavras clave: Regiones de inmigración; Profesionales constructores; Historiografía de la arquitectura moderna brasileña; Rio do Sul.

Abstract
The municipality of Rio do Sul exemplifies the development of a modernity driven primarily by immigrant construction professionals from German-speaking countries and Italy between the late 19th and early 20th centuries. However, the historiography of Brazilian modern architecture overlooks the contributions of these immigrants and their descendants, whose work was significant, whether independently or in public positions. Many of them arrived through foreign companies, forming social networks based on their native language and culture, hiring one another due to the lack of skilled local labor. Although the 1930s were marked by nationalist policies and professional regulations that restricted and marginalized these professionals, they continued to make substantial contributions, constructing major infrastructure projects and a modernity that has gone unrecorded by the official historiography of Brazilian architecture, despite its essential contributions to the discipline and to the urban development of immigrant regions.
Keywords: Immigration regions; Construction professionals; Historiography of Brazilian modern architecture; Rio do Sul.

Introdução

A construção de cidades situadas em regiões de imigração e que se consolidam durante esses mesmos períodos migratórios, como o caso de Rio do Sul, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, é marcada pela contribuição direta da mão de obra física e intelectual de imigrantes europeus e seus descendentes, responsáveis pelo que podemos chamar de um primeiro ciclo de modernidade local, entre os anos de 1920 e 1960. A importância desses profissionais da construção civil se dá por sua extensa e diversa produção arquitetônica e urbana, explorando tipologias, linguagens, programas e técnicas construtivas que expressam uma interpretação da modernidade, mas também responsáveis por grandes obras de modernização na região.

Entretanto, apesar dessa vasta produção, a contribuição desses profissionais foi alijada da historiografia da arquitetura moderna brasileira por se distanciar do cânone estabelecido,

qual seja, de uma arquitetura que revisita uma pretensa tradição luso-brasileira do período colonial, e que resulta em uma narrativa linear, homogênea e evolucionista. Historiografia que é fruto de período de intenso nacionalismo – de modo significativo a partir do anos 1930 e particularmente no Estado Novo –, que também teve como resultado políticas de nacionalização, caracterizadas pela perseguição e pelo combate ao "elemento estrangeiro" e acompanhadas de regulamentações profissionais que, nesse caso, significaram restrições de atuação para os imigrantes.

Neste artigo, busca-se demonstrar a importância dos construtores das regiões de imigração, especialmente pela contribuição que tiveram na arquitetura e na formação e consolidação do espaço urbano de muitas cidades catarinenses, como o caso do engenheiro civil ítalo-brasileiro Gino de Lotto, importante personagem no desenvolvimento urbano de Rio do Sul. Ao analisar sua trajetória, evidencia-se como os profissionais imigrantes mantêm-se atuantes mesmo dentro de um contexto de balizamento profissional, muitas vezes amparados pelas redes de conexão que estabelecem nessas zonas de imigração e que, apesar de suas contribuições significativas, foram marginalizados historicamente pela narrativa da arquitetura moderna brasileira que perpetuou-se ao longo do século XX.

Impulsos à imigração

O atual município de Rio do Sul foi povoado inicialmente por imigrantes de origem germânica e italiana nas primeiras décadas do século XX, enquanto ainda era um distrito da então Colônia Blumenau, batizado de Bella Alliança. A ocupação da Colônia Blumenau, que compreende hoje o Vale do Itajaí, foi marcada por intensos fluxos migratórios, especialmente a partir da década de 1850, incentivados por políticas governamentais e por fatores econômicos para a povoação da região.

Figura 1 – Carta do Estado de Santa Catharina: carta chorographica, 1917. (Em primeiro plano) Divisão das colônias catarinenses, com destaque para a Colônia Blumenau. (Em segundo plano). No mapa da colônia Blumenau, sinalizado em azul, estão os distritos de Bella Alliança e Matador, que hoje compõem Rio do Sul.

Fonte: José Vieira da Rosa, Biblioteca digital Luso-Brasileira. Modificado pela autora.

As primeiras levas de imigrantes germânicos para Santa Catarina foram incentivadas ainda na década de 1820, para que atuassem como agricultores – atividade necessária para o fornecimento das cidades e abastecimento dos exércitos –, e como soldados, no intuito de constituir um exército ao novo Império que se consolidava e possuía inimigos dentro e fora de seu território. Nesse contexto, a ocupação de terras pouco habitadas e a formação de um exército nacional eram prioridades do governo brasileiro. O deslocamento de cerca de dez mil alemães ao Brasil caracterizaria a primeira fase de colonização germânica no País (Falcão, 2004; Oliveira; Salomon, 2010).

As levas migratórias seguintes, inicialmente de povos germânicos e posteriormente de italianos, foram incentivadas pelo governo brasileiro a partir de 1850 para ocupação e desenvolvimento de áreas interioranas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste – utilizando-

se de outra estrutura agrária e do regime de pequena propriedade familiar, por iniciativas do próprio governo –, buscando transformar uma parte do Brasil que, até então, era majoritariamente formado pelos imigrantes portugueses, negros escravizados e povos indígenas nativos (Seyferth, 1990). A Colônia Blumenau foi um dos principais destinos desses imigrantes.

Posteriormente, ocorre um movimento migratório novamente incentivado por ações governamentais, a partir da Proclamação da República, em que a demanda por mão de obra e os anseios pelo branqueamento da população levam o governo a realizar uma intensa campanha propagandista, visando impulsionar a vinda de imigrantes europeus. "No processo de formação nacional, a referência era a Europa; por isso, lideranças políticas e intelectuais desejavam povoar o Brasil com europeus e, assim, recriar o Velho Mundo em solo tupiniquim" (Klug *et al.*, 2022, p. 362). Tais políticas ─ como a oferta de terras, subsídios e facilidades para a instalação dos imigrantes ─, ocorrem de forma simultânea aos diversos conflitos que levam a Europa às grandes guerras. Portanto, as ações divulgadas pelo governo brasileiro para incentivo à migração foram amplamente acatadas nos países europeus mais afetados pela crise.

Nesse cenário, intensifica-se o debate sobre a identidade nacional brasileira, em um contexto em que a imigração europeia, como mencionado, foi vista como uma estratégia para branqueamento da população e a modernização do País. Tal debate é amparado por teorias eugenistas de intelectuais como Silvio Romero e Nina Rodrigues, que faziam parte do movimento disseminado entre o final do século XIX e início do século XX que pregava a inferioridade racial do negro, a superioridade racial dos europeus e a necessidade de promover a miscigenação da população brasileira, propondo uma compensação através do incentivo da migração em massa de alemães para o território brasileiro. Especialmente entre as duas primeiras décadas do século XX é desenvolvida a teoria do branqueamento, que promovia a ideia de que dentro de algumas gerações o Brasil se tornaria totalmente branco (Weimer, 1983; Ortiz, 1994). Weimer (1983) aborda como se daria tal política ao tratar da teoria da aculturação,[3] citando o caso dos Estados Unidos, em que se acreditava que as diversas culturas do país iriam passar por processos de fusão, até que as "impurezas" fossem eliminadas, resultando em uma cultura "legítima". Essa teoria parte da ideia que a cultura norte-americana ideal estaria isenta de influências culturais dos povos imigrantes, originários ou escravizados.

[3] Segundo Lesser (2001, p. 22) trata-se da "modificação de uma cultura em resultado do contato com outra", muito comum em comparação com a assimilação, fenômeno caracterizado pelo autor como raro, quando "a cultura pré-migratória da pessoa desaparece por completo".

Esse breve panorama mostra como a imigração é incentivada e facilitada em diferentes momentos tanto durante o Império quanto durante a primeira República no Brasil, contemplando todo o século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Para Lesser (2001), a imigração possui tamanha influência a ponto de ser definida como "de fato a construção da identidade nacional", apesar de rechaçar a ideia de uma identidade homogênea ou estática (Lesser, 2001, p. 20).

É apenas a partir da Revolução de 1930 que as teorias raciais se tornam obsoletas e outras teorias, como a de Gilberto Freyre, em que a categoria "raça" é substituída pela de "cultura", recebem destaque e passam a ser disseminadas. As eventuais características negativas associadas aos mestiços são reinterpretadas e a miscigenação, positivada (Cardoso, 2022; Frotscher, 2007; Ortiz, 1994). A partir da inclusão da mestiçagem como característica da nação, há o desenvolvimento de um nacionalismo avesso à imigração, uma postura radicalmente diferente se confrontado ao período anterior que legitimou a teoria do branqueamento (Weimer, 1983).

O nacionalismo e a reinterpretação da imigração

Durante a era Vargas, precisamente em 1934, é promulgada a nova Constituição que expunha os limites da República, mantendo por exemplo, os analfabetos excluídos do processo eleitoral e submetendo os imigrantes "a uma política restritiva em suas garantias individuais, que permitia ao Estado expulsar estrangeiros considerados politicamente perigosos à ordem pública ou aos interesses nacionais" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 448). Tratava-se de uma estratégia de controle dos núcleos de imigração, que então se fortaleciam politicamente e passaram a ser lidos como uma ameaça à nação brasileira em decorrência do crescimento do fascismo na Europa, uma vez que esses ideais se disseminavam nas regiões de imigração no território nacional.

Tal ideologia política ganha força no território brasileiro principalmente a partir da criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, em especial nas áreas de colonização alemã e italiana. Cabe mencionar que Vargas via no Integralismo características positivas como a exacerbação do nacionalismo, a colaboração de classes e o corporativismo, em consonância com suas próprias convicções (Cardoso, 2022; Schwarcz; Starling, 2015), unindo forças ao movimento contra a ameaça comunista iminente. Diante das mobilizações que ocorriam, erradica a oposição esquerdista de forma violenta e, às vésperas das eleições, em 1937, institui o que seria conhecido como "Estado Novo": um regime de natureza autoritária, modernizante

e pragmática. Especialmente a partir da fundação do Estado Novo, houve a busca pela construção de um paradigma de brasilidade, onde se objetivava uma identificação entre a nação e o Estado, para fortalecimento do sentimento de identidade nacional (Cardoso, 2022a; Schwarcz; Starling, 2015).

Objetivando um controle populacional, especialmente em decorrência do crescimento da AIB, cria-se a campanha de nacionalização, que pretendia forçar uma assimilação da cultura brasileira pelos "elementos estrangeiros", a partir da implementação de programas educativos de conteúdo nacionalista como forma de oposição às práticas regionalistas, propondo uma regulamentação do ensino, também expresso na padronização da língua e da cultura. Não havia, portanto, um discurso de integração entre o nacional e o estrangeiro; havia, de fato, imposição de valores "brasileiros", através do cerceamento ao uso das línguas maternas, à realização de festividades e atividades recreativas vinculadas ao país de origem, e que tencionava substituir o sentimento de pertencimento a outras nacionalidades (Seyferth, 1990; Cardoso, 2022; Falbel, 2005).

> As políticas culturais do governo Vargas não eram afirmativas da diversidade racial; ao contrário, pretendiam assegurar a conformidade a um ideal abstrato da coletividade, encarnado na nação e personificado pelo próprio líder. Em especial sob o Estado Novo, o regime atentou ativamente contra os direitos políticos, as identidades regionais e a liberdade religiosa [...]. As identidades étnicas não foram poupadas nesse processo. O Dia da Raça, instituído em 1939, dedicava-se a comemorar uma raça única, a brasileira, em contraposição implícita a qualquer subdivisão desta (Cardoso, 2022, p. 259).

Cardoso (2022, p. 281) é enfático ao salientar a desonestidade do discurso de pureza racial seja em qualquer contexto, tanto mais em uma sociedade marcada pela miscigenação entre nativos, descendentes de imigrantes e migrantes forçados com "etnias e origens em todas as combinações possíveis [...]". Entende-se que o nacionalismo brasileiro se constrói fazendo uso de elementos do passado e da tradição para justificar o Brasil moderno. A partir da anulação das diferenças étnicas e culturais, busca-se uma valorização da língua nacional e de outros elementos que representam a união da nação.

Em termos políticos, esse desejo de construir uma nação moderna se constituiu no "projeto moderno" dos anos 1930 aos 1950, tendo no modernismo a sua face cultural. Nesse sentido, o modernismo surge enquanto um projeto estético e ideológico que propõe modificações em diferentes áreas, buscando uma conscientização e uma expressão artística nacional unificada. No campo da arquitetura, esse modernismo unificador pode ser lido nas teorias elaboradas por Lucio Costa, especialmente a partir da década de 1930. O cânone aí

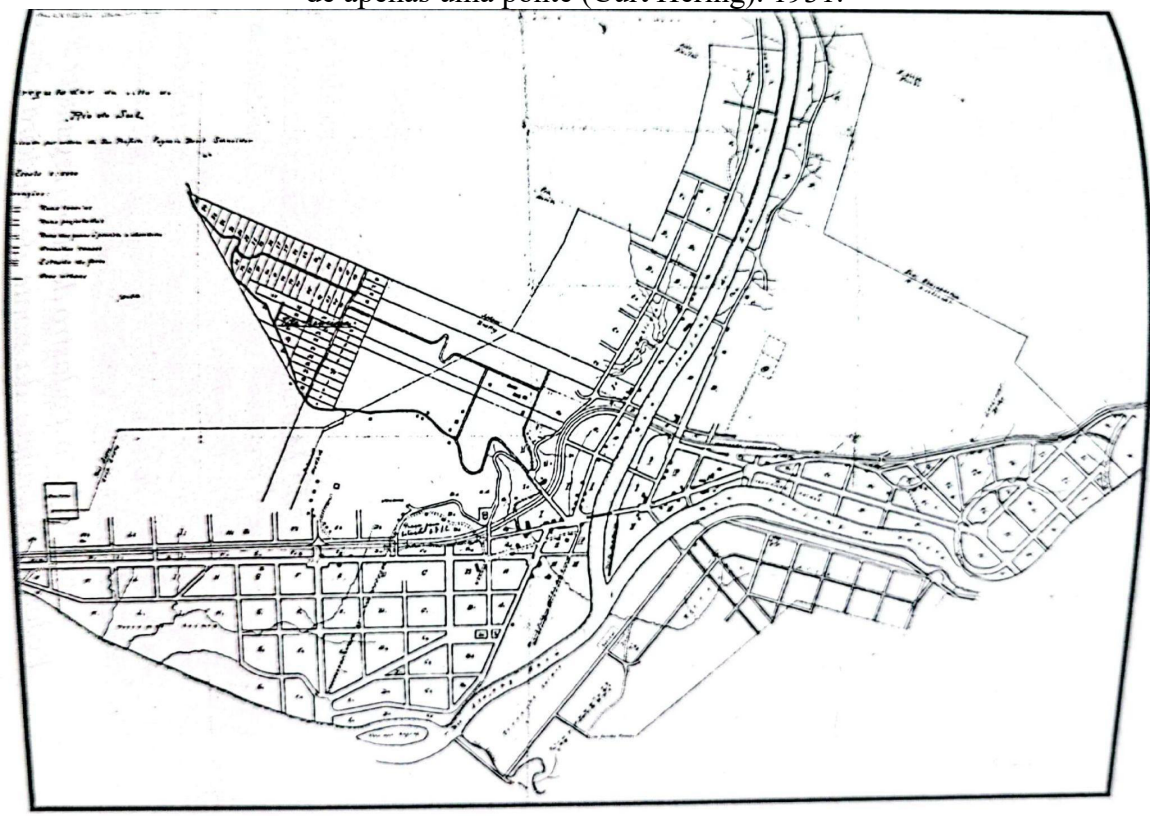
criado deu origem, por sua vez, a uma historiografia com base na ideia de uma tradição luso-brasileira que tem no moderno sua continuidade, desconsiderando a obra dos imigrantes ou qualquer manifestação que não lhe seja condizente.

Incentivo e permanência: a atuação dos profissionais construtores

O contexto pós proclamação da República coincide com a instalação de infraestruturas básicas nas regiões de imigração, como abertura de estradas e criação de meios de transporte de insumos que estimulassem o desenvolvimento econômico. Pode-se citar a implementação das estradas de ferro como uma das principais obras realizadas nas primeiras décadas do século XX. A abertura de estradas e a implementação da linha férrea por empresas estrangeiras motivou e viabilizou a vinda de diversos profissionais do continente europeu para essas regiões, entre os quais engenheiros e arquitetos formados nos seus países de origem e/ou com significativas experiências de trabalho.

No caso de Rio do Sul, a virada entre os anos 1920 e 1930 é marcada por obras de grande importância urbana e com impactos diretos no setor econômico na região, com destaque ao início das obras de construção da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), no trecho entre Lontras e Rio do Sul, e que motivaram significativa reformulação no espaço urbano (Colaço; Klanovicz, 1999). Pouco antes da emancipação de Rio do Sul, em 1929, as obras se iniciam buscando viabilizar uma conexão entre o litoral e a serra. Segundo Wittmann (2008), a ferrovia era parte dos projetos dos administradores da Colônia Blumenau desde seus primórdios, onde as lideranças locais, na figura de bancos e empreendedores alemães, por meio de sua influência, viabilizaram a construção da ferrovia no Vale do Itajaí: "[...] uma ferrovia isolada e não [...] parte de uma rede ferroviária [...]", que viabilizou o transporte de bens e pessoas com mais agilidade, conectando diversas regiões e alcançando uma área territorial maior (Wittmann, 2008, p. 33). Foi a partir da implementação da Estrada de Ferro na virada dos anos 1920 e 1930, permeada por promessas de desenvolvimento local, que houve um crescimento do território e uma expansão "desordenada" da cidade (Colaço; Klanovicz, 1999), sendo necessária a realização de um levantamento cadastral, visando ao desenvolvimento do primeiro plano diretor do município. Em 1931, é designado ao engenheiro civil italiano Gino de Lotto a elaboração do primeiro mapa cadastral de Rio do Sul.

Figura 2 – Rio do Sul. Plano regulador da Vila de Rio do Sul, elaborado por Gino de Lotto. Intersecção entre os rios como eixo referencial do mapa. Observa-se a presença de apenas uma ponte (Curt Hering). 1931.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio do Sul. Revista Rio do Sul, Tomo I n. 3, novembro de 1999.

Com a instauração da linha férrea, fez-se necessária a construção de uma nova ponte no município recém-emancipado. O jornal "O Agricultor", em novembro de 1932, informa a presença de engenheiros da Companhia Geral de Obras e Construções S. A. (Geobra),[4] averiguando o possível local da ponte da Estrada de Ferro; já em agosto de 1934, o mesmo periódico noticia o início das obras e os dez meses previstos de duração. No ano seguinte, mais uma vez a grande obra de engenharia é manchete na imprensa local por suas características avançadas para a época. O trem trazia o tão esperado "progresso" para o município:

> A ponte sobre o rio Itajahy do Sul, orgulho deste município, é no conceito da sumidade de nossa Engenharia a 1ª no genero, nas 3 Americas, sendo seu 1º arco, de 155 metros, o maior até então executado em cimento armado. A ponte é inteiramente construída com material nacional, ferro e cimento produzido no paiz, o que vem provar o alto

[4] Companhia com sede no Rio de Janeiro, responsável pela construção de grandes obras, como a ponte de concreto armado sobre o Rio Tubarão (Jornal A Gazeta, 1938, edição 1.140), e a ponte e túnel em Hamonnia (hoje Ibirama), sob direção do engenheiro Leo Frederico Glas (Jornal A Cidade, 1937, edição 81). A Companhia Geobra foi responsável pela contratação de diversos profissionais construtores e engenheiros que atuaram na construção de pontes pela EFSC, como o caso de João Gomes da Nóbrega, que se mudou para Blumenau em 1929, levado pela referida companhia para trabalhar na construção da ponte metálica da EFSC sobre o Rio Itajaí-Açu (Blumenau em Cadernos, 1961, edição 2).

> gráu de nossa industria, que muito bem rivalisa com a similar extrangeira; obedecendo, portanto, a construcção dessa obra monumental a uma orientação altamente patriotica, demonstração do elevado criterio do Engenheiro Chefe da Estrada de Ferro S. Catharina, propugnados do prolongamento de nossa Estrada e desse imponente trabalho (O Agricultor, 1935, n. 36, p. 1).

A execução da obra foi de autoria da firma Christiani & Nielsen,[5] sob direção do chefe construtor H. D. Nielsen, engenheiro descrito como profundo conhecedor de construções em concreto armado.[6] Na mesma edição, são feitos agradecimentos especiais ao interventor federal no estado, Cel. Aristiliano Ramos, pelo empenho para a realização do empreendimento, e ao governo Federal, pelo reconhecimento econômico da zona e, assim, "patrioticamente incentivar o progresso". Também é registrada a "segurança e solidez da grande ponte, cujo arco principal tem 80m de vão e é a maior até hoje construída em cimento armado para Estradas de Ferro". É salientado ainda que o material "dessa importante obra é todo nacional, o que muito recomenda o criterio e accerto da actual Directoria da Estrada, promovendo a construcção dessa natureza, em substituição á pontes metallicas, dispendiosas, de onerosa conservação e derivadoras de nosso ouro para o extrangeiro".[7]

Além das migrações motivadas por oportunidades profissionais, é comum observar aquelas motivadas por imigrantes já instalados no País, através de redes de sociabilidade e comunidades formadas principalmente a partir da língua comum, mais do que por noções mais recentes de pátria e nacionalidade, que ainda estavam em formação nesse momento também no continente europeu. Nesse aspecto, salienta-se a estreita cadeia de inter-relações que os imigrantes constituíam entre si, na nova pátria. Como exemplo de ambas as possibilidades, tem-se a figura do engenheiro civil italiano Gino de Lotto, que possui expressiva atuação no município de Rio do Sul, onde consolidou-se profissionalmente como engenheiro e construtor ao assinar a autoria de diversas obras emblemáticas. Nascido em 1896 em Mira Taglio, Veneza, Itália,[8] e graduado em Engenharia Civil e Hidráulica pela Real Universidade de Padova (Regia Università di Padova, atualmente Universidade de Pádua), em 1922, de Lotto partiu da Itália

[5] A firma de dinamarqueses Christiani & Nielsen é citada por Santos (1981), pela dedicação às construções em concreto armado tanto de edificações quanto de pontes e barragens, estas últimas às quais destinou maior empenho. Trata-se de uma construtora muito atuante no Brasil nos anos 1930, responsável, dentre outras obras, pelo Elevador Lacerda, de Salvador, conforme Segawa (2014). Cf.: SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. São Paulo: IAB, 1981 e SEGAWA, Hugo Massaki. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: Edusp, 2014.

[6] Jornal "O Agricultor" edição n. 36, março de 1935.

[7] Jornal "O Agricultor" edição n. 11, novembro de 1935.

[8] As informações sobre o engenheiro foram coletadas na breve biografia sobre Gino Alberto de Lotto produzida pelo Arquivo Público Histórico de Rio do Sul, publicado no periódico do Arquivo Público "Rio do Sul – Nossa história em revista" e são complementadas com informações adquiridas por meio das entrevistas realizadas com as filhas do engenheiro civil, Emma de Lotto e Irene de Lotto.

para o Brasil em janeiro de 1923 e, após uma breve permanência no Rio de Janeiro, Santos e Curitiba, fixou residência em Santa Catarina. Em 1926 assumiu o cargo de Engenheiro da Primeira Residência da Secretaria da Estrada de Ferro de Santa Catarina, tornando-se responsável pelo trecho Subida-Rio do Sul-Barra do Trombudo, em seguida pelo trecho Barra do Trombudo-Trombudo Central.[9]

No caso de de Lotto, não se sabe ao certo as motivações de sua transferência, uma vez que seu trabalho como engenheiro na EFSC é posterior a sua imigração. Sabe-se, porém, que era amigo próximo de Ermembergo Pellizzetti, italiano naturalizado brasileiro que emigrou para o Brasil ainda em 1899. Em 1910, Pellizzetti se mudou para o distrito de Bella Alliança, pertencente à então Colônia Blumenau, onde atuou como empreiteiro de obras de estradas. Foi fundador do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Alliança em 1928 e eleito Deputado Estadual no Parlamento Catarinense, tendo sido figura ativa no processo de emancipação político-administrativa de Rio do Sul em 1931.

Todavia, Gino de Lotto atuou como engenheiro da ferrovia até 1930 e, conforme consta no jornal "Cidade de Blumenau", foi nomeado em 3 de novembro de 1933 Engenheiro Municipal na Prefeitura de Blumenau, cargo do qual foi exonerado em 23 de março de 1934 a pedido próprio, em virtude de seu novo cargo de Engenheiro Inspetor da Diretoria de Estradas de Rodagem do Estado. O engenheiro foi uma figura de grande prestígio tanto em Rio do Sul, onde residia, quanto em Blumenau. Em 1933, o periódico "Cidade de Blumenau" cita, em breve manchete, a visita do engenheiro à cidade. Em 1935, é noticiada a inauguração de uma ponte, iniciada em 20 de setembro de 1934, sob a "orientação do competente Engo. Gino de Lotto". Conforme recortes extraídos de vários jornais da época, de Lotto era presença constante em trabalhos dentro do poder público, especificamente na Prefeitura de Blumenau. Entende-se que a atuação estatal conferia grande projeção a esses profissionais, em um contexto onde são reconhecidos e procurados por uma elite local.

Em 1935, em circunstâncias não muito claras, de Lotto parte para a Europa, voluntariando-se como combatente pela Itália na Guerra da Abissínia. Algum tempo depois, o periódico "Cidade de Blumenau" registra o retorno do engenheiro ao Brasil, em 1937. A partir daí, nota-se um vasto período marcado por sua intensa atuação como profissional autônomo, desenvolvendo diversos projetos importantes como a Rodoviária de Rio do Sul, mas também

[9] Informações extraídas da Revista Rio do Sul, Tomo I, n. 3, novembro de 1999.

associado a outros nomes, em uma estreita relação entre profissionais da construção civil em um momento de sensíveis regulamentações da profissão.

Figura 3 – Gino de Lotto. Terminal Rodoviário, década de 1950, Rio do Sul.

Fonte: Acervo Marzall. Publicado por Marlese Salete Barth no grupo de Facebook "Antigamente em Rio do Sul".

Exemplificando essa relação, nos projetos arquitetônicos e demais registros encontrados no Arquivo Público do município de Rio do Sul, nota-se a expressiva atuação de de Lotto em conjunto com o construtor licenciado Simão Gramlich. Gramlich foi um dos profissionais com formação técnica em território alemão, com vasta atuação no Rio Grande do Sul antes de seu estabelecimento em Blumenau, sem diploma equivalente em território brasileiro. Tal designação, de construtor licenciado, limitava sua atuação, ao restringir, por exemplo, o número de pavimentos que poderia assinar. Dessa forma, a associação com profissionais diplomados garantia a possibilidade de atuar em obras de maior escala, o que pode ser visto em algumas obras do município de Rio do Sul, como o colégio Dom Bosco e a Catedral São João Batista, com projeto arquitetônico assinado por Gramlich e a construção por de Lotto.

Figura 4 – Simão Gramlich (projeto arquitetônico), Gino de Lotto (execução). Colégio Dom Bosco (1941-1951). Rio do Sul. À direita, Catedral São João Batista em construção, 1953.

Fonte: Acervo Marzall. Publicado por Nanda Rios no grupo de Facebook "Antigamente em Rio do Sul".

Gramlich e de Lotto destacam-se por sua vasta produção na cidade de Rio do Sul, sendo responsáveis por projetos e/ou execuções de obras de pequeno a grande porte, dos mais diversos usos. Gramlich foi responsável por outras obras sacras, como a Assembleia de Deus, projetada em 1939, além de ter assinado diversas residências e sobrados entre as décadas de 1930 e 1940. Já de Lotto foi responsável por outras obras institucionais, como o Colégio Sagrado Coração de Jesus, e diversas obras residenciais, destacando-se, porém, nas obras com programas modernos, como a já citada Rodoviária de Rio do Sul, loja de peças para automóveis e postos de serviço para abastecimento de veículos.

Outra obra que exemplifica esse contexto de atuação conjunta desses profissionais no município de Rio do Sul é a Casa de Negócios projetada para Curt Schroeder em 1937 pelo arquiteto alemão Richard Kaulich e executada por Franz Strube. Arquiteto com vasta produção no município de Blumenau a partir de 1933, Kaulich emigrou para o Brasil em 1927[10] depois da formação na reconhecida Universidade de Berlim (hoje Universidade Humboldt de Berlim),

[10] Segundo os registros de Braga (2020) a partir de entrevista realizada com a esposa do neto de Richard Kaulich, e das informações de chegada confirmadas em Die Maus em 1926 (site que possibilita a consulta de passageiros ou embarcações saídas do porto de Bremen, na Alemanha, e seus respectivos destinos. Disponível em http://www.passengerlists.de/).

sendo essa sua única obra assinada em Rio do Sul. Já Franz Strube, construtor licenciado também de origem alemã, foi responsável por diversas obras edificadas no recém fundado município de Rio do Sul, como a Igreja de Cristo, primeiro templo luterano do distrito. Diversos de seus projetos são apresentados no idioma alemão, principalmente durante os primeiros anos da década de 1930, conforme verificado nos projetos encontrados no Arquivo Público de Rio do Sul.

Figura 5 – Richard Kaulich (Arquiteto). Franz Strube (Construtor). Casa de Negócios e Moradia de Curt Schroeder (1937). Rio do Sul. À esquerda, Carlos Schroeder S. A. Indústria e Comércio. Década de 1950.

Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio do Sul.

De modo geral, vemos trajetórias semelhantes em outras regiões de Santa Catarina. É também nesse período, por exemplo, que notamos intensa atuação do arquiteto suíço Tom Wildi em Florianópolis. Wildi, que vem a Santa Catarina em 1920 para trabalhar na empresa General Electric como integrante de um grupo de técnicos, exercerá, posteriormente, o cargo de Encarregado das Obras Públicas da Municipalidade, responsável por inúmeras obras em um momento de grandes transformações urbanas na capital do estado. Assim como de Lotto, o diploma superior motivava inúmeras associações temporárias com colegas cuja atuação era limitada em face das regulamentações profissionais dos anos 1930.

A regulamentação profissional e balizamentos profissionais

Com a ascensão do governo Vargas, uma série de regulamentações profissionais foi instituída, culminando no Decreto nº 23.569 de 1933, que estabeleceu normas para a prática da arquitetura e engenharia no Brasil. Essa regulamentação teve impacto significativo na atuação dos profissionais da construção civil, especialmente aqueles que não possuíam diplomas reconhecidos nacionalmente.

Weimer (2004) destaca que a regulamentação profissional foi um dos principais fatores que contribuíram para a decadência da arquitetura nas colônias de imigração. A imposição de critérios que privilegiavam a formação acadêmica formal e nacional levou à deslegitimação das práticas dos profissionais imigrantes, muitos dos quais qualificados, porém não reconhecidos formalmente. Conforme exposto por Braga (2020), havia uma dificuldade para validação das diversas formas de diplomação desses profissionais advindos do contexto europeu, ou mesmo para comprovar-lhes a experiência prévia; além disso, esses profissionais lidavam com outras dificuldades, de cunho ideológico, responsabilizados pelo desemprego no território nacional, ainda antes das regulamentações de 1933.

Além dessa responsabilização, também antecedendo o processo de regulamentação profissional, os imigrantes enfrentaram outros obstáculos significativos, com a promulgação de leis que visavam restringir sua atuação no mercado de trabalho. O Decreto Federal n. 19.482 de 1930 e o Decreto n. 20.291 de 1931, por exemplo, estabeleceram limites à presença de estrangeiros nas empresas, refletindo uma ideologia de nacionalização que via os imigrantes como ameaças.

Ademais, além das dificuldades enfrentadas pelos profissionais imigrantes para validação dos diplomas em um contexto de valorização dos profissionais formados em território nacional, os profissionais atuantes nas colônias de imigração foram categorizados como construtores licenciados pela dificuldade de acesso à formação superior ou mesmo inexistência de instituições de ensino superior.[11] Nesse sentido, considerando a dificuldade de acesso ao ensino, para além dos diplomados no exterior, a arquitetura produzida nas colônias de imigração é baseada sobretudo num saber tradicional e prático, originada da fusão entre saberes locais e estrangeiros.

[11]A título de exemplo, na região Sul do País, tem-se registro dos primeiros cursos de engenharia apenas em 1896 na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seguido pela constituição dos cursos de exatas na Universidade Federal do Paraná, em 1938, enquanto o Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina é fundado apenas em 1960.

Todavia, o processo de desprestígio dos construtores licenciados mostra-se ambíguo. Enquanto na década de 1930 os imigrantes eram vistos como ameaça, na entrada para o século XX foram vistos como uma solução para a crise iminente no setor de construção civil, uma vez que havia poucos profissionais formados no País. Na virada do século XIX para o XX buscava-se dar ênfase ao trabalho de profissionais com formação nacional, como estratégia da política que visava à constituição de uma identidade nacional e que emergia desde a proclamação da República, esbarrando, porém, na escassez desses mesmos profissionais. Como o alto investimento na educação visando formar técnicos dentro do território nacional somente geraria impacto a médio e longo prazos, a solução adotada após a implementação da República se baseia em um incentivo governamental para a migração de arquitetos e engenheiros europeus para o território brasileiro, sendo este fluxo migratório cada vez mais crescente até a crise internacional de 1929-1930 (Braga, 2020).

> Para suprir a falta de mão-de-obra especializada, criaram-se diversos cursos de nível superior entre os quais o de arquitetura. [...] Houve necessidade de fazer grandes investimentos em educação, e os resultados só produziriam efeito em médio prazo. Como as necessidades de mão-de-obra especializada eram urgentes, preferiu-se supri-las através da atração de força de trabalho estrangeira. Os levantamentos empíricos provaram que essa política atingiu plenamente seus objetivos. Acorreram arquitetos dos principais países europeus em números que surpreenderam as previsões mais otimistas (Weimer, 2004, p. 225).

O impacto da regulamentação profissional de 1933, embora tenha sido importante para a organização do campo da arquitetura e engenharia, também instaurou barreiras significativas para aqueles que não se enquadravam nos critérios estabelecidos. A criação de um padrão nacional de formação e atuação, baseado em uma formação nacional ou em instituições reconhecidas nacionalmente, fez com que muitos profissionais com extensa atuação fossem deslegitimados e, ainda, desconsiderados da historiografia da arquitetura brasileira.

Ademais, a arquitetura produzida nas regiões de imigração, especialmente entre o final do século XIX e início do XX, período que marca a constituição de uma primeira modernidade nesses núcleos, não estava em consonância com os padrões definidos pelas elites intelectuais da época, e com as teorias que perpetuaram no estudo da arquitetura, como já mencionado. O desprestígio desses profissionais reflete, assim, uma luta mais ampla entre tradição e modernidade, constituinte do Brasil moderno.

Considerações finais

Tendo Rio do Sul como estudo de caso, nota-se que, apesar das políticas de nacionalização e do processo de regulamentação profissional nas regiões de imigração, é comum observar que os próprios profissionais da construção civil se organizaram de forma que pudessem manter-se atuantes, trabalhando de forma conjunta. Ademais, para além das restrições impostas, sua produção é expressiva e diversa, atuando de forma independente ou conjunta com outros construtores, projetistas, engenheiros e arquitetos presentes nesse mesmo contexto, diplomados ou não, imigrantes diretos ou não, numa estreita cadeia de inter-relações. O aprendizado da construção baseado de forma significativa nas tradições e saberes de origem, também se deu a partir da aculturação entre italianos e alemães ou de seus descendentes, transmitido de forma prática, na atuação cotidiana.

Muito diversa, no entanto, foi a narrativa construída no Brasil sobre essa mesma modernidade, seus autores e suas obras, e consequentemente, a valorização que se fez dela, diante do panorama nacionalista que se desenhava. Pode-se considerar que um dos principais motivos do desprestígio desses profissionais deriva das arquiteturas produzidas, e o modo como foram valorizadas e compreendidas posteriormente. De fato, o nacionalismo que regula a língua e a cultura nas regiões de imigração e a atuação de profissionais imigrantes, é o mesmo que origina e valida a narrativa arquitetônica disseminada ainda hoje nas academias, baseada em uma ideia de arquitetura moderna derivada da tradição luso-brasileira, dentro de um paradigma de construção de uma "identidade nacional", desnecessário dizer, homogênea e desvalorizadora do que lhe é diferente.

Fundamentais para entender a resistência e a plena atuação desses profissionais são as redes de sociabilidade que se forjam no seio desses núcleos de imigração, amparados pelo saber técnico – mas não apenas – que demonstravam e pelo qual eram reconhecidos e requisitados por uma elite local, igualmente, em sua maioria, parte desse contexto de imigração. O saber técnico resultava, muitas vezes, em um capital político cada vez mais significativo, o que fica claro, por exemplo, na trajetória de Gino de Lotto, atuante em inúmeras obras públicas de envergadura na região de Rio do Sul e obras arquitetônicas definidoras de uma nova imagem da cidade, tanto pelo uso como pela representação de valores da modernidade, como era entendida na época. Sua trajetória é uma dentre as muitas que podemos encontrar no espaço catarinense, igualmente desconhecidas e praticamente "apagadas", seja pela destruição de parte significativa das obras, porque não consideradas parte das políticas de preservação, seja pelo seu escasso ou mesmo raro registro histórico.

Referências

Arquivo Público Histórico Wera von Buettner Gemballa, Rio do Sul, 2022.

BRAGA, Thayse Fagundes e. **A trajetória do arquiteto alemão Simão Gramlich em campos cruzados no sul do Brasil**: arquitetônico, religioso e político. 2020. 520 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CARDOSO, Rafael. Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

COLAÇO, Thaís Luzia; KLANOVICZ, Jó. Urbanização. In: KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. (org.) **Rio do Sul: uma história**. Fundação Cultural de Rio do Sul, 1999, p. 121-151.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária, 1937. In:_____. (org). **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FALBEL, Anat. **Arquitetos imigrantes no Brasil: uma questão historiográfica.** Seminário Docomomo Brasil, 2005. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/Anat-Falbel.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalismo). In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina** (estudos contemporâneos). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 167-198.

FROTSCHER, Méri. **Identidades móveis**: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Edifurb, 2007.

KLUG, João; SANTOS, Manoel P. R. Teixeira dos; LIMA, Angela Bernardete. Imigração e colonização europeia: consolidação de um processo. In: BRANCHER, Ana Lice; MACHADO, Vanderlei (org.). **História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930)**. Florianópolis: Editora UFSC, 2022, p. 361-384.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: EdUnesp, 2001.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Identidade nacional e estado no projeto modernista. Modernidade, estado e tradição In: GUERRA, A. (Ed.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**–parte, v. 1, p. 280-297, 1992.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon. **A decadência de Santa Catarina**. Editora UFSC, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**: Com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Editora UnB, 1990.

WEIMER, Günter. **A arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul.** Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

WEIMER, Günter. **Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 2004.

WITTMANN, Angelina. **A Ferrovia no Vale do Itajaí**. Dissertação (mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Recebido em 01/12/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

O gesto do artífice em sua prática oficinal

Eliane Baader de Lima

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

LIMA, Eliane Baader de. O gesto do artífice em sua prática oficinal. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 78-100, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

O gesto do artífice em sua prática oficinal

Eliane Baader de Lima[1]

Resumo
Este texto busca analisar a presença do artífice em sua artesania, especialmente as expressões plásticas na composição de pinturas ornamentais feitas na casa do imigrante, localizadas em algumas regiões de imigração alemã, sobretudo no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Dentre os vários exemplos de moradias ainda resguardadas, que carregam pinturas decorativas, esta análise baseou-se na materialidade de duas casas construídas no início do século XX, localizadas na região rural do município de Indaial: a Casa Hersing e a Casa Duwe. A plasticidade das pinturas feitas nestas moradias demonstra a comunhão de mãos hábeis e sensível pensamento estético. As análises destas composições serão tomadas a partir das concepções sobre o *fantástico paradoxo* no pensamento de John Ruskin, que requer a presença viva do artífice e do trabalhador comum na edificação da arquitetura.
Palavras-chave: arquitetura; artífice; artesania; trabalho; pensamento.

Abstract
This text seeks to analyze the presence of the craftsman in his craftsmanship, especially the plastic expressions in the composition of ornamental paintings made in the immigrant's house, located in some regions of German immigration, especially in the Itajaí Valley, in Santa Catarina. Among the various examples of still preserved houses that bear decorative paintings, this analysis was based on the materiality of two houses, built in the early 20th century, located in the rural region of the municipality of Indaial: Casa Hersing and Casa Duwe. The plasticity of the paintings made in these houses demonstrate the communion of skillful hands and sensitive aesthetic thought. The analyses of these compositions will be taken from the conceptions about the *fantastic paradox* in the thought of John Ruskin, which requires the living presence of the craftsman and the common worker in the construction of architecture.
Keywords: architecture; craftsman; craftsmanship; work; thought.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PosArq, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atualmente desenvolve uma pesquisa sobre o movimento de formação das Associações de Artífices ou Associações Profissionais e da Escola de Ofícios, que se constituíram em regiões de imigração alemã, principalmente na cidade de Blumenau, entre os anos de 1900 e 1940. E-mail: elianebaader@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2030-1914.

Introdução

São vários os exemplos de moradias rurais que compõem o patrimônio edificado resguardado no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Construídas por artífices ou construtores imigrantes, principalmente alemães e italianos, estas edificações expressam, além de sua habilidade construtiva, seus modos de fazer e de viver e sua relação com o sítio no qual foram implantadas. Este texto resulta de uma pesquisa mais ampla,[2] que buscou perceber a presença do artífice na arquitetura rural de Santa Catarina, revelada nos ofícios construtivos tradicionais e geracionais, principalmente na carpintaria, na marcenaria e na alvenaria feita a partir de pedras brutas. Tomou-se como base de escolha os bens culturais tombados em nível federal que guardassem algum valor artístico, inscritos no *Livro do Tombo de Belas Artes* e que integrassem o projeto *Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina*,[3] concentrando-se em edificações resultantes de técnicas construtivas em madeira, em pedra e em enxaimel, localizadas em regiões rurais ou que ainda revelassem certa ruralidade. Entretanto, para além dos ofícios construtivos tradicionais, praticados pelo artífice imigrante, algumas moradias rurais resguardadas também se apresentaram como corpo de expressão de certas habilidades sensíveis, manifestadas nas aplicações de adornos e nas pinturas ornamentais.

Dentre as diversas moradias visitadas para a pesquisa mais ampla, foram vários os exemplos de moradias rurais que guardavam delicadas pinturas decorativas em seu interior. Este texto analisa duas edificações localizadas na cidade de Indaial: a Casa Hersing e a Casa Duwe. A Casa Hersing conjuga duas edificações realizadas em tempos distintos: uma feita em madeira e construída por volta de 1898, e outra em enxaimel, datada de 1932. A Casa Duwe, edificada entre os anos de 1935 e 1940, representa um raro exemplar de edificação enxaimel, com volumoso telhado formado por duplo pano de caimento e mansarda. Este texto concentra-

[2] Este texto resulta da pesquisa de mestrado, desenvolvida pela autora, que analisou a presença do artífice e dos ofícios construtivos tradicionais na arquitetura rural. LIMA, Eliane Baader de. O Fantástico Paradoxo no pensamento estético de John Ruskin e a presença do artífice na arquitetura rural de Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PosArq, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2017, 235p.

[3] O projeto *Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina*, realizado numa parceria entre o IPHAN, a Fundação Catarinense de Cultura – FCC e alguns municípios catarinenses, inventariou e propôs o tombamento federal de diversos bens edificados nas categorias Arquitetura Religiosa, Arquitetura Comercial, Arquitetura Residencial de Pequenas Propriedades Rurais, Arquitetura Escolar, Arquitetura Recreativa e Institucional, Núcleos Rurais, Núcleos Urbanos e Obras e Infraestrutura e Transporte. Sua intenção principal foi reconhecer e proteger os bens culturais decorrentes do processo de imigração no estado de Santa Catarina, além de suscitar visitações e partilhas culturais. Cf. IPHAN, Dossiê de Tombamento, v. I e II, s/d.

se particularmente nas características plásticas destas duas moradias, especialmente nas pinturas ornamentais impressas em suas paredes internas.

O *fantástico paradoxo* da imperfeição e a presença do artífice

A arquitetura edificada pelo artífice imigrante em Santa Catarina, especialmente as moradias rurais ainda resguardadas, compreendidas em sua historicidade, revelam tanto a necessidade de uma construção autônoma, fundamentada nos saberes e práticas preservados pelos costumes, quanto a aplicação de seu conhecimento construtivo, adaptado aos novos hábitos e adequado aos materiais disponíveis. Normalmente executadas por construtores de autoria não declarada, tais edificações rurais também demonstram, em sua materialidade, as escolhas do artífice construtor e, sobretudo, representam a expressão concreta de seu trabalho e de seu pensamento, assim como daqueles que colaboraram em sua edificação.

Os detalhes construtivos, simples e justos, que revelam sua beleza formal, a dedicação ao trabalho paciente e zeloso do artífice construtor se evidenciam também na plasticidade que compõe o interior doméstico da moradia, o espaço privado da casa. As pinturas de singelos ornamentos, que revestem e adornam as paredes internas, normalmente baseados em formas naturais abstratas e executados em traços despretensiosos, demonstram certas intenções estéticas de um olhar sensível na execução deste ofício.

A casa, assim edificada, revelaria a conjugação do pensamento que inventa e se conforma, da mesma maneira que orienta as mãos que o executam. A plasticidade da casa, assim revelada, seria o resultado da comunhão entre o trabalho e o pensamento de artífices e trabalhadores e evidenciaria, em certa medida, a imperfeição positiva em sua edificação. Tal imperfeição positiva seria o resultado do trabalho daqueles envolvidos na edificação da casa, que deixariam marcas em sua materialidade enquanto gesto e vestígios da presença de sua artesania. Tanto a comunhão entre trabalho e pensamento quanto a imperfeição positiva são fundamentais, no pensamento ruskiniano, para a formação da beleza no caráter da arquitetura.

A prática artística, para Ruskin, bem como a aplicação das diversas naturezas da arte, deveriam ser consideradas, antes de tudo, um trabalho, um saber-fazer ou um ofício ligado ao homem comum, fosse ele um artista ou um artífice. Entretanto, dentre as artes irmãs – escultura, pintura e arquitetura – a última, segundo o autor (1904a; 1904b),[4] seria de natureza partilhada,

[4] Ver sobretudo os capítulos *The Nature of Gothic*, (1904a, p. 180-278) e *Early Renaissance*, (1904b, p. 3-42).

pois dependeria do trabalho de homens comuns para a sua edificação. Todo trabalho humano que, de alguma forma, guardasse a capacidade de nos causar prazer e emoção, especialmente aquele realizado na arquitetura, deveria expressar, em sua materialidade, a alegria e a felicidade do artífice ou do trabalhador que contribuiu para sua construção oferecendo, além de seu corpo e de sua força física, o seu espírito, a sua inventividade e a sua imaginação. Mas esta alegria do trabalhador na execução do seu trabalho somente seria alcançada, de acordo com o autor, pela comunhão entre trabalho e pensamento, e tal comunhão estaria intimamente vinculada a certa imperfeição positiva na arquitetura. Entretanto, a imperfeição positiva do trabalho humano somente poderia ser aflorada por alguma liberdade de pensamento, que possibilitava ao trabalhador deixar marcas ou vestígios de um gesto vivo e animado na execução de seu ofício.

Segundo Ruskin (1904a; 1904b), a imperfeição positiva, fruto dessa comunhão entre trabalho e pensamento, se manifestaria na prática oficinal do trabalhador de duas formas: pela fantasia que alimenta sua alma e seu pensamento – manifestada em pequenas variações ou possibilidades de mudança ao longo da materialização da edificação –, e pelas inabilidades ou limitações que compreendem o próprio fazer humano. Para Ruskin, nenhum trabalho humano poderia ser considerado verdadeiramente nobre se não fosse imperfeito, principalmente aquele realizado na arquitetura, uma vez que a imperfeição positiva, inscrita em sua materialidade, representava, para o autor, a presença do gesto animado do trabalhador que contribuiu com sua edificação, entregando sua inventividade e seu pensamento bem como declarando suas incapacidades. Assim se constitui o *fantástico paradoxo* ruskiniano ao reconhecer a imperfeição e as limitações humanas também como formadoras do entendimento do conceito de beleza.

Entretanto, ao longo da história das práticas artísticas, pelo menos até o final do século XVIII, beleza e perfeição sempre caminharam lado a lado, numa comunhão quase inabalada: tanto a perfeição alimentava o conceito de beleza quanto a beleza somente poderia ser alcançada pelo grau máximo da perfeição executiva. Ruskin fora um dos primeiros autores a complexificar o seu entendimento, ao reconhecer a imperfeição e as limitações humanas enquanto virtude e formadoras do conceito de beleza. A aparente contradição proposta pelo autor e definida pelo *fantástico paradoxo* perde força à medida que nos aproximamos daquilo que parece ser a força motriz de seu pensamento: a natureza da alma e da vida humana – inventiva, criadora e, por vezes, errante – como condição primeira no fazer do homem comum, demonstrada na comunhão entre trabalho e pensamento. Entretanto, embora o autor reconheça que o desejo de perfeição é também uma das forças motrizes de qualquer atividade humana, ela não poderia ser alcançada às custas da pulsão de vida, que também deveria mover qualquer atividade humana.

O *fantástico paradoxo* alimenta toda a crítica de Ruskin em relação à perda da energia vital e da presença humana, enquanto gesto vivo, na prática artística como um todo e no trabalho da arquitetura, em particular. Para o autor, a arquitetura gótica fora um dos últimos exemplos da comunhão entre trabalho e pensamento, ao tomar o trabalhador em sua totalidade, tanto inventiva quanto executiva, e não apenas em sua força braçal. Um dos principais poderes da natureza da arquitetura gótica, segundo ele, repousaria na aceitação desta totalidade: na participação completa do trabalhador – seja nos desvios criativos de uma inventividade liberta, seja nas incapacidades declaradas, características da própria natureza humana. O trabalho vivo na arquitetura deveria, então, considerar o trabalhador em sua completude, tanto executiva quanto inventiva (Ruskin, 1904a).

Para Ruskin, era isso que deveria ser feito: procurar a "parte pensante" de cada trabalhador e "fazê-la desabrochar não importando o que se perca com isso, nem com que faltas e erros sejamos obrigados a arcar" (Ruskin, 1904a, p. 191). Segundo o autor, a parte pensante em cada trabalhador comum na arquitetura não poderia se manifestar senão acompanhado de muito erro. Seria possível ensinar um trabalhador a desenhar, a cortar, a cinzelar e a copiar as mais diversas formas com uma "rapidez admirável e perfeita precisão", e o trabalho, assim realizado, seria aparentemente perfeito em sua espécie. Entretanto, se fosse pedido ao trabalhador que pensasse "a respeito de qualquer uma dessas formas, se não pode[ria] inventar uma melhor por sua própria conta" (...) sua execução se torna[ria] hesitante" e ele cometeria "um erro no primeiro toque que aplicasse em seu trabalho como ser pensante" (Ruskin, 1904a, p. 192). Entretanto, para Ruskin, a partir deste momento, o gesto animado do trabalhador poderia se anunciar, pois somente pela liberdade de pensamento seria possível revelar e descobrir a presença viva de seu trabalho.

A crítica de Ruskin repousava principalmente sobre as práticas artísticas renascentistas, em especial em relação à sua arquitetura, e sobre a situação do trabalho como um todo e do trabalho expressivo em particular, considerando a fragmentação do sistema serial e fabril do século XIX. Cada um, a sua maneira, de acordo com o autor, ignorava a presença viva do trabalhador ou o trabalho vivo de seus artesãos, suas fantasias e suas falhas executivas, pois se fundamentava na separação entre trabalho e pensamento. Segundo Ruskin (1904a), esta separação se baseava em duas ideias ou questões equivocadas: primeiro, que os pensamentos de um homem poderiam ou deveriam ser executados pelas mãos de outro homem; segundo, que o trabalho manual guiado pelo intelecto seria degradante.

Para o autor, a primeira questão equivocada fora iniciada sobretudo com o Renascimento. Quando os grandes mestres da escola renascentista nos apresentaram a perfeição, a habilidade executiva de suas obras e uma "profundidade de saber", acabaram por colocar na sombra toda a prática artística precedente. A partir daquele momento, a perfeição e a habilidade executiva passaram a ser exigidas de todos, até no menor dos detalhes. A perfeição e a habilidade executiva exigida na pintura e na escultura não teriam sido tão prejudiciais, de acordo com Ruskin, porque o trabalho artístico é normalmente feito de maneira solitária, pelo próprio artista. Mas a arquitetura necessita da colaboração de trabalhadores, de homens comuns para a sua construção e exigir a perfeição do mais simples operário teria sido, para o autor, o pior erro da escola renascentista, pois impedia ou desvalorizava qualquer tipo de expressão que não fosse apurada e precisa em suas formas (Ruskin, 1904a; 1904b).

Segundo Ruskin, "mais de um pedreiro de aldeia representaria com uma fantasia grosseira, mas original", qualquer tema, "mas somos arrogantes demais para deixá-lo fazer ou para aceitar sua obra executada, e o pobre sujeito continua polindo os cantos de suas pedras, enquanto nós construímos nossas igrejas com pedras quadradas, lisas, e acreditamos ser sábios" (Ruskin, 1992, p. 74). Na tentativa de conferir ao trabalhador comum a habilidade executiva dos grandes mestres, toda fantasia e rudeza de expressão, que somente poderiam aflorar pela comunhão entre trabalho e pensamento, se perdia. Embora a perfeição aparente no trabalho expressivo da arquitetura pudesse ser alcançada, pela repetição e pelo adestramento da forma, a potência de vida do trabalhador teria se corrompido inteiramente, porque somente o trabalho de um homem domesticado estaria presente, enquanto sua alma, sua vitalidade, seu pensamento e sua engenhosidade já teriam se perdido por completo.

Entretanto, a crítica de Ruskin em relação à escola renascentista não se dirigia às obras executadas pelos "grandes mestres", que conseguiam exercer com perfeição a sua prática artística, reunindo técnica, ciência, capacidade executiva e emoção, mantendo a comunhão entre trabalho e pensamento. Neste sentido, o trabalho expressivo destes grandes mestres seria o resultado de um dom natural aliado à pulsão de vida e à emoção verdadeira. Outro ponto ressaltado por Ruskin refere-se ao "orgulho do conhecimento" nas práticas artísticas, introduzido pelo Renascimento, que buscou aliar a ciência e a arte. Este fora, para o autor, outro erro da escola renascentista, uma vez que arte e ciência caminhavam em vias separadas e, normalmente, progredir em uma significava regredir em outra. Segundo Ruskin (1904a; 1904b), quando, na escola renascentista, a ciência e a técnica passaram a sobrepor a emoção

verdadeira, que deveria conduzir qualquer prática artística, a arte começara a dar os primeiros passos de sua decadência.

Esta condição de separação entre trabalho e pensamento parecia ainda mais aflorada no século XIX, principalmente pela fragmentação do trabalho e do trabalhador, e pela perfeição fabril e maquinal, que nos leva à segunda questão levantada pelo autor: a percepção equivocada de que o trabalho manual governado pelo intelecto seria degradante. Segundo Ruskin, um dos piores traços da sociedade moderna repousaria no entendimento de que as atividades manuais ou oficinais seriam de "caráter inferior ou pouco nobre" (Ruskin, 2004, p. 106). Para o autor, seria exatamente o contrário: a condição de todo retrocesso da indústria humana e da decadência do seu trabalho, intensificada no século XIX, seria fruto tanto da separação entre seres pensantes e seres executantes quanto da fragmentação do trabalho e do trabalhador. Seria justamente a falta de vida e de pensamento, impressos na coisa produzida, que a tornaria degradante, vulgar e sem valor.

A produção fabril naquele século também colaborava, segundo Ruskin (1904a), para o menosprezo do trabalho manual, sobretudo pelas irregularidades que constituem a sua natureza, se comparado ao trabalho fabril, extremamente perfeito em seus acabamentos. Para o autor, a natureza humana não fora destinada a trabalhar com a precisão de uma máquina, nem os homens foram destinados a "serem perfeitos e precisos em todas as suas ações" (Ruskin, 1904a, p. 192). Da mesma forma, a divisão do trabalho, ao fracionar a atividade humana numa linha de produção industrial, fragmentava também o próprio homem, reforçando a percepção moderna de separação entre trabalho e pensamento. Fragmentados em "meros segmentos de homens", a menor porção de seu pensamento e de sua inteligência ainda restante não seria capaz de produzir algo vivo (Ruskin, 1904a, p. 196).[5] Para Ruskin, qualquer trabalho humano deveria ser constituído não somente pela mão que o executa e pelo pensamento que o conduz, mas principalmente pela emoção que o anima. A verdadeira natureza das ações humanas deveria ser impulsionada pelo coração, orientada pelo pensamento e executada pelas mãos de um mesmo homem, mas dirigida, sobretudo, pelo trabalho da alma (Ruskin, 1903a).

Em sua crítica, Ruskin tentava recuperar a capacidade do trabalhador no exercício de seu ofício buscando recuperar igualmente o momento em que a matéria começou a se separar

[5] Embora Ruskin considere que existam certos trabalhos nos quais os pensamentos de um homem necessitam ser executados pelas mãos de outro homem, nenhum trabalho saudável deveria ser executado de forma fracionada ou segmentada. A crítica de Ruskin se estendia também em relação à imoralidade do sistema produtivo industrial, porque fundamentado na degradação do trabalhador e pela corrupção que o processo fabril poderia causar na condição humana, distorcendo a moralidade, a ética, a percepção e a sensibilidade.

do espírito e tentar reuni-los novamente – arte e vida, matéria e espírito, trabalho e pensamento – evidenciando, sobretudo na arquitetura, a inseparável ligação entre as formas externas e a presença ou não daqueles que ajudaram em sua edificação. Esta vinculação só seria possível pela comunhão entre trabalho e pensamento, pois pelo trabalho "o pensamento poderia tornar-se saudável" e "somente pelo pensamento o trabalho pode[ria] tornar-se feliz" e os dois não poderiam ser separados sem corromper ou desprezar o impulso de vida que alimenta ou deveria alimentar o trabalho na arquitetura (Ruskin, 1904a, p. 201). A obra assim produzida por um homem feliz inteiramente envolvido em sua edificação, que concedeu, além de seu corpo e de seu trabalho, seu espírito, sua inventividade e sua fantasia, deixaria marcas desta felicidade executiva, próprias do gesto animado do artesão.

Na educação estética ruskiniana, qualquer trabalho que guardasse alguma intenção artística e que fosse realizado para nos causar emoção e prazer, principalmente o trabalho realizado na arquitetura, além de revelar a felicidade do trabalhador em sua execução, deveria ser também um exercício estético-moral. Somente uma obra produzida por um homem bom e feliz teria valor estético e educaria plenamente, segundo Ruskin, pois ele entendia que as virtudes do artista ou do artífice estariam impressas na coisa por eles produzida, e a obra, assim construída, teria o poder de ascender, naquele que fosse usufruir daquela materialidade, as mesmas virtudes. Para o autor, haveria um vínculo entre aquele que faz a obra, a obra produzida, e aquele que frui a obra, que Ruskin chamava de "irmandade eterna". A materialidade da arquitetura assim produzida representava um encontro entre homens de uma mesma geração ou de gerações distintas, pois seria a "expressão de uma alma falando com a outra", e teria um papel fundamental na educação estética do homem (Ruskin, 1904b, p. 220-21).

O interior da casa cultivado artisticamente

Na casa do imigrante, o gesto do artesão deixa-se aflorar a todo momento, não somente por ser o resultado de um trabalho manual que, por sua natureza, carrega inevitavelmente as marcas e os esforços de uma construção coletiva de trabalho corporal, mas principalmente pela prática relacional entre o artífice construtor e demais trabalhadores e a matéria por eles edificada. A construção coletiva, que contava com a participação do dono da moradia e de vizinhos, era uma prática comum em regiões de imigração alemã, sobretudo nos momentos iniciais. Segundo Seyferth (1999), normalmente na edificação da moradia definitiva, a construção da casa tornava-se a "tarefa comunal" mais importante e contava com a participação

dos vizinhos.[6] Weimer (1994), também ressalta a construção da casa definitiva como fruto de um trabalho coletivo, no qual boa parte da comunidade participava. Entretanto, o exercício de uma construção comunal na edificação da casa definitiva, que considerava principalmente a colaboração executiva de trabalhadores e vizinhos, contava também com a participação de artífices construtores, sobretudo de carpinteiros e pedreiros. Além disso, o fazer comunal na elevação da moradia definitiva, para além de um trabalho coletivo, parecia funcionar também como um desejo e um esforço na realização tangível da materialidade edificada e no reconhecimento de tal materialidade como formadora de uma vida social concreta.

Nas moradias rurais resguardadas, para além dos aspectos construtivos que constituem e colaboram com sua beleza formal, nos concentraremos sobretudo na plasticidade da aplicação de materiais e práticas artísticas, principalmente as pinturas ornamentais, que revelam, além de uma visível habilidade executiva, um sensível pensamento estético. A pintura mural é recorrente em várias casas em regiões de imigração alemã em Santa Catarina, compreendendo desde pequenos barrados que emolduram as paredes, até as pinturas rotativas que repetem o mesmo padrão de ornamento ao longo de toda a extensão da parede. Tais pinturas decorativas no interior das casas ainda resguardadas revelam, inevitavelmente, a necessária comunhão entre trabalho e pensamento em sua fatura: pelas escolhas do artesão, fica evidente que a sua execução, mesmo que orientada pelo uso de algum molde, conjuga a comunhão de mãos hábeis e uma boa dose de sensibilidade e inventividade. Tais pinturas parecem revelar igualmente o *fantástico paradoxo* existente em sua materialidade: somente um artífice completamente envolvido em sua fatura, sensível esteticamente e com certa liberdade de imaginação poderia produzir um ornamento vivo.

Considerando as moradias visitadas, as composições mais complexas ou maiores normalmente estão localizadas na sala, as composições menores ou mais delicadas concentram-se nos quartos. O primeiro exemplo de pintura ornamental pode ser visto na Casa Hersing (Figura 1), que conjuga duas edificações: uma feita em madeira e outra em enxaimel. As pinturas concentram-se na segunda edificação.[7] Na sala desta moradia, percebemos a aplicação de uma coloração em tonalidade suave, formando um largo barrado nas paredes, que lembra

[6] Ainda segundo Seyferth, quando a construção da estrutura da casa chegava na parte final do telhado, era feita a festa da cumeeira (*Richtfest*), na qual participavam os trabalhadores e as famílias que ajudaram na edificação. Cf. Seyferth (1999, p. 93).

[7] A Casa Hersing está situada numa localidade rural da cidade de Indaial conhecida como Encano Alto. Trata-se de um bem cultural tombado em nível federal, inscrito nos livros Histórico e de Belas-Artes. O processo de tombamento federal se iniciou em 2007 e a inscrição nos livros do Tombo ocorreu em 2015. Cf. IPHAN. Dossiê de Tombamento: síntese de tombamentos federais, s/d. e Lista de Bens Tombados IPHAN – 2018.

uma pintura caiada. Além do barrado, há uma pintura vertical formada por um delicado rendilhado vazado que vai compondo o tracejado até a ilustração superior que finaliza a parede. Tal pintura lembra as pinturas estêncil e talvez o artesão tenha utilizado algum molde artesanal para se guiar, o que não desmerece a sua composição. Entre uma fileira e outra de rendilhado há um espaço que parece regular, mas os pequenos desvios de medidas que o constituem nos dizem mais sobre ele, do que a regularidade pretendida, pois revelariam a fantasia, a imaginação, a vitalidade ou as incapacidades daquele que os executou (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 1 – Fachada da Casa Hersing.

Fonte: do autor, 2017

Figura 2 – Interior da casa, ambiente da sala.

Fonte: do autor, 2017.

Figura 3 e 4 – Detalhes da pintura ornamental da sala.

Fonte: do autor, 2017.

Sobre as irregularidades no trabalho executivo da arquitetura, fruto tanto da imaginação e da inventividade quanto das incapacidades humanas, Ruskin comparava o trabalhador inglês e o velho artesão veneziano, na fabricação do vidro. Enquanto o primeiro somente se preocupava em obedecer aos padrões, em "fazer curvas perfeitamente verdadeiras e bordas perfeitamente afiadas, tornando-se uma simples máquina de arredondar curvas e afiar bordas",

o segundo "não se preocupava se seus contornos eram afiados ou não, mas inventava um novo desenho para cada vidro que fazia, e nunca moldava uma alça ou uma borda sem uma nova fantasia" (RUSKIN, 1904a, p.199). Segundo o autor, considerando o trabalhador comum, não poderia haver o arremate perfeito e a forma encantadora: se o trabalhador estivesse pensando somente nas bordas, não poderia fantasiar o seu desenho; e se estivesse pensando inventivamente em seu desenho, não pensaria em suas bordas. "Escolha se você irá pagar pela forma encantadora ou pelo acabamento perfeito, e escolha ao mesmo tempo se você vai fazer do trabalhador um homem ou uma pedra de afiar" (RUSKIN, 1904a, p. 200).

Figuras 5, 6 e 7 – Detalhes da pintura ornamental dos quartos.

Fonte: do autor, 2017.

Ainda na sala da Casa Hersing, na parte superior, há uma ilustração maior, que parece ser o elemento dominante dentro da composição total desta pintura (Figuras 3 e 4). Esta ilustração também pode ou não ter sido feita com o auxílio de um molde artesanal, a julgar pelas alternâncias e irregularidades que se repetem ao longo da pintura. Nela, há um filete amarelo que se vê serpenteado por um filete mais largo em tom marrom; deste conjunto, surgem delicados ramos que, de certa maneira, desorientam a rigidez dos dois primeiros elementos. Delicados rendilhados foram aplicados, um na parte superior e outro na parte inferior da composição principal. O conjunto de cores utilizado na pintura dominante se repete e dá forma às combinações das tonalidades usadas nas pinturas menores e subordinadas, tanto na sala quanto nos quartos. Na pintura do quarto do casal e nos dois quartos menores, a parede também recebe o mesmo barrado largo em tom amarronzado, na parte inferior, que lembra uma pintura caiada (Figuras 5, 6 e 7). Não há as fileiras de arabescos verticais. As paredes são livres de

ilustrações exceto por um delicado rendilhado que finaliza a parte superior e com desenhos diferentes aplicados tanto no quarto maior quanto nos quartos menores. A pintura do rendilhado feita nos quartos, revela certas desigualdades nas partes que compõem o conjunto, embora, a irregularidade das partes confesse regularidade à forma final.

Em suas considerações sobre o trabalho humano, principalmente aqueles relacionados às diversas aplicações da natureza da arte, Ruskin evidenciava que todo trabalho do homem consistiria no equilíbrio entre dois objetivos principais: *utilidade* e *esplendor*. Se a utilidade fosse o seu fim último, o resultado do trabalho humano perderia em encantamento e formosura; e se a beleza fosse perseguida a qualquer custo, o resultado do trabalho humano poderia se tornar superficial. Para Ruskin, a arquitetura deveria revelar o equilíbrio entre estas duas fontes de prazer: a utilidade representaria a boa construção enquanto seu esplendor ou beleza representaria a sua parte afetuosa.[8] De forma semelhante, o equilíbrio entre utilidade e beleza, parece também se revelar nas moradias que apresentam pinturas ornamentais em suas paredes internas. Embora sejam composições simples, de traços singelos e despretensiosos, tais composições revelam uma beleza formal que, aliada à utilidade mesma da construção, constituem o espaço de moradia.

O autor também distinguia duas ordens de arte decorativa: uma *natural* ou de *formas superiores* e outra *convencional* ou de *formas inferiores*. A *arte decorativa natural* deveria ser destinada a ser vista e realizada com perfeição. Fazem parte desta ordem as pinturas e esculturas realizadas por artistas e estas não poderiam ser consideradas um ornamento arquitetônico, pois assumiriam uma posição de comando na hierarquia compositiva. Já a *arte decorativa convencional* diz respeito às formas do ornamento propriamente dito e Ruskin declarava que tais formas deveriam estar relacionadas com a beleza conveniente em relação ao *lugar*, ao *material* e à *serventia* do ornamento. Neste contexto, a beleza da *arte decorativa convencional* ou do *ornamento* deveria estar fundamentada na abstração das formas naturais, que também considerava uma determinada hierarquia: quanto mais próximas das formas orgânicas, maior a sua superioridade; quanto mais distantes das formas naturais, maior a abstração de suas formas e o seu grau de serventia e, portanto, maior a sua inferioridade em relação ao conjunto maior (RUSKIN, 1903b).[9] Haveria também uma relação no que diz respeito à frequência da beleza e,

[8] O equilíbrio entre *utilidade* e *esplendor* é recorrente no pensamento estético ruskiniano, utilizado em várias circunstâncias, como o entendimento do equilíbrio da própria vida. Numa de suas palestras sobre economia política da arte, o autor utiliza como exemplo deste equilíbrio de prazer o jardim de um "agricultor sábio". Neste jardim, o equilíbrio entre utilidade e esplendor se manifestaria nos "legumes bem plantados" e nas "flores fragrantes". Cf. Ruskin (2004, p. 23-64) e Ruskin (1905, p. 15-56).

[9] Ver principalmente o capítulo *Treatment of Ornament*, p. 283-309.

nesse sentido, as formas mais belas e superiores do ornamento deveriam ser preservadas, enquanto que as formas de beleza inferior, esbanjadas, uma vez que era exatamente isso o que acontecia com as formas naturais: a "Natureza poupa a sua beleza mais alta e esbanja a sua beleza inferior" (Ruskin, 1903a, p. 143).[10]

Considerando as moradias visitadas, de forma geral, as pinturas ornamentais realizadas na casa do imigrante são figurativas e boa parte de seus desenhos podem ser identificados enquanto figuras inspiradas nas formas naturais. Entretanto, percebe-se claramente a abstração destas formas, que tanto pode evidenciar o desejo e a intenção de criar formas a partir de traços simples quanto pode manifestar certa limitação executiva. De qualquer maneira, tais pinturas revelam a presença do artesão em sua materialidade, a destreza e a habilidade do trabalhador na composição destes arranjos, e demonstram também o trabalho sensível e engenhoso na disposição destes elementos no interior da moradia, no espaço privado da casa. Nestes espaços domésticos, utilidade e beleza mostram-se a todo momento, na medida em que as pinturas decorativas compõem com a materialidade da edificação o espaço particular da moradia.

Figura 8 – Fachada Casa Duwe.

Fonte: do autor, 2017.

[10] Em *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, especialmente na *Lâmpada da Beleza*, o autor faz uma comparação entre as flores e folhas de uma roseira, para explicar sobre a frequência da beleza: numa roseira, a forma superior, a rosa, existiria em menor quantidade enquanto a folha, a forma inferior, existiria em maior quantidade (Ruskin, 1903a).

Figura 9 – Interior da casa,
sala principal.

Fonte: do autor, 2017.

Outro exemplo de pintura ornamental pode ser visto na casa Duwe (Figura 8).[11] Da mesma forma que o exemplo anterior, as pinturas decorativas desta moradia apresentam composições distintas para cada espaço da casa. Na sala, também aparece um barrado largo em tonalidade esverdeada que lembra uma pintura caiada, seguido de um conjunto de arabescos abstratos, que emolduram o restante da parede e que também lembram uma pintura estêncil (Figuras 9, 10 e 19). Nos cantos superiores da moldura, encontra-se o ornamento principal desta composição, que sugere um delicado arranjo floral de traços abstratos (Figura 10). O conjunto de cores é formado por tonalidades de verde e vermelho escuro que se repetem ao longo da composição e tornam o ambiente decorado equilibrado em suas pinturas. O arranjo das pinturas também se utiliza da própria cor de fundo da parede, compondo com os espaços vazados.

[11] A Casa Duwe está situada numa localidade rural da cidade de Indaial conhecida como Arapongas. Trata-se de um bem cultural tombado em nível federal, inscrito nos livros Histórico, de Belas Artes, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A Casa Duwe foi reconhecida como bem estadual em 2002; em 2007, iniciou o processo de tombamento federal e a inscrição nos livros do Tombo ocorreu em 2015. Cf. IPHAN. Dossiê de Tombamento: síntese de tombamentos federais, s/d; e Lista de Bens Tombados IPHAN – 2018.

Figura 10 – Detalhe da pintura da sala principal.

Fonte: do autor, 2017.

Figura 11 – Detalhe da pintura rotativa de um dos quartos.

Fonte: do autor, 2017.

Num dos quartos, além do barrado largo de pintura caiada, há também uma pintura rotativa de um gracioso conjunto que se repete ao longo de toda a parede (Figura 11). Na parte superior, há um barrado nas mesmas cores que na pintura rotativa, com o mesmo conjunto de cores utilizado nas pinturas da sala, mas em tons mais intensos e em formas que lembram flores abstratas, que finaliza a composição. Em outro quarto e na área da copa, o largo barrado de pintura caiada vem acompanhado de um conjunto de variações compositivas que lembra um rendilhado floral (Figuras 12, 13 e 16a). Em outro cômodo, na área da segunda sala (Figuras 14, 15 e 16b), repete-se o mesmo barrado largo de pintura caiada, mas finalizado com um

delicado arabesco de flores estilizadas em tons mais intensos, que lembra uma fita bordada. No interior doméstico da casa Duwe, o artífice ou o trabalhador responsável por tais pinturas ornamentais utilizou todo o seu poder compositivo e sua capacidade de imaginação, pois nenhum ambiente é igual ao outro. Em cada cômodo, um novo arranjo compositivo foi feito, uma nova história foi imaginada e contada.

Figuras 12 e 13 – Pinturas do quarto e da área da copa.

Fonte: do autor, 2017.

Numa palestra sobre a *Influência da Imaginação na Arquitetura*, Ruskin evidenciava que se fôssemos questionados, subitamente, sobre as qualidades que distinguem os grandes artistas daqueles mais fracos, responderíamos que em primeiro lugar estaria a *sensibilidade*, em segundo, a *imaginação* e em terceiro a *habilidade*. Embora o autor considere que a habilidade seria essencial para o artista, uma vez que considerava que os grandes artistas deveriam ser, antes de tudo, "grandes trabalhadores", a habilidade e a sensibilidade não fariam do homem um artista. Os dons que fazem o artista seriam aqueles da "simpatia e imaginação". Para Ruskin, o trabalho do arquiteto e daqueles envolvidos na edificação da arquitetura deveria ir além dos poderes de manipulação, cálculo e observação, pois a arquitetura deveria também "nos contar uma fábula". Muitas ciências, conhecimentos e habilidades poderiam ser considerados pouco emocionais, segundo o autor, mas de alguma maneira, nos ensinariam alguma coisa. Mas a arquitetura não poderia ensinar nada, nem melhorar, nem informar, nem ajudar ou divertir ninguém, se não fosse além das regras de proporção, e revestida pelos poderes da imaginação e da invenção (Ruskin, 1905).

Figuras 14 e 15 – segunda sala.

Fonte: do autor, 2017.

Figura 16a e 16b – detalhes de pinturas decorativas de um dos quartos e da segunda sala.

Fonte: do autor, 2017.

Se tomarmos as duas moradias analisadas, cada uma a sua maneira, modesta e singelamente, parecem nos contar uma fábula, por meio da imaginação e dos gestos sutis expressos nas pinturas ornamentais que delicadamente adornam suas paredes internas. Tais pinturas testemunham não somente a habilidade e a sensibilidade daqueles que a fizeram, mas a imaginação e a invenção de um artífice envolvido por inteiro, corpo e mente, trabalho e pensamento, em sua execução. Da mesma forma que Ruskin, Sennet (2013) também ressalta

os poderes da imaginação na prática oficinal do artesão, mas de forma diretamente vinculada ao exercício concreto do seu ofício. Para o autor, o entendimento técnico do artífice se desenvolveria com a força da imaginação, manifestada no uso de suas ferramentas. Tomando como base a ideia principal de que "fazer é pensar" e que tudo aquilo que somos deriva do que "nossos corpos são capazes de fazer", o autor argumenta que a habilidade artesanal do artífice, que dá forma à sua imaginação, seria provocada, em parte, pelas "ferramentas estimulantes", impulsionadas por três características principais: *intuição*, *resistência* e *ambiguidade*. A primeira delas, a intuição, refere-se aos "saltos intuitivos", quando o artífice percebe a possibilidade de um novo uso para as suas ferramentas, pelas formas de conhecimento relativas a essa nova percepção e pelas novas formas de consciência que resultam deste processo em suas habilidades práticas. A segunda característica das ferramentas estimulantes que alimentaria a imaginação, a resistência, refere-se às dificuldades na prática do seu ofício, que poderiam ser encontradas naturalmente ou serem geradas por ele. A terceira característica, a ambiguidade, diz respeito a certa improvisação, incerteza, imprecisão na prática do artesão, que poderia gerar outras formas de aprendizado (Sennet, 2013).

Além dos poderes da imaginação, do equilíbrio entre utilidade e beleza, e da comunhão entre trabalho e pensamento, expressos no gesto oficinal do artesão, estas casas, pacientemente ornamentadas, parecem também compartilhar do pensamento ruskiniano que nos diz que as moradias, por mais modestas que fossem, deveriam ser feitas para durar e construídas para serem belas, "tão ricas e cheias de atrativo quanto possível, por dentro e por fora"; e com certas diferenças que deveriam evidenciar as particularidades de cada morador, assim como expressar "o caráter e ocupação de cada homem, e parte de sua história" (Ruskin, 2013, p. 61). Neste sentido, além da arquitetura e das pinturas ornamentais, a composição destes espaços de moradias também é marcada pelo gesto do próprio morador que compõe, ao longo das paredes internas de sua casa, inúmeros retratos de família e quadros com frases devocionais.

Especialmente na Casa Hersing, encontram-se quadros com frases devocionais grafadas em alemão, além de algumas gravuras com imagens religiosas que, pendurados improvisadamente, tentam seguir a regularidade intentada pela pintura estêncil (Figuras 17 e 18). Apesar de parecer haver um desejo genuíno de compor as imagens com as ilustrações da parede, tal composição é, por vezes, traída pelo gesto do homem comum de pouca destreza. As imagens religiosas estão colocadas em vários pontos da sala e trazem pequenas inscrições. As frases nas gravuras veneram o lar pacífico como um pedaço do paraíso e reverenciam a proteção divina, que cuida da morada e do lar, o que, de alguma maneira, reforça o pensamento de

Ruskin, que nos fala de um costume que ainda permanece entre suíços e alemães. Neste costume, a moradia, além de contar a história daqueles que habitam a edificação e de ser construída para perdurar, no sentido daquilo que permanece, deveria também manifestar, por meio de sua materialidade, o reconhecimento devocional pela permissão em poder "construir e possuir um refúgio sereno" (Ruskin, 2013, p. 61). Na Casa Duwe, além dos retratos da família, misturam-se, com as pinturas das paredes, uma série de elementos decorativos diversos, que tanto tentam tecer com elas uma composição improvisada quanto marcam a presença daqueles que habitam o espaço da moradia (Figuras 19 e 20).

Figuras 17 e 18 – Casa Hersing, com imagens da família e quadros devocionais.

Fonte: do autor, 2017.

Figuras 19 e 20 – Interior da Casa Duwe.

Fonte: do autor, 2017.

Segundo Seyferth (1990), existe na cultura alemã algo característico do modo de vida do imigrante no cultivo da moradia – denominado de *Wohnkultur* – que diz respeito à "arte de morar bem ou de viver bem", com uma "casa bem cuidada", "uma casa de boa aparência e confortável, e uma decoração que inclui[ria] cortinas nas janelas, plantas e outros ornamentos" (Seyferth, 1990, p. 47). A cultura da moradia, enquanto cultivo da casa em si, fica evidente tanto na Casa Hersing quanto na Casa Duwe, não somente pelo trabalho do artífice na edificação da moradia e pela presença de sua artesania no espaço da casa cultivado artisticamente na disposição das pinturas internas, mas pela presença mesma do morador, que compõe e tece com esta materialidade a sua própria vida.

Considerações finais

As paredes das moradias da casa do imigrante podem nos contar muito sobre suas intenções e seus desejos. Essa relação de cultivo da moradia e do interior do espaço doméstico parece traduzir o espírito que animava o *morador*, o *artífice* ou o *morador-artífice*, em condições tão adversas, a preocupar-se com tamanho esmero criativo, dedicando-se ao trabalho paciente, zeloso e demorado na construção de sua habitação; parece haver um desejo genuíno do construir como habitar-se, que perpassa a materialidade da obra edificada porque feita pelo *ser* imigrante. O *fantástico paradoxo* ali presente, do *morador*, do *artífice* ou do *morador-artífice*, que comunga *trabalho e pensamento*, *utilidade e esplendor*, para utilizar os termos ruskinianos, revela, na materialidade e na edificação de sua moradia, a presença do seu trabalho, a força do seu gesto, a sensibilidade de suas percepções.

A moradia definitiva, assim edificada, revela também outro momento na vida desse *morador*, *artífice* ou *morador-artífice*: a casa definitiva, como sendo aquela que perdura, demonstraria o *ser* imigrante, agora, estabelecido; a estabilidade da construção parece refletir, em parte, a estabilidade mesma de sua vida. E, nestas casas ainda resguardas, percebe-se também, na relação entre os moradores e a casa construída, o respeito em relação à moradia, como aquele que se tem diante de um ser ancião – seja pelo tempo que a construção carrega, seja pela chancela patrimonial que a edificação sustenta enquanto bem tombado, seja por compor ela mesma parte da história daquela família.

O trabalho das pinturas decorativas, executadas por mãos hábeis, conduzidas por um sensível pensamento estético e por boa dose de imaginação, testemunham a presença do *artífice* ou do *morador-artífice*. Tais pinturas, conjugadas com o cultivo da moradia e com o desejo de tornar o espaço da casa de boa aparência, parecem evidenciar também o trabalho de certa

‘autoatividade artística’, na medida em que o morador tece relações com a materialidade da casa ornamentada por mãos de outros tempos. Neste sentido, parece haver também uma ligação fraterna entre passado e presente; tais edificações, tomadas pelos vestígios da presença de seus artífices, pela vida vivida de seus moradores e pela relação estabelecida com essa materialidade, demonstram, principalmente, a inseparável ligação entre passado e presente que se revela na arquitetura. Entretanto, passado e presente não estão separados em territórios distintos; convivem fraternalmente e essa convivência, de alguma forma, também parece animar a matéria que ainda permanece.

Referências

IPHAN. **Roteiros nacionais de imigração Santa Catarina – Dossiê de Tombamento: histórico, análise e mapeamento das regiões.** VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Regina M. (coords.), v. I. Florianópolis: 11ª Superintendência Regional IPHAN/Santa Catarina, [s. d.].

IPHAN. **Roteiros nacionais de imigração Santa Catarina – Dossiê de Tombamento: síntese tombamentos federais.** VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Regina M. (coords.), v. II. Florianópolis: 11ª Superintendência Regional IPHAN/Santa Catarina, [s. d.].

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

_____. **A Economia Política da Arte**. Tradução: Rafael Cardoso. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **As Pedras de Veneza**. Tradução: Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **The Seven Lamps of Architecture**. London: Library Edition, works, v. viii, 1903a.

_____. **The Stones of Venice**. London: Library Edition, v. I, works, v. ix, 1903b.

_____. **The Stones of Venice**. London: Library Edition, v. II, works, v. x, 1904a.

_____. **The Stones of Venice**. London: Library Edition, v. III, works, v. xi, 1904b.

_____. **The Influence of Imagination in Architecture (1857)**. In: RUSKIN, John. **The Two Paths**. London: Library Edition, lecture IV, works, v. xvi, 1905, p. 346 -374.

_____. **The Discovery and Application of Art (1957)**. In: RUSKIN, John. **A Joy for Ever – two lectures on the political economy of art**. London: Library Edition, lecture IV, works, v. xvi, 1905, p. 15-56.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

_____. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Movimento, 2ª ed., 1999.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Enxaimel em Santa Catarina**. Porto Alegre: L&M Editores, 1994.

Recebido em 25/11/2024 | Aceito em 05/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

O sítio histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro

Laércio Michael Braga de Oliveira; Alicia Norma Gonzáles de Castells; Vladimir Fernando Stello

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

OLIVEIRA, Laércio Michael Braga de; CASTELLS, Alicia Norma González de; STELLO, Vladimir Fernando. O sítio histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 102-124, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

O sítio histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referência para o povo Guarani: uma revisão sistemática sobre a construção do patrimônio imaterial missioneiro

Laércio Michael Braga de Oliveira[1]
Alicia Norma Gonzáles de Castells[2]
Vladimir Fernando Stello[3]

Resumo
A cidade de São Miguel das Missões, localizada a noroeste do Rio Grande do Sul, abriga as ruínas da antiga igreja de São Miguel Arcanjo, representando um dos mais significativos remanescentes da civilização jesuítica Guarani junto aos Sete Povos das Missões. O sítio preserva evidências materiais, mas também abrange, sobretudo, o patrimônio imaterial legado ao indígena Guarani e seu modo de ser, patrimônio caracterizado pela *Tava*, que atribui aos remanescentes do sítio um significado de lugar sagrado e de referência à memória deste povo. Este artigo apresenta uma breve revisão bibliográfica sistemática sobre o patrimônio imaterial missioneiro. O objetivo é verificar estudos e diferentes visões relacionados à presença do patrimônio imaterial e do indígena Guarani dentro do sítio histórico reconhecido como patrimônio material pela UNESCO. Neste trabalho, são analisados artigos que tratam desta temática e, a partir desta análise, os resultados demonstram importantes abordagens que podem contribuir para o conhecimento e a valorização do patrimônio imaterial.
Palavras-chave: Patrimônio imaterial; Missões Jesuíticas-Guarani; Indígena Guarani; Sítio histórico.

[1] Mestrando no PPG em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). Especialista em Paisagismo e Iluminação (FAVENI). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (URI). E-mail: laerciobraga.arq@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-3923-1142.
[2] Professora Titular de Antropologia. Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Mestre em Antropologia (UFSC). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Pesquisadora do INCT/CNPq Brasil Plural. E-mail: alicianormacastells@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2545-7958.
[3] Arquiteto, Dr. em Planejamento Urbano e Regional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Email: vladistello@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4130-7028.

El sitio histórico de São Miguel Arcanjo-RS como lugar de referencia para el pueblo Guaraní: una revisión sistemática sobre la construcción del patrimonio misionero inmaterial

Resumen

La ciudad de São Miguel das Missões, ubicada al noroeste de Rio Grande do Sul, alberga las ruinas de la antigua iglesia de São Miguel Arcanjo, que representa uno de los vestigios más significativos de la civilización jesuita Guaraní junto con los Sete Povos das Missões. El sitio conserva evidencias materiales, pero también abarca, sobre todo, el patrimonio inmaterial legado al pueblo indígena Guaraní y su forma de ser, caracterizada por Tava, que atribuye a los restos del sitio un significado de lugar sagrado y referencia a la memoria de este pueblo. Este artículo presenta una breve revisión bibliográfica sistemática sobre el patrimonio inmaterial misionero. Así, el objetivo es verificar estudios y diferentes visiones relacionadas a la presencia del patrimonio inmaterial y del pueblo indígena Guaraní dentro del sitio histórico reconocido como patrimonio material por la UNESCO. En este trabajo se analizan artículos que abordan esta temática y a partir de este análisis se obtienen resultados que demuestran importantes enfoques que pueden contribuir al conocimiento y valoración del patrimonio inmaterial.

Palabras clave: Patrimonio inmaterial; Misiones jesuitas guaraníes; Indígena Guaraní; Sitio histórico.

The historical site of São Miguel Arcanjo-RS as a place of reference for the Guarani people: a systematic review on the construction of the intangible missionary heritage

Abstract

The city of São Miguel das Missões, located northwest of Rio Grande do Sul, houses the ruins of the ancient church of São Miguel Arcanjo, representing one of the most significant remnants of the Guarani Jesuit civilization among the Seven Peoples of the Missions. The site preserves material evidence, but also covers, above all, the intangible heritage bequeathed to the Guarani indigenous people and their way of being, characterized by the Tava, which attributes to the site's remains the meaning of a sacred place and a reference to the memory of these people. This article presents a brief systematic bibliographic review on missionary intangible heritage. Thus, the objective is to verify studies and different views related to the presence of intangible heritage and the Guarani indigenous people within the historical site recognized as material heritage by UNESCO. In this work, articles that deal with this topic are analyzed, and from this analysis, the results demonstrate important approaches that can contribute to knowledge and appreciation of intangible heritage.

Keywords: Intangible heritage; Guarani Jesuit missions; Indigenous Guarani; Historic site.

Introdução

A região das Missões, localizada a noroeste do estado do Rio Grande do Sul, guarda testemunhos e remanescentes que ao longo dos séculos contam a formação gentílica rio-grandense, constituindo um dos mais expressivos patrimônios culturais do País. A riqueza histórica, arqueológica e cultural inspira estudiosos e pesquisadores a desvendar os mistérios das Missões Jesuíticas-Guarani e como elas se tornaram uma das maiores experiências sociais e religiosas na América do Sul. Paralelo a isso, a importância do patrimônio cultural edificado se equivale também ao patrimônio imaterial institucionalizado (IPHAN/UNESCO) existente, representado sobretudo pela *Tava* e pela presença dos indígenas Guarani no sítio histórico, os quais atribuem significado de lugar de referência aos seus antepassados.

É de notório conhecimento que os primeiros habitantes do atual território gaúcho foram os indígenas e entre esses povos estava, em sua maioria, os da tribo Guarani que habitavam originalmente uma extensa região que abrangia partes do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai (Schaden,1974). No Brasil, os Guarani habitavam principalmente as regiões sul e sudeste, incluindo áreas dos atuais estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e subdividiam-se em diferentes grupos, embora para Schaden (1974) apesar da existência desses grupos, constituíam apenas uma unidade, a qual poderia ser denominada como uma grande nação Guarani.

Atualmente, encontram-se grupos remanescentes de Guarani em diversas áreas desses estados, em reservas indígenas conforme afirmam Araújo, Sabaté e Victal (2016). Devido, portanto, a esta localização inicial estratégica em áreas de potencial implantação de suas aldeias e posteriormente das reduções, foi este o principal grupo indígena integrado ao sistema reducional missioneiro organizado pelos padres jesuítas europeus.

Os Guarani, por natureza, caracterizam-se pelo modo de ser, seu universo delimita-se em relação ao espaço geográfico chamado *Teko Hã*,[4] onde se vive, formado pela aldeia, roças, caminhos e mato. Para Araújo, Sabaté e Victal (2016), era neste espaço que os indígenas estabeleciam suas relações com a natureza e com as pessoas, desenvolvendo sua economia, religião e as cerimônias festivas. Particularmente, eram conhecidos por ser um povo bastante fervoroso em suas tradições e cultos religiosos, o que de certa forma facilitou o processo de

[4] Os termos indígenas são grafados conforme as normas da Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada na primeira Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953.

evangelização implantada pelos padres missionários europeus ao utilizarem elementos voltados à fé e ao sagrado.

As atividades econômicas estavam diretamente relacionadas aos estabelecimentos das roças, cultivos e à colheita, o que para Quadros (2012) possibilita práticas sociais próprias as quais ocorriam principalmente pelas longas e costumeiras caminhadas entre as roças. O modo de ser do Guarani sempre se dava a partir das características de seu viver, Quadros (2012) conceitua tal afirmação:

> Toda a caracterização do viver Guarani se dava a partir de seu modo de ser. As funções sociais, por exemplo, definiam-se com base nas necessidades de organização das atividades de produção, tanto de coleta como de cultivo, da defesa do grupo, das necessárias mudanças de habitat e da efetivação de cerimônias e rituais. [...] (Quadros, 2012, p. 66).

Culturalmente, os Guarani se reconheciam a partir do sentimento de *Nhande Rekó*, que significa "nosso modo de ser". Para Seixas e Marzulo (2020), esse sentimento englobava sua identidade, cultura, normas, comportamentos e hábitos, refletindo a rica condição humana de ser Guarani e uma identidade cultural forte baseada em seu modo de vida e valores. Além disso, o *Nhande Rekó* está intrinsecamente ligado à relação dos Guarani com a terra e com seus antepassados, sendo parte essencial de sua identidade e de sua cosmovisão. A prática do *Nhande Rekó* é transmitida de geração em geração e representa a base da cultura e da espiritualidade Guarani.

A referência de lugar como identidade sempre foi algo presente na cultura dos Guarani e desse modo reconhecer um lugar como *Tava*[5] representava um profundo culto ao sagrado e à memória de seus antepassados.

> (...) a Tava é um lugar relacionado à sua memória e que, pela presença dos remanescentes daquilo que foi construído por mãos indígenas, apresenta uma condição singular de visualidade de significados que expressam a compreensão do mundo Guarani, no tempo presente. Além disso, por meio da Tava, os Mbyá interpretam o evento histórico – as Missões – incorporando-o às suas narrativas e reelaborando-o segundo a lógica de sua cosmologia. Tais sentidos dados à Tava permitem acionar sentimentos de pertencimento e identidade (IPHAN, 2019, não paginado).

[5] A *Tava* é a denominação dada pelos Guarani a um lugar de referência e, portanto, sagrado, que faz emergir narrativas que afirmam sua condição de marco na trajetória do povo Guarani, trata-se do território onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra, onde deixaram marcas e parte de suas corporalidades; onde são lembradas as belas palavras de *Nhande Ru* e onde é possível aprender o bom modo de ser Guarani.

Os remanescentes históricos e o legado patrimonial

Do passado de conquistas, glória e declínio das reduções jesuíticas-Guarani pouco se manteve evidente ao longo dos séculos, pode-se dizer que São Miguel está entre as reduções que preservam resquícios mais marcantes do período. Dentre essas evidências, os traços arqueológicos do período reducional desenham no tempo o antigo povoado de São Miguel Arcanjo, hoje São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

O sítio histórico de São Miguel teve seu tombamento como patrimônio histórico material pelo IPHAN em 1938 e seu conjunto arquitetônico foi declarado em 1983 pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, preservando sob os cuidados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) os remanescentes da antiga igreja, colégio, cemitério, entre outros. Deste importante passo de reconhecimento de patrimônio material por meio dos remanescentes de São Miguel, ainda permaneciam quase que desconhecidos os valores imateriais, sobretudo, da cultura Guarani representada atualmente pela presença da etnia Mbyá-Guarani no atual município (Figura 1).

Figura 1 – A *Tava* de São Miguel como lugar de referência para os Guarani.

Fonte – Eneida Serrano. Acervo do IPHAN, 2019.

Foi somente em 2014 que a "*Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani", localizada no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, foi inscrita no Livro de Registro, tornando-se, assim, patrimônio cultural imaterial brasileiro e, a partir de 2018, reconhecida também como patrimônio cultural do

Mercosul. Para Seixas e Marzulo (2020), tais reconhecimentos representaram um trabalho intenso e de longos anos que busca entender a presença dos Mbyá-Guarani em São Miguel e comprovam que tal presença demonstra a valorização dos significados e valores atribuídos por este povo aos locais de seus antepassados e, principalmente, ao sítio histórico de São Miguel Arcanjo, como local sagrado e de preservação da memória Guarani.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho a metodologia consiste na pesquisa de artigos em bases científicas de dados, objetivando desenvolver uma revisão sistemática de literatura. Dessa forma, a primeira etapa foi composta pela busca e seleção de artigos, tendo como foco o objetivo de pesquisa, e para isso foram utilizadas as bases Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico.

Os critérios para a escolha de quais bases seriam selecionadas foram definidos na quantidade de artigos disponíveis, recorte temporal dos últimos 10 anos e abrangência de dados relacionados ao tema. Para a realização da busca, foram empregados os seguintes termos: “Intangible heritage”, “indigenous Guarani”, “jesuits missions”, “cultural heritage” e as combinações “jesuits missions AND Guarani”, “Intangible heritage AND missions”. A coleta de dados foi realizada nos meses de maio e junho de 2024.

Como critério de inclusão, foram selecionados os artigos que tratassem do patrimônio imaterial agregado aos sítios já reconhecidos como patrimônio material e de modo especial direcionado às Missões Jesuíticas-Guarani e a cidade de São Miguel das Missões. Como já citado, o recorte temporal foi adotado entre os anos de 2014 a 2024 para que fossem analisados os estudos mais recentes sobre o tema, cabe salientar que a discussão do patrimônio imaterial em São Miguel teve maior notoriedade justamente nesse período, embora estudos anteriores já reconheçam essa discussão.

Após a etapa de busca, iniciou-se a importação de resultados. Da busca inicial o principal critério foi analisar os resumos e se estes se ajustam ao que se buscava para serem incluídos na seleção final. Assim, resultaram 10 artigos extraídos das três ferramentas de busca elencadas, os artigos selecionados passaram pela leitura integral, bem como a extração de dados relevantes, categorizando os objetivos dos artigos e seus resultados mais importantes. Os dados foram reunidos em uma tabela, para melhor visualizar a contribuição de cada artigo.

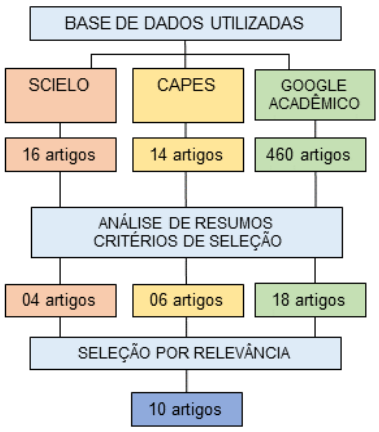
Finalmente, foi realizada a síntese descritiva e narrativa, onde foram descritos o processo de seleção de estudos, características principais dos estudos, principais resultados e detalhes importantes para a pesquisa. Desta síntese, podem-se encontrar diferentes narrativas e visões a partir do patrimônio imaterial e da presença dos indígenas Guarani na atualidade dentro do sítio histórico, o que direciona a análise e a discussão dos resultados da pesquisa.

Resultados e discussão

A definição das *strings* de busca possibilitou os primeiros resultados nas bases de dados selecionadas, chegando em um número inicial de 490 trabalhos. Os artigos passaram pelas etapas de filtragem, com critérios de exclusão, para delimitar quais seriam incluídos na análise da pesquisa. No total, a pesquisa resultou em 460 artigos no Google Acadêmico, 14 no Portal Periódicos Capes, e 16 no Scielo. Após a etapa de filtragem, o resultado foi de 6 artigos no Portal Periódicos Capes, 4 no Scielo e 18 no Google acadêmico. Assim, após o processo de verificação de relevância e critérios relacionados efetivamente ao tema, chegou-se a 10 artigos selecionados para a amostra final.

O esquema a seguir demonstra a representação das fases de seleção e filtragem dos artigos (Figura 2).

Figura 2 – Esquema da metodologia de pesquisa



Fonte – Elaborado pelo autor, 2024.

Sobre a seleção dos artigos, ocorreram dificuldades na busca de alguns elementos relacionados ao termo "patrimônio imaterial" com relação ao sítio histórico de São Miguel e, sobretudo, das Missões Jesuíticas-Guarani, haja vista que este tema ainda está fortemente

associado ao bem cultural material e é recente a discussão sobre o bem imaterial existente junto ao sítio histórico. Tal debate entre pesquisadores no âmbito acadêmico começou a ser levantado por volta de 2014 pelo grande questionamento sobre a presença dos indígenas Mbyá-Guarani nos arredores do sítio depois de tantos anos, e como estes enxergavam com outros olhos, e cabe ressaltar, um olhar de identidade e significado sagrado, diferentemente dos curiosos turistas que frequentam o sítio histórico.

Os artigos selecionados para a amostragem final foram dispostos na tabela a seguir (Tabela 1), que apresenta um breve resumo dos principais conceitos, objetivos e conclusões, o que permite interpretar a grande singularidade e tangível conexão entre os patrimônios cultural material e imaterial existentes.

Tabela 1 – Tabela resumo artigos analisados.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
A Tava Como Elemento Importante na Composição Territorial Mbyá-Guarani – Breves Apontamentos.	FALLER TAGARRO, Helena Amanda (2019)	Introduzir o debate acerca da relação dos Mbyá-Guarani com o território, apresentando suas características e deslocamentos, o território político e cultural, além de problematizar a participação indígena nos processos de reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro na região missioneira. (Faller Tagarro, 2019, p. 95)
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	Tornam-se fundamentais para ampliar esta rede de debates, proporcionar maior visibilidade e possibilitar a legitimação das lutas e direitos desse povo que, como tantos outros, sofreu no processo de construção da identidade nacional brasileira e ainda sofre com a falta de acesso igualitário aos direitos sociais. Portanto, o presente trabalho buscou apresentar brevemente o que se compreende por território tradicional Guarani e sua relação com seus ocupantes, neste caso, os próprios *Mbyá*. Por outro lado, o trabalho também trouxe para o debate o reconhecimento da Tava de São Miguel Arcanjo como Patrimônio Imaterial Brasileiro e Patrimônio Cultural do Mercosul (Faller Tagarro, 2019, p. 108).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
A Emergência Mbyá-Guarani nas Missões Jesuíticas. Novos atores no Patrimônio Cultural?	SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; MARZULO, Eber Pires (2020)	Será analisado o processo de reconhecimento da dimensão imaterial Guarani do bem "*Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani", declarada patrimônio

		cultural brasileiro em 2014. A análise da valorização da *Tava* como patrimônio será realizada a partir da compreensão de diferentes narrativas constitutivas de um mesmo bem cultural (Seixas e Marzulo, 2019, p. 43).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	O caso Mbyá-Guarani e Missões funciona para apresentar a necessidade e a urgência da manutenção e de identificação, para a composição de uma hipotética sociedade nacional brasileira, dos valores de diferentes povos que compõem a nacionalidade brasileira. Isso inclui desde políticas de preservação patrimoniais em que esses significados sejam reconhecidos, como o discurso colonial do europeu que vem sendo produzido desde a própria emergência ocidental da ideia de patrimônio. Isso pode ocorrer através da patrimonialização dos agrupamentos originários e/ou aqueles historicamente constituídos como subalternos (Seixas e Marzulo, 2019, p. 62).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
O GUARANI: A formação de uma cultura pela interpretação do território.	ARAUJO, Adelita S.; SABATÉ, Joaquín ; VICTAL, Jane (2016).	Busca refletir sobre o caráter dinâmico que envolve a reprodução da Paisagem Cultural, analisando de que forma as ações de integração social e econômica podem se transformar em processos de substituição de valores e significados (Araujo, Sabaté e Victal, 2016, p. 1).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	Refletindo sobre esse patrimônio vivo, um laço que envolve nossas mais profundas raízes e tradições, faz-se necessária a motivação de políticas, medidas e ações que busquem assegurar a vida e também o modo de ser Guarani, respeitando seu território, sua economia, seu modo de plantar, suas relações sociais, sua religião e sua paisagem cultural (Araujo, Sabaté e Victal, 2016, p. 17).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
OS VALORES NO PATRIMÔNIO CULTURAL: Reflexão sobre a *Tava*/Sítio Histórico de São Miguel (RS).	SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; MARZULO, Eber Pires (2022),	Propõe-se uma abordagem sobre a atribuição de valores no campo patrimonial e suas alterações, em particular no que remete à incorporação de novos atores e narrativas (Seixas e Marzulo, 2022, p. 33).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	

	Como conclusão, nas Considerações finais, propõem-se de maneira exploratória reflexões que indicam incidências das viradas epistemológicas contemporâneas, em particular as viradas decolonial, do perspectivismo ameríndio e antirracista, para o entendimento do campo patrimonial, apresentando como o patrimônio e a valorização de certos bens culturais estão relacionados diretamente à formação da memória e das identidades brasileiras, a partir da década de 1930 (Seixas e Marzulo, 2012, p. 33).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
PAISAGEM CULTURAL DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI: O desafio de promover uma leitura patrimonial da paisagem.	BRITO, Marcelo; GIANECCHINI, Ana Clara (2016).	Compreender o território das missões jesuíticas brasileiras no Estado do Rio Grande do Sul em abordagem sistêmica e multiétnica, respeitando e valorizando as suas referências e tradições culturais, e tendo em vista a sua preservação e o desenvolvimento local (Brito e Giannecchini, 2016, p. 257).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	O fortalecimento das instâncias de governança e da rede de parceiros, a transparência nos processos e resultados e, por fim, o controle e o monitoramento do Projeto, desafios relevantes para assegurar uma efetiva leitura patrimonial da paisagem. Espera-se com esta experiência trazer uma contribuição significativa para o debate e estruturação da gestão de paisagens culturais e de parques históricos no contexto brasileiro (Brito e Giannecchini, 2016, p. 271).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
Participação e patrimônio cultural imaterial: o estudo de caso de "*Tava*, lugar de referência para o povo Guarani".	LACERDA, Rodrigo (2019).	O artigo tem o intuito de contribuir para as discussões das questões patrimoniais, descrevendo e analisando a patrimonialização das ruínas das Missões Jesuíticas-Guarani de São Miguel, localizadas no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, enquanto "*Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani" (Lacerda, 2019, p. 143).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	Apesar dos momentos pontuais de dissonância inerentes a estes processos, a patrimonialização da *Tava* constituiu uma experiência importante na expansão dos conceitos de patrimônio e de participação em que os vários intervenientes não indígenas "levaram a sério" (Castro, 2002b) a ontologia e a cosmologia Guarani, originando um "fórum híbrido" (Harrison, 2013) em que humanos, não humanos e coisas participaram de modo a constituir uma democracia mais dialógica que tem em consideração diferentes modos de construir o mundo. O desafio agora, como sublinham os depoimentos de Cirilo e Ortega, é continuar este processo e integrar esta nova perspectiva construtivista e abrangente	

	da participação na gestão do IPHAN e, especificamente, do Parque Arqueológico de São Miguel (Lacerda, 2019, p. 160).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
Patrimônio imaterial no "Caminho das Missões": apropriações memoriais ou narrativas coloniais sobre as Missões Jesuíticas-Guarani?	GONÇALVES, Ingrid Bomfim; DOS SANTOS, Larissa Conceição (2020).	Realiza-se uma pesquisa exploratória apoiada por metodologia bibliográfica e documental, além de entrevistas abertas com representantes da operadora turística, e pesquisa etnometodológica, compreendendo pesquisa de campo, registro fotográfico e registro textual em diário de campo, realizados em 2019 (Gonçalves e Dos Santos, 2020, p. 1).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	
	Acredita-se que o turismo seja, por vezes, uma das únicas rendas que os indígenas possuem, isto é, com as vendas de seus trabalhos artesanais para os turistas e peregrinos do "Caminho das Missões". O caso analisado, da rota turística "Caminho da Missões", revela, por um lado, aspectos interessantes, relativos à valorização do patrimônio cultural missioneiro em uma perspectiva transfronteiriça, mas, por outro, escancara a face muitas vezes perversa da exploração turística, que, nesse caso, é observada pela objetificação dos povos indígenas, que assumem um papel coadjuvante no relato oficial da operadora turística (Gonçalves e Dos Santos, 2020, p. 12).	
TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS
Remanescentes das Missões Jesuíticas-Guarani no Rio Grande do Sul: da pedra e cal à paisagem cultural.	MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; SILVA, Leonardo Alberto Corá (2020).	Este artigo busca refletir sobre a abrangência do processo de patrimonialização dos remanescentes missioneiros, a partir de uma revisão bibliográfica, propondo uma periodização direcionada a três componentes: a abordagem tradicional relacionada ao patrimônio material, a abordagem relacionada ao patrimônio imaterial e a territorial, que passou a compreender os remanescentes como um sistema – a paisagem cultural missioneira (Meira e Silva, 2020, p. 68).
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	

<table>
<tr><td></td><td colspan="2">É fundamental que o reconhecimento dessas contribuições se aprofunde, se amplie e se institucionalize, englobando patrimônios ainda não consagrados. As novas estratégias em relação à preservação da região devem incrementar a participação dos grupos que ali habitam, na busca de uma gestão compartilhada que admita as transformações intrínsecas ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis. Isso exigirá o fortalecimento das instituições e, por outro lado, sua abertura em relação à sociedade. Assim, talvez, no futuro, o território missioneiro, ou parte dele, possa vir a ser chancelado como Paisagem Cultural Brasileira (Meira e Silva, 2020, p. 85).</td></tr>
<tr><td>TÍTULO</td><td>AUTORES</td><td>OBJETIVOS</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Ruínas das Missões Jesuíticas-Guarani de São Miguel Arcanjo: um olhar sobre o patrimônio mundial da UNESCO no Brasil.</td><td>CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; TRONCA, Bruna (2016).</td><td>A pesquisa desdobra-se especificamente sobre as missões localizadas no Brasil, no estudo de documentos com reconhecimento patrimonial e referenciais teóricos bibliográficos. Entretanto, a análise in loco possibilita o reconhecimento como atrativo turístico. Objetiva-se na pesquisa reforçar a intenção da apropriação de uma identidade que seja fruto da América espanhola como referência identitária do povo gaúcho brasileiro e da própria nação brasileira (César e Tronca, 2016, p. 230).</td></tr>
<tr><td colspan="2">RESULTADOS E CONCLUSÕES</td></tr>
<tr><td colspan="2">Na situação atual ainda há muitas outras reflexões (olhares e construções epistemológicas) sobre este lugar marginal: periférico, por estar na América Latina, por seu contraste com o capitalismo, por sua matriz indígena de povos emergentes, entre outras condições. Embora estas estejam presentes no imaginário, espera-se que o rumo atual caminhe junto com as políticas culturais.
Sabe-se, pela diversidade de interpretações, que locais que outrora representavam a produção, a modernidade e o progresso foram revitalizados como locais de recreação sob a perspectiva de novas interpretações da história, abrindo possibilidades para outros usos e novas perspectivas para essas práticas antigas. Espera-se que o contraponto local projete cada vez mais o seu dever de fortalecer as dimensões patrimoniais (César e Tronca, 2016, p. 244).</td></tr>
<tr><td>TÍTULO</td><td>AUTORES</td><td>OBJETIVOS</td></tr>
<tr><td>Tava Guarani: de lugar simbólico a Patrimônio Cultural do MERCOSUL.</td><td>FALLER TAGARRO, Helena Amanda (2019).</td><td>A proposta deste estudo é de apresentar a importância da candidatura e, consequentemente, do reconhecimento da Tava para o MERCOSUL, considerando o interesse do bloco de fomentar a integração entre seus estados-partes em diferentes áreas, inclusive a cultura.
(Faller Tagarro, 2019, p. 298).</td></tr>
</table>

	RESULTADOS E CONCLUSÕES
	A sobreposição dos territórios e a relação de poder neles existentes apontam para uma fragilidade: a dificuldade do grupo de passar pelas fronteiras. O caminhar dos Mbyá-Guarani é a essência do seu modo de vida, além de ser a causa das identificações das *Tava*. Portanto, o reconhecimento desta *Tava* em especial atrai um leque de discussões sobre o direito de transitoriedade dos Guarani pelo seu território. A *Tava* de São Miguel Arcanjo, por já estar localizada em uma zona de fronteira (município de São Miguel das Missões/RS), pode facilitar o diálogo entre os Estados nacionais na construção de políticas exclusivas para a territorialidade Guarani. Seu reconhecimento não dá ao grupo o direito de caminhar livremente, mas, com certeza, impulsiona para tal resultado (Tagarro, 2019, p. 309).

Fonte – Elaborado pelo autor, 2024.

A seleção dos artigos apresentados na tabela acima permitiu a comparação entre diferentes autores e como o tema do patrimônio cultural imaterial ganha cada vez mais espaço nas discussões sobre as relações de pertencimento e identidade em sítios históricos ou lugares já reconhecidos como patrimônios culturais materiais. De modo geral, os autores encontram um lugar comum de consenso, que diz respeito à figura indígena no local e a singularidade de sua cultura e as manifestações, por vezes incompreendidas, mas que são parte extremamente importante dentro do contexto patrimonial e das tradições indígenas.

Faller Tagarro (2019) traz um importante debate quando fala sobre a legitimidade das lutas dos povos indígenas, especialmente dos Guarani, para manterem vivas suas tradições e destaca ainda que, na atualidade, estas lutas envolvem a busca pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais e pela preservação de sua cultura e identidade. Deste modo, esta luta é legitimada quando ocorre a demarcação e proteção de áreas de ocupação ancestral, a luta contra invasões e degradação ambiental, além do reconhecimento de elementos culturais, como as *Tava*, como patrimônio imaterial e cultural.

Ainda, segundo Faller Tagarro (2019), em meio a tantas narrativas acerca do bem cultural e reconhecimento do patrimônio, é relevante e mais do que necessária a participação dos indígenas nos debates, pois "se eles fizeram parte do processo histórico de formação e consolidação das reduções, por que não trazê-los como os protagonistas que também são dessa mesma história?" (Faller Tagarro, 2019, p. 97). Seixas e Marzulo (2019) compartilham desta mesma opinião e apontam que foi preciso quase um século depois da valorização do bem material representado pelas Ruínas de São Miguel Arcanjo para que o significado cultural atribuído pelos Mbyá-Guarani ao local fosse reconhecido também como parte desse patrimônio.

Na abordagem de Seixas e Marzulo (2019), fica evidente esse tardio reconhecimento do patrimônio imaterial junto às Missões Jesuíticas:

> Todavia, a valorização patrimonial ocorre quase um século depois dos primeiros processos de patrimonialização das edificações jesuíticas. As políticas de preservação foram, desde o princípio, destinadas ao patrimônio material das "Missões Jesuíticas" e os Mbyá-Guarani colocados à parte desse processo e, quando incluídos, o foram em situação subordinada e de submissão" (Seixas e Marzulo, 2019, p. 55).

Por outro lado, Araujo, Sabaté e Victal (2016) levantam a simbologia quanto à compreensão da cultura Guarani, pois esta abrange uma série de interpretações dos significados da vida, e isso acaba por sustentar sua estrutura social, política, econômica e, sobretudo, religiosa. Este olhar de reconhecimento do modo de ser é o que possibilita desvendar diferentes ideologias e razões que sustentam essa rica condição e identidade de ser Guarani, e talvez pela ausência dessa percepção se torna lento o processo de valorização do patrimônio imaterial constituído por eles ao longo de séculos. Cabe salientar que reconhecer o modo de ser Guarani é direcionar as discussões para os indígenas Guarani que, na atualidade, subdividem-se em grupos distintos, como afirmam Araújo, Sabaté e Victal (2016), em estudo realizado em 2008. "Os Guarani que encontramos atualmente se dividem em quatro etnias diferentes *Mbya*, *Kaiowá*, *Ava* ou *Nandeva* e *Ache-Guayakí*, todos com grande semelhança nos aspectos fundamentais da organização social, política e territorial" (Araújo, Sabaté e Victal, 2016, p. 5).

É notória a constante relação que o patrimônio imaterial atribui ao patrimônio cultural material já consolidado, embora nem sempre sejam diretamente associados. Esta visão e percepção do imaterial, do intangível como representativo e construtor de uma identidade ou característica de um povo já é um conceito bem definido na Constituição Federal (1988) em seu artigo 216:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2016).

Nessa premissa Seixas e Marzulo (2022) afirmam que no caso das Missões Jesuíticas-Guarani o patrimônio já valorizado pela sua excepcionalidade e monumentalidade, por meio das ruínas de uma redução jesuítica Guarani, com o reconhecimento da *Tava*, começa a apresentar outro valor atribuído, desta vez relacionado a um patrimônio imaterial. Assim, o sítio histórico não se insere apenas no contexto de expansão territorial e evangelização, mas representa, todavia, um lugar sagrado e transcendental para os Guarani, onde viveram seus antepassados e onde podem, portanto, narrar a sua história (Seixas e Marzulo, 2022).

Brito e Giannecchini (2016), por sua vez, defendem o conceito de paisagem cultural como também parte da construção do patrimônio atrelado às Missões Jesuíticas-Guarani e à presença dos Guarani na região, uma vez que para os autores o significado do bem material e valor simbólico de todos os lugares que integram ou integraram as Missões caracterizam a herança cultural e são pontos que tangenciam a presença dos indígenas em todo o território. Segundo os autores, faz-se necessário este reconhecimento e compreensão do território das Missões Jesuíticas-Guarani em abordagens sistêmicas e multiétnicas (Brito e Giannecchini, 2016).

Lacerda (2019) apresenta de forma interessante uma análise a partir do estudo de caso do patrimônio imaterial relacionado à *Tava* de São Miguel e evidencia em seu trabalho os Mbyá-Guarani, atualmente o principal grupo indígena presente no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo-RS. Lacerda (2019) traz um breve relato e aporte histórico da relação indígena do passado das Missões Jesuíticas-Guarani, indicando que essa relação nunca foi rompida e que apesar do fim dos Sete Povos Missioneiros, ao longo dos séculos os indígenas, refugiando-se em locais distantes da colonização, ainda assim visitavam com frequência o sítio histórico.

Lacerda (2019) identifica a forma branda que ocorreu nesse regresso dos indígenas Guarani ao local de seus antepassados, fato que mais tarde foi comprovado que estava ligado diretamente à referência de lugar que constitui a *Tava*. Assim descreve Lacerda (2019):

> Nos anos 1990, um grupo de Mbyá-Guarani estabeleceu-se com maior permanência em São Miguel. No ano 2000, através da intervenção de diversos aliados não indígenas dos Mbyá, o Governo do Estado de Rio Grande do Sul comprou a área da Reserva Indígena Inhacapetum, onde aquele grupo fundou a aldeia de *Tekoa Koenju*. Devido à dimensão reduzida da reserva, os indígenas continuam a vender artesanato no Parque Arqueológico de São Miguel para poderem comprar alimentos e outros produtos de subsistência (Lacerda, 2019, p. 146).

Este trecho descrito por Lacerda (2019) levanta outro ponto importante que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos Guarani para se manterem no local que para eles possui valor imensurável e lhes é tão representativo e que, apesar do reconhecimento de patrimônio imaterial, não consegue solucionar os problemas econômicos que os acometem.

Além disso, outro grande fator que os indígenas precisam contornar são as perseguições coloniais e racistas que ainda sofrem, e de certa forma torna perigosa a convivência com os *juruá*,[6] apesar de que, para Lacerda (2019), isso vem mudando lentamente ao longo dos anos, principalmente devido à consagração dos direitos indígenas na Constituição de 1988, que possibilitou reivindicarem a demarcação das suas terras, recorrendo a políticas de objetivação da cultura.

Todas as questões relacionadas ao patrimônio sempre levam para debates e narrativas que objetificam a relação entre o material e o imaterial, querendo estabelecer um significado de valor que, infelizmente, possa ser explorado de forma irracional e nem sempre legítima. Então, é nesse viés que outra vertente surge com força: o turismo comercial a partir do patrimônio constituído, e é a partir dessa análise que Gonçalves e Dos Santos (2020) argumentam que muitas vezes a memória dos povos originários e o patrimônio imaterial constituído por eles são silenciados nos roteiros turísticos comercializados. Ainda, evidenciam a forte narrativa colonial hegemônica, capaz de destacar os jesuítas refazendo seus percursos e enaltecendo suas práticas, em detrimento do importante legado do indígena Guarani (Gonçalves e Dos Santos, 2020).

Outro ponto destacado por Gonçalves e Dos Santos (2020) que cabe ser analisado narra o conjunto de relações plurais entre passado e presente que norteia a referência da presença de indígenas na região missioneira, o que já fora citado no presente artigo por Araújo, Sabaté e Victal (2016) e que apresenta essa relação dos Guarani do passado com os da atualidade. Essa percepção fortalece ainda mais o conceito do patrimônio cultural missioneiro que engloba essas relações temporais e espaciais e envolve uma série de significados e questões simbólicas, que dialogam entre material e imaterial.

É a partir da análise de todos estes autores que começam a ser traçados elementos que se conectam entre si e demonstram que o patrimônio cultural é vasto e repleto de significados que ainda permanecem desconhecidos ou inexplorados. Meira e Silva (2020), assim como

[6] *Juruá* é a denominação utilizada na língua Guarani para se referir aos não indígenas.

Brito e Giannecchini (2016) apresentam em seu trabalho novamente a visão de paisagem cultural e a relação com o patrimônio.

É interessante notar que o trabalho de Meira e Silva (2020) discute três componentes que fazem parte do processo de patrimonialização e como estão estritamente ligados: a abordagem tradicional relacionada ao patrimônio material, a abordagem relacionada ao patrimônio imaterial e a territorial. É nessa terceira forma de abordagem, a territorial, que se constitui a paisagem cultural missioneira, então de certa forma ele consegue integrar todas as demais e criar um significado maior ao contexto de patrimônio cultural como um todo.

Meira e Silva (2020) destacam também que o sentido de preservação de um bem patrimonial ocorre em função da representação ou memória ligada a ele e não, necessariamente, pela materialidade, o que fortalece o conceito também de patrimônio imaterial. Nesta análise, Meira e Silva (2020) trazem um recorte mais profundo ao sítio histórico de São Miguel Arcanjo que, segundo os autores, é o que mais figura como um lugar simbólico e, novamente, explica a profunda relação proposta pelos Guarani ao conceito de *Tava*.

Segundo os mesmos autores, o reconhecimento do patrimônio imaterial missioneiro, sobretudo da *Tava* como lugar de referência para os Guarani, enfrentou muitas dificuldades, e ainda enfrenta como já mencionado por Lacerda (2019). Reiteram que foi somente a partir da certificação como patrimônio cultural do Mercosul, em meados de 2018, que houve uma maior valorização dos Guarani dentro do contexto do sítio histórico: "E os Guarani passaram a ter suas narrativas incorporadas ao sítio, não sem resistência por parte de alguns técnicos arquitetos" (Meira e Silva, 2020, p. 78).

Reunir todas essas abordagens com o objetivo de fortalecer mais o conceito de patrimônio cultural e, principalmente, valorizar e salvaguardar as manifestações culturais deve ser considerado algo necessário e fundamental. Para Meira e Silva (2020), um bom exemplo dessa prática é a elaboração de um Guia da Paisagem Cultural, pois por meio de pesquisas multidisciplinares constrói consensos entre os setores da sociedade e afirma a iniciativa desenvolvida nas Missões Jesuíticas-Guarani.

> Na região missioneira, foi proposto o desenvolvimento de um Guia da Paisagem Cultural para o Desenvolvimento Sustentável das Missões. Metodologicamente, tratava-se de um marco integrador composto por projetos setoriais: Estudo do potencial do desenvolvimento turístico da região, com levantamento dos recursos patrimoniais culturais e naturais; Exploração magnética no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo; Valorização do mundo cultural Guarani; Investigação histórico-

> artística da coleção do Museu das Missões e Avaliação da capacidade de carga dos sítios tombados (Meira e Silva, 2020, p. 80).

Dentro dessa análise da paisagem cultural como parte do patrimônio, é importante segundo Meira e Silva (2020) também compreender que o patrimônio cultural missioneiro, a partir do inventário dos recursos patrimoniais culturais e naturais, permitiu identificar muitos patrimônios construídos por imigrantes a partir do século XIX e não somente os remanescentes dos jesuítas e dos Guarani. A partir dessa percepção, pode-se entender ainda mais o quanto o conceito de patrimônio cultural pode ser fortalecido, pois tudo não deve ser visto como algo comparativo entre mais ou menos relevante, mas sim como algo enriquecedor da diversidade cultural da região.

Outro ponto importante levantado pelos mesmos autores é que nesta análise também se pode perceber a invisibilidade dos atuais indígenas dentro do contexto local, pois pelo senso comum, e diga-se de passagem fortemente difundido, os Guarani teriam sido exterminados na Guerra Guaranítica.[7] Aí também reside, talvez, essa incompreensão por parte da sociedade da presença dos Mbyá-Guarani em São Miguel, mas é importante que com as políticas de preservação patrimonial se faça reconhecer que muitos Guarani sobreviveram e continuaram a viver em aldeias ou se miscigenaram com outros povos e etnias.

Em suas análises, César e Tronca (2016) trazem uma abordagem direcionada ao contexto do sítio histórico de São Miguel enquanto patrimônio, mas também como atrativo turístico, porém apresentam uma visão de fortalecimento de uma identidade fruto da América espanhola, o que de certa forma vai em oposição a alguns autores aqui citados, que defendem arbitrariamente o papel do indígena Guarani enquanto protagonista da história missioneira.

Para César e Tronca (2016), suas pesquisas buscam direcionar a visão do patrimônio material representado pelo sítio histórico de São Miguel, com seu reconhecido valor monumental e arquitetônico, mas reconhecem a presença de patrimônios imateriais, o que segundo eles possui uma relação mais vulnerável. Esta afirmação denota a constante vulnerabilidade que o patrimônio imaterial sofre, mas que é de grande importância a proteção das manifestações culturais, tradições e memórias que constituem, efetivamente, a cultura de tantos povos (César e Tronca, 2016).

[7] Guerra Guaranítica (1754-1756) foi uma guerra que envolveu portugueses, espanhóis e indígenas. Iniciou-se no século XVIII, depois da assinatura do chamado Tratado de Madri (em 1750).

César e Tronca (2016) opinam que a representação da ruína não envolve só materialidade, mas também representa imagem e a presença de uma ausência, assim apontam que existe o desrespeito das forças hegemônicas pelo processo civilizatório indígena, o qual seguidamente não têm reconhecidos seus valores civis e culturais.

Finalmente, compatibilizando discussões e diferentes vertentes sobre o tema da patrimonialidade, Faller Tagarro (2019), em seu outro trabalho, retoma a importância da candidatura e reconhecimento da *Tava* para o Mercosul, sobretudo porque foi nessa região que se desenvolveu a experiência das Missões Jesuíticas-Guarani de forma plena.

Faller Tagarro (2019) defendem que foi a partir de 2014 que ocorreu o registro no Livro do Lugares da *Tava*: Lugar de Referência para o Povo Guarani, e isso se deu graças ao Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado sobre os Mbyá-Guarani. Esse importante passo revelou um novo olhar acerca do território missioneiro e possibilitou uma abordagem da visão indígena ante o Patrimônio das Missões, e foi aí então que eles puderam apresentar suas narrativas sobre a história.

Segundo Faller Tagarro (2019) era ainda importante e necessário esse reconhecimento pelo Mercosul para que, efetivamente, os Guarani tivessem vez e voz dentro de todo o território que outrora foi de seus antepassados e a eles é atribuído tamanho valor simbólico. Faller Tagarro (2019) descreve esse processo de reconhecimento:

> Tendo em vista a identificação de que é importante incluir os Guarani nos debates sobre o patrimônio cultural, sobretudo o que está presente na Região das Missões, pensou-se em uma nova possibilidade de reconhecimento para a Tava, desta vez no âmbito do MERCOSUL. No entanto, essa candidatura teve como objetivo ampliar a discussão sobre a cultura indígena na América do Sul, principalmente dos Guarani, possibilitando a troca de conhecimentos acerca do assunto. Assim, foi postulada a candidatura da Tava durante a XVI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural realizada no Paraguai, no primeiro semestre de 2018 e durante a XVII Reunião da CPC ocorrida no Uruguai, em outubro de 2018, a Tava: Lugar de Referência para o povo Guarani foi reconhecida como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (Tagarro, 2019, p. 301).

Esse importante reconhecimento é crucial para o Mercosul, pois representa a integração entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. No passado, foram palco de toda essa história e, de certa forma, existe esta forte relação cultural entre eles, na atualidade. Assim, segundo Faller Tagarro (2019), compreender a *Tava* como elemento de integração entre os países do MERCOSUL no campo cultural é reconhecer a existência de um território tradicional Guarani, chamado por eles de *Y'vy Rupá*.

Para os Guarani, esse território foi o mesmo transitado e habitado por seus ancestrais, que conseguiram alcançar a *Yvy marã e'ỹ,* a "Terra sem Mal" e atingiram a imortalidade, é importante também destacar que essa delimitação do território vai além dos espaços físicos, abrangem também os espaços subjetivos no ideário do povo Guarani. Ainda dentro desse contexto, é importante entender que a *Tava* representa um lugar que não é completamente habitado pelos Mbyá-Guarani (Faller Tarrago, 2019). De forma subjetiva, ela é representada, também, pelos trajetos percorridos pelos indígenas desde antes da ocupação europeia, que deixa marcas de sua existência e explica o constante caminhar e as trilhas dos Guarani.

Faller Tagarro (2019) finaliza seu trabalho com a afirmação de que a existências das *Tava* e seu oportuno reconhecimento intensificam a participação dos Guarani dentro do projeto Missões, sobretudo como protagonistas dessa história, constituindo juntamente com as edificações as marcas evidentes de um passado missioneiro, mas também como símbolo de resistência na atualidade. Entretanto, para Faller Tagarro (2019), esse reconhecimento não deve ser visto como uma compensação histórica ao povo Guarani, mas como forma efetiva de evidenciar a importância e a presença dos indígenas na construção das nacionalidades sul-americanas.

Considerações finais

A importância da preservação e, principalmente, da valorização do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, deve sempre ser compreendida como um profundo respeito à história e a todas as formas de manifestações culturais, especialmente dos povos indígenas. Ao longo da história, muitas vezes, os povos indígenas não são vistos como agentes protagonistas, a figura do colonizador se sobressai à do colonizado, não dando o devido destaque a este último, que tanto contribuiu e ainda contribui para a formação cultural e gentílica do território brasileiro.

Falar de Missões Jesuíticas-Guarani é falar de história e legado que ultrapassa séculos e fronteiras, dentro da subjetividade Guarani essa fronteira não existe, como assim se apresentam as *Tava* como lugares de grande referência deste povo. Nestes importantes debates entre questões patrimoniais deve ser considerada a participação de todas as pessoas, e de forma especial dos povos indígenas e, no caso da análise deste artigo, em destaque estão os Mbyá-Guarani de São Miguel.

Compreender a formação missioneira e brasileira, com a presença indissociável dos povos indígenas, é dar reconhecimento a este povo que tanto sofreu e, cabe ressaltar aqui,

ainda sofre com a discriminação da sociedade em função de, na maioria das vezes, serem incompreendidos pelo seu modo de ser. Os Guarani em específico têm suas peculiaridades que ainda são um mistério e que, todavia, ajudam a preservar sua cultura diante das constantes modificações culturais e do espaço em que estão, atualmente, inseridos.

O processo de reconhecimento da *Tava* como patrimônio deve ser encarado como um passo importante para essa inserção dos indígenas dentro do contexto dos patrimônios históricos, mas há muito ainda a ser feito para integrá-los no espaço. Muito se tem falado em políticas públicas de valorização dos povos indígenas, mas muitas vezes essas políticas só se tornam efetivamente eficazes quando atreladas a questões de consciência patrimonial, é preciso educar e reeducar as pessoas quanto ao significado de patrimônio cultural.

Assim, pode-se inserir dentro desse contexto a valorização do conhecimento patrimonial que permite não só compreender todos os processos relacionados ao patrimônio, mas também oportuniza para que as pessoas entendam que o patrimônio é de todos e para todos, e que neste contexto em que entram os povos indígenas também entram outros povos formadores da cultura missioneira. Essa conscientização é, entretanto, um processo lento e tem-se bons exemplos dessa afirmação tendo em vista que o reconhecimento do patrimônio imaterial indígena veio séculos depois do reconhecimento do bem material.

Desse modo, cabe sim às entidades governamentais por meio de seus agentes desde o âmbito municipal até a esfera internacional representada por órgãos reconhecidos, lutar pela preservação dos bens culturais, mas também e especialmente de forma local, as comunidades buscarem ações de integração e valorização dos povos originários. Acima de tudo, é preciso entender o tempo dos processos e valores que o povo Guarani tão bem manteve ao longo dos séculos, preservando seus costumes e tradições, para que então cada vez mais possam fazer e se reconhecer também como parte desse patrimônio coletivo e multifacetado através de diferentes etnias, gerações e culturas. Conclui-se, portanto, que estudos que tratem dessa temática se fazem extremamente necessários e urgentes para preencher lacunas que ainda precisam ser solucionadas e que visam preservar o patrimônio cultural como um todo.

Referências

ARAUJO, Adelita S.; SABATÉ, Joaquín; VICTAL, Jane. **O Guarani: A formação de uma cultura pela interpretação do território**. 2016, p. 1-19. 4º Colóquio Ibero-americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto. Belo Horizonte, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRITO, Marcelo; GIANNECCHINI, Ana Clara. **PAISAGEM CULTURAL DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS: O desafio de promover uma leitura patrimonial da paisagem**, 2016, p. 257-271. "Identidades: territorio, proyecto, patrimônio", n. 6.2016.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; TRONCA, Bruna. **Ruínas das Missões Jesuítas-Guaranis de São Miguel Arcanjo: um olhar sobre o patrimônio mundial da UNESCO no Brasil**. 2016, p. 229-246. Tourism and History World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space. Universidade do Minho: LASICS (Laboratório de Sistemas de Informação para a Investigação em Ciências Sociais), 2016.

FALLER TAGARRO, Helena Amanda. **A Tava como elemento importante na composição territorial Mbyá-Guarani – Breves apontamentos**. 2019, p. 95-109. Espaço Aberto, v. 9, n. 1, PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

FALLER TAGARRO, Helena Amanda. **Tava Guarani: de lugar simbólico a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**, 2019, p. 298-310. Caderno de Geografia, v. 29, Número Especial 2, 2019.

GONÇALVES, Ingrid Bomfim; DOS SANTOS, Larissa Conceição. **Patrimônio imaterial nos "Caminhos das Missões": apropriações memoriais ou narrativas coloniais sobre as Missões Jesuítico-Guarani?**, 2020, p. 1-15. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 6, n. 3, set-dez, 2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Tava: lugar de referência para o povo Guarani: Dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do Mercosul**. Brasília, DF: IPHAN, 2019.

LACERDA, Rodrigo. **Participação e patrimônio cultural imaterial: o estudo de caso de "Tava, lugar de referência para o povo Guarani"**, 2019, p. 143-162. Comunicação e Sociedade, v. 36, 2019.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; SILVA, Leonardo Alberto Corá. **Remanescentes das Missões Jesuítico-Guarani no Rio Grande do Sul: da pedra e cal à paisagem cultural**, 2020, p. 68-92. Em Questão, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais. Porto Alegre, v. 26, 2020.

QUADROS, Ezeula Lima de. **A defesa do modo de ser Guarani: o caso do Caaró e Pirapó, em 1628**. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2012.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 3ª edição,1974.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; MARZULO, Eber Pires. **A Emergência Guarani-Mbyá nas Missões Jesuíticas. Novos atores no Patrimônio Cultural?**, 2020, p. 43-67. Em Questão. Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais. Porto Alegre, v. 26, 2020.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; MARZULO, Eber Pires. **OS VALORES NO PATRIMÔNIO CULTURAL: reflexão sobre a Tava/Sítio Histórico de São Miguel (RS),** 2022, p. 30-60. Iluminuras, Porto Alegre, v. 23, n. 60, 2022.

Recebido em 30/11/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano

Fernando Souto Dias Neto

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

DIAS NETO, Fernando Souto. Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 126-139, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Compreendendo espaços aos quais pertencemos: leituras acerca do patrimônio e das memórias em nosso cotidiano

Fernando Souto Dias Neto[1]

Resumo

O presente estudo busca discutir uma nova leitura sobre o patrimônio histórico e cultural por meio das paisagens patrimoniais que se formaram ao longo do tempo. Com esse objetivo, problematiza-se a construção das matrizes culturais, com foco específico no contexto brasileiro, e examina-se o que constitui a diversidade presente hoje no território, especialmente em relação aos saberes e à materialização de espaços e outros elementos. Acredita-se que, ao observar o cotidiano de sujeitos, seja possível traçar a coexistência de uma multiplicidade de expressões salvaguardadas a partir de elementos e traços que configuram a cultura de nosso território. Articula-se, para tanto, estudos sobre patrimônio, memória e historiografia para analisar seus efeitos sociais.

Palavras-Chave: cultura; memória; patrimônio.

Abstract

The presente study seeks to discuss a new way of Reading the historical and cultural heritage, through the heritage landscapes that have been forging over time. With this aim, the formation of cultural matrices, here, in particular, in the Brazilian context, and what makes up the diversity that we have today in the territory in the knowledge and the materialization of Spaces and Other elements, is problematized. It is thus believed, with a glance to the daily life of subjects, that it is possible to trace the coexistence of a multiplicity of protected expressions, from elements and traits that shape the culture of our territory. Heritage, memories and historiographic studies are articulated in this section to deal with social effects.

Keywords: culture; memory; heritage.

[1]Doutorando em História pelo PPGH-UFSM, bolsista CAPES/DS. E-mail: fernando.neto@acad.ufsm.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6552-0854

Introdução

Para compreendermos o que chamamos de Paisagens Culturais, consideramos aquilo que vai muito além do que se vê tanto na égide urbana quanto nos cenários bucólicos, elementos do passado ou do tempo recente. A fim de definir e entender o que está por trás desses espaços, elencamos os pressupostos de alguns teóricos que tratam do patrimônio, seja ele edificado, rememorado, ou um lugar que remete às múltiplas e plurais pedagogias que educam o olhar de sujeitos no seio social– de forma não tão recente –, mas que deve ser repaginado, bem como reforçado às diferentes e novas gerações.

Quando pensamos em patrimônio, é comum remetermos a palavra à monumentalização do passado, que, afinal, cumpre um papel importante nas sociedades, sendo fundamental como dispositivo de ativação de memórias; servindo como ponto de partida, basilar para pesquisas e estudos, configurando aquilo em que o sujeito deixou sua marca, materializada, na história dita oficial.

Lembramos que os monumentos – podemos incluir as edificações dos inúmeros espaços urbanos presentes em nosso país – revelam as paisagens que são autorizadas e preservadas, ora sendo aquilo que é da ordem do visível, ora daquilo que nem sempre é inteligível[2]. O monumento, na perspectiva que orienta este estudo, merece ser pensado, interrogado, problematizado, enfim, descodificado em nome de uma população que se atualiza, se renova e vem a se deparar com as marcas do passado que criam elos com o presente materializado.

Assim surgiram as cidades, espaços com concentração de populações, grupos sociais, conglomerados que se tornaram funcionais àqueles que por ali passavam, se instalavam, mas, acima de tudo, que se debruçaram sobre esses elementos materiais os quais serviam de registros sobre si e sobre os seus. Em tempo, manifestações e expressões culturais configuraram o papel da sociedade, mesmo que inconscientemente – sem tirar o caráter de ciência ao se pensar historiograficamente. A humanidade deixava e deixa suas marcas em diferentes territórios, com suas identificações ou não, cuja autoria infere-se pela livre associação.

[2] "No que diz respeito às propostas institucionais para a proteção das paisagens culturais, é no interior da Unesco, em 1992, que a paisagem cultural é criada como uma categoria específica do patrimônio cultural. Alguns anos depois, em 1995, Conselho da Europa também regulamentou a sua proteção, em um território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e, posteriormente, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Já no Brasil, ela foi incorporada como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria no. 127 de 2009, do IPHAN, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de chancela" (IPHAN, 1992, s/p.).

Uma questão interessante sobre a qual nos debruçamos são as relações estabelecidas entre os sujeitos cidadãos e os espaços que ocupam. Destacamos que aqui elencamos os espaços que constituem paisagens urbanas, pois é onde perpassa a questão dos núcleos urbanos, com a problemática que vai ao encontro da compreensão acerca dos jogos de significados que os que ali estão e circulam atribuem ao patrimônio local. Dessa forma, faz-se necessário investir saberes, em espaços formais e não-formais, para que se reforce e mostre memórias que se tornaram e se tornam elementos que forjam e fazem parte das múltiplas culturas e identidades que constituem uma nação ou comunidade.

Para ler o patrimônio além das bordas

Diante de uma visão sobre a história mais ampliada, que focaliza um modelo mais fragmentado, em que cada um desses elementos (memória e patrimônio) remonta uma matriz que corresponde a uma nação, fazemos alusão a um espaço diverso, repleto de matrizes, como um ponto de encontro. Nessa direção, pensamos os desafios com os quais nos deparamos, como rivalizações entre identidades, culturas e subjetividades. Buscamos, assim, compreender o olhar dos sujeitos a partir dos lugares em que estão inseridos.

Segundo Bruno Latour (2013, p. 122),

> [...] Nós, ocidentais, somos completamente diferentes dos outros", este é o grito de vitória ou a longa queixa dos modernos. A Grande Divisão entre Nós, os ocidentais, e Eles, todos os outros, dos mares da China até o Yucatán, dos inuit aos aborígenes da Tasmânia sempre nos perseguiu. Não importa o que façam, os ocidentais carregam a história nos cascos de suas caravelas e canhoneiras, nos cilindros de seus telescópios e nos êmbolos de suas seringas de injeção. Algumas vezes carregam este fardo do homem branco como uma missão gloriosa, outras vezes como uma tragédia, mas sempre como um destino.

A problemática se aprofunda quando assinalamos que ancoramos as leituras de mundo através de teorias que emergiram em detrimento de outras; pondo à borda determinados elementos e saberes sociais sem os quais não teríamos a sociedade atual, fazendo com que algumas dessas teorias não componham nosso repertório. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2022, p. 52), propõe-se uma nova forma de se analisar as sociedades atuais,

> Por um lado, as ES [epistemologias do sul] promovem a recuperação dos saberes populares e vernaculares mobilizados nas lutas, que nunca foram reconhecidos pelo conhecimento científico ou acadêmico – quer se trate da filosofia, das artes ou das ciências humanas e sociais – como contribuições relevantes a uma melhor compreensão do mundo.

Muitos elementos que se tornaram materialidade na história, por sua vez, vieram a perpetuar memórias, materializadas no patrimônio, monumentalizando um pensamento dominante, que comumente afasta outros do protagonismo. Para isso, vemos como uma tarefa emergente a (re)escrita da história, a fim de problematizar a voz de uma parcela dita como oficial e que acaba excluindo o não-dito, o não-escrito, outras existências.

Cabe dizer que o olhar que se lança ao patrimônio vem sendo reproduzido por órgãos que muito se sustentam em teorias que não conseguem dar conta de problemáticas atuais.

> [...] a visão protetora de conjuntos de bens culturais urbanos tem uma abrangência maior, procurando, antes de tudo, interpretações de caráter social, procurando, antes de tudo, indagações possíveis atinentes à antropologia cultural, à história, à política, à economia, à geomorfologia, à arquitetura etc. A cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo (Lemos, 2023, p. 48).

As consequências levam à reprodução de narrativas que reverberam elementos dominantes, que deveriam ser questionados, reelaborados ou desmistificados. Para tanto, ressaltamos a importância de novas leituras, utilização de maneira mais crítica das fontes, buscando outros vieses. Com o tempo, para Márcia Chuva (2012), há uma preocupação quanto à salvaguarda de elementos que representam sociedades que até então foram apagadas ou lançadas ao esquecimento.

> Para realização dessas novas funções, incorporadas aos antigos órgãos de patrimônio cultural, foi necessário estabelecer procedimentos e acionar novos dispositivos, por meio da incorporação de temas clássicos das ciências sociais em geral (tais como a cultura popular ou a cultura indígena), que passaram a ser analisados e tratados sob a ótica da patrimonialização (Chuva, 2012, p. 68).

Assim, perguntamo-nos quais elementos podem vir a ser enunciados como patrimônio? Entendemos que a necessidade de salvaguarda de elementos comuns, atribuídos a sujeitos históricos do passado e do presente, estabelece elos; nesse movimento, nós nos identificamos com esses elementos e enquanto membros de um Estado-nação. No entanto, a salvaguarda de certos elementos une populações e grupos sociais, tem efeitos no social, apontando quais momentos e elementos são legitimados e quais sofrem apagamento. Portanto, vemos os litígios entre as memórias, que estabelecem regimes de diferenciação. Jacques Le Goff (2021) afirma que há a necessidade da humanidade em demarcar os períodos do tempo, conforme os acontecimentos e feitos que acabam ecoando no tempo recente.

> A ligação com o passado começa por adquirir formas inicialmente exasperadas, reacionárias; depois, a segunda metade do século XX, entre a angústia atômica e a euforia do progresso científico e técnico, volta-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor ou esperança (Le Goff, 2021, p. 209).

Ora, entendemos que o Brasil, assim como outros territórios, passa por uma série de processos de colonização, exploração e invasão, o que gera e repercute na manifestação dominante de uma cultura minoritária. Com o desenrolar dos séculos, algumas matrizes (principalmente europeias colonizadoras) culturais e de pensamento acabaram sendo perpetuadas, seus modos de trabalho, práticas culturais, ações no cotidiano, práticas de ensino etc. A ascensão de uns e o apagamento de outros – a eliminação do outro, não apenas física, mas também culturalmente –, faz com que o patrimônio histórico e cultural que se fortalece e se mantém tenha efeitos de disputa.

A definição de patrimônio, por Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), resgata correntes de pensamento ocidentais, que outrora refletiam no modo de se enunciar, mas que se perpetuam até os dias de hoje no Brasil.

> A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, *familia* – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas (Funari; Pelegrini, 2014, p. 11).

A educação do olhar, a leitura de mundo, a perpetuação de políticas públicas culturais que remontam à ideia de patrimônio no Brasil enuncia os anseios da racionalidade europeia. Diante disso, as questões levantadas em espaços de educação, formais ou informais, acabam se enveredando para um processo demarcatório, muitas vezes excludente e de conflito entre expressões culturais. Com esse cenário exposto, faz-se necessário aferir às diferentes gerações, conforme o que é trazido por Simone Scifoni (2017), que promove experiências significativas a fim de proporcionar experiências singulares a serem desenvolvidas em relação ao patrimônio.

> "Conhecer para preservar" se encaixa neste jargão de ideias do passado utilizadas como verdades absolutas no presente, e que além de despolitizar o debate em educação patrimonial, impedem a realização de avanços na área. [...] Tal experiência, que já vinha acontecendo nos países da Europa, ou seja, a preservação do patrimônio, era inédita no Brasil e, neste sentido, era preciso esclarecer à população sobre a sua importância frente às condições daquele momento de franca expansão urbana-industrial, modernização e implantação de novas infraestruturas e, com isso, destruição do patrimônio (Scifoni, 2017, p. 7).

Os aportes utilizados no ensino, quando nos colocamos em meados dos anos 2000, reproduzem elementos que trazem uma escrita específica, uma memória reproduzida pelo viés dominante, apesar de haver um movimento descolonizador do patrimônio, que vem a incorporar abordagens que ainda assim estão à borda das preocupações. Contemplar as paisagens[3] patrimoniais, entendendo que os territórios são formas de interação entre os sujeitos, portanto, fazem parte do seu cotidiano assim como suas formas de troca, assinala que também é necessário um desenvolvimento para a salvaguarda e pertença dos saberes que emergem nos espaços.

> Em educação patrimonial temos em muitos bairros exemplares que compõem uma paisagem com uma delimitação espacial, com características próprias, fruto de uma cultura que lhe permitiu se desenvolver neste território, como também alguns saberes e fazeres que se consolidaram neste lugar e que dialogam com a materialidade, que mantém uma tradição e preservam aspectos de identidade cultural na localidade (Franco, 2019, p. 119).

Com essas breves definições acerca do patrimônio e suas respectivas manifestações, é possível entender a necessidade de se atender às populações, de forma que se comunique e informe a respeito do que tange o patrimônio, as gerações e grupos sociais, apontando criticamente esses elementos que emergem das sociedades e que dizem muito sobre o meio em que estão inseridos. O patrimônio entendido como fluído, de forma plural e transitória, vai ao encontro de premissas que estabelecem que a cultura e a diversidade coexistem, porém, necessitam de um trabalho conjunto para que múltiplas expressões tenham espaço e possam interagir com os sujeitos que transitam pelos territórios.

Entre narrativas e memórias: rastros de escritas pelo patrimônio

Com a ideia de entender para além das bordas, aquilo que está fora das molduras, atentando aos eixos que ditam o que é e o que não é tido como cultura, seja ela de um grupo, ou o patrimônio étnico de uma civilização, conjugamos o papel do historiador/pesquisador. Observamos as formas que dão visibilidade às múltiplas e plurais narrativas, que, por ora, se concentram nas mãos daqueles que historicamente se inserem nas narrativas ditas oficiais, e, não raro, acabam reproduzindo saberes e verdades condizentes com o olhar dominante.

[3] "Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 1992, s/p.).

A ordem do dizível possibilitada pelos sujeitos, aqueles que Paul Ricouer (2010) elenca como os que detêm o poder da caneta, os chamados letrados, em muitos episódios, se convertem em fatos. Fatos tidos como escrita de uma história oficial, na qual se ocultava os mortos, os vencidos, os subalternizados, enfim, aqueles que em algum momento não tinham o poder de registrar ou promover uma escrita que fosse legitimada e passível de ser reproduzida.

Os papéis que a história assume dão pistas sobre aquilo que está fora das molduras da história, aquilo que não é tratado no centro das preocupações, deixando narrativas "oficiais" isentas de crítica, que vieram a ser totalizantes, reforçando a ideia de que há uma história única, a oficial. Para Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 54), as leituras que se utilizam de narração, narrativa, narrador, seja na ação, na forma com que se constitui, ou o próprio sujeito emissor do discurso, atenta-se para: "Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer".

Para a autora, o sofrimento, aquilo que muitas vezes é indizível, e ao mesmo tempo inegável, coloca em xeque as humanidades, levando à sua crise. Em outro momento, o apagamento daqueles sem nome, relegados ao anonimato na ação de escrita da história e na oficialização das narrativas, ocultam rastros. Não de forma ingênua, esses apagamentos, por consequência, duelam em meio à monumentalização de fatos, feitos e acontecimentos que reforçam narrativas chamadas oficiais.

> No entanto, o esquecimento está associado à memória, como veremos nos dois itens seguintes: suas estratégias e, em certas condições, sua cultura digna de uma verdadeira *arsoblivionis* fazem com que não seja possível classificar, simplesmente, o esquecimento por apagamento de rastros entre disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afetam a sua confiabilidade (Ricouer, 2007, p. 435).

De forma inconclusiva, não nos faz mais sentido classificar ou categorizar, de forma a compartimentar a memória, o esquecimento, o qual pode ser enunciado no patrimônio histórico-cultural. Nessa direção, colocamos em questão as discussões que figuram o patrimônio, que carregam uma série de saberes que acabam gerando uma experiência àqueles que ali interagem, habitam e transitam.

A questão que vai da urbanização aos elementos bucólicos é observada no território brasileiro, um país que, em sua extensão, tido como continental, porventura compreende uma série de matrizes culturais, étnicas, uma gama da diversidade que aqui se encontra e injeta na cultura parte de suas trajetórias. A ligação estabelecida com o território em questão não passa

a ser apenas um cenário, um pano de fundo, mas algo que vai além de um reflexo do passado, sendo uma pertença da cultura e um elemento a ser compreendido como forma de reflexão, para que não ocorram apagamentos e esquecimentos.

Para Rafael Ribeiro (2020, p. 32), as paisagens culturais, enquanto um conceito, emerge através das preocupações da sociedade e sobre a cenários não estanques, ou seja, fixos e até mesmo engessados. Há uma necessidade de superar alguns elementos, como uma compartimentação, através de uma abordagem espacial, conforme o autor estabelece, em forma de pacto entre os agentes para novas formas de gerir o espaço[4].

O papel da pesquisa historiográfica em memória e patrimônio remete à crítica desses elementos, os quais não se deixam apenas inserir pela materialidade, agregando outros formatos, e, por consequência, que o levam ao tombamento, além de dispositivos que regem sua salvaguarda. O exercício historiográfico, diante das formas com as quais se apresenta o patrimônio e as memórias, leva à investigação e às questões que estão fora, como os estudos que elencam as imaterialidades.

A materialização do patrimônio no cotidiano e o espaço urbano

Como traçado, escrito e registrado na história, os sujeitos, enquanto atuantes no processo histórico, deixam suas marcas em territórios, convertendo em espaços seus, seja pela utilidade, o culto, na forja de identidades e produção de cultura. Neste artigo, discutimos a inserção social do patrimônio nacional, para que se abra uma vereda que busque o olhar de um estrangeiro sobre a origem do local.

Segundo Michael Pollak (1992), a formação de lugares que cristalizam memórias acaba reforçando eventos e acontecimentos que foram marcantes para a humanidade e para determinados grupos sociais.

> Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. [...] Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio à memória, que são os lugares de comemoração (Pollak, 1992, p. 202).

[4] De acordo com a Unesco, a partir dos anos 2000, vindo a se materializar em 2007, através da Carta de Bagé, houve uma forma de chancela da paisagem cultural brasileira, com o intuito de englobar manifestações e expressões as quais estavam contidas na Constituição Federal democrática, além das já citadas na respectiva Carta, a emergência de edificações, lugares e espaços urbanos. Outras questões podem ser revisitadas, como a memória, em consonância com o meio ambiente, no ano de 2009, além de abarcar a sustentabilidade como fator de premissa para um trabalho fecundo.

Para isso, são expressivos os costumes que permanecem no cotidiano, o culto da materialidade, bem como as manifestações de forma edificada, edificando, monumentalizando e cristalizando eventos[5]. Parece haver uma forma de se eternizar eventos, fatos e acontecimentos com a monumentalização de feitos de determinadas etnias e personagens que se figuraram como caros pela história escrita pelos vencedores. A edificação e monumentalização, conforme Alois Riegl (2014), vem a ser uma forma de materialização através de monumentos, que falam sobre a história, grandes feitos, elementos que "vencem" ou carregam consigo intenções de escrever e registrar memórias ou narrativas. Tais elementos monumentalizados acabam se perpetuando ao longo dos tempos, ora sendo reproduzidos às próximas gerações.

> Na medida em que se degradam, as ruínas tornam-se cada vez mais pitorescas quanto mais partes são sujeitas à dissolução; o seu valor de antiguidade, provocado pelas partes cada vez menos numerosas, com a crescente degradação fica cada vez menos extenso, sendo que as partes remanescentes atuam de forma mais insistente sobre o espectador (Riegl, 2014, p. 53).

O que se configura como patrimônio, memória, cultura, e constrói identidades nacionais, no contexto brasileiro, diz muito sobre a bricolagem de modelos eurocêntricos. Passando pelos impérios ultramarinos até chegarmos aos modelos políticos e sociais que temos e vivemos hoje, podemos observar mudanças e transformações cada vez mais rápidas ocorridas nas grandes estruturas. Há uma espécie de demanda pela chamada modernidade, ainda que tardia, porém, não superada. Diante disso, podemos estar atentos às formas de salvaguarda que se figuram, questionando quem elenca e seleciona o que se quer manter como memória para o futuro.

> As práticas de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional também constituíram, por sua vez, parte do processo de formação do Estado, porque serviram como catalisadoras de grupos regionais dispersos e de diferentes estratos sociais junto àqueles que centralizavam e organizavam essas práticas (Chuva, 2017, p. 343).

O modelo de sociedade e suas transformações não são demarcados apenas pelo e no consumo, que dita padrões, mas nas formas de produção de uma paisagem, por muitas identidades filiadas, colonizadas e que expõem a dominação dos traços europeus em detrimento de culturas originárias. Quando nos é dito que há uma forte demarcação do que é

[5] Conforme a Constituição Federal de 1988, elementos urbanos, bem como intangíveis e que compõem a paisagem e o desenho arquitetônico das cidades passam a serem reconhecidos pelos artigos 215 e 216, onde se legitima a natureza material e imaterial de bens culturais.

patrimônio histórico e cultural pelas instituições, é preciso olhar para o que está fora. Tal como o papel da história, que vai além da escrita, que coloca no centro a ideia que se insere de maneira significativa para os grupos sociais que ali estão.

> Justamente devido à situação anômala da cidade no mundo contemporâneo, a pesquisa histórica há de desempenhar uma função essencial também de natureza operativa: o esclarecimento do processo que levou à situação atual constitui na verdade uma premissa indispensável para abordar essa situação de maneira realista (Benevolo, 1991, p. 27).

A vivência dos sujeitos após a urbanização, a ocupação de territórios, bem como a instalação de imigrantes – sem esquecer a redução quase que total de matrizes originárias –, evidencia pelos enunciados um cotidiano que reverbera outra realidade do sujeito brasileiro. A fim de legitimar essas formas de dominação, mesmo que culturalmente, que vem a ser reproduzidas, cria-se uma forma de perpetuar memórias que foram inseridas com intuito de colonizar o território. Conforme as populações se estabeleciam nos espaços, também desenvolviam atividades em núcleos – convertendo-se em cidades –, estabeleciam relações, (re)produzindo cultura(s) nesses espaços. Françoise Choay (2017) pensa sobre como esses lugares passaram a ser compreendidos como espaços de fonte histórica:

> A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares (Choay, 2017, p. 179).

Dessa maneira, desbravar a cidade, interagindo com ela, dissecando-a a fim de desvendá-la, parece ser uma forma de associá-la às culturas que se tornaram mais presentes em nosso território, local ou nacional. Os espaços ocupados dizem muito sobre os grupos que ali estão, sua origem, as transformações que causam nesses espaços. Elementos de materialização podem ser vistos nas edificações dos lugares, forjando cenários e uma atmosfera local, fazendo alusão à identidade e cultura daqueles sujeitos que ali se instalaram e permaneceram.

> Boa arquitetura deve refletir a vida da época. E isto exige conhecimento íntimo das questões biológicas, sociais, técnicas e artísticas. Mas mesmo isso ainda não é suficiente. Para que todos esses ramos diferentes da atividade humana formem de novo uma unidade, são necessários caracteres fortes, e aqui terminam em parte os nossos meios de educação (Gropious, 2001, p. 27).

Assim, vemos que cidades, espaços urbanos e demais paisagens refletem hábitos, tradições e costumes que são caros para as populações. As questões ligadas à cidade, enquanto espaço urbano e um lugar de potência, são entendidas como algo além de uma edificação, engessado e fixo, portanto,

> O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando de definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (Rolnik, 1994, p. 17).

Outros fatores podem ser observados, como as formas com que a materialidade e o saber fazer são (re)atualizados nesses cenários, e, no caso brasileiro, salienta a riqueza e diversidade cultural – ainda que sua(s) existência(s) não sejam tão pacíficas e que sejam motivo de disputas, mesmo que silenciosas. Ao olhar para a arquitetura das paisagens culturais, no Brasil, é possível que presenciemos o ecletismo em forma de edificação, consoante Ana Meira (2008). No entanto, as mesclas e elementos que convivem não se comunicam, tampouco dialogam com a população, refletem um "ecletismo seletivo". "A Arquitetura Moderna brasileira apresentou algumas particularidades em relação ao movimento internacional. Aqui houve uma contraposição à convenção representada pelo ecletismo, mas não à tradição, no sentido da transmissão" (Meira, 2008, p. 120).

Os espaços ocupados para a habitação dos sujeitos conjugam uma série de funcionalidades, por consequência, interações entre as populações. As formas de compartilhamento não se restringem apenas ao tempo presente, mas também a elos que se conectam a histórias, memórias e momentos dos grupos étnicos, muitas vezes, traduzindo-se na materialidade das edificações. Portanto, as construções traduzem marcas deixadas ao longo do tempo.

Fernando Catroga (2021, p. 26) frisa o papel dos monumentos e da materialidade enquanto emissor de memórias, destacado que

> [...] também é verdade que, se o monumento é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas, tanto quanto for possível, com o que elas também omitem e ocultam.

Por fim, entendemos que o mundo nos cerca com uma série de significados, dizíveis e indizíveis, a partir daquilo que está concretizado e também daquilo que está nos imaginários. As formas de transmissão desses elementos vão da oralidade aos sistemas educacionais que

perpetuam saberes locais, ou expandindo as fronteiras. Vale lembrar que nem sempre o material confere o estatuto de produtor e extrator de memórias, mas também as imaterialidades, o que compreende o patrimônio intangível.

Considerações finais

Na direção de uma breve e temporária conclusão, compreendemos como paisagem um espaço que enuncia o patrimônio junto às memórias, serve como um dos suportes para contar parte das narrativas historiográficas. Fazer a leitura dessas paisagens patrimoniais não é uma tarefa simples e rápida, é preciso pensar sobre o que está presente em nossa sociedade e passa por uma seleção daquilo que deve ser preservado e o que será deixado de lado.

Nessa perspectiva, pensamos e muitas vezes chegamos a compreender que as paisagens patrimoniais, em meio ao urbano que se consolida como o trânsito da civilização, adquiriu e adquire determinadas funcionalidades a fim de atender interesses de grupos particulares. Esses interesses, não raro, não estão comprometidos com a questão historiográfica, produção de saberes, valores estéticos, tampouco com a imortalização de narrativas e perpetuação de memórias.

Observamos que muitas expressões são deixadas de lado, por uma série de fatores que visam o caráter do capital e que acabam corroborando com o apagamento de determinadas matrizes, que têm um papel importante na composição da matriz étnica de nosso Estado-nação. Com efeito, têm-se a salvaguarda sob a égide do patrimônio material, que contempla as manifestações do visível e tangível.

Vale ressaltar que há avanços nas legislações, nos dispositivos que regulam os processos de tombamento e que acabam regulamentando e legitimando o patrimônio brasileiro, porém, trata-se de um movimento muito recente. Os primeiros passos ocorrem com otimismo, visando colher os frutos num futuro não muito distante, junto ao apoio dos sujeitos, e não apenas das macroestruturas governamentais, reforçando o papel cotidiano de espaços de educação que promovem a visitação, a salvaguarda e a difusão do saber em conjunto com espaços não-formais. Por fim, esperamos o fortalecimento de uma racionalidade que promova o patrimônio e memórias que nos são caras.

Referências

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

BRASIL. **Constituição Federal.** 1988. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio Cultural:** políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2012.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local:** Concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus:** Novarquitetura. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

IPHAN. **Paisagem cultural.** 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/. Acesso em: 20 abr. 2025.

IPHAN. **Paisagem cultural:** Verbete. 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural. Acesso em: 20 abr. 2025.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** Ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História & memória.** 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzar. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX:** atribuição de valores e critérios de intervenção. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-210, 1992. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941. Acesso em: 18 mar. 2024.

RIBIERO, Rafael Winter. Paisagem Cultural. *In:* CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio:** debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. *In:***Tempo e narrativa 3:** o tempo narrado. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2010.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar:** abrindo a história do presente. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. DOI:https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231.

Recebido em 19/11/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro

Ana Claudia Adamante

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ADAMANTE, Ana Claudia. Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 141-156, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Transformações cromáticas de paisagens históricas: o programa de intervenção cromática no patrimônio cultural brasileiro

Ana Claudia Adamante[1]

Resumo

Este estudo aborda as transformações no patrimônio cultural brasileiro e analisa como a modificação cromática da paisagem pode resultar em certa homogeneização cultural. O processo de renovação da cor na paisagem urbana histórica é examinado como um fenômeno complexo, no qual áreas urbanas plenas de história são convertidas em espaços estilizados e comerciais, com o propósito de atrair visitantes e estimular a economia. Apesar de trazerem vantagens econômicas e estéticas, essas intervenções também suscitam preocupações acerca da perda da identidade local e da descaracterização do legado cultural. Nesse contexto, emerge a problemática da ameaça à singularidade do patrimônio cultural e das paisagens históricas brasileiras, assim como as de outras partes do mundo, devido ao espalhamento dessa padronização cromática. Essas intervenções não somente apagam as marcas do tempo e da história, mas também resultam em degradações pictóricas que afetam negativamente a paisagem, o patrimônio e a identidade desses locais. O presente estudo expõe resultados de intervenção cromática do programa *Let's Colour*, promovido pela Coral Tintas, cujo nome no Brasil é "Tudo de cor para você". A pesquisa tem como objetivo instigar uma reflexão acerca das alterações cromáticas que estão sendo implementadas no patrimônio cultural ao redor do mundo, com destaque para o contexto das paisagens brasileiras.

Palavras-chave: Paisagem; patrimônio cultural; cor; intervenções urbanas.

Abstract

This study addresses the transformations in Brazilian cultural heritage, analyzing how the chromatic modification of the landscape can result in a certain cultural homogenization. The process of color renewal in the historic urban landscape is examined as a complex phenomenon, in which urban areas full of history are converted into stylized and commercial spaces, with the purpose of attracting visitors and stimulating the economy. Despite bringing economic and aesthetic advantages, these interventions also raise concerns about the loss of local identity and

[1] Arquiteta e urbanista, mestra em Geografia, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisadora do Observatório do Espaço Público (OEP) da UFPR. E-mail: anadamante@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-0809-7440.

the decharacterization of the cultural legacy. In this context, the problem of the threat to the uniqueness of the cultural heritage and historical landscapes of Brazil, as well as those of other parts of the world, due to the spread of this chromatic standardization emerges. These interventions not only erase the marks of time and history, but also result in pictorial degradations that negatively affect the landscape, heritage and identity of these places. This study presents the results of chromatic interventions of the Let's Color program, promoted by Coral Tintas, whose name in Brazil is *Tudo de cor para você*. The research aims to instigate reflection on the chromatic changes that are being implemented in cultural heritage around the world, with emphasis on the context of Brazilian landscapes.
Keywords: Landscape; cultural heritage; color; urban interventions.

1. Introdução

Assiste-se a um amplo processo de transformação e embelezamento dos centros urbanos, com ênfase na contemplação visual, desenho de espaços públicos, arquitetura de fachadas e valorização patrimonial. Lipovetsky e Serroy (2013) destacam que as cidades competem intensamente para se sobressair em termos de atrativos e a dimensão estética se tornou um fator-chave para impulsionar o turismo, atrair investidores e organizadores de eventos. Em poucas palavras, o desenvolvimento da encenação da cidade e do *marketing* urbano, também conhecido como *city marketing*,[2] dedica-se a construir uma identidade visual, imagem e comunicação para conquistar "fatias de mercado", semelhante às marcas comerciais.

Nesse contexto, surge a preocupação com a homogeneização e "carnavalização" cromática do patrimônio cultural e das paisagens históricas urbanas, tanto no Brasil quanto no mundo. A aplicação de tintas sintéticas apaga marcas históricas e causa degradação pictórica na paisagem, patrimônio e identidade das cidades. A abordagem de carnavalizar, disneyficar, espetacularizar a paisagem manipula a herança cultural, transformando a paisagem histórica em mero "brinquedo urbano" (Brendle, 2012, p. 2), destituído de significado, memória e identidade.

Diante do acelerado processo de globalização e urbanização, Barreto (2006) defende que o surgimento da mercantilização da paisagem teve início na excessiva valorização de locais específicos, com potencial de investimentos. A homogeneização paisagística surge a partir do momento em que estes espaços são transformados com o intuito de se tornarem imitações de

[2] Segundo Keller e Machado (*apud* Pujol; Corrêa Coutinho, 2019), um dos objetivos do *city marketing* é criar uma imagem positiva da cidade, de forma que ela apareça no radar, seja de pessoas ou de empresas, que possam visitá-la de forma temporária ou permanente.

uma realidade, simulacro de uma cultura. Essa cenografia não reflete um tempo, uma criação histórico-social. Este tipo de paisagem é construído por um grupo social com o objetivo do retorno financeiro, não reflete as manifestações de grupos culturais, os quais moldam a paisagem e imprimem nela os diversos momentos históricos vividos pela sociedade.

Como exposto por Brendle (2012), junto com as alterações cromáticas, perde-se também a relação de identidade cultural e memória coletiva. Dessa forma, Barreto (2006) acrescenta que a intensa exploração econômica das paisagens pode alterar sua essência e incentivar a criação de paisagens cenográficas. Onde não ocorre relação entre a sociedade e o espaço, seus usuários são temporários.

Da mesma forma, Meneses (2002) aponta que, nos dias de hoje, o turismo é uma das atividades de maior peso econômico e sustenta financeiramente cidades e até mesmo países. Considerando a relevância da paisagem como atrativo, a indústria do turismo, muitas vezes, promove o seu esvaziamento e abstração. Esse processo reflete na mercantilização da cultura pelo e para o turismo. A preocupação também é levantada por Nogué (2008, p. 12), "devido ao abismo cada vez maior entre a paisagem arquetípica transmitida de geração em geração e a paisagem real, cada vez mais homogênea e banal, sobretudo nas periferias urbanas e zonas turísticas", ou seja, a a perda do imaginário de muitas paisagens deve-se às transformações físicas a que foram submetidas, e é agravada pela crise de representação.

Dessa forma, a transformação das paisagens pode ser influenciada pelos padrões estabelecidos pelo mercado, buscando inspiração em casos relevantes que funcionam como referências. O problema central abordado pelo artigo é a perda da identidade cultural e histórica das paisagens urbanas devido à crescente adoção de padrões cromáticos uniformes no patrimônio cultural construído, influenciados pelas demandas do mercado. Isso levanta preocupações sobre a preservação da diversidade cultural dos centros históricos. Através da análise desses padrões e de suas consequências, o artigo busca fornecer *insights* para promover um debate mais amplo sobre a preservação e o desenvolvimento sustentável das paisagens urbanas históricas. Para isso, o texto inicia com uma discussão teórica sobre as categorias fundamentais para o estudo, abordando o conceito de paisagem, sua relação com o patrimônio cutural e a cor; em seguida, apresenta os resultados espaciais observados nos centros históricos do País. A principal contribuição é propor a reflexão sobre como essas mudanças de cor impactam na leitura da paisagem histórica e em todo um esquema que interrompe um equilíbrio urbano, inclusive de identificação do indivíduo com a cultura local.

2. Paisagem como patrimônio cultural

Para compreender como o termo paisagem é abordado no contexto do patrimônio cultural, é importante entender a concepção do termo "patrimônio" e sua relação com a cultura. A palavra "patrimônio" tem origem latina, *patrimonium*, e se refere a algo que pertence ao pai e que pode ser transmitido aos herdeiros. Inicialmente, estava relacionada ao direito de propriedade. No contexto do patrimônio cultural, o termo é utilizado para se referir àquilo que foi ou pode ser herdado e possui valor cultural (Duarte; Santos, 2020).

Em diferentes idiomas, encontram-se termos semelhantes, como *heritage*, em inglês, que tem um significado próximo a "patrimônio" e se refere ao que foi herdado. Já os alemães utilizam o termo *Denkmalpflege*, que significa "o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar" (Funari, 2009). Estas expressões destacam a ideia de lembrança e de algo que nos leva a refletir, remetendo à origem latina da palavra patrimônio. No entanto, Funari (2009) cita que também existe uma definição mais econômica e jurídica do termo, especialmente na expressão italiana *beni culturali*, que se refere à "propriedade cultural". Essa perspectiva ressalta um vínculo menos pessoal entre o patrimônio e a sociedade, tratando-o como uma propriedade tangível.

Já em território brasileiro, de acordo com Magnani (2014), o discurso dos órgãos oficiais de preservação costumava se referir ao "patrimônio histórico" e "patrimônio artístico". No entanto, à medida que outras áreas se tornaram objeto de ação e preocupação da preservação, foram adicionadas novas qualificações, resultando em uma lista cada vez mais extensa, incluindo o patrimônio edificado, arqueológico, ecológico, ambiental-urbano, paisagístico, turístico, entre outros.

Com isso, o Artigo 216 da Constituição Federal amplia a antiga denominação de "Patrimônio Histórico e Artístico" por meio do conceito de "Patrimônio Cultural", estabelecendo uma conexão teórica entre o termo "patrimônio" e o conceito antropológico de "cultura". Essa ampliação reflete a compreensão de que o patrimônio não se limita apenas a aspectos históricos e artísticos, mas abrange uma diversidade de elementos culturais. Assim, a expressão "patrimônio cultural" engloba uma série de manifestações que adquirem significado e inteligibilidade por referência aos códigos culturais existentes.

A noção de patrimônio cultural abrange todas as manifestações sociais e culturais, sejam elas materiais ou imateriais. No âmbito material, inclui objetos, técnicas, espaços, instrumentos, edificações e outros elementos tangíveis. No âmbito imaterial, abrange crenças, rituais, costumes, danças, expressões e outras formas intangíveis de expressão cultural. Esses

elementos constituem o suporte físico e as formas concretas e tangíveis de expressão de uma cultura. Em conjunto, representam o legado cultural de uma sociedade, transmitido ao longo do tempo, desempenhando um papel fundamental na identidade coletiva e na preservação da diversidade cultural.

Nesse contexto, a paisagem desempenha um papel significativo no patrimônio cultural, pois é um elemento que incorpora tanto os aspectos materiais quanto os imateriais da cultura. De acordo com Nogué (2007, p. 21), a paisagem é um termo impregnado de conotações culturais e pode ser interpretado como um código dinâmico de símbolos que falam sobre a cultura do passado, presente e possivelmente do futuro.

Assim como a paisagem espelha a cultura, também desempenha um papel vital na construção cultural e patrimonial de uma comunidade. Por meio dela, é possível discernir as mudanças e os vestígios deixados pela sociedade ao longo do tempo. A paisagem revela as interações entre as pessoas e o ambiente, serve como testemunha da história, dos valores e da identidade de um grupo social.

A paisagem é suscetível a mudanças e é um elemento de natureza complexa. Neste contexto, a pesquisa reconhece a necessidade de transformação da paisagem. No entanto, quando se trata de uma paisagem com características patrimoniais e valores históricos reconhecidos, é fundamental considerar a importância de realizar transformações que estejam em harmonia com esses valores, incluindo os aspectos identitários que contribuíram para o reconhecimento da região como patrimônio cultural.

Ao preservar e valorizar a paisagem, estamos protegendo e promovendo a herança cultural de uma sociedade. Isso não apenas auxilia na conservação da diversidade cultural, mas também na compreensão da identidade coletiva de uma comunidade.

3. Paisagem e cor no patrimônio cultural

A relação entre paisagem e cor no patrimônio pode ser comparada com a primeira leitura que se faz do rosto de uma pessoa. Esse juízo de valor pode causar impressões sobre questões estéticas e de beleza, ou informações sobre o estado de conservação e de saúde da pessoa. A leitura do rosto – ou da paisagem – deixa transparecer muito sobre o estilo "da(s) alma(s) que habitam(ram) essa pele" (Aguiar, 2003, p. 1).

Através das pistas materiais, a paisagem mostra seu caráter histórico, esses "traços fósseis", como chama Meneses (2002, p. 36), permitem compreender as suas sucessivas expressões ao longo do tempo até sua formação social nos dias de hoje. Dessa forma, é possível

ler e apreender muito através do rosto – ou da paisagem – sobre o que o indivíduo – ou a cidade – já vivenciou.

São memórias, cicatrizes, eventos e fatos; um palimpsesto denso de valores histórico-culturais que, de acordo com Fernand Braudel (1986-87 *apud* Meneses, 2002), devem ser carregados e conservados na pele – ou na paisagem. Essa percepção da passagem do tempo e das marcas históricas que a paisagem conserva são reconhecidas em uma das cidades visitadas por Marco Polo:

> Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (Calvino, 2003, p. 22).

A leitura da passagem do tempo identifica as marcas e cicatrizes contidas na paisagem, porém não interpreta esses símbolos, sugerindo a ideia de que eles estão lá, impressos na cidade e na sua paisagem, mas para compreendê-los verdadeiramente um aprofundamento nas suas origens seria necessário (Meneses, 2002). A somatória desses símbolos faz com as cidades, e as paisagens, sejam únicas, portadoras de uma identidade ímpar. Nenhuma cidade viveu as mesmas experiências ou trilhou o mesmo percurso.

A discussão da cor no patrimônio cultural transporta-nos imediatamente para a eterna dialética entre conservação e mudança. De acordo com Aguiar (2003), as intervenções cromáticas, sejam pela substituição ou pelo reestabelecimento da cor de um bem cultural, interferem nas dimensões formais e espaciais – relação entre arquitetura e cidade – e ainda na dimensão histórico-cultural – relação entre a cor original e a cor contemporânea, interferindo na leitura da paisagem como conjunto. Além disso, pode-se falar da dimensão técnica, observando a relação dos materiais existente e as novas inserções, assim como o grau e tipo de degradação que essas novas cores podem inferir no material.

O tema se torna mais importante a partir do momento em que algumas cidades são tidas e categorizadas como testemunhos fundamentais da história e da arte. Como tais, devem ser conservadas para o futuro, garantindo a herança dos seus valores materiais e culturais, situação que retorna a dialética de chegar a um acordo com as demandas do urbanismo contemporâneo. A preocupação com a manutenção dos centros históricos sempre esteve presente nas Cartas Patrimoniais, onde se atenta a conservar a relação existente entre os elementos da paisagem, como os volumes e as cores.

A Carta de Veneza, lá em 1964, já traz essa consideração quando afirma que "toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas" (Icomos, 1964, p. 2). Além disso, a Carta de Veneza estabelece que, em casos excepcionais de restauração, é essencial preservar e ressaltar os valores estéticos e históricos do monumento, mantendo a integridade do material original e dos registros autênticos. A restauração deve "terminar onde começa a hipótese" (Icomos, 1964, p. 2), assegurando que a intervenção respeite o conhecimento existente e evite conjecturas infundadas.

Complementando os princípios da Carta de Veneza, cerca de duas décadas depois, a Carta de Washington se concentra na preservação do caráter histórico de cidades e centros históricos, que incluem elementos tangíveis e intangíveis. Entre esses elementos, a carta destaca a "estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração" (Icomos, 1986, p. 2) como valores a serem preservados.

As Diretrizes para a Gestão de Conservação do Memorando de Viena (Unesco, 2005) também reforçam essa preocupação. Elas enfatizam a importância de evitar abordagens pseudo-históricas no planejamento urbano, na arquitetura contemporânea e na preservação da paisagem urbana histórica. Tais abordagens são consideradas negações tanto do contexto histórico quanto do contemporâneo autêntico. A continuidade cultural é vista como resultado final desejado, com intervenções de alta qualidade que respeitem tanto a legibilidade histórica quanto a evolução contemporânea (Unesco, 2005).

A paisagem é um extraordinário palimpsesto composto por camadas centenárias de significado. Com isso, o respeito à continuidade das características de determinado lugar torna-se um imperativo para qualquer intervenção em paisagens. Porém, de acordo com Bandarin e Van Oers (2012), muitas vezes esses procedimentos são ignorados em nome da criatividade arquitetônica contemporânea. As Normas de Quito (1967) já vislumbravam esse movimento de intervenções na paisagem, prevendo além da conservação das técnicas locais, a conservação das marcas do tempo e da estratificação histórica:

> Todo processo de acelerado desenvolvimento traz consigo a multiplicação de obras de infraestrutura e a ocupação de extensas áreas por instalações industriais e construções imobiliárias que não apenas alteram, mas deformam por completo a paisagem, apagando as marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor (OEA, 1967, p. 3)

Na 19ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1976, a Recomendação de Nairóbi foi lançada, abordando a preservação dos conjuntos históricos e sua relevância na contemporaneidade. Em um contexto em que técnicas construtivas e formas arquitetônicas

estão se multiplicando, aumenta o risco de homogeneização dos assentamentos humanos no mundo inteiro. Portanto, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais desempenha um papel crucial na manutenção e desenvolvimento dos valores culturais e sociais distintos de cada nação, contribuindo para o enriquecimento do patrimônio cultural mundial (Unesco, 1976).

De acordo com a Recomendação sobre Paisagem Urbana Histórica (2011) da Unesco, a abordagem da paisagem deve considerar a diversidade cultural como recurso essencial para o desenvolvimento humano e garantir a harmonização das intervenções contemporâneas com o patrimônio e o contexto regional.

Dentro do contexto regional, a cor é um dos elementos constituintes da paisagem, a partir disso imagens e discursos expressam a cultura e a identidade locais. Veiga e Tavares (2002) trazem que a cor do edifício histórico é a imagem estética de um monumento, de uma rua, de um centro histórico, de uma paisagem urbana. Como proposto pelas autoras, "a manutenção da cor original permite preservar a riqueza cromática e técnica existente em cada região" (Veiga; Tavares, 2002, p. 6), representando o valor patrimonial de determinada paisagem e refletindo a peculiaridade da sua identidade e história.

Cardone (2017) traz uma visão mais aprofundada, defende a reciprocidade da relação que todas essas cores criam e compreende as variações do claro-escuro, a dinâmica do sombreamento, os materiais utilizados na construção do patrimônio, os sinais da passagem do tempo nas respectivas estratificações. Para ele, a cor reflete o caráter do centro histórico e, por extensão, da paisagem urbana histórica. As superfícies arquitetônicas, principalmente as fachadas externas – que emolduram a paisagem urbana – vão além da simples interface entre edifício e espaço público, nessa troca física e recíproca acumulam-se lentamente os sinais da passagem do tempo. Para Cardone (2017), tais vestígios não podem ser desconsiderados, embora muitas vezes sejam apagados por intervenções casuais de reforma.

Dessa forma, a cor na paisagem representa o caráter e a identidade de uma cultura e de uma região. Ao longo da história, a cor na arquitetura era reflexo dos materiais disponíveis no local. Com esses materiais, tinha-se uma restrita gama de cores, impossível de se comparar com às quase infinitas possibilidades dos dias de hoje. Aguiar (2003) segue observando que cada cidade e cada região tinham suas próprias cores, dentro de específicos tons, resultantes das diferentes composições dos minerais presentes nos seus solos. Destas diferenças surgiam os efeitos de *sfumatura*, que são muito utilizados nos tratados italianos, assim dizendo, trata-se de uma leve variação de cor que se torna única de um lugar urbano e de sua cultura visual.

As cores da paisagem urbana refletem a identidade local e estão diretamente associadas aos condicionantes culturais da região, chamada por Raimondo (1987 *apud* BRENDLE, 2012) de *Colore Loci*.[3] Esta identidade é expressa, seja pelas cores, seja pelas texturas das fachadas das antigas edificações. São extratos da história que conectam a sua construção às condicionantes socioculturais e técnicas, compondo o palimpsesto urbano ou, como já expresso anteriormente, "a alma da cidade".

Para Naoumava (2007), esse processo de "autoidentificação" com suas raízes históricas, pode promover efeitos positivos no desenvolvimento da sociedade e continuidade da civilização, servindo como uma ponte entre a história e o futuro de sociedade. Através do reconhecimento e familiaridade da cor, cria-se um sentimento de pertencimento, o espaço passa a ser visto como "lugar", interferindo na experiência estética e na avaliação da paisagem.

4. O programa de intervenções cromáticas

A transformação de paisagens por intervenções cromáticas em fachadas históricas vem ocorrendo em vários países, mas de forma mais enfática nos centros históricos das cidades latinas. Intervenções cromáticas têm sido produzida pelo programa internacional *Let's Colour* da indústria de tintas AkzoNobel (no Brasil conhecida como Coral Tintas). Trata-se de um programa mundial que busca inspirar pessoas a transformarem, além de seus lares, o espaço urbano. Desde sua origem, em 2009, o programa *Let's Colour* expandiu e já teve mais de 2.566 projetos ao redor do mundo (Akzonobel, 2023). O programa vem atuando em vários continentes, transformando as cores de comunidades, escolas, orfanatos, asilos, seus corredores, muros, paredes e pisos.

No site do programa *Let's Colour* (Akzonobel, 2023) somente 168 dos mais de 2.500 projetos estão disponíveis para acesso. Dentre os 168 projetos disponibilizados, 25 projetos ocorrem em patrimônios culturais, sendo edificações ou centros históricos pelo mundo. Na Indonésia, o cenário foi na cidade de Pandang, onde foram renovados os edifícios históricos no Centro Histórico, além da adição de cores à Ponte Siti Nurbaya (Akzonobel, 2022).

O colorido também chegou aos Pórticos de Xangai, com mais de 200 anos. O edifício de dois pavimentos com decoração tradicional chinesa e estilo arquitetônico oriental é símbolo da antiga cultura de Xangai (Akzonobel, 2010a). Como resultado, o edifício que era branco com

[3] O termo alude a ideia do conceito de *genius loci*, segundo Norberg-Schulz (2006), trata-se da essência do lugar, envolvendo a forma, textura e cor, que juntas determinam uma "qualidade ambiental". Com nisso a terminologia se concentra na cor como essência do espaço.

molduras vermelhas com a pintura *sfumata*, após a intervenção se tornou um edifício vermelho vibrante com pórticos brancos, apagando toda e qualquer marca do tempo, já que agora apresenta uma fachada nova-novíssima.

Na Malásia, o Stadhuys, que significa prefeitura em um holandês antigo, está situado no coração da zona central de Melaka, a qual é Patrimônio Mundial da Unesco. O edifício foi construído pelos ocupantes holandeses em 1650 como escritório do governador holandês. É um dos mais antigos edifícios históricos holandeses remanescentes no Oriente, agora é utilizado como Museu de História e Etnografia. A repintura do museu faz parte do trabalho de conservação e preservação e ocorreu duas vezes, em 2010 e em 2014. Ainda, de acordo com a Akzonobel (2014a), foi mantida a cor vermelha do edifício e outras cores com base nos requisitos históricos especificados pelo Departamento de Patrimônio Nacional, uma vez que é um patrimônio nacional e mundial. O edifício originalmente, porém, não tinha essa pigmentação.

Com estes exemplos, nota-se a semelhança cromática entre as soluções adotadas nos Pórticos de Xangai com o Stadhuys na Malásia. Além do tom vermelho intenso ser parecido, a estratégia de pintura é a mesma: vãos e aberturas na cor branca; alvenaria e paredes na cor vermelha. Isso ocorre mesmo estando em localizações geográficas distintas e terem sido resultados de percursos históricos construídos por diferentes culturas.

Em terras brasileiras, o programa é coordenado pela Coral Tintas e recebe o título "Tudo de cor" ou "Tudo de cor para você". Trata-se de uma colaboração público-privada entre os municípios e a empresa de tintas responsável pela doação da tinta. A participação da comunidade se dá por meio do voluntariado para a realização das pinturas.

O "Manual Tudo de Cor", elaborado pela Coral Tintas, explica que "a ideia é trocar o cinza das cidades por uma onda de cores, enchendo de vida, energia positiva e esperança a rotina das pessoas" (CORAL, 2019, p. 19). De acordo com a Coral (2022), a iniciativa revitaliza as fachadas de edifícios históricos de relevância comunitária, ao mesmo tempo em que promove o voluntariado e capacita aprendizes de pintura, incentivando uma postura cidadã.

O programa "Tudo de cor para você" já concretizou mil projetos, gerando impacto em aproximadamente 16 milhões de cidadãos brasileiros em todas as regiões do País. Dentre as 25 intervenções cromáticas citadas anteriormente, mais da metade, isto é, 14 delas ocorrem em paisagens históricas brasileiras, alterando a identidade cromática de edifícios e conjuntos históricos.

De norte a sul, de leste a oeste, diferentes cidades brasileiras foram pano de fundo para as diversas alterações cromáticas na paisagem patrimônio cultural. Em 2017 já haviam sido pintados aproximadamente 8.500 imóveis pelo Brasil (Portinari, 2017). Dentre as intervenções que ocorreram no Brasil, muitas delas não se encontram no site oficial do programa, porém através de pesquisas em sites secundários é possível notar que os projetos brasileiros são muitos, seguem alguns exemplos de intervenções cromáticas nas paisagens de áreas ou edificações históricas.

"Tudo de cor para Salvador", em 2010, quando 56 casarões do Pelourinho foram coloridos pelo programa, mais de 8.500 metros quadrados de fachada (Bazote, 2014). No mesmo ano ocorreu o "Tudo de cor para Ouro Preto", o qual teve a Rampa de Santa Efigênia como cenário. De acordo com a Akzonobel, "o desafio aqui foi adicionar cor à área, mantendo a cor real e a essência do período barroco" (Akzonobel, 2010b). E também o "Tudo de Cor em Porto Alegre", que encarou o desafio de reforçar e preservar a Rua João Alfredo, um dos principais pontos turísticos da cidade, "devolvendo cor à arquitetura com tons que lembrassem o pôr-do-sol" (Coral, 2010).

Em 2011 o "Tudo de cor para Porto Seguro", onde o foco era a sua área histórica e o desafio de "pintar 150 casas em apenas oito semanas" (Akzonobel, 2011). No ano seguinte, ocorreu o "Tudo de cor para Paraty" nas ruas do centro histórico, dessa forma "as construções históricas e a Ilha das Cobras receberam pinceladas de alegria, cor e cidadania" (Paratyonline, 2012). O programa retornou para o sul, na cidade de Farroupilha, Rio Grande do Sul, onde foi escolhida a Igreja Nossa Senhora de Caravaggio, motivado pelo fato de o santuário atrair mais de 1,8 milhão de turistas anualmente, sendo referência religiosa da Serra Gaúcha (Akzonobel, 2012). O "Tudo de Cor para Recife" teve como palco a Rua do Bom Jesus, local que combina história, cultura, negócios e entretenimento, "essa diversidade presente no bairro inspirou a escolha das cores que deixaram o local ainda mais iluminado" (Akzonobel, 2013).

Novamente em Salvador, quatro anos depois da primeira intervenção, o programa teve como cenário o Elevador Lacerda, o Centro Cultural da Barroquinha e o Mercado Modelo. De acordo com Akzonobel (2014b), três dos principais pontos turísticos da cidade. A escolha dos locais deveu-se à sua relevância histórica e social, bem como à presença de milhares de turistas por ano (Akzonobel, 2014b). O programa revitalizou os Caminhos de Portinari em Brodowski, cidade natal do artista no interior de São Paulo. Os pontos históricos que integram os Caminhos de Portinari – Praça Candido Portinari, Igreja Santo Antônio, Estação Ferroviária, Coreto da Praça e Bebedouro Público de Animais – são elementos da paisagem urbana de Brodowski

muito presentes na obra de Portinari (Portinari, 2017). A Figura 1 exemplifica o antes e o depois do Coreto de Brodowski.

Figura 1: Coreto da Praça em Brodowski, um dos pontos históricos que faz parte dos Caminhos de Portinari. A primeira fotografia antes da revitalização; a segunda após a intervenção do programa "Tudo de Cor".

Fonte: Museu Casa de Portinari (2017).

Estas são somente algumas dentre tantas outras intervenções cromáticas realizadas na paisagem brasileira. Interessante notar que a justificativa para escolha das áreas de intervenção se repete, além do viés histórico, busca-se o atrativo turístico.

Brendle (2012) reflete sobre a perda da identidade na imagem urbana e a alteração da singularidade do valor cultural material causado por intervenções cromáticas, produto de campanhas publicitárias de indústrias de tintas Akzonobel. A autora também levanta a preocupação técnica relacionada à especificidade local sobre o uso de "tintas acrílicas de propriedades inadequadas e de cores aleatórias e fantasiosas, infligindo a perda da identidade cromática do centro tombada" (Brendle, 2012, p. 10), dessa forma a escolha das cores seria fruto da imaginação.

De acordo com Barreto (2006), a construção de paisagens desconectadas do contexto onde se inserem tem cada vez mais se tornado uma prática. A alteração de paisagens e a sua transformação em imagens comerciais, que não agregam valor à memória urbana e coletiva, trazem à luz uma realidade artificial, atendendo à sociedade imagética – instagramável, muitas vezes. Assim, cidades que dispõem de atrativos históricos e são ricas do ponto de vista do patrimônio cultural, utilizam-se de suas potencialidades como recursos para a criação de "paisagens de consumo", encobrindo a história e a memória coletivas.

5. Considerações finais

Ademais do exposto, a paisagem pode se manifestar como um texto (Bellentani, 2016; Duncan; Duncan, 1988) carregado de memória, história e cultura, refletindo valores éticos e estéticos. Assim, torna-se carregada de significados simbólicos que expressam experiências e lembranças individuais e coletivas, se expressando "como um modo de ver o mundo" (Cosgrove, 1998, p. 13). A cor, em ambientes adensados de sentido, como aqueles considerados patrimônio cultural, torna-se um indicativo muito valioso sobre a história do lugar e, dessa forma, merece tanta atenção e zelo quanto outros marcadores temporais.

Questionamentos levantados por Andreotti (2012) sobre a possibilidade de identificar na paisagem as características únicas e essenciais de uma cultura ou história e as inquietações de Jacques (2008) acerca de um "padrão internacional de imagem de cidade" ou uma tendência ao "internacionalismo do particularismo" são fundamentais para compreender as preocupações abordadas neste estudo. Essas indagações levantam pontos essenciais sobre o impacto da padronização cromática na identidade cultural urbana.

Embora este artigo não proponha soluções concretas para a gestão da cor no patrimônio cultural, ele aponta para a necessidade urgente de novos estudos e reflexões críticas sobre o tema. Os questionamentos permanecem: que direções o patrimônio cultural está tomando? Em que medida o que vemos hoje reflete de fato a cultura local, a história e a memória coletiva? Importante compreender quem cria e para quem se cria essa estetização das paisagens históricas.

A reprodução de modelos "bem-sucedidos" de *city marketing* tem levado a paisagens homogêneas e à pasteurização cultural, uniformizando cenários históricos que deveriam ser únicos. Portanto, as estratégias de *marketing* urbano precisam respeitar o caráter particular e autêntico das cidades, que são moldadas por suas populações, culturas, heranças históricas e memórias compartilhadas. Entender as relações entre a cidade construída e as marcas que a paisagem imprime exige um olhar sensível, atento e disciplinado para capturar a verdadeira essência do espaço urbano.

Referências

AGUIAR, José. Planear e Projectar a Conservação da Cor na Cidade Histórica: experiências havidas e problemas que subsistem. **III Encore** *[S. l.]*, 2003.

AKZONOBEL. **Let's Colour Project Reignites the Spirit of the Shanghai Gate**. 2010a. Disponível em: https://letscolourproject.com/lets-colour-project-reignites-spirit-shanghai-gate/. Acesso em: 9 maio. 2023.

AKZONOBEL. **Ouro Preto comes to Life with Colour**. 2010b. Disponível em: https://letscolourproject.com/ouro-preto-comes-life-colour/. Acesso em: 29 abr. 2023.

AKZONOBEL. **Adding Colour to Porto Seguro**. 2011. Disponível em: https://letscolourproject.com/adding-colour-porto-seguro/. Acesso em: 30 abr. 2023.

AKZONOBEL. **Church of Nossa Senhora de Caravaggio**. 2012. Disponível em: https://letscolourproject.com/church-nossa-senhora-de-caravaggio/. Acesso em: 30 abr. 2023.

AKZONOBEL. **Tudo de cor para Recife**. 2013. Disponível em: https://letscolourproject.com/tudo-de-cor-para-recife/. Acesso em: 29 abr. 2023.

AKZONOBEL. **Dulux helped restore World Heritage**. 2014a. Disponível em: https://letscolourproject.com/dulux-helped-restore-world-heritage/. Acesso em: 9 maio. 2023.

AKZONOBEL. **Tudo de cor para Salvador**. 2014b. Disponível em: https://letscolourproject.com/tudo-de-cor-para-salvador/. Acesso em: 29 abr. 2023.

AKZONOBEL. **Let's Colour revives Padang in West Sumatra, Indonesia**. 2022. Disponível em: https://letscolourproject.com/lets-colour-revives-padang-in-west-sumatra-indonesia/. Acesso em: 9 maio. 2023.

AKZONOBEL. **Let's Colour**. , 2023. Disponível em: https://letscolourproject.com/.

ANDREOTTI, Giuliana. O senso ético e estético da paisagem. **RA'E GA**, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 5-17, 2012.

BANDARIN, Francesco; VAN OERS, Ron. **The Historic Urban Landscape**. [s. l.: s. n.]. DOI: 10.1002/9781119968115.

BARRETO, Juliana Cunha; CRUZ, Maria de Fátima Plácida Da; PIMENTAL, Laís Carla de Miranda; MELO, Vera Mayrinck. Paisagem mercadoria: uma discussão sobre o consumo das paisagens urbanas. **Paisagem e Ambiente**, *[S. l.]*, v. 22, p. 144-152, 2006.

BAZOTE, Sylvio Mário. **Tudo de cor para Salvador**. 2014. Disponível em: http://historiasylvio.blogspot.com/2014/01/tudo-de-cor-para-salvador.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

BELLENTANI, Federico. Landscape as text. **Concepts for Semiotics**, Tartu, p. 76-87, 2016. Disponível em: http://orca.cf.ac.uk/96406/.

BRENDLE, Betânia. Carnavalização Patrimonial: destruição da identidade cromática dos centros antigos de João Pessoa, Areia (PB) e Olinda (PE). **Urbi Centros#3**, *[S. l.]*, n. 2, 2012.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

CARDONE, Sergio. Il colore dei centri storici: tradizione versus tradimento. *In*: MARCHIAFAVA, Veronica;; VALAN, Francesca (org.). **Colore e Colorimetria Contributi Multidisciplinari**. Milano: Gruppo del Colore, 2017. v. XIII/Ap. 270–281.

CORAL. Manual Tudo de Cor: Guia de engajamento social (e de pintura!) da Coral *[S. l.]*, 2019.

CORAL, Tintas. **Movimento Tudo de Cor em Porto Alegre-RS**. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O_6sAgUOUaI. Acesso em: 30 abr. 2023.

CORAL, Tintas. **Quem Somos**. 2022. Disponível em: https://www.coral.com.br/pt/sobre-nos. Acesso em: 1 out. 2022.

COSGROVE, Denis. The idea of landscape. *In*: **Social formation and symbolic landscape**. 2ª ed. Wisconsin: University of Wisconsin, 1998. p. 13-38.

DUARTE, Mirela; SANTOS, Luisa Acioli Dos. **Pensar paisagem**. Recife: Laboratório da Paisagem, 2020.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environment and Planning D: Society and Space**, Vancouver, v. 6, n. 1983, p. 117-126, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais. **Portal do Centro Universitário Barão de Mauá** *[S. l.]*, 2009.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 24 set. 2022.

ICOMOS. **Carta de Washinton**. 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 24 set. 2022.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo. Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Pensar grande o patrimônio cultural *[S. l.]*, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra De. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-65.

NAOUMOVA, Natalia;; LAY, Maria Cristina Dias. Policromia histórica e identidade cromática da paisagem urbana. **Eanpgppur** *[S. l.]*, 2007.

NOGUÉ, Joan. **La construcción social del paisaje**. **Madrid: Biblioteca Nueva, 2007, 343p.**

NORBERG-SHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. *In*: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. [s. l.: s.n.].

OEA. **Normas de Quito**. 1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 24 set. 2022.

PARATYONLINE. **A Coral esteve em Paraty, aquecendo o projeto "Tudo de cor para você"**. 2012. Disponível em: http://www.paratyonline.com/jornal/2012/01/a-coral-ja-esteve-em-paraty-aquecendo-

o-projeto-tudo-de-cor-para-voce/. Acesso em: 30 abr. 2023.

PORTINARI, Museu Casa De. **Movimento "Tudo de Cor" vai revitalizar os Caminhos de Portinari, em Brodowski**. 2017. Disponível em: https://www.museucasadeportinari.org.br/noticias/movimento-tudo-de-cor-vai-revitalizar-os-caminhos-de-portinari-em-brodowski/.

PUJOL, Francine da Silva; CORRÊA COUTINHO, Renata Patricia. City Marketing, Aspectos Culturais e Relações Simbólicas na Construção da Imagem-Marca de Cidades. **Revista de Estudos Universitários -- REU**, *[S. l.]*, v. 45, n. 2, p. 359-371, 2019. DOI: 10.22484/2177-5788.2019v45n2p359-371.

UNESCO. **Recomendações de Nairóbi**. Nairóbi. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: 24 set. 2022.

UNESCO. Vienna Memorandum on World Heritage and Contemporary Architecture. **Unesco** *[S. l.]*, 2005. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf Erişim:02.05.2021.

UNESCO. Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana *[S. l.]*, v. 2011, n. Categoria II, p. 10, 2011. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215084.

VEIGA, Maria do Rosário; TAVARES, Martha. Características das paredes antigas: requisitos de revestimentos por pintura. **Actas do Encontro A indústria das tintas no início do século XXI**, Lisboa, p. 1-16, 2002.

Recebido em 05/11/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Patrimônio Industrial e Paisagem Cultural: Entre a Teoria Interdisciplinar e a Prática Fragmentada

Amanda Vaillant Mantovani; Evandro Fiorin

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MANTOVANI, Amanda Vaillant; FIORIN, Evandro. Patrimônio Industrial e Paisagem Cultural: Entre a Teoria Interdisciplinar e a Prática Fragmentada. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 158-180, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Patrimônio Industrial e Paisagem Cultural: Entre a Teoria Interdisciplinar e a Prática Fragmentada

Amanda Vaillant Mantovani[1]
Evandro Fiorin[2]

Resumo

Este artigo analisa a relação entre patrimônio industrial e paisagem cultural em algumas das disciplinas que abordam os temas considerando a ampla definição de patrimônio cultural. O objetivo é compreender se esses conceitos se complementam e formam um campo interdisciplinar coeso, promovendo uma visão abrangente dos valores do patrimônio industrial. Parte-se da premissa de que reconhecer estruturas industriais apenas pelo aspecto arquitetônico é uma abordagem reducionista, ignorando outras dimensões importantes. O estudo divide-se em duas etapas. A primeira é uma revisão narrativa que conceitua os termos. A segunda é uma revisão sistemática que investiga, no contexto brasileiro, como o patrimônio industrial é tratado no âmbito da paisagem cultural e do patrimônio cultural, em níveis conceituais e práticos. Para isso, oito artigos foram selecionados e analisados a partir dos termos de busca "patrimônio industrial e paisagem cultural" e "patrimônio industrial e patrimônio cultural", comparando as contribuições dos diferentes autores e áreas de atuação, elucidando as interconexões entre as noções abordadas. Os artigos revelam que, embora haja consenso teórico sobre a importância da interdisciplinaridade e da integração entre as concepções, na prática predominam abordagens fragmentadas. A paisagem cultural é frequentemente tratada como pano de fundo e não como elemento constitutivo do patrimônio industrial. Nota-se ainda a marginalização dos bens industriais nas políticas preservacionistas nacionais, com poucos tombamentos que consideram sua relação com o território e as comunidades. Conclui-se que a lacuna entre teoria e prática persiste, exigindo maior articulação entre estes, para transformar o discurso interdisciplinar em ações efetivas.

Palavras-Chave: patrimônio industrial, paisagem cultural, patrimônio cultural.

Abstract

This article analyzes the relationship between industrial heritage and cultural landscape in some of the disciplines that deal with them, taking into account the broad definition of cultural

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UDESC (2023); mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. amandavaillantmantovani@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9395-063X.

[2] Doutor em Arquitetura e Urbanismo, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha, na Espanha. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. evandrofiorin@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6556-1461.

heritage. The aim is to understand whether these concepts complement each other and form a cohesive interdisciplinary field, promoting a comprehensive view of the values of industrial heritage. It is based on the premise that recognizing industrial structures only by their architectural aspect is a reductionist approach, ignoring other important dimensions. The study is divided into two stages. The first is a narrative review that conceptualizes the terms. The second is a systematic review that investigates, in the Brazilian context, how industrial heritage is treated in the context of cultural landscape and cultural heritage, at conceptual and practical levels. To this end, eight articles were selected and analyzed using the search terms "industrial heritage and cultural landscape" and "industrial heritage and cultural heritage", comparing the contributions of different authors and areas of activity, elucidating the interconnections between the notions addressed. The articles reveal that although there is a theoretical consensus on the importance of interdisciplinarity and integration between the concepts, in practice fragmented approaches predominate. The cultural landscape is often treated as a backdrop rather than a constituent element of industrial heritage. There is also the marginalization of industrial assets in national preservation policies, with few listings that take into account their relationship with the territory and communities. The conclusion is that the gap between theory and practice persists, requiring greater articulation between them in order to transform interdisciplinary discourse into effective action.
Keywords: industrial heritage, cultural landscape, cultural heritage.

Resumen

Este artículo analiza la relación entre patrimonio industrial y paisaje cultural en algunas de las disciplinas que se ocupan de ellos, teniendo en cuenta la definición amplia de patrimonio cultural. El objetivo es comprender si estos conceptos se complementan y forman un campo interdisciplinar cohesionado, que promueva una visión integral de los valores del patrimonio industrial. Se parte de la premisa de que reconocer las estructuras industriales únicamente por su aspecto arquitectónico es un enfoque reduccionista, que ignora otras dimensiones importantes. El estudio se divide en dos etapas. La primera es una revisión narrativa que conceptualiza los términos. La segunda es una revisión sistemática que investiga, en el contexto brasileño, cómo se trata el patrimonio industrial en el contexto del paisaje cultural y del patrimonio cultural, a nivel conceptual y práctico. Para ello, se seleccionaron y analizaron ocho artículos utilizando los términos de búsqueda «patrimonio industrial y paisaje cultural» y «patrimonio industrial y patrimonio cultural», comparando las contribuciones de diferentes autores y áreas de actividad, dilucidando las interconexiones entre las nociones abordadas. Los artículos revelan que, aunque existe un consenso teórico sobre la importancia de la interdisciplinariedad y la integración entre los conceptos, en la práctica predominan los enfoques fragmentados. El paisaje cultural se trata a menudo como un telón de fondo y no como un elemento constitutivo del patrimonio industrial. También se observa la marginación del patrimonio industrial en las políticas nacionales de conservación, con escasos listados que tengan en cuenta su relación con el territorio y las comunidades. La conclusión es que persiste la brecha entre la teoría y la práctica, lo que exige una mayor articulación entre ambas para transformar el discurso interdisciplinario en acciones eficaces.

Palavras-Chave: patrimonio industrial, paisaje cultural, patrimonio cultural.

Introdução

O patrimônio industrial refere-se aos vestígios do processo produtivo de uma sociedade, valorizados por seus aspectos históricos, tecnológicos, sociais e arquitetônicos ou científicos, sua análise permite uma conexão com o tipo de industrialização de uma determinada época, revelando o modo de vida da classe trabalhadora envolvida, a coletividade que o construiu e os processos de conformação do espaço onde essa população vivia (TICCIH, 2003). Assim, o Patrimônio Industrial está profundamente ligado à paisagem cultural, em uma troca mútua constante.

A paisagem cultural pode ser entendida como o resultado da interação e transformação da natureza pelo ser humano, repleta de significados expressos por meio da linguagem, símbolos e traços culturais dos grupos sociais (Zukin, 2000). Com sentido e fundamentada em uma base material, a paisagem se apresenta como uma valiosa fonte investigativa, sendo vista como uma acumulação de momentos históricos distintos que coexistem (Santos, 2006). Seu estudo revela as dinâmicas coletivas que se desenvolveram no espaço, caracterizadas pelas relações ali estabelecidas, constituindo um importante documento de análise.

Dessa forma, esses dois conceitos interagem, e seu uso conjunto possibilita o desenvolvimento de um campo de análise. O patrimônio industrial influencia a conformação da paisagem cultural, conferindo-lhe vida e alterando suas características, ao mesmo tempo em que é moldado por ela, sendo influenciado por sua estruturação, assim temos que “as unidades industriais muito raramente podem ser entendidas como edifícios isolados; a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo interligado a várias outras estruturas e etapas da produção” (Meneguello, 2011, p.1831). Dessa forma, precisamos debater sobre a preservação desses bens e das paisagens que estão sendo perpassadas, as narrativas que estão sendo contadas, visto que, segundo Citron (2024) nas cidades brasileiras os patrimônios industriais urbanos não têm ocupado o hall das discussões dentro do IPHAN (Instituto de Preservação do PatrimônioNacional).

Assim, o presente artigo discute as relações entre os conceitos de patrimônio industrial e paisagem cultural, investigando como sua incorporação reflete a ampliação da noção de patrimônio histórico para cultural no caso brasileiro. Busca-se rastrear se a expansão conceitual tem sido efetivamente aplicada ou se restringe a um tratamento discursivo nas questões que dizem respeito ao reconhecimento e a preservação dos bens industriais e toda a estrutura que se conforma. Dessa maneira, tem-se como objetivo geral: o levantamento de material para

subsidiar essa discussão do ponto de vista de uma revisão sistemática e como objetivos específicos correlacionar como as diferentes áreas do conhecimento aqui tratadas versam sobre o tema; entender se esses campos se confrontam, ou, apesar da premissa de interdisciplinaridade, fecham-se em si mesmos, então sistematizar os achados.

O trabalho está organizado de modo a apresentar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, uma conceituação do que se entende de cada uma dessas concepções. Inicialmente, são definidos brevemente os termos patrimônio, patrimônio industrial e paisagem cultural. Em seguida, expõe-se o método usado na revisão sistemática de literatura, para então apresentar os resultados, discussões e conclusões oriundos da análise da bibliografia consultada.

A construção do conceito de Patrimônio Industrial

Choay (2006) analisa como o conceito de patrimônio surgiu durante a Revolução Francesa e foi consolidado no século XIX e desde o final da Segunda Guerra Mundial, a noção passou por significativas transformações, ampliando e modificando a natureza do seu campo. Especificamente em relação ao patrimônio arquitetônico, a concepção inicial ainda muito ligada à ideia tradicional de monumento histórico singular, foi sendo expandida.

Tanto a definição de arquitetura quanto o conjunto de estilos e tipos de edifícios considerados dignos de preservação foram se ampliando gradualmente, em alguns casos, como cita Citron (2024) o reconhecimento se dá primeiro inclusive pela população então reverberando para a comunidade acadêmica. Choay (2006) discute como essa ampliação reflete uma mudança na percepção do que é digno de ser preservado. Ao longo do século XX, passaram a ser incluídos, por diferentes órgãos internacionais e nacionais no campo do patrimônio não apenas edifícios individuais, mas também conjuntos arquitetônicos inteiros, arquitetura rural, arquitetura vernacular, e até produções contemporâneas que antes eram desprezadas.

Fazendo um paralelo nacional, Motta (2000) aponta que inicialmente aproximadamente a partir da década de 30 até a década de 70 se preferiu a preservação homogênea para a representação de uma identidade nacional, desconsiderando a diversidade das produções nacionais. Todavia, posteriormente a retórica dos dirigentes e técnicos passaram a ser pró-memórias, centrados em buscar valorizar a pluralidade, entretanto, como aponta a autora, os critérios iniciais levados em conta, mesmo que se tenha tentado avançar, predominam no campo patrimonial nacional.

Além dos critérios estilísticos e históricos, outros fatores começaram a ser considerados, como o entorno e a ambiência (Giovannoni, org. Kühl, 2013). A noção de patrimônio cultural

também se ampliou, muito influenciada pela Antropologia, que trouxe uma perspectiva relativizadora e integrou contribuições de grupos e segmentos sociais marginalizados pela história e pela classe dominante. Nesse processo, essa ideia deixou de estar associada exclusivamente à chamada cultura erudita, passando a incluir manifestações populares e as práticas de massa, havendo também uma valorização dos elementos materiais e técnicos desse conjunto de tradição (Castriota, 2007).

Além dos bens móveis e imóveis e das criações individuais que compõem o acervo artístico, passou-se a considerar como parte do patrimônio cultural de um povo outros tipos de bens, como utensílios oriundos do fazer popular e inseridos na dinâmica cotidiana. Superando, ainda que parcialmente, a visão objetificada da cultura como um conjunto de coisas, assim tratando a cultura como um processo, focando-se na formação imaterial do significado.

Dessa maneira, a partir da implantação do que se entende como uma expansão do conceito de patrimônio, a arquitetura industrial passa a ser vista como portadora de grande relevância histórica, simbólica e prática, especialmente nos séculos XIX, XX e XXI na Europa e, no Brasil, sobretudo nos séculos XX e XXI. Essas estruturas industriais frequentemente ocuparam posições de destaque nas cidades e na imaginação das pessoas, desempenhando um papel significativo na estruturação urbana a partir do século XIX.

Benevolo (2001a) aponta para três pontos sobre essa relação de estruturação e as possíveis motivações frente ao papel das edificações que são: as modificações da técnica de construções da época; seu papel no crescimento urbano para comportar as novas demandas e as mudanças da lógica do valor agregado à terra, do rural para o urbano.

Também para Benevolo (2001b), essas modificações, com o surgimento da classe trabalhadora operária, leva a classe dominante - ao perceber o padrão de ocupação que se estabelecia - a definir um novo padrão, modificando assim a paisagem nessa tensão entre os que imprimem maior característica no meio. Nesse movimento teria a estruturação da dicotomia centro-periferia, no caso das cidades norte-americanas centro-subúrbio, resultando em todo caso em ocupações segregadas do espaço.

Nesse processo de esvaziamento dos centros ao longo do século XX compõem-se um cenário urbano desordenado, incentivando a discussão e o surgimento de novos modos de se pensar a cidade pós-industrial. É nessa conjuntura que as fábricas das áreas centrais de grandes cidades são abandonadas e instalam-se nos arrabaldes dos grandes centros gerando discussões sobre o que se fazer com essas estruturas (Benevolo, 2001b).

Dessa forma, a construção do conceito de patrimônio industrial envolveu a

reinterpretação e a apropriação dos vestígios da produção fabril e das relações sociais de trabalho (Cordeiro, 1987). Assim, o termo evoluiu ao longo do tempo, passando de uma percepção inicial em que os vestígios manufatureiros eram considerados de pouca importância para a compreensão de seu valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico e científico levando à conceituação do que hoje entendemos como patrimônio industrial (Raistrick,1973; Hudson, 1976). Segundo Kühl (2006) essas primeiras conceituações do que caracterizam os monumentos industriais tem reverberações posteriores na Carta de Nizhny Tagil (2003):

> O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003, p.3).

Cabe também citar que logo na sequência da Carta é reconhecido o valor do que se refere aos patrimônios pré e proto-industriais, que dizem respeito aos locais de manufatura rudimentares, tais como engenhos - visto que os primeiros tombamentos em âmbito nacional do que diz respeito ao que é reconhecido como digno de preservação pelo IPHAN dizem respeito a esse período (Citron, 2024).

Dessa forma, o restauro e a conservação não se limitam apenas às obras tradicionais de valor excepcional, mas também se concentram em obras mais simples que, ao longo do tempo, adquiriram importância cultural, mesmo que antes fossem excluídas desse escopo.

Portanto, há uma crescente tentativa de se dar ênfase nos aspectos documentais, refletindo esforços de diversos autores, inspirados pelos princípios do crítico italiano Cesare Brandi, que buscam aplicá-los não apenas às obras de caráter notável, mas a todos os bens culturais. Mesmo que esses bens não sejam considerados obras de grande valor quanto às características artísticas, eles têm uma história e camadas temporais que merecem análise e respeito (Kühl, 2007). Em consequência disso, de encontro com o argumento, Andrade Junior (2016) ressalta que a ideia de estratificação é fundamental para o entendimento e intervenção em sítios patrimoniais.

Até o momento, analisou-se a evolução do campo patrimonial, com destaque para a criação de uma disciplina dedicada à observação dos bens fabris. Essa abordagem reflete uma ampliação conceitual que, gradualmente, busca se manifestar em práticas de integração no contexto brasileiro. No entanto, conforme aponta Dezen-Kempter (2011, p. 110), "a análise da permanência de estruturas industriais centradas somente na esfera patrimonial revelou-se uma

redução de sua importância". Essa constatação sintetiza as discussões apresentadas até aqui, abrindo espaço para um conceito caro em interação, mesmo que de forma rudimentar nas práticas nacionais, com o que foi visto até agora.

Paisagem Cultural

A paisagem cultural é uma concepção chave para a análise do patrimônio industrial, pois integra o estudo dos sítios industriais no seu contexto mais amplo. Definida pela UNESCO (2008) como a "obra combinada da natureza e do homem", a paisagem cultural reflete a interação contínua entre as pessoas e seu ambiente ao longo do tempo. Esta perspectiva é essencial para compreender plenamente o patrimônio industrial, que frequentemente transformou radicalmente tanto o ambiente natural quanto o urbano.

A consideração desse conceito permite uma avaliação mais completa do patrimônio industrial, abrangendo não apenas os elementos físicos, mas também os aspectos imateriais, como práticas culturais e memórias coletivas. O processo de industrialização provoca mudanças significativas na paisagem, desde a construção de grandes agrupamentos industriais até a criação de menores estruturas para abarcar a complexidade e as demandas geradas desse uso. A preservação e interpretação desses sítios devem considerar essa transformação e buscar formas de comunicar a evolução da paisagem e as diversas sobreposições de agentes de diferentes camadas sociais:

> Ao considerarmos que a terminologia patrimônio designa a identificação e a valorização de um bem móvel, imóvel ou natural, dotado de valor significativo para uma sociedade, a terminologia patrimônio industrial refere-se à valorização e identificação das características históricas, sociais e espaciais de um sítio, podendo ser também analisados pela vertente cultural, onde o conjunto de bens materiais e imateriais tornam-se responsáveis pela narrativa dos valores de determinada sociedade, agregando aos seus fatos características internas e externas ao ambiente (Schiavon, 2016, p. 43).

A paisagem cultural dessa forma fornece um contexto vasto que inclui diversas camadas tanto físicas quanto de caráter não tangível. As áreas industriais frequentemente se desenvolvem em locais específicos devido a fatores geográficos, como a proximidade de matérias-primas ou a disponibilidade de água e energia e assim podem ser vistas “como elementos estruturantes dos territórios e da sociedade, formando um complexo sistema de colaborações entre atores e atividades que imprime uma imagem única nas cidades” (Dezen-Kempter, 2011, p.108). Compreender essa lógica e seus desdobramentos é crucial para uma avaliação completa do patrimônio industrial e sua inserção na paisagem já que “O que importa não é unicamente a

lógica do objeto em si, mas como esse objeto insere-se e é apreendido numa dada realidade – historicamente estratificada – física, cultural, social, etc." (Kühl, 2010, p. 29).

O processo de industrialização provoca mudanças significativas na paisagem, desde a construção de grandes complexos industriais até a criação de infraestruturas de transporte e habitação para trabalhadores. Esses elementos transformam a paisagem original, criando dinâmicas sociais e econômicas. A preservação e interpretação desses sítios devem considerar essa transformação e buscar formas de comunicar a evolução da paisagem.

Muitas paisagens industriais ainda são habitadas e utilizadas, o que apresenta desafios e oportunidades únicas para a preservação. Como apontado por Leonardo Silva (Meneguello, 2011, p. 1828 e 1829): "Um aspecto pouco considerado do patrimônio industrial é que ele é um campo de investigação vivo, e não passadista ou morto". A abordagem da paisagem cultural permite a integração das comunidades locais nos processos de conservação, promovendo uma gestão participativa e sustentável. Isso é especialmente relevante em áreas onde a industrialização teve um impacto profundo nas identidades e modos de vida das populações, dessa maneira, Andrade Júnior *et al* (2021) ressalta a importância da integração das comunidades e saberes locais.

Dessa forma é possível refletir a interdisciplinaridade do campo que versa sobre tantos aspectos da vida cotidiana de diversas coletividades, bem como diz respeito ao campo de atuação de diversas disciplinas que de alguma forma precisam se articular em torno do tema para que se dê a devida atenção para a valorização das memórias e estruturas fabris.

Revisão sistemática de literatura

A revisão sistemática da literatura buscou compreender como se estabelece a conexão entre as diferentes disciplinas que trabalham esses temas; as diferentes compreensões dos conceitos de patrimônio industrial e a paisagem cultural no âmbito do patrimônio cultural; e se eles estão sendo inseridos na esfera do discurso e preservação patrimonial.

Tendo isso em mente, uma série de questionamentos guiou a escolha da literatura para a revisão sistemática sendo eles: se tem a expansão do conceito do que é patrimônio histórico para patrimônio cultural, mas as práticas refletem isso? O patrimônio industrial está sendo reconhecido, inserido e discutido do ponto de vista da paisagem cultural no caso brasileiro pelas diferentes disciplinas? Até que ponto esses dois conceitos estão sendo ativados conjuntamente de forma prática? Ou estão apenas preservando o caráter histórico-arquitetônico sem se levar em conta as demais relações? Está se integrando o patrimônio industrial de forma satisfatória

ao patrimônio cultural em uma ampliação conceitual que traz a paisagem cultural para discussão?

Tendo essas perguntas em mente, a pesquisa nas bases de dados foi realizada nos dias 30 e 31 de Maio e 06 e 09 de Junho. As bases escolhidas foram: Repositório Capes (Rap. Capes), Scielo, Revista da USP e Repositório da UFSC (Rep. UFSC).

Inicialmente se teve uma listagem de possíveis termos para que se fosse devidamente apreendido essa relação, tais como: patrimônio industrial, arqueologia industrial, patrimônio cultural, paisagem cultural, paisagem urbana, paisagem fabril, memória do trabalho, memória social. As variações para plural também foram consideradas e os termos de buscas foram feitos apenas em português.

Após uma busca inicial com esses termos foi definido um conjunto de palavras que atendem o mais próximo ao que se pretende nesta pesquisa, assim utilizado dois grupos de palavras: "patrimônio Industrial e paisagem cultural" (termo de busca 1) e "patrimônio Industrial e patrimônio cultural" (termo de busca 2). Os demais termos foram suprimidos visto que levavam para lugares que fugiam ao direcionamento das questões que se pretendia esclarecer. Dessa forma temos:

Tabela 1: Resultados da busca

	Rep. Capes	Rep. Capes	Scielo	Scielo	Revista USP	Revista USP	Rep. UFSC	Rep. UFSC	Total
	Termo1	Termo2	Termo1	Termo 2	Termo 1	Termo 2	Termo1	Termo 2	
Geral	19	728	8	65	6	40	1	1	868
Recorte 1	16	199	0	8	1	2	1	1	228
Recorte 2	10	35	0	3	1	2	0	0	51
Final:	5	2	0	1	0	0	0	0	8

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Os critérios de recortes foram os seguintes, para o recorte geral se delimitou temporalmente os últimos 10 anos, ou seja, a busca inicial se deu com a data de 2014. Para recorte 1: acesso aberto, formato de artigo e em português, idioma escolhido pois se buscava enfoque em casos brasileiros já que se procura a especificidade de tratamento do assunto relacionado a esse território. O recorte 2 são os resultados preliminares sem os duplicados e

com uma pré-seleção levando em conta título e o resumo menor mostrado na tela das bases de pesquisa de forma mais genérica. O resultado é obtido através da leitura das palavras-chave dos artigos, como critério de escolha se tinha a obrigatoriedade de aparecer o termo “patrimônio industrial” e “paisagem cultural” ou “patrimônio cultural”.

Tendo em vista esse critério muitas das publicações advinham das áreas das ciências humanas, dito isso, acha-se pertinente especificar a formação dos autores, já que isso influencia no enfoque dado nos textos e sua estruturação, enfoque de análise e demais questões. Outro ponto observado é que mesmo sendo um tema que se pretende interdisciplinaridade, é visto que apenas em dois casos se tem a conexão de disciplinas distintas tratando sobre. Dessa forma temos:

Tabela 2: artigos selecionados: informações gerais

Artigo	Autoria	Formação	Ano	Termo de busca
1	Mesquita, Zandor Gomes	Geógrafo	2016	Termo de busca 1
2	Mesquita, Zandor Gomes André, Philipe Braga	Geógrafos	2017	Termo de busca 1
3	Mesquita, Zandor Gomes Pierotte, Otávio	Geógrafo e educador	2018	Termo de busca 1
4	Geribello, Denise Fernandes	Arquiteta urbanista	2018	Termo de busca 2
5	Alves, Estela Maris Carneiro Oosterbeek, Luis	Arquiteta urbanista e historiador	2019	Termo de busca 1
6	Azevedo, Renan Caldas Galhardo	Geógrafo	2020	Termo de busca 2
7	Gonçalves, Naudiney De Castro	Historiador	2021	Termo de busca 1
8	Cruz, Douver Dos Santos	Arquiteto urbanista	2021	Termo de busca 2

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Temos então em termos gerais uma diversidade de artigos e profissionais que versam sobre o assunto, cabe elucidar a confluência deles diante de alguns conceitos, considerando os artigos que possuem o mesmo autor, no caso Zanador Gomes Mesquita, seguem a mesma literatura em um geral, mas é percebido que em demais casos também existe um consenso da base teórica usada. Trazemos então uma breve síntese de cada um dos artigos selecionados, trazendo como principal enfoque o prisma das contribuições particulares deles no quadro geral:

Artigo 1/ artigo 3: O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural e a

paisagem cultural conformando o patrimônio industrial: uma relação conceitual.

Os artigos constam com mesmo nome, mas no terceiro se tem a participação de outro autor e uma abordagem específica voltada para análise da atuação da preservação na esfera patrimonial brasileira, o que leva a considerações diferentes das do primeiro.

A principal contribuição desses dois artigos é estabelecer uma base histórica da conceituação dos termos de busca e correlaciona-los, como já citado anteriormente, mas para além disso é trazido a soma, sobreposição de conceitos, suas ressignificações e os jogos de poderes impressos na paisagem, em que geralmente a classe dominante a controla, dessa forma também tangenciando a questão da homogeneização e a massificação cultural sublinhando os problemas da cultura como passível de mercantilização.

Agora de modo específico as considerações finais do artigo 1 enfocam sobre a memória como fator importante apreendido dos monumentos e sua leitura completa no campo de inserção, permitindo a extração de informações importantes a partir de sua análise, mas Mesquita (2016) ressalta que a memória é refeita constantemente no presente e destaca a importância da reversão dessa situação, visto que: "é na memória que os indivíduos procuram abrigo e por ela se unem, agindo enquanto sujeito inserido no grupo" (Mesquita, 2016, p.45).

Já Mesquita e Pierotte (2018) enfocam em maior parte na atuação do órgão de preservação nacional (IPHAN) assinalando que mesmo que se promova discussões acerca dos temas é necessário estabelecer uma correlação mais intrínseca para que se apreenda de fato a magnitude desses campos conjuntos como fonte de análise, pois:

> Nelas ficam plasmadas o resultado da constante transmissão de habilidades, inovações tecnológicas, modos de vida que estão em constante contato. Ao mesmo tempo, atuam como uma forma de conservação das memórias coletivas que foram sobrepostas, influenciadas e influenciadoras dos novos contextos que vão sendo constituídos (Mesquita e Pierotte, 2018, p.85).

Artigo 2: O patrimônio industrial e a paisagem cultural de Campos dos Goytacazes: anacronismo ou rugosidade?

O escopo de conceituação é bastante próximo dos artigos anteriormente tratados, porém nesse caso um novo prisma de análise é apresentado: rugosidades. Assim, os autores assinalam veementemente o sentido de a paisagem ser política. A partir desse viés importante é que se tem a análise de uma paisagem industrial do recorte geográfico escolhido, discriminando a passagem de uma paisagem predominante, moldada pela classe no poder em uma época e que vai se tornando residual, ao passo que uma nova classe assume. No entanto, apesar disso, é estruturante na malha urbana, assim, confluindo para, mais uma vez, a importância da

correlação do estudo dos campos de modos conectados.

Artigo 4: Usina de Itatinga: a patrimonialização de uma hidrelétrica em operação.

A publicação parte de um resgate histórico da conformação da Usina, ponto muito interessante visto que mostra a influência dessa estrutura no desenvolvimento de povoados e assentamentos, além de toda a estrutura ferroviária e portuária acarretada. Também faz o resgate dos tratados usados para a sua construção. Assinalando posteriormente que: "Muito além de uma obra arquitetônica, Itatinga é um espaço vivido, lugar onde uma série de práticas sociais específicas se desenvolvem" (Fernandes, 2018, p. 11).

Continua apontando que o reconhecimento do valor do bem se deu anterior ao início do seu processo de tombamento pela própria comunidade e, aponta que os valores levados em consideração pelos técnicos no processo não levam em conta que é um patrimônio em operação e que é nisso especialmente que consiste o seu valor: sua perspectiva de um futuro.

Artigo 5: Paisagens culturais industriais: uma abordagem sobre gestão integrada e sustentável do patrimônio industrial.

O estudo começa pela conceituação de termos relacionados a patrimônio, industrialização e paisagem, destacando a importância de superar a visão pictórica da paisagem para valorizar as paisagens culturais em sua totalidade. Ressalta-se a necessidade de incorporar diversas disciplinas na construção desses conceitos e aborda-se um tema central: a gestão integrada e sustentável das paisagens culturais.

A partir disso, são discutidos estudos de caso que ilustram a dinâmica necessária para a gestão dessas paisagens, considerando as especificidades de cada bem. Mesmo em casos distintos, com escalas completamente diferentes, o papel dos diversos atores envolvidos na gestão revela-se essencial para garantir a eficácia e a sustentabilidade desse processo.

Artigo 6: Os caminhos até Nizhny Tagil: a consolidação do patrimônio industrial e o seu estudo pela geografia.

Percorre-se os caminhos das definições patrimoniais ao longo de toda a história até se chegar na conceituação do que se entende como patrimônio industrial. Inclusive ao se tratar do patrimônio industrial se faz um rememoramento de como aconteceu a luta internacional para o reconhecimento de diversos bens até chegar ao passo de estudo pela geografia, em que o autor assinala que a geografia pouco se debruçou sobre o assunto, mesmo que o conceito de paisagem seja tão trabalho pela área, fazendo um paralelo interessante com quesitos que julgou próximo ao tema e que seriam interessantes e prolíficas para o campo se levadas em conta conjuntamente.

Artigo 7: Cultura material canavieira do Cariri cearense - anos 1930-1970.

A cultura canavieira é um marco no Cariri, dessa forma, o autor analisa as mudanças que aconteceram do ponto de vista da conceituação de paisagem cultural. Ao longo do texto aponta o valor documental daqueles testemunhos, elucidando o processo de passagem da moenda manual para a usina, ainda assinalando questões territoriais importantes para a conformação de todo o setor e do território como um todo.

Vale ressaltar que por se tratar de um historiador todo o recorte de leitura das ferramentas, edificações, ruínas, são imbuídas no caráter para análise de um objeto historiográfico, sempre muito atento às estratificações e apontando ao longo de todo o texto o seu viés e assinalando que os itens e a forma que ele analisa possuem outros olhares para ser levado em conta, tais como da arqueologia, arquitetura, geografia.

Artigo 8: Ruínas da indústria e da memória: ensaio entre "abandonados'' e "apagamentos" nó 1 - o silêncio do patrimônio reconhecido.

O artigo parte da problematização dos usos para o patrimônio deixado pela industrialização e posterior processo de desuso que recaiu sobre, segundo ele:

> No desuso e processo de descontinuidade surgem as ruínas industriais, que logo configuram-se em lacunas na paisagem, como marcas anacrônicas de vazios urbanos, que fragilizam o tecido espacial da cidade e, corroboram em mesma via, na fragmentação profunda do tecido social e econômico, quando dos encerramentos das indústrias, impactam na renda e emprego (Cruz, 2021, p. 77696).

Na sequência levantando e questionando os critérios usados para escolher o que se preserva e já trazendo a indagação do uso que segundo ele demarca "um novo momento de produção espacial" (Cruz, 2021, p. 77696). Em seguida, ele analisa casos de usos dados ao patrimônio industrial, demonstrando que os usos indevidos geram uma casca vazia de significados e que a escolha do que se terá deve levar em conta os diversos agentes que envolvem o bem, das diversas dimensões: material e imaterial. Por fim, ele assinala a importância de se ter a participação da comunidade nas definições quanto ao que se fazer com o bem tutelado.

É observado que os artigos trazem pontos de pertinência para a construção do presente estudo, com apontamentos sobre a tutela desses bens e as forças que agem sobre o seu reconhecimento e a sua permanência e posterior acesso para as gerações futuras. Dessa forma e de maneira mais sintética temos o quadro a seguir com os enfoques sucintos de análise de cada artigo.

Tabela 3: artigos selecionados: enfoques

Artigo	Recorte temporal	Recorte geográfico	Objeto	Enfoque da análise
1	Acompanhando a evolução dos conceitos	Sem recorte	Amplamente o conceito de patrimônio industrial e a paisagem cultural	Conceituação de patrimônio industrial, paisagem cultural e a interconexão desses conceitos
2	Brasil Colônia até a Contemporaneidade	Campos dos Goytacazes	Engenhos e usinas	Sobreposições da paisagem e as tensões causadas por essa dinâmica
3	Acompanhando a evolução dos conceitos	Sem recorte	Amplamente o conceito de patrimônio industrial e a paisagem cultural	Conceituação de patrimônio industrial, paisagem cultural e a interconexão desses conceitos
4	Final do século XIX até a contemporaneidade	Usina de Itatinga	Usina hidrelétrica	Problematização acerca dos valores que são levantados no processo de tombamento da Usina
5	Final do século XX até a contemporaneidade	ParanapiacabaRuhr	Transporte ferroviário; minas	Implementação de usos e a gestão sustentável de bens industriais culturais
6	Acompanhando a evolução dos conceitos	Sem recorte	Amplamente o patrimônio industrial e a paisagem cultural	Resgate conceitual dos termos “patrimônio cultural” e “patrimônio industrial” para a geografia e suas tangências
7	1930 - 1970	Cariri	Engenhos	Os resquícios materiais da cultura canavieira como fonte histórica e conformadora da paisagem cultural
8	Começo do século XXI até a contemporaneidade	Diversas localidades.	Diversos exemplos de usos dispostos para o patrimônio industrial	Implementação de usos pertinentes ao patrimônio industrial para que não se encare como apenas um invólucro

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Com a síntese dos artigos e os diversos caminhos tomados mesmo se tratando inicialmente de um tema quase comum a todos se nota a necessidade de esquematização dos autores principais que servem de base para a conceituação dos termos em cada um dos artigos:

Tabela 4: autores usados nas conceituações

Artigo	Patrimônio industrial	Paisagem cultural	Patrimônio cultural
1	Mendes Choay	Cosgrove Sauer Berque	Constituição Federal Fonseca
2	Mendes Choay	Cosgrove Berque Milton Santos	Conceituação generalista
3	Mendes	Cosgrove Sauer Berque	Constituição Federal Fonseca
4	Buchanan Casanalles Rainstrick Malaws	Chancela da paisagem cultural brasileira	Meneses
5	TICCIH Del Pozo	Sauer	Oosterbeek
6	Rix TICCIH	UNESCO	Funari e Pelegrini UNESCO
7	TICCIH	UNESCO IPHAN Ribeiro	Scifoni
8	Kühl TICCIH	Não apresenta conceituação	Conceituação generalista

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Nesta seção foi abordado a revisão sistemática da literatura que oferece subsídio para uma discussão mais abrangente em termos de contribuições de diversas matérias e servindo para abarcar novos autores que discutem os conceitos apresentados anteriormente pela revisão narrativa, contribuindo ativamente para os resultados e discussões apresentados a seguir.

Resultados e discussões

Como resultados da bibliografia analisada se tem uma ampla visão do que está sendo tratado como cada um dos termos em cada uma das áreas estudadas (tabela 5) e, por vezes, sua intersecção em uma discussão teórica, compreendendo a amplitude conceitual das expressões,

proporcionando, assim, uma visão abrangente quanto às questões de definições históricas e contemporâneas envolvidas na busca da preservação do patrimônio fabril e a paisagem cultural brasileira.

Tabela 5: conceituação por disciplinas apresentadas.

Disciplina	Patrimônio Industrial	Paisagem Cultural
Geografia	Vestígios materiais da industrialização (edifícios, infraestrutura) e sua relação com o território, dinâmicas socioespaciais	Resultado da interação homem-natureza, com camadas históricas e sociais
Arquitetura e Urbanismo	Estruturas com valor histórico, tecnológico e arquitetônico que devem ser consideradas em relação a estratificação temporal e a integração com o contexto	Contexto dinâmico que inclui elementos naturais e construídos; ambiência dos bens patrimoniais.
História	Documento histórico de processos produtivos e relações de trabalho, revelando modos de vida	Camadas históricas e sociais
Antropologia	Bem cultural vinculado a identidades e práticas sociais	Espaço carregado de significados simbólicos e disputas de poder

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Os textos vinculados à área da geografia trazem um importante aporte para entender o que é a paisagem cultural, noções envolvidas relativas a estratificação temporal, como citado por Mesquita e André (2017) quanto a ser uma herança transmitida que capta o trabalho de diversas gerações, assim, alicerçando a sociedade naquele ponto, estando sujeita a essa composição e sobreposição de camadas temporais históricas. Dessa maneira, fazendo um paralelo com os bens industriais em que se é possível também essa identificação, já que é repetido continuamente e dessa soma advém o reconhecimento da comunidade com o local, pertencimento, evidenciando assim o sentido simbólico do lugar.

De encontro a essa definição temos a Azevedo (2020) reforçando que a paisagem não é somente visual, mas também advém da cultural local, corroborando para o que Mesquita (2016) afirma quando diz que a paisagem muda conforme quem a observa muda, assim, esses diferentes autores confluem no entendimento de que se faz presente a marca humana, contribuindo ainda para se entender a inserção dos testemunhos industriais por esse viés.

Nesse sentido, segundo Mesquita e André (2017) e Mesquita e Pierrot (2018), é visto que a paisagem é impressa por diferentes grupos, de diferentes classes sociais e se tem uma tensão constante entre, de forma que a paisagem vai reproduzir as normas culturais vigentes, sendo que o que se sobressai é o que o grupo no poder tem por preferência.

Alves e Oosterbeek (2019) acordam com as definições anteriores e trazem mais um ponto importante para a discussão visto que dado o caráter polissêmico da paisagem cultural ela se tornou complexa do ponto de vista teórico e metodológico, apontando que: "Todas as paisagens são submetidas à interpretação humana e à atribuição de valores objetivos e subjetivos que culminam em lugares comuns, aplicações superficiais e avaliações subjetivas" (Alves E Oosterbeek, 2019, p.4).

A partir disso, delineia-se uma perspectiva de estudo que evidencia a necessidade de estabelecer uma base teórica e metodológica não apenas para as diferentes matérias aqui abordadas (geografia; arquitetura e urbanismo; história e antropologia), mas também para outras áreas que versam sobre o tema. Essa fundamentação é essencial para que os trabalhos que envolvam tais aspectos possam se dar de maneira sistematizada, integrando as comunidades envolvidas, buscando rastrear e incorporar os saberes ali cultivados, visto que, são parte fundamental desse sistema, como aponta Andrade Junior (2021). Para que, dessa forma, os conceitos de paisagem cultural e patrimônio industrial sejam trabalhados em conjunto.

Outro ponto trazido por Alves e Oosterbeek (2019) no que tange a paisagem cultural é o apontamento da necessidade de se desvincular a ideia de pictórico, que traz consigo o caráter de natural, a natureza pura, sem interferências, estática, para que consiga assim o devido reconhecimento da paisagem cultural, como algo dinâmico para que se possa atuar de maneira mais eficiente e assim reconhecer que os testemunhos deixados pela industrialização são parte integrante.

Os textos que abordam o patrimônio industrial destacam que, frequentemente, ele ainda é valorizado com base em sua monumentalidade ou por critérios associados às primeiras práticas de preservação patrimonial no Brasil, que priorizavam estruturas representativas de uma identidade nacional. Geribello (2018) observa que "na prática preservacionista ainda predomina o antigo ponto de vista, segundo o qual patrimônio é o bem monumental, representante de uma história oficial" (p. 21). Tem-se um movimento gradativo, mas lento, em direção a interação com os conceitos de patrimônio cultural e paisagem cultural, nesse sentido que Citron (2024) afirma que no Brasil os tombamentos relacionados a bens industriais, apenas poucas unidades são relativas às conformações da paisagem urbana.

Ponto significativo para que se mude tal prática, como aponta Geribello (2018) é ressaltar os valores certos para o tombamento, para que o bem tenha suas características reconhecidas deste ponto de vista, destaque a estratificação temporal e abra espaço para a fixação de novos marcos, visto que, como apontado por Alves e Oosterbeek (2019) a patrimonialização não é um processo em que o bem se tornará intocável, assinalando assim, em convergência com Andrade Junior *et al* (2021), a necessidade de uma gestão patrimonial que aborda interdisciplinarmente políticas públicas de preservação, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável.

Outro ponto importante apontado por Geribello (2018) é que a patrimonialização deve considerar bens em operação, não apenas buscar preservar quando se tem a proximidade da perda irremediável, visto que a proteção enquanto em funcionamento busca reconhecer valores culturais do lugar, sendo possível assim que se consiga apreender características que seriam perdidas caso o bem não estivesse mais em funcionamento, reforçando assim o que é trazido por Gonçalves (2021) quando afirma que os meios materiais, os processos envolvidos no fazer e as atividades e relações sociais formam um complexo conjunto de espaço edificado e práticas culturais que remontam a paisagem cultural plasmada. Levando em conta então o exposto por esses autores essa leitura evitaria uma conceituação simplória dos marcos industriais como anacrônicos na paisagem, como lacunas, tal qual como define Cruz (2021).

Apesar dessa classificação, Cruz (2021) contribui para o panorama ao fazer análises de bens industriais convertidos apontando intervenções que usaram o patrimônio industrial apenas como casca e intervenções que levaram em conta valores pertinentes ao bem e ao local de inserção do mesmo, apontando ainda, a necessidade de se envolver a comunidade local.

Essas diferentes contribuições levantam questões sobre os valores que são apontados quanto ao tombamento de um bem industrial, bem como a percepção da importância da definição cuidadosa de seus usos e, novamente, a importância da inserção da comunidade. Dentre os quesitos valorativos para o patrimônio entra a importância da discussão da caracterização de paisagens culturais, já que a interconexão central dos temas é nesse âmbito e como síntese se tem a tabela 6:

Tabela 6: Interconexões entre Patrimônio Industrial e Paisagem Cultural

Aspectos	Patrimônio Industrial	Paisagem Cultural	Interconexão
Definição	Vestígios materiais e imateriais da industrialização	Resultado da interação entre sociedade e natureza,	Ambos são produtos da ação humana sobre o espaço,

	(edifícios, máquinas, memórias do trabalho).	carregado de significados culturais e históricos.	sendo o patrimônio industrial um componente ativo da paisagem cultural.
Dimensões Valorizadas	- Histórica - Tecnológica - Arquitetônica - Social (relações de trabalho)	- Natural e construída - Simbólica (identidades) - Dinâmica (transformações)	A paisagem cultural incorpora as múltiplas dimensões do patrimônio industrial, indo além da arquitetura para incluir memórias e práticas sociais.
Transformação do Espaço	Altera a paisagem com infraestruturas (fábricas, ferrovias, habitações operárias).	Registra camadas históricas de mudanças (ex.: de área rural a industrial).	O patrimônio industrial é um agente de transformação da paisagem, que, por sua vez, documenta essas mudanças.
Abordagem Reducionista	Foco apenas em edifícios isolados, ignorando contexto e comunidades.	Tratada como "pano de fundo" estático, sem integrar bens industriais.	Ambas as visões fragmentadas limitam a compreensão da relação dinâmica entre eles.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Considerações finais

O que se demonstrou até aqui foi uma breve conceituação do que se entende por patrimônio, a ampliação dos conceitos patrimoniais até a inclusão dos bens patrimoniais industriais, correlacionando com a paisagem cultural, por meio de uma revisão narrativa e posteriormente uma revisão sistemática da literatura.

Percebe-se a dinâmica das diversas matérias (geografia; arquitetura e urbanismo; história e antropologia) aqui apresentadas que estudam os assuntos. Ao retomar a pergunta enunciada na revisão sistemática, após a leitura dos artigos e demais fontes biografias elencadas, entende-se que, conceitualmente, há uma expansão do entendimento das noções e uma tentativa de relacioná-los. No entanto, observa-se que ainda representa uma lacuna no conhecimento a integração sistemática de forma a gerar um campo de atuação conciso para a preservação.

Nota-se ainda que o patrimônio industrial é marginalizado em relação, como aponta autores da literatura consultada, a outros bens patrimoniais materiais imóveis e assim

atravancando as discussões de reconhecimento enquanto paisagens culturais em relação com os bens industriais. Dessa forma se faz necessário um novo olhar para a integração desses conceitos, suscitando assim que os profissionais que versam sobre os temas trabalhem de forma integrada factualmente, não apenas indicando a necessidade da interdisciplinaridade e que se integre às memórias ali postas inserindo as comunidades que dali fazem parte.

Agradecimentos

A primeira autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 18/2024.

Referências

AFONSO, Alcilia. Intervenções Contemporâneas do Patrimônio Industrial em Cidades do Nordeste Brasileiro: Estudos de caso em Campina Grande e Recife. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, 8., 2016, Barcelona-Balneário Camboriú. **Anais eletrônicos** [...]. Barcelona: DOUT, mai./jun. 2016 p. 1-18. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/handle/2117/100520. Acesso em: 08 out. 2021

ALVES, Estela Maris Carneiro; OOSTERBEEK, Luis. Paisagens culturais industriais: uma abordagem sobre gestão integrada e sustentável do patrimônio industrial. **PósFAUUSP**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 1-15, 2019. Disponível em:https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/125056. Acesso em: 06 jun. 2024.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira. Projeto contemporâneo e patrimônio edificado: reflexões sobre a sessão temática. *In:* IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: ANPARQ; PROPAR-UFRGS; UniRitter, 2016, p. 1-21.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira *et al*. Intervenções no patrimônio industrial no Brasil: uma genealogia possível e alguns desafios. *In:* Cristina Meneguello *et al* (org.). **Patrimônio industrial na atualidade:** algumas questões. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p.197-254.

AZEVEDO, Renan Caldas Galhardo. Os caminhos até Nizhny Tagil: a consolidação do patrimônio industrial e o seu estudo pela geografia. **Revista de Geografia**, *[S.l.]*, v.37, n.2, p.405-426, 2020. Disponível em:https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/244779. Acesso em: 09 jun. 2024

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001a.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001b.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *In*: FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL, Belo Horizonte,1., set./dez. 2007. **Anais** [...] Belo Horizonte: IPHAN, 2007, p.9-31.

CITRON, Rafaela Simonato. **Patrimônio industrial, uso e habitação**: Londres, Porto Alegre e Rio de Janeiro. 2024. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052024-162249/publico/TE_RAFAELASIMONATOCITRON_rev.pdf. Acesso em: 30 mai. 2024

CORDEIRO, José Lopes. "Algumas questões para a salvaguarda do Patrimônio Industrial". *In:* 1º Seminário Nacional de História e Energia. 1., 1987. **Anais** [...] São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1987.

CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CRUZ, Douver Dos Santos. Ruínas da indústria e da memória: ensaio entre "abandonados'' e "apagamentos" nó 1 - o silêncio do patrimônio reconhecido. **Brazilian Journal Of Development**, *[S.l.]*, v.7, n.8, p.77694-77706, 2021. Disponível em:

https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33978. Acesso em: 9 jun. 2024.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. O lugar da indústria no patrimônio cultural. **Labor & Engenho.** Campinas, v.5, n.1, p. 107-125, 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/111. Acesso em: 19 jun. 2024

GONÇALVES, Naudiney De Castro. Cultura material canavieira do Cariri cearense - anos 1930-1970. **Domínios da Imagem**, *[S.l.]*, v.15, n.28, p. 141-156, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/41785. Acesso em: 06 jun. 2024.

GERIBELLO, Denise Fernandes. Usina de Itatinga: a patrimonialização de uma hidrelétrica em operação. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.26, p.1-26, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/kSFXnSBhYYVSZty8PQVBHcP/?lang=pt#. Acesso em: 06 jun. 2024.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology. A New Introduction.** 3. ed. Londres: Baker, 1976.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio. Revista Eletrônica do IPHAN**, São Paulo, n. 4, p. 7, mar./abr. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **PósFAUUSP**, n. 21, p. 197-211, jun. 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/posfau/article/view/43516. Acesso em: 07 out. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq.urb **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 3, p. 23-30, 2010. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001834323. Acesso em: 07 out. 2021

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos.** 1. ed. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In.* I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1., 2011, Florianópolis. **Anais** [..] Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011, p. 1819-1834.

MESQUITA, Zandor Gomes. O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural e a paisagem cultural conformando o patrimônio industrial: uma relação conceitual. **Espaço e cultura.** *[S.I]*, n. 40, p.27-48, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/418. Acesso em: 06 jun. 2024.

MESQUITA, Zandor Gomes; ANDRÉ, Philipe Braga. O patrimônio industrial e a paisagem cultural de Campos dos Goytacazes: anacronismo ou rugosidade? **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.11, n. 27, p. 79-92, set./dez. 2017. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4270. Acesso em: 06 jun. 2024.

MESQUITA, Zandor Gomes; PIEROTTE, Otávio. O patrimônio industrial como elemento da paisagem cultural e a paisagem cultural conformando o patrimônio industrial: uma relação conceitual. **GEOSUL**, Florianópolis, v.33, n.69, p.66-87, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n69p66. Acesso em: 06 jun. 2024.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social:** práticas discursivas e seletivas de preservação

cultural 1975 a 1990. 2000. Dissertação (Mestrado em memória social e documento) - Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

RAISTRICK, Arthur. **Industrial Archaeology. An Historical Survey.** Frogmore (GB): Paladin, 1973.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

SCHIAVON, Taís. A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira como campo de análise para a consolidação do Patrimônio Industrial. A construção de rotas culturais em meio à expansão ferroviária no início do século XX. **arq.urb**, *[S. l.]*, n. 16, p. 38-59, 2016. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/190. Acesso em: 30 mai. 2024.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial.** Nizhny Tagil, 2003. Disponível em: CARTA PATRIMÓNIO INDUSTRIAL (ticcih.org). Acesso em: 29 nov. 2021

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of The World Heritage Convention.** Paris: Unesco, 2008. Disponível em: whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

Recebido em 01/12/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Desafios para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: A polêmica das lojas Havan

Gustavo Andre Glienke Feyh

Jaisson Teixeira Lino

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FEYH, Gustavo Andre Glienke. Desafios para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: A polêmica das lojas Havan. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 182-202, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Desafios para a preservação do patrimônio cultural em Blumenau, Santa Catarina: A polêmica das lojas Havan

Gustavo Andre Glienke Feyh [1]
Jaisson Teixeira Lino[2]

Resumo
O artigo discute os desafios na preservação do patrimônio cultural em Blumenau, SC, focando na controvérsia envolvendo as Lojas Havan e seu proprietário, Luciano Hang. Hang, alinhado politicamente com Jair Bolsonaro, expandiu suas lojas enfrentando menos burocracia. Em Blumenau, a construção de uma nova loja próxima a bens históricos, como a Igreja Luterana do Espírito Santo e o Museu da Família Colonial, encontrou resistência do IPHAN e entidades municipais. Documentos técnicos e decisões judiciais mostraram esforços para minimizar o impacto cultural. Em 2022, a Justiça Federal suspendeu as obras para preservar a ambiência da igreja. O caso ilustra a constante tensão entre modernização urbanística e preservação cultural no Brasil, exacerbada por políticas de desregulamentação e interesses econômicos, destacando a necessidade de valorização democrática das diversas manifestações culturais.
Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Impactos ao Patrimônio; Preservação Patrimonial.

Resumen
El artículo analiza los desafíos en la preservación del patrimonio cultural en Blumenau, SC, centrándose en la controversia que involucra a Lojas Havan y su propietario, Luciano Hang. Hang, políticamente alineado con Jair Bolsonaro, amplió sus tiendas enfrentando menos burocracia. En Blumenau, la construcción de una nueva tienda cerca de bienes históricos, como la Iglesia Luterana de Espírito Santo y el Museo de la Familia Colonial, encontró resistencia por parte del IPHAN y de entidades municipales. Los documentos técnicos y las decisiones judiciales mostraron esfuerzos para minimizar el impacto cultural. En 2022, el Tribunal Federal suspendió las obras para preservar el ambiente de la iglesia. El caso ilustra la tensión constante entre la modernización urbana y la preservación cultural en Brasil, exacerbada por las políticas de desregulación y los intereses económicos, destacando la necesidad de una apreciación democrática de las diversas manifestaciones culturales.

[1] Mestrando em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: gustavofeyh4@gmail.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9218-135X.
[2] Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Pós-doutor em Arqueologia - Universidade de Amsterdã. Bolsista Produtividade (Pq) do CNPq (Processo n. 310650/2022-4). Email: lino@uffs.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5582-526X.

Palabras clave: Patrimonio Cultural; Impactos sobre el Patrimonio; Preservación del Patrimonio.

Abstract
The article discusses the challenges of preserving cultural heritage in Blumenau, SC, focusing on the controversy involving Lojas Havan and its owner, Luciano Hang. Hang, politically aligned with Jair Bolsonaro, expanded his stores facing less bureaucracy. In Blumenau, the construction of a new store near historical landmarks like the Lutheran Church of the Holy Spirit and the Colonial Family Museum faced resistance from IPHAN and municipal entities. Technical documents and court decisions demonstrated efforts to minimize cultural impact. In 2022, the Federal Court suspended the works to preserve the church's ambiance. The case illustrates the ongoing tension between urban modernization and cultural preservation in Brazil, exacerbated by deregulation policies and economic interests, highlighting the need for democratic appreciation of diverse cultural manifestations.
Keywords: Cultural Heritage; Heritage Damages; Heritage Preservation.

Introdução

Ao mesmo tempo em que vivemos a era das "manias de patrimônio", para utilizar uma acepção de Françoise Choay (2001), temos o paradoxo do avanço da modernidade sob estruturas materiais que testemunham aspectos socioculturais de outras épocas, e que, em muitos casos, ocupam espaços hoje desejados para construções arquitetônicas modernas que significam, para o senso comum, ao mesmo tempo, uma noção de "novo" e uma sensação de "evolução da humanidade". Nesse sentido, os interesses do avanço do capital se contrapõem aos patrimônios, tidos geralmente como retrógrados, antifuncionais e "sujos", no que tange aos olhares sobre as cidades. Patrimônios tão criticados na contemporaneidade por representarem quase que exclusivamente a sua ligação com as elites políticas (palácios, castelos), eclesiásticas (templos) e militares (fortificações) têm sido objeto de destruição no Brasil, ainda que este valor agregado de representação cultural esteja relacionado ao poder político e econômico (Choay, 2001; Lowenthal, 1998).

O presente artigo trata deste tema. Mesmo podendo considerar os patrimônios aqui tratados dentro de uma perspectiva conservadora (não são casos de sítios arqueológicos indígenas), tentamos analisar como o patrimônio cultural material, de modo geral, vem sendo impactado por obras que pretendem ser muito mais importantes para o "progresso" de um lugar, neste caso, Blumenau, Santa Catarina. A partir de um estudo de caso, procuramos analisar como conflitos de interesses vêm causando embates entre as esferas privadas do mercado imobiliário,

e os entes públicos que têm como função a proteção e gestão dos bens culturais do Brasil. Ademais, mostramos como a orientação política de governanças institucionais influenciam nas tomadas de decisões sobre o que é mais importante: impactar ou não o patrimônio cultural (Brandi, 1977; Smith, 2006).

Os patrimônios mundo afora têm sido objeto de destruição ou impactos por diferentes fatores. Mais recentemente, por exemplo, temos visto como as mudanças climáticas estão causando danos, seja pelo degelo, por enchentes, secas, aumento da temperatura e assim por diante. Os conflitos bélicos também podem ser apontados como grandes responsáveis por alterações em patrimônios em vastas paisagens. No que concerne a este artigo, tão antigo quanto as políticas de patrimonialização, é a destruição de estruturas arquitetônicas em meio urbano, com planos diretores avançando sobre áreas de ocupação de valor histórico e cultural. Sem pretendermos qualificar e quantificar o que é destruição e o que é impacto ao patrimônio cultural, tratamos aqui ambos de modo semelhante, sendo seus efeitos negativos para a manutenção de sítios históricos, nesse caso, de caráter urbano (Harrison, 2010).

As lojas Havan e a ascensão política de Luciano Hang

Em 1986, surgiu, em uma cidade do interior de Santa Catarina, no sul do Brasil, uma loja de tecidos com aproximadamente 50m², que posteriormente se tornaria a maior rede de lojas de departamento do Brasil. A rápida ascensão da rede, que em apenas 35 anos conseguiu inaugurar mais de 100 megalojas espalhadas pelo território nacional, seria o exemplo perfeito de meritocracia. No entanto, ao serem analisados dados públicos do BNDES, percebe-se que a loja em questão possui mais de 50 empréstimos públicos que, segundo Ilha (2018), foram realizados na modalidade Finame, destinada à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para financiar produção industrial. Isso faz com que a modalidade dos empréstimos, segundo as regras do banco, não se aplique a empresas de varejo.

Com o rápido crescimento econômico da empresa nas duas primeiras décadas do século XXI, seu proprietário, Luciano Hang, entrou para a revista Forbes (2020) como uma das 10 pessoas mais ricas do Brasil, avançando 26 posições em relação ao ano anterior. Com todo esse sucesso financeiro, Hang deixou o anonimato em 2016, durante as comemorações do 30º aniversário da empresa. Na ocasião, surgiram muitas dúvidas sobre quem era o proprietário da rede de lojas. Em um vídeo postado no canal oficial e verificado da Havan no YouTube, Hang afirmou que “a Havan é minha, é sua, é da família, é do Brasil”.

Ao analisar os termos utilizados por Luciano Hang para afirmar a propriedade, percebe-se uma clara referência aos valores conservadores que ganharam espaço na sociedade brasileira após o golpe[3] de 2016. Desde o vídeo em que Hang se declara dono da rede de lojas, ele tem se mostrado bastante ativo nas redes sociais, defendendo a implementação de ideias liberais norte-americanas nas políticas públicas nacionais, enquanto critica a intervenção do Estado na economia, especialmente os governos petistas (2002-2016), curiosamente o período de maior ascensão de sua empresa.

Devido a suas posições liberais e de direita, Hang se aproximou do candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), que acabou se tornando Presidente da República em 2018, em um processo eleitoral marcado por controvérsias devido à disseminação de notícias falsas pelo WhatsApp. Neste ano, o empresário foi acusado de comprar "pacotes de mensagens" para espalhar informações falsas pelo aplicativo de mensagens, além de ser proibido pelo TSE de coagir seus funcionários a votarem no candidato do PSL, ameaçando-os com demissão e fechamento de lojas caso o candidato petista, Fernando Haddad, vencesse as eleições.

Com a vitória do candidato do PSL, Luciano Hang adquiriu um aliado político forte no governo federal, o que, complementar à visibilidade que obteve durante a campanha eleitoral, tornou-se uma grande ferramenta para o crescimento acelerado de sua empresa, que sempre enfrentou diversos problemas, especialmente em relação às burocracias necessárias para a realização de grandes obras, como licenciamento ambiental, que é o objeto de estudo deste artigo.

Com uma visão interdisciplinar entre a área de estudos da História e sobre patrimônio cultural, o presente trabalho pretende analisar os processos administrativos de licenciamento ambiental (procedimento obrigatório para construir um empreendimento das dimensões deste proposto por Hang) abertos junto ao IPHAN, órgão federal responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional, pela rede de lojas Havan na cidade de Blumenau/SC.

O presente trabalho consiste na análise dos processos de licenciamento ambiental desenvolvidos para a liberação do alvará de funcionamento da loja em questão. Esses processos estão disponíveis na plataforma "SEI! Pesquisa Pública" do IPHAN[4] sob o processo número 01510.000056/2020-29. Nesse processo, encontram-se todos os e-mails, ofícios, despachos e pareceres utilizados para este estudo. Além dos referidos processos, também foram realizadas

[3] A utilização do termo "golpe" em vez de "impeachment" baseia-se na definição de Martuscelli (2020).
[4] Disponivel em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Blumenau. Acesso: dez. 2021

diversas pesquisas em materiais jornalísticos sobre os personagens citados e sobre a temática de destruição e conservação patrimonial no Brasil.

Impactos ao patrimônio cultural: o caso das lojas Havan em Blumenau, Santa Catarina

A cidade de Blumenau está localizada na microrregião homônima e na mesorregião do Vale do Itajaí, no nordeste do estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil. Fundada em 1850 por imigrantes alemães, o município conta com 361.000 habitantes,[5] sendo a terceira maior cidade do estado. Assim como a maioria das cidades catarinenses, a história de Blumenau é marcada pela colonização europeia no Brasil, depois do denso povoamento indígena desde a época pré-colonial, principalmente da etnia Xokleng-Laklanõ (ver Santos, 1973). Sobre os conflitos entre colonos e indígenas, Peres e Nötzold afirmam que:

> Nos enfrentamentos, os imigrantes, em vantagem, utilizavam armas de fogo e ferro, além de disseminar entre a população a imagem de um indígena selvagem e incivilizado. Nos discursos, utilizava-se o poder da palavra para ensinar a população a temê-los [...], pregava-se uma imagem do indígena que era necessária e apropriada naquele momento (2005, p. 11).

Atualmente, a cidade de Blumenau conta com cinco empreendimentos da rede de lojas Havan. No entanto, em 2019, iniciou-se o processo de construção de mais uma filial na cidade. Depois do desenvolvimento prévio do projeto de construção do empreendimento, composto de um imóvel comercial com estacionamento térreo, dois andares de construção e um monumento de 50 metros de altura, o escritório de engenharia responsável pelo projeto (Gunter Engenharia), solicitou ao IPHAN/SC que realizasse uma consulta, devido à proximidade do terreno com bens culturais tombados, como o Museu da Família Colonial e a Igreja Luterana do Espírito Santo. Segundo Dantas (2015), o patrimônio cultural protegido é uma construção social, baseada na seletividade de importância de determinados bens para a sociedade. Nesse sentido, Funari e Pelegrini (2006) fazem uso da queixa apresentada pelo jurista Joaquim Falcão na cerimônia do quinto centenário da chegada de Cabral ao Brasil para afirmar que "o patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casas grandes", reforçando a ideia apresentada por Dantas de que esses tombamentos se baseiam em uma seletividade que abrange, na maioria das vezes, apenas uma elite intelectual e social.

[5] Processo n 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: dez. 2021.

O terreno escolhido para a construção do empreendimento de Hang está localizado em um ponto estratégico, no cruzamento da rua Alwin Schrader e a rua Oscar Jenichen, um desvio de aproximadamente 100 metros da Alameda Duque de Caxias, onde está localizado o acesso ao prédio da igreja em questão. A solicitação do escritório de engenharia, citada acima, foi respondida com a publicação de uma Nota de Informação Básica,[6] onde a secretaria do IPHAN/SC destaca que a Igreja Luterana do Espírito Santo é tombada pelo decreto estadual n. 5.913, de 21/11/2002 e pelo próprio órgão, em 2015.

A existência do tombamento oficial pelos órgãos citados acima torna os bens abordados na presente análise também de responsabilidade federal, pois, no inciso primeiro do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, está descrito que "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação". Sobre o artigo 216 da Constituição Federal Brasileira, Alexandre e Preve (2013, p. 54) afirmam que:

> A Constituição Federal preocupou-se com as diferentes formas de bens culturais, sendo eles materiais ou imateriais. Para isso, o legislador positivou-as no ordenamento jurídico pátrio, respeitando assim o paradigma do multiculturalismo, presente na população, inclusive nas minorias étnicas, tais como os indígenas e quilombolas (p. 54).

A Igreja Luterana do Espírito Santo está localizada no alto de uma colina, nos fundos do terreno desejado para a construção do empreendimento, e, por isso, não pode ter sua ambiência alterada. Sobre a ambiência dos bens tombados, o IPHAN (2010, p. 14-15) afirma que "com a finalidade de se conferir visibilidade ao bem tombado [...], deve ser aferida em seu sentido mais amplo de ambiência, garantindo a harmonia do bem tombado com os imóveis vizinhos", o que, segundo a própria Nota de Informação Básica em questão, não é o caso do empreendimento desejado por Hang. Afinal, a construção de um prédio de dois andares não irá interferir na ambiência da igreja, desde que seja mantida a vegetação existente no lote, sendo esta, inclusive, preservada pela legislação ambiental, por tratar-se de vegetação que acompanha o leito do Ribeirão Fresco, e a construção de uma pequena faixa de cortina vegetal no início da rua Oscar Jenichen para minimizar o eventual impacto na construção do empreendimento. Quanto à construção do monumento de 50 metros, o IPHAN considerou que seria inapropriado

[6] Informação Básica n. 484/2019, Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

para o local em questão, tendo em vista que essa altura seria o equivalente a um prédio de 17 andares, muito maior que os demais prédios localizados na região, o que certamente influenciaria na ambiência da igreja em questão.

Nesse sentido, de acordo com Jean Paul Thibaud (2004, *apud* Viegas e Teixeira, 2017), esses espaços de ambiência são compostos por "conteúdos físicos, sociais, culturais, de uso, temporalidade, entre outros que operam de modo inconsciente na medida em que se constroem nas relações cotidianas", o que faz com que a ambiência do bem tombado também seja historicizada, dando contexto histórico, geográfico e social ao tombamento. Desta forma, é possível compreender que o ambiente em que o tombamento está inserido cria uma atmosfera de comportamentos, sentimentos e memórias nas pessoas que moram ou circulam pela ambiência de determinado bem tombado.

Com relação ao prédio do Museu da Família Colonial, o documento afirma que as interferências da obra seriam quase inexistentes, pois ela não se enquadraria na ambiência do espaço museológico. Na Imagem 1 pode-se notar a proposta do IPHAN para a redução dos danos à ambiência da igreja e a localização dela acima da colina, nos fundos do terreno desejado para a obra, assim como a localização do museu em relação ao terreno do empreendimento em questão.

Imagem 1: Vista superior do terreno onde o projeto seria desenvolvido com destaque na localização do Museu da Família Colonial e na Igreja Luterana do Espírito Santo.

Fonte: Informação Básica n. 484/2019, IPHAN/SC Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.*

Posteriormente ao envio da Informação Básica n. 484/2019 ao proponente da obra, o IPHAN recebeu como retorno uma solicitação de consulta prévia, onde a equipe de engenharia responsável pelo projeto enviou uma contraproposta à sugestão do IPHAN. Nessa contraproposta, o requerente afirma que a mata presente no terreno está em processo inicial de regeneração e, devido a isso, irá respeitar apenas a margem de mata exigida pela legislação ambiental de área de preservação permanente (APP), que na área em questão é de 15 metros do leito do Ribeirão Fresco, e apenas na área onde o terreno tem contato com ele. Sobre licenciamento ambiental, Camargo afirma que:

> No Brasil, a competência para concessão de licenciamento ambiental no âmbito urbano, cujo impacto se circunscreva ao município, será do ente municipal, sem afastar a possibilidade da intervenção dos entes da União ou Estados em casos que possam revelar a necessidade de sua participação em razão dos impactos ou reflexos do empreendimento (Camargo, 2019, p. 82).

Como justificativa à contraproposta em questão, a equipe de engenharia afirma que o requerente necessita de boa parte da área proposta pelo IPHAN para a criação de estacionamento e pátio de manobras de carga e descarga. Em resposta, o IPHAN realizou um despacho[7] que continha um parecer técnico.[8] Nesse parecer, foi solicitado que a área de vegetação seja de, no mínimo, 15 metros de largura na margem do terreno oposta à rua Oscar Jenichen, além de manter a pequena faixa proposta anteriormente na margem da rua Oscar Jenichen.

O proponente da obra também afirmou que consta um alvará de construção de 2010 para um complexo residencial e comercial no terreno escolhido para o projeto, o que, segundo ele, causaria um impacto visual maior do que o novo empreendimento pretendido. No entanto, o IPHAN respondeu que não existe nenhuma aprovação anterior para construção no terreno em questão.

Quanto ao monumento, o proponente solicitou uma revisão da decisão, afirmando que ele seria instalado no ponto mais distante do prédio da igreja e, portanto, não interferiria na

[7] Despacho n. 72/2020 Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

[8] Parecer Técnico n. 12/2020 Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

ambiência do bem tombado. Em resposta, o IPHAN afirmou que a estátua não poderá exceder 15 metros de altura, que é a altura média dos demais prédios nos arredores. Com essas ressalvas, a contraproposta do proponente foi desaprovada e foi solicitada a reapresentação do projeto em conformidade com as orientações contidas no parecer técnico. Em resposta ao despacho mencionado, o requerente enviou um e-mail afirmando a desistência da colocação do monumento e solicitando o uso integral da área, respeitando apenas a Área de Preservação Permanente (APP) do leito do ribeirão, sem manter a faixa de vegetação solicitada para a rua Oscar Jenichen, pois, segundo o proponente, exatamente nesse ponto que será feita a entrada para o estabelecimento. Segundo BRASIL (1965), as áreas de preservação permanentes são protegidas nos termos da lei, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Como argumento para a utilização do terreno na extremidade oposta à rua Oscar Jenichen, a equipe de engenharia afirma que o terreno ao lado possui um prédio com altura superior à da mata e da obra desejada. No entanto, o prédio residencial em questão não é facilmente visível quando se analisa o cone visual da parte baixa da alameda Duque de Caxias.

Ao final da solicitação, o proponente aparenta utilizar ironia ao agradecer a "agilidade das respostas do IPHAN". É importante destacar que o uso de ironia nesse caso pode desconsiderar a complexidade dos documentos técnicos criados pelo instituto. O requerente solicita que a resposta à solicitação seja encaminhada até o dia 9/3 do corrente ano, quando será realizada uma reunião com o conselho municipal de patrimônio, quando, segundo a equipe de engenharia, a resposta do órgão será necessária.

Em resposta, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lança um novo despacho[9] que reafirma os tópicos defendidos no documento anterior, destacando que a cortina verde solicitada não se trata de razões ambientais da legislação municipal, mas sim de questões paisagísticas relacionadas ao bem tombado e amparado pela legislação federal. Em relação à entrada do estabelecimento e à cortina verde solicitada para a rua Oscar Jenichen, o IPHAN afirma que a cortina verde é necessária para preservar o cone de visão da igreja, a partir da parte baixa da Alameda Duque de Caxias, e que a entrada do estabelecimento pode ser construída logo após o fim da cortina verde. Segundo o despacho, essa solução não apenas

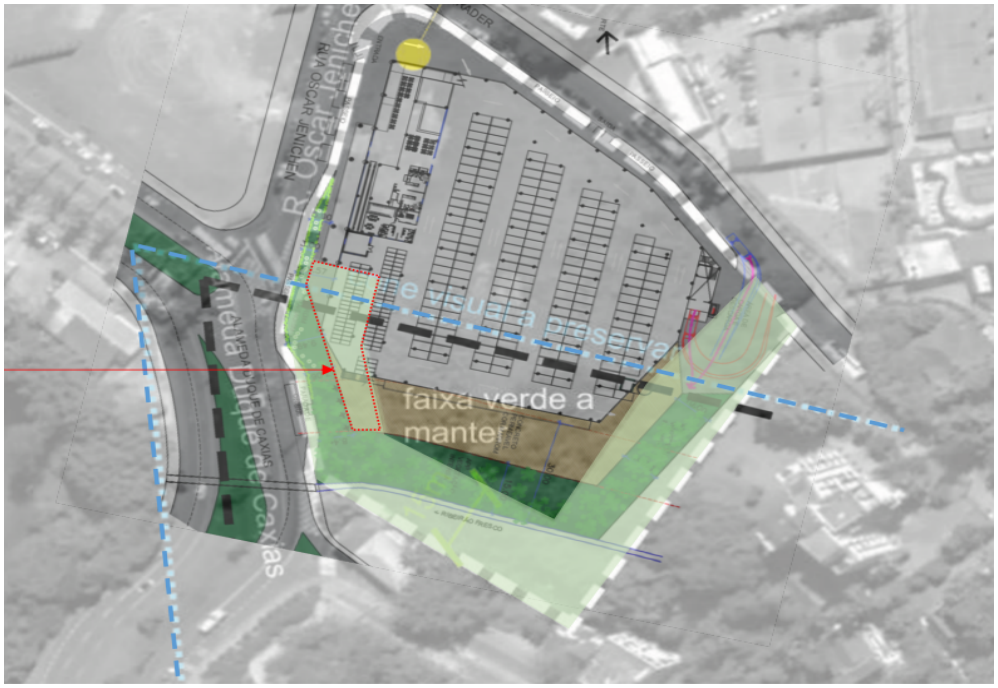
[9] Despacho n. 238/2020, Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

preservará a ambiência do bem tombado como também reduzirá o trânsito no acesso ao estabelecimento, desviando o fluxo de clientes para uma rua secundária.

O segundo despacho foi enviado no dia 13/3/2020 e reenviado no dia 19/5/2020, sem resposta do proponente. Posteriormente, no dia 13/10/2020, o IPHAN recebeu um novo e-mail solicitando uma abertura de consulta prévia para a instalação do empreendimento das lojas Havan no mesmo endereço do projeto anterior. Esse novo contato foi realizado por um escritório de arquitetura diferente daquele anterior que estava sendo realizado por um escritório de engenharia (Ornato Engenharia), sugerindo a troca de responsável pelo projeto. No entanto, por se tratar da construção do mesmo empreendimento no mesmo endereço, o processo foi alocado junto ao anterior.

Nesse novo contato, o responsável pelo projeto afirmou ter feito alterações e adequações ao padrão solicitado no despacho n. 238/2020. No entanto, a cortina verde da rua Oscar Jenichen solicitada no despacho citado acima foi substituída por um jardim baixo no projeto, o que não atende ao objetivo inicial do IPHAN. Afinal, a cortina verde foi solicitada justamente para preservar o cone visual da igreja a partir da parte baixa da Alameda Duque de Caxias, objetivo que não será alcançado com um jardim baixo. A largura do espaço solicitado para a cortina verde também foi reduzida no novo projeto apresentado. A diferença entre o proposto no despacho e o que foi apresentado no projeto pode ser facilmente percebida na imagem 2.

Imagem 2: Sugestão enviada no despacho 238/2020 sobreposta pela imagem do projeto enviado pelo escritório de arquitetura. Destaque em vermelho pontilhado para a área de cortina verde faltante.



Fonte: Despacho n. 209/2021 IPHAN/SC, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

Resposta do IPHAN ao novo projeto e desdobramentos finais do caso

Em resposta ao novo projeto, o IPHAN emite um novo despacho[10] acompanhado de um novo parecer técnico.[11] Nesse parecer, o órgão solicita a ampliação da cortina verde na rua Oscar Jenichen, reforçando a importância para a preservação do cone visual da Igreja Luterana do Espírito Santo, conforme ilustrado na imagem 3.

Imagem 3: Modelo 3D da visão da loja segundo o projeto com a sugestão de vegetação proposta pelo IPHAN

[10]Despacho Nº 209/2021 Processo Nº: 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.
[11]Parecer Técnico N.º 7 /2021/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC Processo Nº: 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

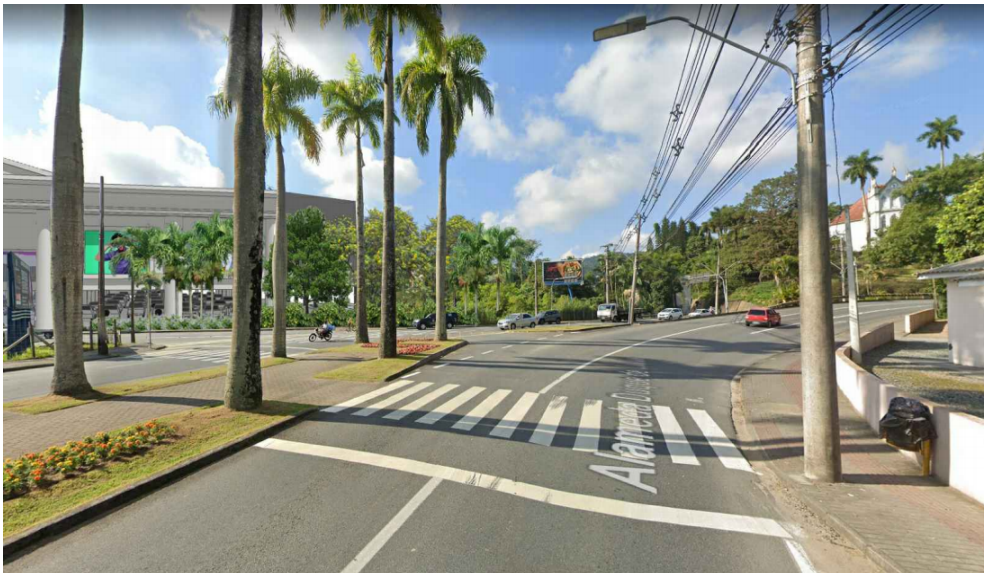
Fonte: Despacho n. 209/2021 IPHAN/SC Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

Devido ao não cumprimento das solicitações anteriores no Despacho n. 238/2020, o projeto de intervenção na paisagem da igreja foi indeferido e encaminhado novamente para readequação.

Posteriormente, durante uma reunião realizada no dia 22/2/2021 com os responsáveis pelo projeto da loja Havan, representantes da Igreja Luterana e arquitetos do IPHAN, a equipe de arquitetura informou que a prefeitura municipal de Blumenau identificou uma rede de drenagem fluvial na rua Oscar Jenichen, exigindo um recuo de 10 metros, o que impediria o plantio de árvores de grande porte.

Para atender às determinações do IPHAN e não comprometer a rede de drenagem, a equipe de arquitetos propôs um novo plano de cortina verde, utilizando árvores e arbustos de menor porte que não afetariam a drenagem fluvial, e alterou a cor da lateral da loja de branco para cinza fechado para reduzir o impacto visual, conforme ilustrado na imagem 4.

Imagem 4: Modelo 3D do projeto da loja com a igreja na parte direita. O cone visual da igreja está preservado em sua grande maioria.

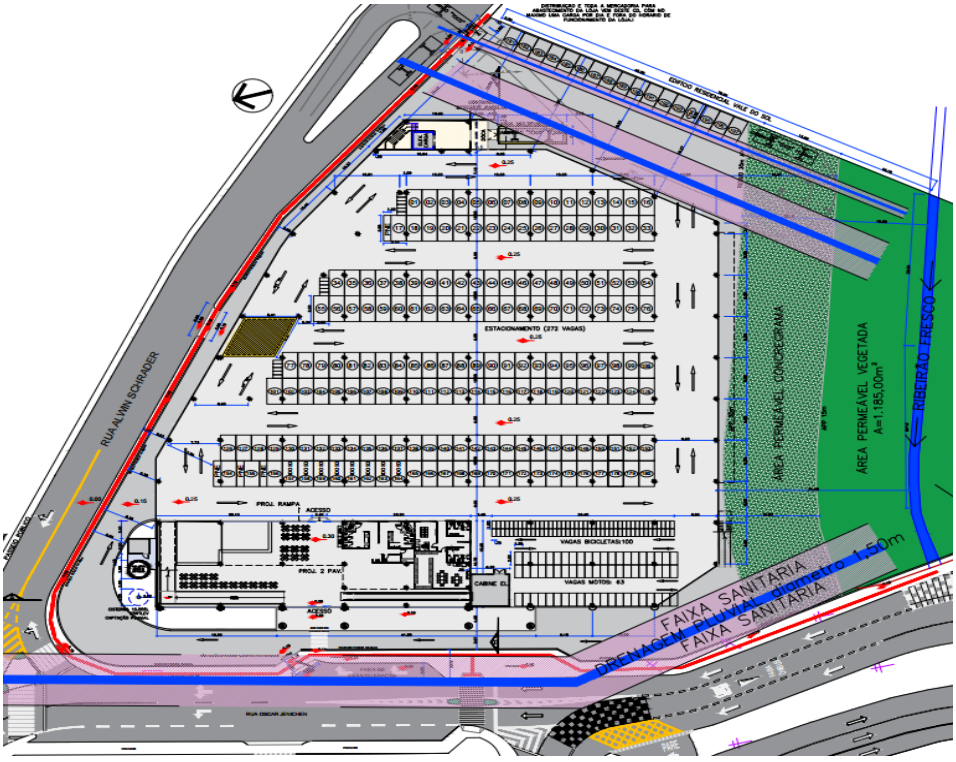


Fonte: Documento – 2579272, Ornato Arquitetura Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 22 jul. 2024.

O IPHAN emitiu um novo despacho,[12] acompanhado de mais um parecer técnico,[13] estipulando critérios para o novo projeto. Entre as determinações estavam a conservação da vegetação existente na área de preservação permanente e o plantio de espécies nativas variadas, além do uso de cores escuras e a eliminação de letreiros na lateral do prédio. O parecer técnico também confirmou que o número de pavimentos proposto não causaria grandes perturbações ao entorno. No entanto, a construção de um monumento de 50 metros continuou sendo considerada inapropriada.

Imagem 5: Planta baixa, vista superior.

[12] Despacho n. 36/2021 ETIP-SC/IPHAN-SC, Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.
[13] Parecer Técnico n. 18 /2021/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC, Processo n. 01510.000056/2020-29, disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.



Fonte: Documento – 2579272, Ornato Arquitetura Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 22 jul. 2024.

Após uma análise minuciosa, todas as solicitações do IPHAN e da Prefeitura Municipal foram atendidas e, no dia 22/4/2021, foi emitida uma manifestação sobre o Parecer Técnico n. 18, autorizando a execução da obra dentro dos parâmetros aprovados.

Embora o IPHAN tenha liberado a obra do empreendimento, a rede de lojas Havan ainda precisava do posicionamento dos órgãos municipais, incluindo o Conselho Municipal do Patrimônio Edificado (COPE). Este conselho poderia solicitar alterações no projeto ou até impedir a construção, caso considerasse prejudicial ao patrimônio cultural do centro histórico de Blumenau. O Conselho Cultural da cidade também se manifestou contra a construção no centro histórico, argumentando que a arquitetura proposta não combinava com os edifícios históricos do entorno.

No dia 26/5/2021, após reunião e análise do caso, o COPE decidiu retirar de pauta a construção do empreendimento, pois todos os conselheiros concordaram que a arquitetura proposta não harmonizava com o entorno histórico da área. Essa decisão marca um ponto crucial no processo, destacando a importância de conciliar novos empreendimentos com a

preservação do patrimônio histórico e cultural. Segundo Cristóvão Vieira, em matéria veiculada no jornal *O Município Blumenau* do dia 26/5/2021:[14]

> A questão foi amplamente discutida pelos conselheiros, incluindo representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), subseção de Blumenau, secretarias do governo municipal, Associação Empresarial de Blumenau (Acib), Furb e outras entidades. A principal preocupação era de que o visual arquitetônico proposto não combinaria com o ambiente do centro histórico (2021 n. p.).

Na reunião ocorrida em 28/7/2021, relatada por Alice Kienen no mesmo periódico,[15] o projeto foi novamente colocado em pauta no COPE e aprovado por 12 dos 15 membros, sem alterações. Essa mudança repentina causou indignação entre alguns integrantes do conselho, levando ao Instituto Histórico de Blumenau (IHB) e ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) a renunciarem suas cadeiras e planejarem entrar com uma representação no Ministério Público de Santa Catarina, acusando o poder público de "empurrar" a proposta para nova votação.

De acordo com o jornalista Francisco Fresard, em entrevista ao blog de Angelina Wittmann, a decisão foi uma grande perda para a cidade, ao permitir que "12 pessoas decidissem colocar uma 'Casa Branca' na Rua das Palmeiras, em frente à histórica Igreja Luterana do Espírito Santo".[16] Evandro de Assis,[17] do jornal NSC, afiliada da Rede Globo, afirmou que:

> Nem Blumenau nem a Havan têm a ganhar com a intervenção projetada pela rede de lojas para o Centro Histórico. A proposta é um equívoco do ponto de vista da conservação da memória dos imigrantes alemães e também do desenvolvimento econômico. Indicativos disso restaram evidentes nos métodos adotados para aprová-la no Conselho do Patrimônio Cultural Edificado (Assis, 2021, n. p.).

Apesar da aprovação pelo IPHAN e pelo COPE, as obras não começaram. Em 23/8/2022, a Justiça Federal, a pedido do Ministério Público, suspendeu todas as autorizações, visando a preservar a ambiência da Igreja Luterana do Espírito Santo. A Havan tentou contestar

[14] O Município Blumenau. Conselho municipal rejeita projeto da Havan no centro histórico de Blumenau. O Município Blumenau, Blumenau, 26 mai. 2021. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/conselho-municipal-rejeita-projeto-da-havan-no-centro-historico-de-blumenau/. Acesso em: 22 jul. 2024.
[15] O Município Blumenau. Em reviravolta, prédio da Havan no centro histórico de Blumenau é aprovado. O Município Blumenau, Blumenau, 28 jul. 2021. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/em-reviravolta-predio-da-havan-no-centro-historico-de-blumenau-e-aprovado/. Acesso em: 22 jul. 2024.
[16] WITTMANN, Angelina. Havan Casa Branca no centro histórico. Blog Angelina Wittmann, 2021. Disponível em: https://angelinawittmann.blogspot.com/2021/05/havan-casa-branca-no-centro-historico.html#:~:text=Resultado%3A%2012%20pessoas%20decidiram%20que,iniciado%20no%20mês%20que%20passou. Acesso em: 22 jul. 2024.
[17] ASSIS, Evandro de. Nem Blumenau e nem a Havan têm a ganhar com a intervenção no Centro Histórico. **NSC**, Blumenau, n. p., 29 jul. 2021. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/colunistas/evandro-de-assis/nem-blumenau-e-nem-a-havan-tem-a-ganhar-com-intervencao-no-centro. Acesso em: 16 jan. 2023.

essa decisão no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que manteve a proibição em 30/9/2022. O tribunal afirmou que:

> [...] o Ministério Público Federal demonstra os indícios de diversas irregularidades que importaram nas autorizações concedidas pelo poder público que podem implicar em nulidade dos respectivos atos administrativos [...] a permanência das autorizações ora impugnadas, enquanto tramita a demanda, poderia implicar prejuízo não só ao patrimônio tombado e ao seu entorno, mas à própria empresa, considerando-se eventual sentença de procedência que obstasse a existência do imóvel comercial no Centro Histórico de Blumenau de significativo porte, tal qual o projeto apresentado, sem as necessárias adequações que porventura viessem a ser reconhecidas judicialmente" (TRF4, 2022, n. p.).

A Havan respondeu se dizendo surpresa com a decisão do TRF4, argumentando que houve uma "desconsideração de todos os pareceres dos órgãos especializados sobre o tema", enquanto apontava a existência de outros empreendimentos que também destoavam da ambiência do bem tombado. Luciano Hang, proprietário da rede, questionou: "Em que país estamos vivendo, onde o Poder Judicial decide quantas lojas eu devo ter em um município? Isso não passa de ativismo ideológico e judicial". Hang, um influente empresário da extrema direita brasileira pós-golpe de 2016, tem ampla visibilidade política. Oliveira (2020, p. 1) afirma que:

> "A campanha publicitária da Havan tem um conceito fortemente associado aos movimentos populares de direita que emergiram no Brasil recente e embasaram a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, como o primeiro presidente militar de cariz conservador na história da Nova República. Essa associação não é implícita nem sutil, mas sim explícita e enfática, e inclui a propagação de vídeos em que o proprietário e garoto propaganda da Havan, Luciano Hang, aparece junto ao presidente, ou define a si mesmo como um empresário ativista" (Oliveira, 2020, p. 1).

Assim, a imagem de Hang e a da Havan se entrelaçam com o bolsonarismo e sua influência nas decisões governamentais é perceptível na política brasileira pós-eleição de 2018.

Apontamentos finais

Apresentamos aqui um estudo de caso dos conflitos estabelecidos pela dicotomia preservação/destruição do patrimônio cultural no Brasil, com particular atenção em projetos corporativos com pretensão de serem mais importantes para os aspectos econômicos da cidade, do que a manutenção das caraterísticas dos patrimônios, incluindo as distâncias pertinentes para sua preservação e a ambiência necessária para tal. Houve uma "luta" insistente por parte da Havan para instalar uma de suas lojas em Blumenau, em local já confirmado pelo IPHAN em

mais de uma oportunidade, que afetaria direta e indiretamente o patrimônio cultural. Aproveitando-se da mudança de governo, com a ascensão de um aliado político à presidência da República, Luciano Hang vê a oportunidade de "passar a boiada"[18] de seus projetos de instalação de novos empreendimentos, não apenas em Blumenau, mas em outros pontos do País, desrespeitando legislações ambientais e patrimoniais. Embora com alguns retrocessos momentâneos, o IPHAN conseguiu evitar que seus pareceres fossem desconsiderados e que o empreendimento fosse levado a efeito.

Desde o início de seu governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) tomou medidas de desagravo contra os mais diversos campos da cultura no Brasil, a qual associava com o campo ideológico da esquerda. Com nítida conotação de extrema-direita, sua gestão foi marcada por uma série de ataques e desmontes no campo cultural: extinção do Ministério da Cultura, restrições da Lei Rouanet, enfraquecimento e corte de verbas de instituições como o IPHAN, Funai e a Fundação Palmares, censura contra obras artísticas, entre diversas outras ações. Com relação às leis de proteção ambiental e cultural no País, procurou desmontar o aparato judiciário e, deste modo, facilitar o avanço sobre o meio ambiente e os bens culturais, favorecendo assim o avanço do capital sobre áreas que deveriam ser protegidas. Foi durante esse período, portanto, que o patrimônio cultural sofreu com ataques contra sua preservação, aqui apresentamos apenas um breve estudo de caso, das centenas de exemplos que podem ser apontados País afora, colocando o patrimônio como "sem valor" para o Brasil e, junto, associando-o com o campo político progressista e intelectual. Lino *et al.* (2021, p. 329) afirmam que:

> O combalido campo da cultura, historicamente maltratado na história da república brasileira, vem sendo ainda mais destituído de valor e de verbas no atual cenário institucional, em uma nítida mostra de que as áreas mais humanitárias vêm sendo deliberadamente desmanteladas, por estarem associadas aos valores de respeito às alteridades, de valorização das culturas de massas, dos movimentos étnicos e sociais, e assim por diante.

Longe de ser um fenômeno local, o governo Bolsonaro seguiu uma tendência global histórica de desconsideração da cultura (estando aí o patrimônio cultural) por parte de regimes

[18] A expressão "passar a boiada" foi utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (durante o governo Bolsonaro), em reunião do dia 22 de abril de 2020. Ali, ele defende "passar a boiada" enquanto a atenção da mídia estava voltada para a Covid-19. As imagens foram divulgadas pelo ministro do STF Celso de Mello. "Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando as normas do IPHAN, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente (...). Ricardo Salles é acusado de liderar um esquema de contrabando de madeira extraída ilegalmente na Amazônia. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Federal e aceita pela Justiça Federal do Pará.

políticos autoritários e revisionistas. O exemplo talvez mais conhecido de todos, o regime nazista sob comando de Adolf Hitler (1933-1945). George L. Mosse (1964) mostra como esse regime destruiu bens culturais não alinhados com a ideologia da pureza racial "ariana" empregada, tentando eliminar, inclusive, sítios históricos e arqueológicos que não estivessem em consonância com os ideais de germanidade do Terceiro Reich, em um amplo revisionismo e constituição de uma falsa homogeneidade cultural.

Mais recentemente, o governo do primeiro-ministro Viktor Orban, na Hungria (aliado de Bolsonaro no movimento internacional recente de ascensão da extrema direita no mundo, no cargo entre 1998-2002 e novamente desde 2010), também ataca as instituições culturais. Segundo Scheppele (2013), o atual governo húngaro tem desprezado as múltiplos bens culturais da era comunista do país, buscando, assim como no governo Bolsonaro, uma homogeneização dos valores culturais em prol de uma mão de via única para a constituição da identidade coletiva nacional.

Em suma, embora saibamos que as políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil têm uma fragilidade histórica em ser cumpridas, regimes autoritários têm procurado deslegitimar a multiplicidade e a valorização delas, estabelecendo uma "guerra cultural",[19] danosa para os valores humanistas de apreciação democrática das mais variadas manifestações culturais ao longo do tempo. Adicionalmente, interesses econômicos de expansão imobiliária e comercial colocam em jogo, frente à sociedade, o valor de se preservar coisas "antigas" ou "velhas", e, portanto, impedindo o "progresso" com geração de rende e empregos.

Impactos/destruição do patrimônio não indicam apenas a descarterização material per se, mas também elementos de ambiência e paisagem cultural, fundamentais para a preservação, proteção e usufruto dos patrimônios, nesse caso, edificados.

Referências

ACS/TRF4, Mantida suspensão de construção de loja da Havan no Centro Histórico de Blumenau (SC). Portal de notícias TRF4, [*S. l.*], p. n. p., 30 set. 2022. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=26285. Acesso em: 13 jul. 2022.

ALEXANDRE, André Demetrio; PREVE, Daniel Ribeiro. A Tutela Constitucional do Patrimônio Cultural Brasileiro. *In*: PREVE, Daniel Ribeiro; FILHO, Alfredo Elgelmann; CAMPOS, Juliano

[19] Lino *et al.* (2021, p. 304) significam guerra cultural como "a disputa simbólica entre o poder político estabelecido e o conhecimento científico pelo domínio da memória social e coletiva".

Bitencourt. Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania. 1ª ed. Erechim: Habilis, 2013, cap. 4, p. 43-56. ISBN 1978-85-60967-58-2.

ASSIS, Evandro de. Nem Blumenau e nem a Havan têm a ganhar com a intervenção no Centro Histórico. NSC, Blumenau, p. n. p., 29 jul. 2021. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/colunistas/evandro-de-assis/nem-blumenau-e-nem-a-havan-tem-a-ganhar-com-intervencao-no-centro. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRANDI, Cesare. *Teoria do Restauração*. Lisboa: Avenir, 1977.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre o Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 1965.

CAMARGO, JOSMAEL RODRIGO. LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO AMBIENTE URBANO. 2019. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

Forbes Brasil. 10 maiores bilionários brasileiros em 2020. Forbes Brasil, 2020. Disponível em: https://forbes.com.br/listas/2020/09/10-maiores-bilionarios-brasileiros-em-2020/. Acesso em: 22 jul. 2024.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª ed. Rio de janeiro: Zahar, 2006, 71p.

HARRISON, Rodney. *Understanding the Politics of Heritage*. Manchester: Manchester University Press, 2010.

ILHA, Flávio. Havan: expansão com dinheiro público e sonegação. Extra Classe, [S. l.], n. p., 6 fev. 2018. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/economia/2018/02/havan-expandiu-atividades-com-dinheiro-publico/. Acesso em: 10 maio 2022.

LINO, Jaisson Teixeira; PANDOLFO, Ana Cristina; CAMPOS, Luana. O lugar da cultura em governos autoritários: uma análise dos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro (2019-2020) in SILVA, Emerson Neves da. *América Latina em Perspectiva:* Análise da escalada do autoritarismo e do neoliberalismo sobre o agrário no século XXI. Passo Fundo: Acervus, 2021, p. 301-334.

LOWENTHAL, David. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. Normatização de Cidades Históricas. Novembro de 2010. Normatização de Cidades Históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas, Brasil, p. 1-63, 1 nov. 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

Mosse, G. L. (1964). *The Crisis of German Ideology: Intellectual Origins of the Third Reich*. New York: Grosset & Dunlap.

OLIVEIRA, Rodrigo Cássio. KITSCH, CONSUMO E POLÍTICA: a publicidade das lojas Havan e a estética do bolsonarismo. Compós, Mato Grosso do Sul, p. 1-27, 25 jul. 2020. Disponível em:

https://www.academia.edu/44382823/Kitsch_consumo_e_política_a_publicidade_das_lojas_Havan_e_a_estética_do_bolsonarismo. Acesso em: 6 jun. 2022.

Projeto Paisagismo. *In*: AVIZ, Rubens (ed.). Projeto Arquitetônico: Comércio Varegista - Havan. Blumenau, 2021. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 22 jul. 2024.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL [Constituição (1988)]. Artigos relativos à Preservação de Bens Culturais e Ambientais. Brasil: [*s. n.*], 1988. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/698aa_Constituicao_Federal.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

Scheppele, K. L. (2013). *Hungary's Liberal Turn: Disabling the Constitution* (p. 91-135). Budapest: Central European University Press.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

WITTMANN, Angelina. Havan Casa Branca no centro histórico. Blog Angelina Wittmann, 2021. Disponível em: https://angelinawittmann.blogspot.com/2021/05/havan-casa-branca-no-centro-historico.html#:~:text=Resultado%3A%2012%20pessoas%20decidiram%20que,iniciado%20no%20mês%20que%20passou.Acesso em: 22 jul. 2024.

YOUTUBE. De quem é a Havan? Saiba a verdade! Havan Oficial. Nov. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y77HFXEs8Rg. Acesso em: 22/7/2024.

Fontes documentais

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. INFORMAÇÃO BÁSICA n. 484/2019. [*S. l.*], 14 jan. 2020, n. Processo: 01510.000056/2020-29 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. PARECER TÉCNICO n. 12/2020. [*S. l.*], 19 fev. 2020, n. Processo: 01510.000056/2020-29 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. DESPACHO n. 72/2020. [*S. l.*], 23 jan. 2020. n. Processo: 01510.000056/2020-29.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. DESPACHO Nº 238/2020. [*S. l.*], 4 mar. 2020, n. Processo: 01510.000056/2020-29. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protoco

lo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. DESPACHO n. 209/2021. [*S. l.*], 9 fev. 2021, n. Processo: 01510.000056/2020-29 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. PARECER TÉCNICO n. 7 /2021/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC. [*S. l.*], 09 fev. 2021. Nº. Processo: 01510.000056/2020-29 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. DESPACHO n. 36/2021 ETIP-SC/IPHAN-SC. [*S. l.*], 31 mar. 2021, n. Processo: 01510.000056/2020-29 Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Identificação e Caracterização do Bem. PARECER TÉCNICO n. 18 /2021/DIVTEC IPHAN-SC/IPHAN-SC. [S. l.], 16 abr. 2021, n. Processo: 01510.000056/2020-29. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 8 dez. 2021.

O Município Blumenau. Conselho municipal rejeita projeto da Havan no centro histórico de Blumenau. O Município Blumenau, Blumenau, 26 mai. 2021. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/conselho-municipal-rejeita-projeto-da-havan-no-centro-historico-de-blumenau/. Acesso em: 22 jul. 2024.

O Município Blumenau. Em reviravolta, prédio da Havan no centro histórico de Blumenau é aprovado. O Município Blumenau, Blumenau, 28 jul. 2021. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/em-reviravolta-predio-da-havan-no-centro-historico-de-blumenau-e-aprovado/. Acesso em: 22 jul. 2024.

Recebido em 08/08/2024 | Aceito em 09/06/2025

Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural

Jacqueline Custódio

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CUSTÓDIO, Jacqueline. O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 204-233, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

O Cais Mauá em disputa: reflexões sobre direitos humanos e patrimônio cultural

Jacqueline Custódio[1]

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o patrimônio cultural e os direitos humanos, tomando como estudo de caso o Cais Mauá e os projetos de recuperação desse espaço, com ênfase nas duas últimas propostas apresentadas. O estudo ajusta o conceito de patrimônio cultural, incorporando novos valores contemporâneos e destacando a importância da transdisciplinaridade na abordagem do tema. No contexto da globalização e do neoliberalismo, evidencia-se como as funções do Estado e as relações sociais são transformadas, impactando a construção do espaço urbano e a preservação de bens patrimoniais. A análise destaca os efeitos dessas mudanças sobre os direitos humanos, particularmente no que tange ao direito à cultura, ao patrimônio cultural, à cidade, ao meio ambiente e à qualidade de vida. Por fim, o artigo ressalta a necessidade de reconhecer o patrimônio cultural como um vetor estratégico para a promoção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis, bem como a formulação de políticas públicas integradas que articulem a preservação cultural com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento urbano inclusivo.

Palavras-chave: patrimônio cultural; Cais Mauá, direitos humanos; globalização; neoliberalismo.

Resumen

Este artículo presenta una reflexión sobre el patrimonio cultural y los derechos humanos, tomando como estudio de caso el Cais Mauá y los proyectos de recuperación de este espacio, con énfasis en las dos propuestas más recientes. El estudio ajusta el concepto de patrimonio cultural, incorporando nuevos valores contemporáneos y destacando la importancia de la transdisciplinaridad en el abordaje del tema. En el contexto de la globalización y el neoliberalismo, se evidencia cómo las funciones del Estado y las relaciones sociales se transforman, impactando la construcción del espacio urbano y la preservación de bienes patrimoniales. El análisis resalta los efectos de estos cambios sobre los derechos humanos, particularmente en lo que respecta al derecho a la cultura, al patrimonio cultural, a la ciudad, al medio ambiente y a la calidad de vida. Finalmente, el artículo subraya la necesidad de reconocer

[1] Advogada, especialista em Direito Público, mestre em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). E-mail: jacquecustodio@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3088-9870.

el patrimonio cultural como un vector estratégico para la promoción de ciudades más justas, inclusivas y sostenibles, así como la formulación de políticas públicas integradas que articulen la preservación cultural con la sostenibilidad ambiental y el desarrollo urbano inclusivo.
Palabras clave: patrimonio cultural; Cais Mauá; derechos humanos; globalización; neoliberalismo.

Abstract
This article presents a reflection on cultural heritage and human rights, using the Cais Mauá and its recovery projects as a case study, with a focus on the two most recent proposals. The study adjusts the concept of cultural heritage, incorporating new contemporary values and highlighting the importance of transdisciplinarity in approaching the topic. Within the context of globalization and neoliberalism, it highlights how the functions of the State and social relations are transformed, impacting urban space development and the preservation of heritage assets. The analysis underscores the effects of these changes on human rights, particularly regarding the right to culture, cultural heritage, the city, the environment, and quality of life. Finally, the article emphasizes the need to recognize cultural heritage as a strategic vector for promoting fairer, more inclusive, and sustainable cities, as well as the formulation of integrated public policies that combine cultural preservation with environmental sustainability and inclusive urban development.
Keywords: cultural heritage; Cais Mauá; human rights; globalization; neoliberalism.

Introdução

Atualmente, as notícias nacionais e internacionais revelam desafios de grande magnitude, sendo a preservação do meio ambiente um dos mais urgentes. Paradoxalmente, empresas e Estados promovem estratégias centradas na financeirização, na globalização da economia e no crescimento econômico, frequentemente apresentadas como soluções para o interesse público e a promoção da equidade entre os povos. No entanto, esse crescimento econômico permanece concentrado nas regiões do chamado Norte Global, reforçando disparidades que contradizem a narrativa de equilíbrio e justiça global.

Em contraposição a essa lógica, os povos tradicionais defendem o conceito de "bem viver", que propõe uma vida pautada pela qualidade e harmonia com o meio ambiente. Esse objetivo, no entanto, parece distante das estratégias globais predominantes, centradas no empreendedorismo, no individualismo e na competitividade de mercado. Nesse contexto, torna-se urgente refletir sobre o papel do patrimônio cultural, entendido não apenas como legado, mas

também como recurso estratégico para a construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

Essa reflexão demanda, inicialmente, um olhar sobre a trajetória do conceito de patrimônio cultural, que deixou de ser exclusivamente histórico e artístico para englobar dimensões ambientais e urbanas. Com essa ampliação, emergem questionamentos fundamentais: quem detém a prerrogativa de definir o que é ou não patrimônio? Essas escolhas refletem o interesse coletivo ou atendem a grupos hegemônicos? Essas questões evidenciam as transformações do conceito de patrimônio e suas implicações, trazendo para o debate temas como memória e identidade cultural, que situam o patrimônio no campo legal da cultura e reforçam a necessidade de políticas públicas inclusivas e representativas.

O Sistema Nacional de Cultura, acrescido na Constituição Federal como art. 216-A em 2012, traz como diretriz, "promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais" (Brasil, 1988). Ou seja, a cultura possui três dimensões, a simbólica, a cidadã e a econômica, que servem como balizas para as articulações decorrentes da política nacional de cultura. A partir dessa perspectiva, ações estatais federais sobre o patrimônio cultural têm sido conduzidas e a temática dos Direitos Humanos aparece explicitamente, quando se trata de patrimônios sensíveis ou traumáticos.

Mas não é a única ligação. A relação direta entre patrimônio e direitos humanos já estava presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 27: "Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios" (UNESCO, 1948). Ainda que esteja desatualizada, segue sendo importante e tem sido ampliada por outros documentos, incluindo manifestações específicas da área, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural representando o instrumento normativo internacional com maior reconhecimento no âmbito patrimonial (Costa e Botelho, 2021, p. 203).

Atualmente, a memória e a identidade têm constituindo-se num campo de disputas, que se amplia com a globalização e a exportação de padrões de comportamento e de valores, ao que Maria Coeli Simões Pires (2011) denominou "colonialismo cultural". Segundo a autora, esse colonialismo é "um forte fator de alienação cultural, de consequências gravosas, especificamente no que diz respeito à integração e à autonomia dessas sociedades" (Pires, 2011, p. 1).

Pires, ainda destaca a ligação entre patrimônio e dignidade humana, com um apanhado que ilustra muito bem essa relação:

> A dignidade humana, superando o plano existencial em seus múltiplos desafios, deve ser garantida pelo direito cultural na complexidade de sua expressão: produção de bens culturais; participação democrática na gestão do patrimônio cultural; respeito à diversidade étnica e regional; acesso aos bens culturais e fruição; direito à informação cultural; participação no controle; e, por fim, o direito de identidade como patrimônio. É dizer – as pessoas precisam não apenas fruir do legado, mas verem-se refletidas nele (Pires, 2011, p. 2).

Essa é a fundamentação inicial para a apresentação de um caso, envolvendo patrimônio protegido na área da orla do Rio Guaíba,[2] em Porto Alegre, no âmbito do projeto urbanístico de recuperação do Cais Mauá. A disputa dá-se sobre um terreno público, de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, que perdeu sua função portuária nos anos 1990 e que já passou por várias propostas de ocupação, sendo que, nas duas últimas, esse processo ficou mais próximo à concretização. Boa parte do espaço é público e tombado nas esferas federal e municipal; a parte não protegida, por opção do Governo do Estado, poderá deixar de ser pública e, assim, alienada para a construção de nove edifícios, sem limitação de altura, a formar potencialmente um paredão em regiões do Centro Histórico da capital.

Tal disputa envolve vários agentes, incluindo movimentos sociais e a indústria da construção civil; opções político-ideológicas; modelo de cidade; espaço público e acesso universal à população; gestão democrática; urbanismo e sustentabilidade, história, identidade e cultura.

A análise desse caso vai ao encontro da lacuna de pesquisa identificada pelas pesquisadoras Inês de Carvalho Costa e Maria Leonor Botelho, qual seja, a falta de produção teórica sobre a relação entre direitos humanos e patrimônio. Com isso, haveria subsídios para a criação de "novas metodologias, formas de investigar e atuar em patrimônio que sejam socialmente comprometidas, mais democráticas e humanizadas", de forma a produzir "instrumentos e processos com potencial para mitigar problemas sociais" (Costa e Botelho, 2021, p. 196).

[2] Historicamente, o Guaíba é classificado como um rio, conforme registrado em documentos oficiais brasileiros e por entidades como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ele é considerado um corpo d'água fluvial, mesmo que apresente características semelhantes às de um lago ou estuário, em algumas partes.

Breve trajetória do patrimônio cultural e sua relação com o espaço urbano

A partir da década de 1970, com a internacionalização de valores culturais, o patrimônio deixou de ser visto apenas como monumentalidade e afirmação nacional, passando a representar a cultura das sociedades, pautado na memória e na qualidade de vida. Além disso, seu reconhecimento como direito fundamental e difuso permitiu a aplicação de instrumentos jurídicos para sua proteção (Tourinho e Rodrigues, 2016).

Esse alargamento impulsionado pelos conceitos de patrimônio cultural imaterial e de cultura popular, abandonando a ideia de patrimônio como um conjunto de coisas, deu lugar ao abrangente conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano. Ulpiano de Meneses formulou uma definição, a qual tem sido um referencial para pesquisas na área de patrimônio:

> [...] patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano. [...] Em outras palavras, os objetos que compõem tais conjuntos são percebidos como dotados de carga que é capaz de estabelecer um referencial dirigido a uma realidade concreta de vida. Isto é, eles são capazes de provocar representações da realidade urbana (Meneses, 1978, p. 23).

No entanto, foi na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972, através da 17ª Conferência Geral da UNESCO, que se consolidou a noção de Patrimônio Mundial e formalizou-se a proteção desse patrimônio, estabelecendo princípios que conduziram a sua conservação, preservação e restauração. Já a expressa inclusão do planejamento urbano nas políticas de proteção patrimonial acontece na Declaração de Amsterdã (1975), no âmbito das considerações essenciais feitas pelo Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu: "A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como um objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial" (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 2).

O patrimônio, então, apresenta-se como um elemento influente nos processos produção e o desenvolvimento urbano, à medida que seu conceito se modifica e ganha espaço no planejamento urbano. Por outro lado, Lefebvre desenvolve a proposição de que "o espaço não é uma entidade neutra, fixa ou meramente física, mas sim algo socialmente construído, sendo produzido por relações sociais e, ao mesmo tempo, influenciando essas relações" (Lefebvre, 2008, p. 40), configurando-se, assim, como um vasto campo de disputas.

A memória e a identidade em tempos de globalização

A globalização resulta da interação entre fatores econômicos, comunicacionais e culturais, promovendo a produção e circulação de bens materiais e simbólicos, gerando hibridismo cultural e identidades transnacionais (Rodrigues, 2017). Nesse contexto, a difusão de informações e a mobilidade desafiam a territorialidade e os limites identitários, intensificando processos de fragmentação e deslocamento. Stuart Hall (2006), ao analisar os estudos de Giddens, Harvey e Laclau, destaca que, apesar das diferentes interpretações sobre a pós-modernidade, esses autores convergem na compreensão de que descontinuidade, ruptura e mudança são elementos essenciais para avaliar o impacto da globalização sobre as identidades.

Boaventura de Sousa Santos (1994) considera que as identidades, sejam étnico-raciais, de classe, gênero ou estágio de vida, são construções transitórias, sendo, portanto, "identificações em curso" (Sousa Santos, 1994, p. 31). De modo semelhante, as identidades nacionais são moldadas dentro de representações simbólicas e práticas compartilhadas, criando um senso de pertencimento que influencia percepções e comportamentos (Miranda, 2000, s/p). No entanto, a identidade só existe na diferença, pois os processos identitários resultam da relação entre o eu e o outro. Assim, compreender-se requer um olhar externo, um jogo de múltiplas perspectivas (Agier, 2001, s/p). A partir dessa reflexão, Agier estabelece uma conexão entre identidade e cidade, tema que será retomado na análise do caso concreto.

> Desse ponto de vista, os meios urbanos podem ser fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidades, e na teoria, a dimensão relacional da identidade (Michel Agier, 2001, s/p).

A identidade é um conceito político que pode tanto favorecer a inclusão social quanto reforçar a discriminação, estando diretamente ligada às relações de poder. Como afirma Bader Sawaia (2001, p. 123), "identidade esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização de diferenças", funcionando como estratégia de regulação do poder, seja como resistência ou reforço da dominação.

A construção das identidades nacionais se fortaleceu entre os séculos XIX e XX, com a preservação dos patrimônios como forma de consolidar história e territorialidade. No Brasil, a identidade nacional foi moldada pelo reconhecimento da arquitetura colonial como patrimônio, associando-se a símbolos heroicos para conectar o passado colonial à nação independente. No entanto, Márcia Chuva (2017) ressalta que essa escolha, feita por agentes sociais, envolveu um

processo arbitrário e um exercício de violência simbólica, influenciando a constituição da memória nacional e destacando a materialização dessa memória como elemento central na construção identitária.

A memória sustenta a identidade ao reter informações, conhecimentos e experiências individuais ou sociais, conferindo lógica e inteligibilidade à realidade (Meneses, 1984, p. 33). Construída por lembranças, percepções e registros do passado, em conjunto com âncoras materiais, ela fortalece a identificação social e cultural (Torino, 2013, s/p). Maurice Halbwachs aprofunda essa relação, ao afirmar que a memória individual não é isolada, pois depende das lembranças alheias e das referências sociais. Já a memória coletiva, embora enraizada em grupos específicos, perpetua-se por meio da sucessão desses grupos, consolidando-se como uma construção social (Halbwachs, 1990).

A globalização e as inovações tecnológicas intensificaram a circulação de bens culturais e simbólicos, desafiando a fixidez das identidades e gerando hibridismos. Nesse processo, a identidade se torna dinâmica e relacional, enquanto a memória coletiva conecta passado e presente, contestando ou reforçando hegemonias sociais. Esse diálogo é essencial para compreender as transformações culturais e tecnológicas que redefinem pertencimentos e significados no espaço urbano.

Conceitos essenciais abordados

Diante desse cenário, torna-se essencial diferenciar os conceitos aqui utilizados, de requalificação e revitalização urbana, ainda que haja alguns dissensos. Segundo pesquisadores do Instituto Universitário de Lisboa (Moura *et al.*, 2006), esses conceitos envolvem simultaneamente uma perspectiva teórica e uma proposta de ação sobre a cidade. A requalificação urbana destaca-se como um instrumento voltado para a melhoria das condições de vida da população, promovendo a recuperação de infraestrutura, equipamentos urbanos e espaços públicos. Seu objetivo é a (re)introdução de qualidades urbanas, acessibilidade e centralidade, alterando o valor das áreas sob os aspectos econômico, cultural, paisagístico e social. Além disso, possui um caráter mobilizador e estratégico, buscando estabelecer novos padrões de organização territorial e desempenho econômico (Moura *et al.*, 2006).

Ainda de acordo com Moura *et al.* (2006), a revitalização baseia-se em um planejamento estratégico que reconhece, mantém e introduz valores de forma cumulativa e sinergética. Esse processo ocorre a médio e longo prazos, promovendo vínculos entre territórios, atividades e

populações. Diferentemente de um projeto isolado ou da simples soma de intervenções pontuais, a revitalização busca uma operação sustentável e interdependente, garantindo coerência entre o desenho e a implementação das ações no espaço urbano. No Brasil, esse termo é mais frequentemente empregado para designar intervenções em áreas urbanas consolidadas (Citron, 2024), especialmente em centros históricos de grandes cidades (Marques, 2022). Contudo, é importante ressaltar que tais intervenções não exercem, necessariamente, o papel de fornecer vitalidade a esses locais, mas sim de promover um processo de valorização e/ou transformação dos espaços urbanos (Marques, 2022).

Já a sustentabilidade urbana está diretamente associada à capacidade de regeneração e qualificação dos territórios construídos, integrando estratégias que conciliam desenvolvimento e preservação ambiental. Nesse contexto, a revitalização urbana desempenha um papel fundamental ao promover a recuperação de paisagens degradadas e a incorporação de áreas de valor ecológico, como frentes marítimas e zonas ribeirinhas, além de incentivar a reutilização de solos abandonados, especialmente em antigas áreas industriais, e a reabilitação de edificações em centros históricos (Vassalo; Figueiredo, 2010).

Essas ações reforçam a sustentabilidade das cidades por meio da densificação urbana e da promoção de usos mistos, além de contribuir para a criação de novas polaridades metropolitanas, favorecendo a dinamização social e econômica. Diante da complexidade e da constante transformação do ambiente urbano, a implementação de estratégias estruturadas e qualificadas se mostra essencial para superar fragilidades urbanísticas, garantindo cidades mais resilientes, inclusivas e ambientalmente equilibradas (Vassalo; Figueiredo, 2010).

Estudo de caso: Cais Mauá de Porto Alegre

Breve histórico

O desenvolvimento do cais do porto, na capital, esteve intrinsicamente ligado ao processo de urbanização da cidade e ao avanço da infraestrutura portuária, impulsionado por razões econômicas e políticas. Desde a chegada dos açorianos, no século XVIII, o local foi um ponto estratégico para comércio e defesa, consolidando-se com o crescimento das atividades agrícolas e industriais no século XIX. A modernização do cais ocorreu no contexto da industrialização (1890-1945), sob a influência do positivismo republicano, especialmente no governo de Borges de Medeiros. Inspirado no urbanismo europeu, o projeto visava saneamento, circulação e embelezamento da cidade (Alves, 2005).

A construção enfrentou desafios técnicos e contratuais, mas, a partir de 1911, o Cais Mauá tomou forma, com participação de empreiteiras nacionais e estrangeiras, sendo oficialmente inaugurado em 1921 (Trevisan, 2004). Nos anos seguintes, a expansão do porto refletiu a importância da navegação para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Sua construção, concluída em 1923, foi o símbolo da entrada de Porto Alegre num "novo ideário urbano" baseado na modernidade e na consolidação do capitalismo (Alves, 2005).

Mas, a partir da década de 1980, suas atividades foram escasseando até que, em 1985, foi divulgado um relatório do GEIPOT,[3] agência de planejamento do Ministério dos Transportes, no qual foi identificada "a baixa utilização das principais instalações portuárias de Porto Alegre", mas também "a degradação do seu estado de conservação e o crescente e desordenado processo de cessão e arrendamento a terceiros" (Trevisan, 2004, p. 130). Desde então, diversas propostas oficiais foram apresentadas para a ocupação daquele espaço público.

A revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre, foi marcada por sucessivas tentativas de requalificação urbana desde a década de 1980, refletindo diferentes concepções político-administrativas e desafios técnicos. O primeiro projeto oficial, em 1988, propôs a conversão dos armazéns em um complexo turístico-comercial, seguido por diversas iniciativas estaduais e municipais ao longo das décadas seguintes (Trevisan, 2004).

No governo de Antônio Britto (1995-1999), a proposta mais estruturada surgiu com o Concurso Nacional Porto dos Casais, organizado em 1996 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Rio Grande do Sul. O projeto vencedor previa a transformação do cais em um espaço vibrante, com shoppings, boates, marinas, heliportos, hotéis e restaurantes panorâmicos, funcionando 24 horas por dia. Apesar do avanço nos estudos de viabilidade, o projeto esbarrou em divergências técnicas e no impacto de algumas construções, como um hotel próximo à Usina do Gasômetro, que ultrapassaria o limite de altura permitido pelo Plano Diretor. Além disso, a proposta de uma marina levantou preocupações ambientais (Vieira, 2011).

Durante a gestão de Olívio Dutra (1999-2003), o enfoque foi menos comercial e mais voltado à apropriação pública do espaço. Em 1999, os armazéns do cais foram cedidos para a Bienal do Mercosul, marcando um esforço para integrar o espaço ao cenário cultural da cidade. Havia um plano para recuperar a arquitetura original da área entre a Usina do Gasômetro e a sede da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), garantindo uso para cultura, lazer e serviços, com o mínimo de intervenção na infraestrutura existente (Trevisan, 2004).

[3] GEIPOT é a sigla para Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes.

Em 2000, foi negociado um contrato de concessão com o empresário Eduardo Bier Correa para o projeto Píer Dado Bier, que previa a instalação de uma casa de espetáculos, uma praça náutica e vagas de estacionamento. No entanto, dificuldades burocráticas e um incêndio no Pavilhão das Tesouras, em 2001, levaram à suspensão da iniciativa. No mesmo ano, foi apresentada uma proposta conjunta entre estado e município para a criação da Cinemateca do Estado e do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul, denominada Um Novo Cais para Porto Alegre, mas um impasse nas negociações com o governo federal inviabilizou a ideia (Trevisan, 2004).

Já no governo de Germano Rigotto (2003-2006), houve uma tentativa de retomar o projeto Porto dos Casais, além de negociações para trazer uma unidade do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) para três armazéns do cais. Ambos os projetos, porém, foram abandonados sem avanços significativos. Durante esse período, algumas ações pontuais foram realizadas, como a 12ª edição da Casa Cor e o projeto Monumenta, que promoveu a restauração do pórtico e de dois armazéns (A e B), contribuindo para a preservação do patrimônio histórico da região (Trevisan, 2004).

Em 2005, as atividades portuárias no Cais Mauá foram oficialmente desativadas, encerrando um ciclo de 83 anos de operação e abrindo caminho para uma nova destinação do espaço, focada em lazer, turismo e cultura (Vieira, 2011). Contudo, mesmo com os decretos editados durante esses anos, a revitalização definitiva permaneceu um desafio, impactada por disputas políticas e limitações técnicas e jurídicas.

Duas propostas que tiveram desdobramentos

Com a formalização da disponibilidade daquela área para outras atividades, um processo mais consistente foi elaborado pelo governo do estado, iniciando pela constituição de uma Comissão Técnica para avaliar e selecionar, dentre os estudos apresentados pela iniciativa privada, de Manifestação de Interesse, visando à proposta de elaboração de estudos técnicos, econômico-financeiros, jurídicos e de viabilidade econômica, destinados à estruturação da modelagem e implementação do Projeto de Revitalização do Cais Mauá (Rio Grande do Sul, 2007).

Já nessa etapa, surgiram os primeiros questionamentos quanto à licitude do processo, uma vez que o plano de negócios que orientou a elaboração do edital de licitação foi apresentado pela *M. Stortti Business Consulting Group*, em parceria com o *Grupo Camargo Corrêa*, o

escritório *Jaime Lerner Arquitetos Associados* e outras quatro empresas espanholas (Vivian, 2016). Posteriormente, o próprio edital foi vencido pelo consórcio Porto Cais Mauá,[4] formado majoritariamente pelas mesmas empresas responsáveis pela elaboração do plano de negócios (Fernandes, 2019).

O referido consórcio ganhou a licitação em 10 de novembro de 2010, mas só teve posse em 2013, depois de resolver, na justiça, pendências burocráticas com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). No ano de 2014, o consórcio vedou qualquer acesso ao cais e, em 2015, ocorreu a audiência pública, obrigatória na fase do Estudo de Impacto Ambiental, possibilitando a liberação da licencia ambiental e início, dessa forma, dos trabalhos de recuperação dos armazéns e construção de prédios (Fernandes, 2020).

O projeto previa a construção de três edifícios na região das docas e um centro comercial na área próxima à Usina do Gasômetro, edificação protegida pelo estado, sendo necessário, para tanto, a demolição de um dos armazéns, o A7, que não é tombado, pois foi o último a ser construído e tem alguns aspectos construtivos diferentes dos demais. Abaixo (fig. 1), os três setores que foram definidos para receber ações de revitalização, os modelos arquitetônicos para o setor das docas (fig. 2) e a perspectiva da implantação do Centro Comercial na região do Gasômetro (fig. 3):

Figura 1 – Setores do Cais Mauá.

Fonte: ArchDaily Brasil, 2013.

[4] Inicialmente composto pelas empresas M. Stortti Business Consulting Group, Grupo Camargo Corrêa, o escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados, em parceria com a b720 Fermín Vázquez Arquitectos, além de outras quatro empresas espanholas especializadas em transporte e logística urbana, serviços ambientais e gestão de projetos imobiliários e turísticos (Vivian, 2016).

Figura 2 — Edifícios projetados (segunda versão).

Fonte: EVU 2015.

Figura 3 – Perspectiva do Centro Comercial.

Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2011.

Entretanto, além da demolição de estruturas não originais e limpeza, nenhuma outra ação foi realizada, evidenciando a negligência na manutenção do patrimônio cultural existente

no terreno do Cais Mauá. Podem-se observar abaixo as avarias no interior e exterior dos bens tombados (fig. 4).

Figura 4 – Deterioração dos armazéns.

Fonte: Jornal Zero Hora, 2019.

Por outro lado, a contrariedade à proposta apresentada mobilizou a sociedade de várias formas. A partir de um evento no Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS), em agosto de 2014, formou-se um grupo que se propôs a questionar o projeto, sob vários aspectos e utilizando diversas estratégias. Tais estratégias envolviam o ajuizamento de ações; acompanhamento dos inquéritos civis junto ao Ministério Público Estadual; atividades culturais, envolvendo personalidades de destaque na cultura; conversas públicas; audiência com o Ministério Público de Contas, apoio de jornais alternativos, entre outras.

Essa resistência ao projeto fundamentava-se em três grandes pontos: a ausência de participação popular nas decisões sobre a cidade, as irregularidades – e ilegalidades – identificadas nos procedimentos administrativos e a falta de transparência em todo o processo, incluindo as etapas anteriores à licitação. A partir dessa constatação, tornou-se possível identificar potenciais violações de direitos humanos que poderiam ocorrer caso o projeto fosse executado.

Contudo, em 2019, o contrato estabelecido com o consórcio foi rescindido pelo governo do estado devido ao inadimplemento de cláusulas contratuais, agravado pelo fato de que, depois de quase uma década da concessão, nenhuma intervenção ter sido realizada, e o patrimônio cultural permaneceu sem manutenção ou restauração. Atualmente, há um processo judicial em andamento, movido pelo consórcio, agora denominado Cais Mauá do Brasil S. A., que contesta a legalidade da rescisão contratual. Adicionalmente, o consórcio registrou a marca "Cais Mauá" para seu uso exclusivo.

Desde 2020, tramita outro processo voltado à recuperação da área do Cais do Porto, no qual já foi apresentado o *masterplan* e realizado o leilão, cujo vencedor foi o Consórcio Pulsa RS. As propostas do *masterplan* incluem a possibilidade de construção de nove edifícios na área das docas, com alturas até 150m, diferente do limite previsto no Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). Além disso, também há a definição da construção de um prédio, estabelecido em 24 metros**,** próximo aos armazéns e a Usina do Gasômetro – bem tombado pelo Estado –, que ultrapassa os limites de altura estabelecidos pelo Iphan,[5] através da Portaria Iphan n° 26/2022 (Brasil, 2022).

No entanto, a formalização do novo contrato ainda não ocorreu em razão das mudanças de cenário provocadas pela enchente histórica de maio de 2024, exigindo uma análise mais aprofundada acerca dos direitos e deveres do concessionário e do Estado.

Aplicação do ideário neoliberal na concepção do projeto e o direito à cidade

A proposta de recuperação do cais do porto e sua reintegração ao centro histórico remonta à década de 1970, quando a gestão pública adotou uma abordagem empreendedora voltada ao desenvolvimento econômico, especialmente nos EUA. Nesse contexto, David Harvey (2005) questiona "Quem está sendo empreendedor e a respeito de quê?", destacando que a organização do espaço urbano resulta de coalizões e alianças, com a administração pública atuando como facilitadora. Além disso, o autor ressalta que o empreendedorismo urbano depende de parcerias público-privadas e construções especulativas, priorizando o benefício econômico, embora não exclusivamente (Harvey, 2005).

[5] Art. 15, I, c: A altura máxima permitida para novas intervenções será de 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros).

Harvey traz um exemplo que se aproxima ao caso do cais, citando "o uso de uma área pública para um empreendimento imobiliário privado", que se tornou exitoso chamado *Harborplace*[6] (Harvey, 2005, p. 173), para demonstrar como a política de parceria público-privada pode alcançar a confiança da população. A crítica feita por Harvey vai no sentido da visível mercantilização do espaço urbano, que passa a ser modelado pelo capital, transformando-se em um bem de consumo, trazendo a perspectiva de privatização do espaço público e de gentrificação.[7]

Apesar de a área do cais do porto ter perdido sua função portuária há muitos anos, o local comportava várias atividades, como feiras, eventos populares e espaços de contemplação, entre outros, que deixaram de acontecer pela proibição de acesso. Para substituir a ligação com a população, foi criado, sem licitação, o complexo gastronômico e comercial Cais *Embarcadero*, e o evento *South Summit*, que adiante serão analisados. Este último, considerado um sucesso pelas administrações estadual e municipal, também se direciona a um segmento específico e capitalizado, contribuindo para o processo de gentrificação do local e colocando Porto Alegre na "vitrine".

A cidade, nesse contexto, é vista como mercadoria, como Carlos Vainer (2009, p. 78) definiu, "a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda". Daí, cria-se a estratégia do Marketing Urbano, atrelada a um mix de atributos específicos, independente das características de cada cidade, que constituem "insumos valorizados pelo capital transnacional", como "espaços para feiras e convenções, parques industriais ou tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, segurança", comércio, enfim, "um centro urbano de gestão e serviços avançados" (Vainer, 2009, p. 79).

[6] *Harborplace* é um complexo de compras e alimentação situado no *Inner Harbor*, composto por dois pavilhões de dois andares, amplamente reconhecido como um ícone de Baltimore. No final da década de 1950, um grupo de empresários locais uniu esforços para combater a decadência da área central, contratando o urbanista David Wallace para elaborar um plano diretor que, posteriormente, foi assumido pela Prefeitura. Esse primeiro exemplo de renovação criteriosa pavimentou o caminho para diversos programas e projetos voltados à revitalização geral do centro de Baltimore. Entre esses, destaca-se o projeto para a área do *Inner Harbor*, iniciado em 1973, que envolveu a remoção de antigas edificações abandonadas e a renovação do *waterfront* na área central ribeirinha. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859. Acesso em: 25 nov. 2024.

[7] O vocábulo "gentrificação" é um aportuguesamento do inglês *gentrification*, usado pela primeira vez, provavelmente, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964), onde a autora descreveu e analisou determinadas mudanças na organização espacial da cidade de Londres. O termo ganhou popularidade após seu uso em trabalhos acadêmicos sobre a temática, acompanhando um fenômeno urbano presente em diversas temporalidades e espacialidades: o deslocamento, processual ou súbito, de residentes e usuários com condições de vida precárias de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local para dar lugar à apropriação de residentes e usuários com maior status econômico e cultural (Braga, 2016, s/p).

E o caso do Cais Mauá não se distanciou desse padrão, como se percebe nos discursos que aparecem nas matérias jornalísticas:

> As revitalizações do Puerto Madero, na Argentina, e do Porto de Barcelona, na Espanha, serviram de inspiração para o projeto do Cais Mauá, no centro de Porto Alegre (RS). Elaborado por dois escritórios de arquitetura, um brasileiro e outro espanhol, usando o conceito de conectividade, o projeto visa devolver à população a área historicamente separada da cidade por muro. Veja fotos de como é, e como ficará o cais (Projeto Cais Mauá, 2014[?]).

> Em busca de inspiração, um grupo de executivos da Cais Mauá, acompanhado por uma equipe técnica, visitou intervenções semelhantes realizadas em outras partes do mundo, como por exemplo o Victoria & Alfred Waterfront (Cidade do Cabo), Porto Antico (Gênova), Inner Harbor (Baltimore) e Port Vell (Barcelona) (Baratto, 2014).

Em contraste, podem-se citar exemplos como o projeto urbano HafenCity, em Hamburgo, Alemanha, que se destaca por preservar o cais e seu patrimônio histórico, integrar a área ao centro urbano, promover a revitalização por meio de um uso misto que contempla moradias para média e baixa renda, incentivar a mobilidade de pedestres, aprimorar a qualidade ambiental e dos espaços públicos, além de conectar a região a um sistema de transporte eficiente e utilizar fontes de energia sustentável (Antonucci, 2014). De forma alinhada a essas diretrizes, destaca-se também o caso de Puerto Norte, em Rosário, Argentina.

Voltando aos estudos de Vainer (2009, p. 78), o autor constata que é crescente a quantidade de consultorias a empresas catalãs contratadas pelas cidades da América Latina, e por consequência, a importação de modelos e conceitos similares, no contexto do planejamento estratégico, tratado pelos apologistas do método como "único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais".

Indo ao encontro do que demonstrou Vainer (2009), Sue Brownill (2013) pesquisou o fenômeno global da revitalização das frentes d'água por meio de vários estudos de caso, avaliando de que forma o desenvolvimento da zona portuária tem sido entendido na literatura, identificando dois percursos: (i) como uma transferência internacional de "modelos" e (ii) como a expressão de uma política urbana universal, ligada à competitividade e à urbanização neoliberal. Segundo a autora, esse tipo de desenvolvimento aparenta ser onipresente e, muitas vezes, exibe uma notável semelhança entre si, sugerindo a existência de uma "fórmula" para a regeneração (Brownill, 2013).

Nessa perspectiva, o resultado da aplicação de modelos adequados às necessidades neoliberais é a gentrificação e consequente restrição do direito à cidade a parcelas da população. A segregação social reflete-se na segregação espacial com base na capacidade de consumo,

assim como a potencial melhoria nas cidades não é distribuída de forma equitativa. O acesso às vantagens trazidas por esse modelo de recuperação, especialmente em áreas de orla, fica restrito a alguns estratos sociais, induzindo uma higienização social, evidenciada na preocupação com a imagem da cidade e na transformação da pobreza em *entorno* ou *ambiente,* como explicitamente nomeado pelos catalães, de acordo com Vainer (2009, p. 82):

> Os pobres são entorno ou ambiente pela simples razão de que não constituem, nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infraestruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado.

Cabe ainda citar a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, que define esse direito como "o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social", sendo interdependente de outros direitos humanos internacionalmente reconhecidos e tendo como um de seus princípios o desenvolvimento urbano igualitário e sustentável (Instituto Pólis, 2009, p. 3).

Nos últimos anos, a pesquisa acadêmica sobre a revitalização das orlas urbanas tem incorporado de forma mais explícita os conceitos de justiça social e ambiental, embora raramente seja feita de forma integrada. A perspectiva da justiça ambiental revela como essas áreas, historicamente marcadas por contaminação e negligência devido ao seu uso industrial, impactam desproporcionalmente comunidades vizinhas, privando-as do acesso a seus próprios recursos naturais. A revitalização da orla busca mitigar esses impactos por meio da requalificação ambiental e da reconexão das comunidades com o espaço, mas frequentemente acarreta processos de gentrificação verde que reforçam desigualdades sociais (Avni; Teschner, 2019).

A crescente atenção acadêmica à sustentabilidade e ao redesenvolvimento urbano demonstra que intervenções ecológicas, como parques à beira-mar, podem tanto beneficiar quanto excluir populações vulneráveis. Dessa forma, a análise crítica da revitalização das orlas deve considerar não apenas seus benefícios ambientais, mas também os impactos sociais e a distribuição equitativa de seus efeitos, garantindo a participação das comunidades afetadas e prevenindo a perpetuação de injustiças (Avni; Teschner, 2019). Como se demonstrou, as propostas para a recuperação do Cais Mauá estão muito longe desse compromisso social.

Homogeneização da cultura

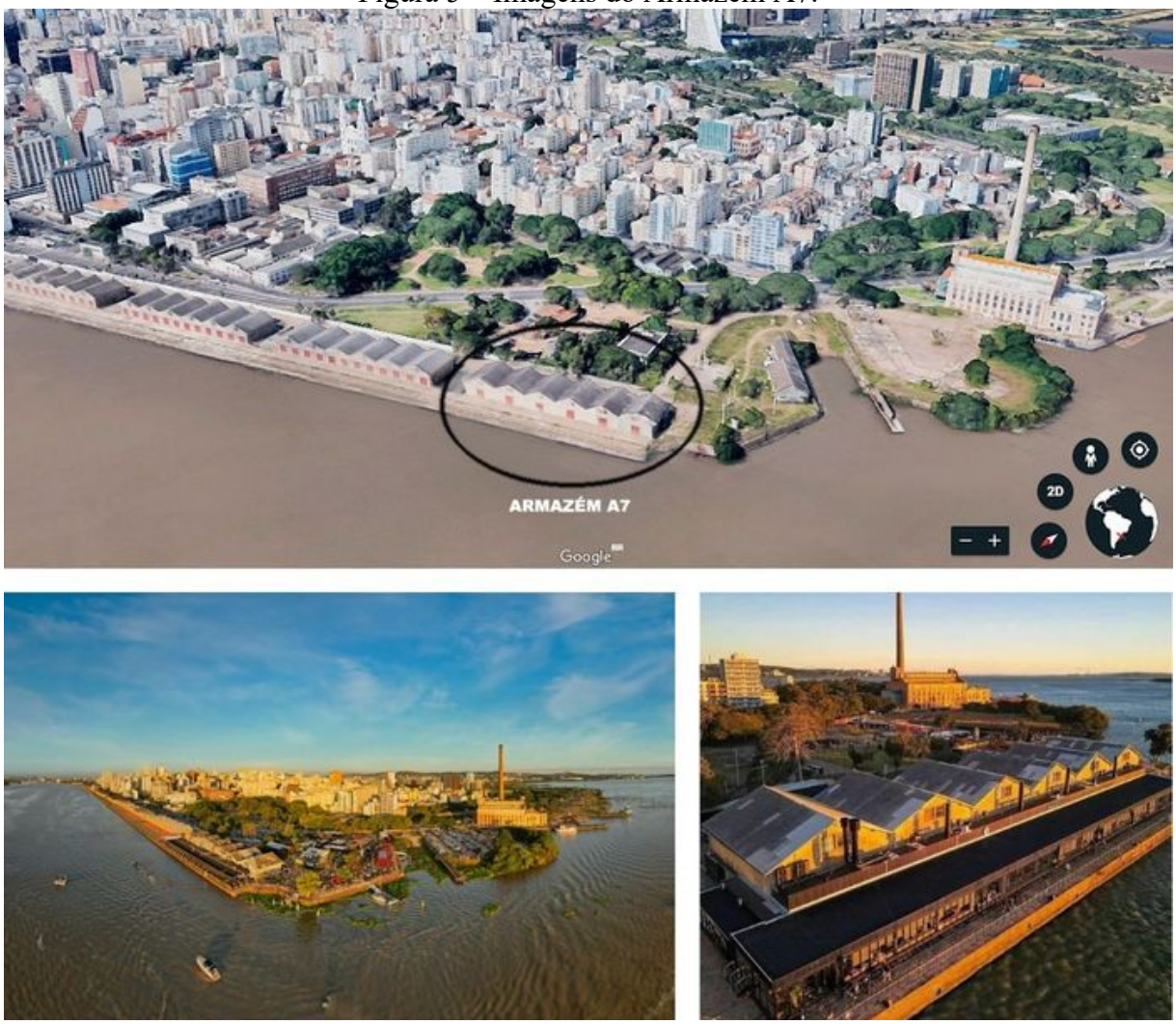
O Cais Mauá é um marco da identidade de Porto Alegre, tanto do ponto de vista histórico, por ser um núcleo formador da cidade, quanto do paisagístico, ao compor, com seus elementos arquitetônicos, um perfil urbano característico. Sua ocupação também reflete a identidade da cidade, desde sua função portuária, com a organização dos estivadores, até eventos sociais e culturais que ocorreram até 2010, quando a população foi impedida de entrar no local.

Contudo, o modelo de recuperação proposto para o local, alinhado aos princípios neoliberais e à lógica da cidade-mercadoria, compromete esse valor essencial. Apesar do discurso oficial defender a preservação dos bens tombados, o poder público autorizou a demolição de sete dos onze guindastes protegidos pelo município. Na prática, o projeto prevê alterações que podem gerar impactos profundos no patrimônio ambiental e urbano, descaracterizando parte importante desse legado.

É improvável que os armazéns tombados sejam demolidos, mas os recentes projetos de recuperação negligenciam o impacto no entorno. Assim, a construção de um centro comercial ou de um edifício para escola náutica na região próxima à Usina do Gasômetro, impactará substancialmente no contexto urbano e cultural, contrariando a portaria do Iphan,[8] que define as intervenções possíveis na área de preservação do Centro Histórico. Atualmente, o empreendimento Cais *Embarcadero* já descumpre a portaria mencionada, com a instalação de deques de madeira em frente ao prédio, obstruindo a vista do conjunto (fig. 5):

[8] Portaria Iphan n.26/2022, que dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de diretrizes de preservação e de critérios de intervenção para a área de entorno do conjunto de bens tombados isoladamente e do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, situados no bairro Centro Histórico do município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (RS), que são objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

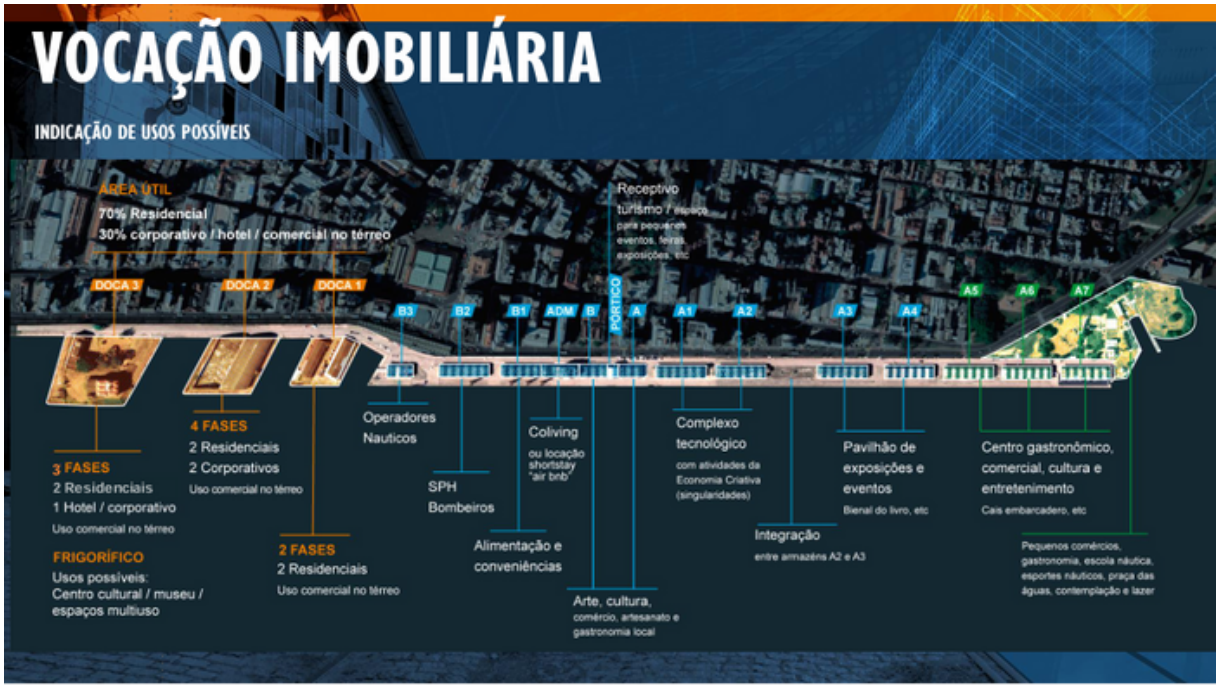
Figura 5 – Imagens do Armazém A7.



Fonte: Vista aérea Google; Centro Histórico Porto Alegre/Facebook, 2022; Edu Garcya, 2023.

Além dos impactos ao patrimônio edificado, foram identificados outros prejuízos. O projeto de recuperação fundamenta-se na suposta "vocação imobiliária do local" (fig. 6), conforme destacado em análises e representado no gráfico a seguir, reforçando uma perspectiva que prioriza interesses mercadológicos em detrimento da preservação cultural e histórica.

Figura 6 – Vocação Imobiliária do Cais Mauá, segundo o Masterplan apresentado.



Fonte: Masterplan, 2021, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, o uso contemporâneo do espaço do cais, enquanto esteve acessível ao público, era voltado às ações culturais e de economia solidária. Alguns eventos emblemáticos ocorreram naqueles armazéns, a começar pela ala infantil da tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, a maior a céu aberto da América Latina, a Bienal de Artes Visuais do Mercosul, Feiras de produtos da agricultura familiar, a última em 2014, e o Fórum Social Mundial (janeiro de 2001). O próprio consórcio tem presente esse fato: "Os Armazéns já foram palco de eventos culturais e festas importantes para a população gaúcha, o que motiva a população a projetar expectativas associadas a usos semelhantes em uma proposta de requalificação para os mesmos" (Consórcio Revitaliza, 2022, p. 7).

Atualmente, nenhum desses eventos ocorrem ali e a atividade que tem sido alardeada pelo poder público e mídia é o *South Summit*, evento espanhol que é definido no site como "uma plataforma de inovação líder que liga *startups*, investidores, e empresas de todo o mundo" (South Summit, 2024), indo ao encontro das diretrizes do neoliberalismo e do modelo de cidade-mercadoria.

Não há previsão de qualquer rememoração das atividades que eram desenvolvidas no local ou de quem ali trabalhava. Um exemplo do impacto no patrimônio imaterial relacionado ao Cais Mauá é o apagamento da presença negra naquele espaço. Após a abolição da escravidão, muitos negros passaram a trabalhar no local como estivadores, contribuindo para a formação

de práticas associativas entre trabalhadores avulsos (Vivian, 2008). Em 2002, um dos armazéns foi designado para abrigar o Espaço Cultural João Cândido, conhecido como "Almirante Negro".[9] Contudo, há escassos registros sobre essa iniciativa e nenhuma evidência de esforços para retomar ou consolidar esse propósito cultural.

A exclusão de culturas populares e da economia solidária nos projetos de revitalização do Cais Mauá reflete um processo de homogeneização funcional e simbólica. Seguindo modelos internacionais de revitalização de frentes d'água, as propostas privilegiam empreendimentos de alto padrão, como apartamentos de luxo, hotéis, marinas e estabelecimentos comerciais, além de espaços de lazer e gastronomia. Essa abordagem fragmenta as identidades locais, promovendo uma narrativa uniformizada que desconsidera a diversidade cultural e as práticas econômicas comunitárias associadas historicamente ao local.

Agravamento dos problemas climáticos e dano ao patrimônio cultural

Em maio de 2024, as mudanças climáticas mostraram seus efeitos numa enchente que superou a cota histórica de 4,76 metros, havida em 1941, chegando à marca de 5,37 metros.[10] Esse evento extremo corrobora as evidências do impacto crescente das alterações climáticas sobre áreas urbanas vulneráveis, especialmente ao se considerar a existência de uma extensa área de aterro no centro histórico. O complexo gastronômico instalado no armazém 7,[11] considerado pelo governo estadual como uma referência para os demais armazéns, foi completamente inundado, suscitando questionamentos acerca da existência de previsões, no projeto de recuperação do cais, para eventos dessa magnitude, constando, inclusive, a obrigatoriedade de retirada do muro de contenção de enchentes localizado na Av. Mauá, com previsão de substituição do mecanismo de proteção.

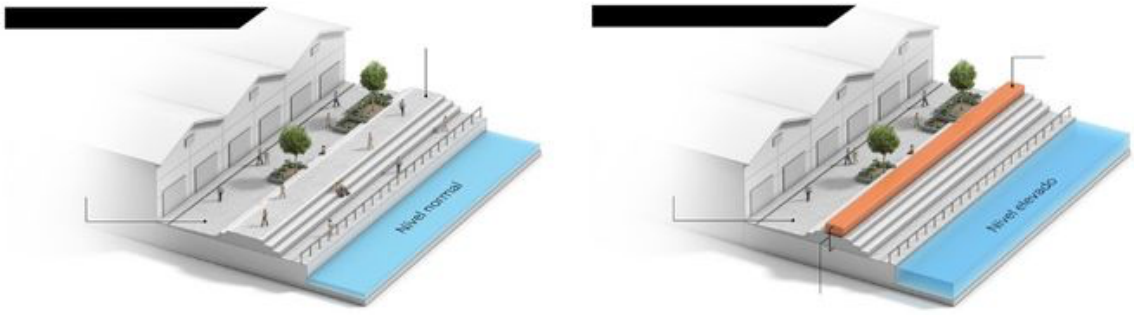
[9] João Cândido Felisberto, conhecido como "Almirante Negro", filho de ex-escravos, nasceu na cidade de Encruzilhada do Sul, em 24 de junho de 1880 e faleceu no município de São João do Meriti, no Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1969. Foi o líder do movimento de marujos contra maus tratos e castigos físicos em embarcações da armada, no movimento conhecido como Revolta da Chibata (1910). Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/artigos-institucionais/artigo-50.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

[10] Medições do nível do Guaíba – Usina do Gasômetro. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWNhZDg0MDgtNWI5Ni00NjU3LTgyNDctYjgyOTE5MDFiMWM0IiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBlOS1hMWU1LWNlY2IwNTNjZGQxYSJ9. Acesso em: 26 nov. 2024.

[11] O Cais *Embarcadero* ocupa uma área de cerca de 20 mil metros quadrados e conta com 38 operações de gastronomia, esporte, comércio, lazer e entretenimento. Reformado e com novas operações, Cais *Embarcadero* reabre para o público na terça-feira. GZH. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/11/reformado-e-com-novas-operacoes-cais-embarcadero-reabre-para-o-publico-na-terca-feira-cm39f1vjr01fp012ca2kbjoiq.html. Acesso em: 26 nov. 2024.

O recurso proposto compreende elevar o piso entre a margem do Guaíba e os armazéns, na forma de uma arquibancada de 1m26cm, para prevenção de cheias, e um mecanismo temporário, que seria acionado em situações críticas, formando uma segunda camada de proteção composta por tubos infláveis ou com diques móveis, devendo alcançar, ao menos, 1m74cm, para compensar os três metros da altura do muro que seria retirado. Sem adentrar na discussão sobre a exequibilidade e a eficiência da solução em situações críticas, como as ocorridas em maio de 2024, observa-se que a proposta impacta diretamente na preservação dos bens tombados, uma vez que resultaria na criação de uma barreira visual no conjunto de armazéns, a partir do Guaíba, além da instalação de uma estrutura permanente sobre trilhos e paralelepípedos protegidos por tombamento. Abaixo (fig. 7), as simulações do uso das barreiras:

Figura 7 – Simulações presentes no Estudo de viabilidade técnica para substituição de proteção contra enchentes no Cais Mauá.



Fonte: Infográfico da GZH, 2023.

Em outro sentido, o projeto prevê a construção de nove prédios na área das docas – beira da orla, com altura acima do limite atual em Porto Alegre que é 52m (Lei Complementar nº 434/1999, Anexo 7):

> O parecer técnico do estudo de viabilidade urbanística (EVU) indica que no setor dos armazéns a altura de novas construções não pode passar de 6,70 metros. No setor das docas, que será entregue ao parceiro privado em troca da revitalização e concessão da área por 30 anos, fica garantida a altura de 150 metros para novas construções. O *masterplan* apresentado ao Piratini pelo Consórcio Revitaliza, via BNDES, mostra construções com menos de 90 metros (Suptitz, 2022).

Inicialmente, fica evidente que essas construções impactarão de forma indelével a paisagem cultural de Porto Alegre, prejudicando a harmonia estética, a identidade cultural do

local, com repercussão no Centro Histórico. A importância da paisagem para o sentimento de apropriação e identidade foi materializada na Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, em seu preâmbulo: "Conscientes de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais, e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia; [...]".

Antes, em 1995, o conceito de paisagem cultural foi sistematizado na Recomendação R(95)9, pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa, o qual serviu de referência à legislação pátria para tratar do tema. No Brasil, a Portaria n. 127 do Iphan trouxe a definição do que se entende por paisagem cultural:

> Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a interação do homem como o meio natural (Brasil, 2007).

Com base na definição de paisagem cultural do Iphan, o caso do Cais Mauá pode ser enquadrado como um exemplo de espaço urbano em que a interação entre o homem e o meio natural deixou marcas significativas e reconhecidas por sua relevância cultural. Esse local constitui um suporte de cenários e realizações que singularizam a história e as práticas sociais associadas à ocupação e ao uso da orla do Rio Guaíba, refletindo valores históricos, culturais e ambientais que exemplificam essa interação excepcional entre a vivência humana e a paisagem natural. No entanto, o projeto de recuperação do local não considera esse contexto, especialmente quando propõe a construção das edificações.

Além dos aspectos culturais, o conjunto de edificações planejado para a orla do Guaíba, em proximidade ao centro histórico e com previsão de extrema verticalização, apresenta implicações relevantes para o clima urbano, impactando aspectos como circulação de ventos, sombreamento e a formação de ilhas de calor.

A elevada densidade de edificações contribui para a redução da velocidade média dos ventos, o que, por sua vez, compromete as condições de ventilação, intensifica o sombreamento e amplia a área exposta à radiação solar. Esses fatores resultam no aumento das temperaturas e na formação de ilhas de calor, um dos fenômenos mais relevantes do clima urbano, cuja intensidade varia conforme as condições micro e mesoclimáticas específicas de cada cidade (Monteiro, Oliveira, 2024).

Além disso, os impactos mencionados são intensificados pelo aumento da densidade populacional nos prédios planejados, pela maior circulação de veículos na área e pelo espaço

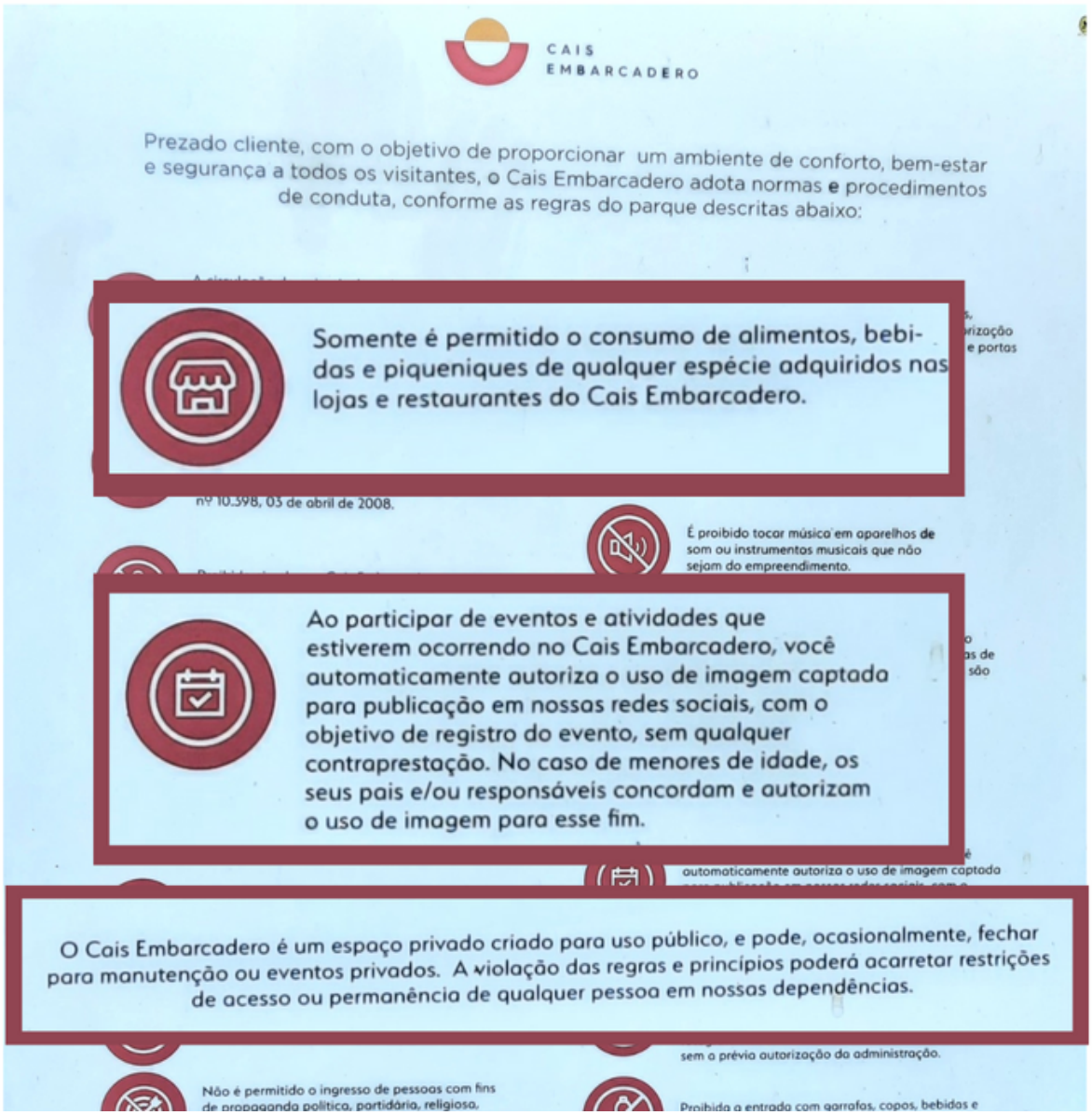
destinado ao estacionamento. A entrada de veículos movidos a combustíveis fósseis no setor das docas, somada ao tráfego interno intenso, agrava ainda mais a situação, expondo os bens culturais a danos causados por trepidação, fuligem, poluição sonora e vibrações.

Essa problemática está alinhada às reflexões de Lefebvre, que, em 1991, já discutia o papel determinante do automóvel na sociedade, influenciando comportamentos e moldando os espaços urbanos para atender às demandas do trânsito. É o que ocorre com a proposta para o acesso de veículos nesse setor, prevista para ocorrer pelo portão principal do cais, exigindo que o fluxo de entrada utilize a Avenida Sepúlveda, que assim como o complexo do Cais Mauá, integra a poligonal de proteção definida pela Portaria n° 26/2022 do Iphan (Brasil, 2022). Esses fatores podem comprometer a integridade estrutural e estética dos bens tombados, além de impactar negativamente a preservação do patrimônio cultural e ambiental da área.

A socióloga Renata Florentino (2011), estudando as exceções urbanas praticadas nas cidades que foram sede de jogos da Copa do Mundo de 2014, destaca, como violação de direitos da população as restrições de trânsito ou de ingresso de pedestres em determinados locais ou áreas assim estabelecidas pela FIFA. Pode-se dizer que o mesmo ocorrerá após a implantação do megaprojeto urbano na área do cais, tendo como referência a observação das práticas desenvolvidas no já mencionado empreendimento gastronômico Cais *Embarcadero*.

Ele é citado com um projeto piloto das diretrizes propostas no *masterplan* para recuperação daquela frente d'água e contém restrições de acesso evidentes, incluindo a priorização de entrada de automóveis no cais. Essas características reforçam a transformação do espaço público em um local de uso controlado, limitando sua função social e acessibilidade universal. A figura a seguir (fig. 8) ilustra as "normas de conduta" afixadas no portão de entrada, destacando as condições impostas aos usuários.

Figura 8 – Cartaz afixado na entrada do complexo gastronômico Cais *Embarcadero*.



Fonte: Montagem sobre fotografia da autora, 2022.

Trata-se de um tema transversal que abrange patrimônio cultural, identidade e memória, mobilidade urbana e meio ambiente. Esses aspectos geram impactos na qualidade de vida da população e nos direitos humanos, como o direito a um ambiente saudável, a acessibilidade universal e a preservação da memória coletiva. Esses direitos, por sua vez, integram os direitos culturais e o direito à cidade, essenciais para a construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Considerações finais

Este estudo reafirma a relevância do patrimônio cultural como um eixo central na construção de identidades coletivas, na preservação da memória social e na promoção da dignidade humana. O Cais Mauá, como parte integrante da paisagem cultural de Porto Alegre, representa não apenas um espaço físico, mas também um suporte de valores históricos, culturais e ambientais que refletem a interação entre o homem e o meio natural.

Entretanto, os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e os impactos de modelos urbanos excludentes, colocam em risco a integridade desse patrimônio. A enchente de 2024 e as propostas de intervenções, incluindo a remoção do muro de contenção de enchentes e a construção de edificações verticais na orla, evidenciam a fragilidade das soluções apresentadas. Tais medidas comprometem a harmonia estética, o equilíbrio climático e a função simbólica do Cais Mauá, agravando ainda mais os problemas climáticos e urbanos da região.

A priorização do automóvel e a transformação do espaço público em locais de uso controlado destacam a inadequação das propostas do *masterplan*. Ao invés de promoverem a acessibilidade universal e a inclusão social, esses projetos refletem um modelo de urbanização neoliberal que favorece a mercantilização da cidade e a exclusão das comunidades locais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a formulação de políticas públicas integradas que articulem a preservação do patrimônio cultural com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento urbano inclusivo. Isso requer uma abordagem que valorize as dinâmicas culturais e sociais da região, respeite as diretrizes de proteção do Iphan e considere metodologias participativas na gestão e uso dos espaços públicos.

Por fim, este trabalho reforça a necessidade de reconhecer o patrimônio cultural como um vetor estratégico para a promoção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Somente por meio de uma integração entre preservação, planejamento urbano e engajamento social será possível resguardar a memória coletiva e garantir um futuro em que a qualidade de vida e os direitos humanos sejam prioridade.

Referências

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Revista Mana** v. 7, n. 2. p. 7-33. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-93132001000200001. Acesso em: 20 nov. 2024.

ALVES, Augusto. **A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930**: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5135. Acesso em: 12 abr. 2024.

ANTONUCCI, Denise. Hafencity, Hamburgo, Alemanha. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.** São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-PCI-005-03_ANTONUCCI.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

AVNI, Nufar; TESCHNER, Na'ama. Urban Waterfronts: Contemporary Streams of Planning Conflicts. **Journal of Planning Literature**. 34(4), 408-420. Trabalho original publicado em 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0885412219850891. Acesso em: 23 mar. 2025.

BARATTO, Romullo. Revitalização da paisagem portuária de Porto Alegre. Notícias da arquitetura. **ArchDaily.** 1 ago. 2014. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/625015/revitalizacao-da-paisagem-portuaria-de-porto-alegre. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2ª ed. rev. e ampl. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Cartas Patrimoniais.** 3ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan n. 127 de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, DF: Iphan, 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan n. 26 de julho de 2022**. Dispõe sobre a delimitação da poligonal e a definição de diretrizes de preservação e de critérios de intervenção para a área de entorno do conjunto de bens tombados isoladamente e do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, situados no bairro Centro Histórico do município de Porto Alegre, [...] Brasília, DF: Iphan, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2022/portaria-iphan-no-26-de-6-de-julho-de-2022. Acesso em: 27 nov. 2024.

BROWNILL, Sue. Just Add Water. Waterfront regeneration as a global phenomenon. In: LEARY-OWHIN, Michael Edema (Org.). **The Routledge Companion to Urban Regeneration**. 1ª ed. Londres: Routledge, 2013.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CITRON, Rafaela Simonato. **Patrimônio industrial, uso e habitação**: Londres, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

CONSÓRCIO REVITALIZA. **Produto 4.1 do Projeto Básico do Contrato OCS nº 072/2021/SEM.** São Paulo: 2022.

CONVENÇÃO para a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

COSTA, Inês de Carvalho e BOTELHO, Maria Leonor. Patrimônio Cultural e Direitos Humanos: primeiras considerações. Antologia de Ensaios. Laboratório colaborativo: Dinâmicas urbanas, patrimônio, artes. **VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE, 2021. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136809/2/506282.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

FERNANDES, Karina. A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre. Cadernos IHU **ideias**. v. 18, n. 303, São Leopoldo (RS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

FLORENTINO, Renata. Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? **E-metropolis**, ano 2, n. 7, p. 44-56, 2011. Disponível em: http://www.memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/164/1/Florentino%2c%20Renata.%20Como%20transformar%20o%20direito%20%C3%A0%20mobilidade%20em%20indicadores%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20Uma%20contribui%C3%A7%C3%A3o.%20e-metropolis%20Revista%20eletr%C3%B4nica%20de%20Estudos%20Urbanos%20e%20Regionais%2c.pdf. Acesso em:28 nov. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO POLIS. Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-Mundial-pelo-Direito-a-Cidade.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARQUES, Matheus Andrade. Reflexões sobre os usos do termo "Revitalização Urbana" em pesquisas da Geografia. **Geografia**, v. 47, n. 1, p. 1-16, Rio Claro (SP): Unesp, 2022.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Patrimônio ambiental urbano**: do lugar comum ao lugar de todos. Revista CJ Arquitetura, n. 19, p. 45-46, 1978.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33-36, 1984. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_36_1469587_IdentidadeCulturalEArqueologia.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de (Coord.). Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, v. 29. n. 2. Brasília: IBICT, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200010. Acesso em: 20 nov. 2024.

MONTEIRO, Karen Cristine Rodrigues; OLIVEIRA, Rosana Pena dos Santos de. Reflexões sobre as consequências da verticalização para o clima urbano na cidade de Vitória da Conquista-BA-Brasil. **Observatório Geográfico de América Latina**, 2014. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Procesosambientales/Climatologia/16.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

MOURA, Dulce *et al.* A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. In: **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12/13, 2006, p. 13-32 15. Disponível em: https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

PIRES, Maria Coeli Simões. A proteção do patrimônio cultural. **Direito & Justiça**. Jornal Estado de Minas, publicado em 26 set. 2011. Belo Horizonte. Disponível em: https://www.mariacoeli.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Artigo-Patrimônio-Cultural-Jornal-Estado-de-Minas-Maria-Coeli.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar n. 434, de 1º de dezembro de 1999**, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre: Câmara Municipal, 1999. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1999/44/434/lei-complementar-n-434-1999-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-no-municipio-de-porto-alegre-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias. Acesso em: 26 nov. 2024.

PROJETO CAIS MAUÁ. Infográficos.**Terra**. 2014[?]. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/projeto-cais-maua/index.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n° 45.187, de 27 de julho de 2007**, que Institui a Comissão Técnica de Avaliação e Seleção dos estudos relativos ao Projeto de Revitalização do Cais Mauá e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2007. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2045.187.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/0966/1739ce4061c1190d5d10d506f099c746e1b5.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, 1994, p. 31-52.

SAWAIA, Bader. Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. p. 119-127.

SOUTH SUMMIT. O que é exactamente South Summit? Disponível em: https://www.southsummit.io/pt/faqs/. Acesso em: 25 nov. 2024.

SUPTITZ, Bruna. EVU permite construção de 150 metros de altura nas docas do Cais Mauá. Urbanismo. Jornal do Commercio, 7 jun. 2022. Porto Alegre. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2022/06/850417-evu-permite-construcao-de-150-metros-de-altura-nas-docas-do-cais-maua.html. Acesso em: 26 nov. 2024.

TORINO, Isabel Costa. **A memória social e a construção da identidade cultural**: diálogos na contemporaneidade. Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 22. dez./2013, www.eumed.net/rev/cccss/26/memoria-social.html. Acesso: 20 nov. 2024.

TOURINHO, Andréa e RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, n. 22, São Paulo, jul./dez. 2016, p. 70-91. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111915/122079. Acesso em: 21 abr. 2024.

TREVISAN, Tais. **Um porto vazio no centro da capital gaúcha**: vazios urbanos na cidade contemporânea: situação atual e propostas para a sua utilização. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12300. Acesso em: 12 set. 2024.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: UNESCO, 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 20 no. 2024.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 5ª ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

VASSALO, V. P. L.; FIGUEIREDO, P. J. S. Sustentabilidade dos espaços urbanos. In: **4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. PLURIS 2010 (Faro, Portugal). 2010. Disponível em: http://pluris2010.civil.uminho.pt/actas/pdf/paper482.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

VIEIRA, Otávio Augusto. **As revitalizações dos Espaços Portuários de Puerto Madero – Buenos Aires – e do Cais Mauá – de Porto Alegre – e suas relações com o entorno**: por uma análise de aproximação. 2011.312f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55621. Acesso em: 15 abr. 2024.

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria portuária Sul-Riograndense**: porto, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964). 2008. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

VIVIAN, Mariana Motta. **Revitalizações urbanas e disputas pelo espaço público**: o caso do Cais Mauá, em Porto Alegre. 2016. 148f. Trabalho de conclusão de curso de graduação. (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais). Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Recebido em 01/12/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável

Luisa Durán Rocca; Ângelo Braghirolli; Eduardo Hahn

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ROCCA, Luisa Durán; BRAGHIROLLI, Ângelo; HAHN, Eduardo. Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 235-261, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Pedras Altas, modelo de granja para o desenvolvimento rural sustentável

Luisa Durán Rocca[1]
Ângelo Braghirolli[2]
Eduardo Hahn[3]

Resumo

Em contraponto ao modelo tradicional de desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil, baseado no latifúndio das antigas estâncias e charqueadas, caracterizadas pela pecuária extensiva e pelo uso da mão de obra escrava, o intelectual, estadista e embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) propõe uma nova alternativa materializada em uma experiência singular: a Granja de Pedras Altas (atual município de Pedras Altas – RS). Transcorrido mais de um século desde sua fundação e a partir da recente mudança de proprietários, inicia-se um novo ciclo para o lugar. O texto apresenta sumariamente as estâncias e charqueadas como os antecedentes do desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil para contextualizar e contrastar a proposta de Pedras Altas. A partir da análise bibliográfica e documental, relata o processo de criação da granja, da materialização dos seus espaços e da formação do seu acervo em paralelo à trajetória política e intelectual do seu idealizador. Analisa os processos de patrimonialização e tombamentos, a partir da documentação existente no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando os valores que foram sendo incorporados nessa trajetória e discutindo critérios de valoração até a recente mudança de proprietários. Finalmente, apoiando-se nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, sugere para o novo ciclo da granja, ressignificar o pioneirismo dela como modelo de desenvolvimento rural sustentável e como recurso didático e patrimonial para alavancar o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Granja de Pedras Altas; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Patrimônio industrial agroalimentar; Desenvolvimento rural; Recurso patrimonial.

Resumen

[1] Arquiteta, Universidad de los Andes, Bogotá/Colômbia, 1988; especialista em Conservação e Restauração em Monumentos e Conjuntos Históricos, CECRE-UFBA, Salvador/BA, 1998. Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura, PROPAR-UFRGS, Porto Alegre/RS, 2003. Doutora em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre/2011. Email: luisa.duran@ufrgs.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7434-4015.

[2] Arquiteto, Universidade do Vale dos Sinos UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1974; especialista em Conservação e Restauração em Monumentos e Conjuntos Históricos, CECRE-UFBA, Salvador/BA, 1998. Doutor em História da Arte e Gestão do Patrimônio, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla/España, 2014. Email: angelo.brag@gmail.com.

[3] Arquiteto, Universidade Luterana do Brasil ULBRA, Canoas/RS, 1998; mestre em Museologia e Patrimônio MUSPA, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2024. Email: arq.eduardohahn@yahoo.com.br.

En contraste con el modelo tradicional de desarrollo rural en el extremo sur de Brasil, basado en el latifundio de las antiguas estancias y charqueadas, caracterizadas por la ganadería extensiva y el uso de mano de obra esclava, el intelectual, estadista y embajador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) propone una nueva alternativa materializada en una experiencia singular: la Granja de Pedras Altas (actual municipio de Pedras Altas – RS). Más de un siglo después de su fundación y a partir del reciente cambio de propietarios, comienza un nuevo ciclo para el lugar. El texto presenta brevemente las estancias y charqueadas como antecedentes del desarrollo rural en el extremo sur de Brasil para contextualizar y contrastar con la propuesta de Pedras Altas. A partir del análisis bibliográfico y documental, relata el proceso de creación de la Granja, la materialización de sus espacios y la formación de su colección, en paralelo a la trayectoria política e intelectual de su creador. Se analizan los procesos de patrimonialización y de catalogación como bienes de interés cultural, a partir de la documentación existente en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico del Estado de Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando los valores que se fueron incorporando en esta trayectoria y discutiendo criterios de valoración, hasta el reciente cambio de propietarios. Por último, a partir de las aportaciones del ámbito del patrimonio industrial agroalimentario y de la socio-museología, se propone para el nuevo ciclo que se inicia resignificar el espíritu pionero de la granja como modelo de desarrollo rural sostenible y como recurso didáctico y patrimonial para potenciar el desarrollo local.
Palabras clave: Granja de Pedras Altas; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Patrimonio industrial agroalimentar; Desarrollo rural; Recurso patrimonial.

Abstract

In contrast to the traditional model of rural development in the extreme south of Brazil, based on the latifundium of the old estancias and charqueadas, characterized by extensive cattle ranching and the use of slave labor, the intellectual, statesman and ambassador Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) proposes a new alternative materialized in a singular experience: the Granja de Pedras Altas (current municipality of Pedras Altas – RS). More than a century after its foundation and from the recent change of owners, a new cycle begins for the place. The text briefly presents estancias and charqueadas as the antecedents of rural development in the extreme south of Brazil to contextualize and contrast the project of Pedras Altas. From the bibliographic and documentary analysis, it reports the process of creation of the granja, the materialization of its spaces and the formation of its collection in parallel with the political and intellectual trajectory of its creator. The process of patrimonialization and listing as heritage are analyzed, based on the existing documentation in the Institute of Historical and Artistic Heritage of the State of Rio Grande do Sul – IPHAE, verifying the values that were being incorporated in this trajectory and discussing criterias until the recent change of owners. Finally, based on the contributions of the field of agri-food industrial heritage and socio-museology, it suggests for the new cycle of the farm, to resignify the pioneering spirit of the project as a model of sustainable rural development and as a didactic and patrimonial resource to leverage local development.
Keywords: Pedras Altas Farm; Joaquim Francisco de Assis Brasil; Industrial agri-food Heritage; Rural development; Patrimonial resource.

Introdução

Estâncias e charqueadas são os antecedentes do desenvolvimento rural do extremo sul do Brasil, que se apresentam brevemente para contextualizar e contrastar a proposta de Pedras Altas. A partir da análise bibliográfica e documental, o texto relata o processo de criação da granja, da materialização dos seus espaços e da formação do seu acervo em paralelo à trajetória política e intelectual do seu idealizador. Analisa os processos de patrimonialização e tombamentos, a partir da documentação existente no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, verificando os valores que foram sendo incorporados nessa trajetória e discutindo critérios de valoração até a recente mudança de proprietários. Finalmente, apoiando-se nas contribuições do campo do patrimônio industrial agroalimentar e da sociomuseologia, sugere para o novo ciclo da granja ressignificar o pioneirismo dela como modelo de desenvolvimento rural sustentável e como recurso didático e patrimonial para alavancar o desenvolvimento local.

O trabalho se justifica nas necessidades de viabilizar a fruição social e visitação pública de um espaço patrimonial tombado, de propriedade privada e na ressignificação do legado material e conceitual da granja, ancorado nas políticas de preservação ambiental e patrimonial.

Antecedentes: estâncias e charqueadas

O extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai e a Argentina, faz parte do bioma Pampa e foi incorporado ao domínio lusitano a partir da segunda metade do século XVIII. Trata-se de um processo tardio em relação às demais regiões da Luso-América, consequência de uma estratégia político-militar implementada pela coroa portuguesa para delimitar fronteiras e ganhar terras nominalmente sob domínio da Espanha. A ocupação do território foi garantida mediante três ações complementares: a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e o estabelecimento de povoados (Durán, 2009).

A concessão de terras, em tese, era realizada por um dos três procedimentos legais: o primeiro era a concessão de *sesmarias* ou grandes propriedades, com base em cessões a senhores fiéis, ou como recompensa a militares, dada pelo rei com a aprovação do Conselho Ultramarino, com base na Provisão de 7 de agosto de 1727; mais tarde, essas concessões foram realizadas pelo governador-geral que, eventualmente, poderia assumir o cargo de vice-rei; a área máxima a ser entregue era de uma por três léguas (aproximadamente 13.000 hectares),

regra frequentemente contornada por meio de negociações e/ou acordos familiares. O segundo foi a entrega de *datas*, ou doações provisórias, feitas pelo governador e posteriormente regulamentadas; sua área variava entre um e três quartos de légua em quadro e sob este mecanismo, a partir de 1748, estabeleceram-se famílias de agricultores dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que vieram graças a um programa de migração subsidiada; observe-se que a área de uma data era perto do 2% da área de uma sesmaria, o que evidencia as desigualdades em relação à distribuição da terra. O terceiro procedimento foi o leilão em praça pública de terras apreendidas. O beneficiário de uma sesmaria se comprometia a reservar áreas para criar povoações, abrir estradas, construir pontes. Embora a existência do corpus jurídico, as sesmarias nunca foram confirmadas pelo Conselho Ultramarino e, menos ainda, demarcadas (Durán, 2009). Segundo Kury (1987), essa forma de concessão continuou durante grande parte do denominado período imperial (1822-1891), até ser proibida pela Lei de Terras, em 1850.

Em decorrência das formas de posse da terra, nas grandes estâncias ou fazendas formadas a partir das sesmarias desenvolveu-se a pecuária extensiva aproveitando os extensos rebanhos de gado existentes na região. As pequenas propriedades dos imigrantes açorianos no século XVIII e, posteriormente, dos alemães, italianos e outros grupos da Europa Central que chegaram ao longo do século XIX, foram responsáveis por boa parte da produção agrícola. No entanto, essas atividades eram complementares e não necessariamente exclusivas (Osório, 2006).

O termo *estância* foi usado pelos primeiros habitantes europeus dos pampas, para designar os vales protegidos, as margens dos rios e os lugares preferidos para descansar. A partir de 1694, surgiram as primeiras estâncias perto de Colônia do Sacramento, entendidas como locais fixos. A palavra tomada do castelhano foi usada no extremo sul do Brasil para designar um núcleo de produção agrícola, caracterizado pela grande propriedade e pela estrutura patriarcal. Era habitada pelo proprietário ou estancieiro, sua família, agregados, trabalhadores livres e escravos e o proprietário exercia poder absoluto em seus domínios em troca de proteção. A estância[4] incluía além da residência o conjunto de construções rurais de apoio à produção: casas dos trabalhadores livres, senzalas ou quartos para os escravos, galpões, currais, estábulos, atafonas e pomares; geralmente essas construções eram implantadas em locais relevantes como o topo de um morro ou coxilha.

[4] Sobre a arquitetura das estâncias, sugere-se consultar: LUCCAS, Luis Henrique Hass. *Estâncias e fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul.* Dissertação (mestrado em Arquitetura), UFRGS, Porto Alegre, 1997.

No Brasil colônia, o processamento e a exportação de produtos agrícolas surgiram como alternativa para melhorar a economia, em crise desde 1760 devido ao declínio da mineração, à desvalorização do açúcar e às despesas derivadas dos conflitos com o vice-reinado platino. Nesse âmbito, no Sul principalmente, surgiram as *charqueadas*[5], conhecidas como *saladeros* no vice-reinado do Prata. Nestes estabelecimentos proto-industriais, com tipologias espaciais específicas para processar o gado, era preparada a carne seca ou *charque*, além de outros produtos como couro, chifres e sebo. O charque, como derivado do setor primário, dependia das condições tecnológicas da época e foi o principal produto de consumo e de exportação do Rio Grande do Sul; era um alimento barato produzido por e para escravos e, antes da independência do Brasil (1822), o valor do charque representava 57% do custo total das exportações da Capitania. Considerando os derivados como couros, sebo e chifres esse percentual chegava a 85% (Marques, 1990).

Vários autores (Costa, 1922; Gutiérrez, 1993) afirmam que a técnica de salgar a carne para garantir sua conservação foi trazida para o sul do Brasil pelo português José Pinto Martins, que veio do Ceará e se estabeleceu em 1779 na nascente cidade de Pelotas. Duas hipóteses são consideradas sobre a origem da técnica: a primeira é que foi trazida do planalto andino, onde os nativos das margens do Lago Titicaca aplicavam um processo de salga de carne de lhama, chamado em quíchua de *charqui*, que significa carne seca e que servia de alimento aos trabalhadores das minas de prata de Potosí; a segunda é que a técnica foi trazida do Prata, concretamente a partir de 1778, quando o ministro da Agricultura espanhol enviou ao vice-rei do Rio da Prata uma publicação chamada "Disertación sobre el método de sala de carne y beneficio de los cueros"; no ano seguinte, chegaram técnicos de Málaga que organizaram a indústria de salga. Estâncias e charqueadas foram descritas por Nicolas Dreys, comerciante francês que visitou a região sul do Brasil, em 1817:

> Há dois tipos de estabelecimentos em Rio Grande, dos quais emanam os principais elementos da riqueza da província; queremos falar das estâncias, onde são criados numerosos rebanhos de gado, mulas, cavalos, laníferos etc., e das charqueadas, onde uma grande parte do gado do país é morta para benefício e comércio de carne, couros e vários outros derivados (Dreys, 1961, p. 129).

[5] Sobre a arquitetura das charqueadas, sugere-se consultar: GUTIERREZ, Esther J. B. *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888).* Tese (doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

Apesar de ser muito primitiva e tosca, a charqueada deu valor ao gado, evitando desperdícios. O caráter sazonal da produção exigiu a organização de outras atividades complementares para aproveitar o trabalho escravo. O programa arquitetônico geralmente incluía: mangas e estábulos para criação de animais, galpões e pátios para a produção de charque, fábricas para outros elementos derivados como sebo, couro, sabão e velas, olarias para a produção de tijolos e objetos cerâmicos, a casa do proprietário, hortas e pomares e a senzala dos escravos. Ao contrário dos *saladeros* platinos, onde se empregavam trabalhadores assalariados, nas charqueadas gaúchas a mão de obra era escrava.

Durante o apogeu do ciclo charqueador, um grande número de escravizados foi trazido para trabalhar em condições subumanas e daí a expressão "purgatório dos negros" *(*Maestri, 2006, p. 199).

As charqueadas localizavam-se nos arredores dos povoados e perto de cursos de água, para facilitar o transporte fluvial da produção. As terríveis condições do ambiente de trabalho contrastavam com a opulência e urbanidade das cidades vizinhas: Pelotas, Jaguarão e Bagé, para citar as principais e as que preservam um significativo acervo de arquitetura eclética. No entorno de Pelotas, chegaram a funcionar 48 charqueadas de cujos cais sobre o Canal São Gonçalo saíam os barcos com charque e outros derivados até Rio Grande, porto sobre a Lagoa dos Patos; de lá, a produção era enviada para a capital, Rio de Janeiro, para o nordeste, para Cuba, Estados Unidos e outros lugares onde a escravidão ainda existia. Na volta, os navios chegavam com manufaturas e objetos de luxo (Gutiérrez, 1993).

A atmosfera do espaço de produção era macabra, fedorenta e pestilenta e impressionou os viajantes que visitaram as charqueadas. Dreys (1961) descreveu detalhadamente o processo de produção e constatou que nos diferentes estabelecimentos que visitou havia variações na forma de matar. O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve na região entre 1820 e 1821, deixou-nos este relato:

> Apesar da matança nas charqueadas ter cessado meses atrás, ainda há um forte cheiro de carnificina nos arredores; pode-se ter uma ideia de como deve ser esse cheiro na hora do abate. Naquela época, eles dizem que você não pode se aproximar das lagoas sem ser coberto por moscas. Imaginando aquela multidão de animais decapitados, o sangue jorrando, a quantidade de carne exposta nos galpões de secagem, vejo que tais lugares devem inspirar decepção e pavor (Saint-Hillaire, 1999, p. 74).

Segundo Esther Gutiérrez (1993), o processo de charquear era realizado entre outubro e maio, os meses mais quentes. Quando os animais eram mortos e desossados, os escravos viviam untados de sangue e sal. As jornadas de trabalho eram tão intensas que muitos escravos ficavam

exaustos e sua "vida útil" era de 7 a 10 anos. Em um estabelecimento de aproximadamente 80 escravos, havia cerca de 10 trabalhadores assalariados, que exerciam funções de capatazes ou tarefas menos extenuantes, já que nenhum homem livre se submetia às condições daquele ambiente. Na hierarquia do trabalho estavam primeiro os açougueiros, seguidos pelos descarnadores, dos graxeiros, dos sebeiros, dos aprendizes e, finalmente, dos tripeiros. Os escravos favorecidos trabalhavam nas manufaturas dos produtos derivados e como apoio para as atividades da casa senhorial. As mulheres eram usadas como empregadas domésticas, costureiras e não pernoitavam na senzala. Visto que a maioria dos escravos eram homens e o número de mulheres e crianças era mínimo, percebe-se que os charqueadores tinham pouco interesse em que os cativos formassem famílias.

Saint Hillaire hospedou-se na casa de Antônio José Gonçalves Chaves, um dos principais charqueadores de Pelotas e proprietário da Charqueada São João. O viajante comentou que ele era considerado um dos charqueadores "mais humanos". No entanto, observou:

> Há sempre um menino negro na sala, de dez a doze anos, cujo trabalho é chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços domésticos. Não conheço nenhuma criatura mais infeliz do que aquela criança. Ele nunca se senta, nunca sorri, nunca brinca! Ele passa a vida tristemente encostado na parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do proprietário. A noite lhe traz sono e quando não há ninguém no quarto, ele cai de joelhos para dormir. Esta casa não é a única que usa esse sistema implacável. É frequente em outros (Saint-Hillaire, 1999, p. 73).

Nesse ambiente de trabalho forçado e absoluta falta de liberdade, o escravo nem sempre foi passivo. Suicídio, vingança contra os proprietários, rebeliões, fuga individual ou em grupos para formar quilombos eram frequentes. A tortura física e o medo dela eram os instrumentos coercitivos para manter a ordem escrava. A meados do século XIX, as charqueadas sulinas começaram a ter dificuldades. De um lado, a concorrência dos estabelecimentos da Argentina e Uruguai, cujos produtos eram considerados de melhor qualidade; de outro, as ações da elite paulista, produtores e exportadores de café, proprietários de escravos, que pressionavam o governo nacional a impor altas cargas tributárias aos charqueadores para justificar a compra do charque platino por um preço mais baixo. Estes fatores foram decisivos para a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Apesar de tudo, a atividade charqueadora gerou uma exuberante acumulação de capital em um tempo relativamente curto e, consequentemente, produziu uma pequena e poderosa elite burguesa de origem lusitana que cultivava sofisticados hábitos importados da Europa, principalmente de Paris.

O declínio das charqueadas coincide, de uma parte, com a abolição da escravatura, formalmente em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. O fim da mão de obra cativa acabou com a demanda por alimentos baratos como o charque e, a partir de 1890, incentivou a migração italiana, inicialmente para suprir mão de obra assalariada, para as fazendas de café dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. De outra parte, com as experiências científicas que culminaram com o processo de refrigeração.

Deve-se ao francês Charles Tellier (1828-1913) o desenvolvimento da preservação de alimentos por resfriamento. A França se concentrou na refrigeração de navios e, em 1876, foi realizada a primeira travessia oceânica experimental em um navio refrigerado carregado de carnes denominado *Le Frigorifique*, que partiu de Rouen com destino a Buenos Aires com o próprio Tellier a bordo. Em 1910, Tellier revisou suas experiências e publicou em Paris: *Historie d'une invention moderne, le frigorific* (Braghirolli, 2014).

Paralelamente às experiências francesas, os ingleses, muito mais pragmáticos, preparavam-se para instalar indústrias de refrigeração nos locais de origem do gado, interferindo assim em todo o processo, desde a criação de animais até a refrigeração da carne. Seis anos depois da viagem de *Le Frigorifique*, em 1882, foi instalado o *River Plate Fresh Meet Cia. Ltda.,* no distrito de Campana, às margens do Rio Paraná, Argentina. Este foi o primeiro estabelecimento do gênero na América do Sul. Na sequência, *saladeros* uruguaios e argentinos e charqueadas brasileiras foram sendo adquiridos por empresas inglesas e norte-americanas e adequados às tecnologias de refrigeração para exportar carne, alterando completamente o sistema agrário e laboral (Braghirolli, 2014).

O charque perdura como um alimento popular representativo da culinária gaúcha. O artista plástico Danúbio Gonçalves (1925-2019), nascido na cidade de Bagé, ainda criança conheceu o processo de produção de charque, já que seu pai vendia gado para as charqueadas que continuavam trabalhando da forma tradicional, sem implementar a refrigeração. Essa vivência influenciaria mais tarde sua produção artística quando dedicou uma série de gravuras ao tema.

Figura 1 – *Carneadores,* xilogravura de Danúbio Gonçalves (1953). Da série *Xarqueadas*.

Fonte: Coleção Ângelo Braghirolli.

Como veremos, em contraste com a estrutura do latifúndio e paralelamente ao declínio das charqueadas, um modelo alternativo foi proposto nos mesmos pampas sulinos: a Granja de Pedras Altas; como uma experiência pioneira e singular, apostava na tecnificação da pequena propriedade, na qualificação dos rebanhos e na melhoria da produção agrícola. A granja se localiza no atual município de Pedras Altas[6] e o nome deve-se ao afloramento das rochas graníticas que caracterizam a paisagem.

Seu idealizador é uma personalidade de relevância histórica nacional e internacional: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a história da granja está relacionada tanto com a vida pessoal do seu criador como a história política do Brasil.

[6] O povoado originou-se junto da estação férrea construída em 1884, em frente da futura entrada da granja. Era um distrito pertencente ao município de Pinheiro Machado que, antes de 1915, se denominava Cacimbinhas, nome que foi mudado para Pinheiro Machado em homenagem ao senador assassinado. Em 1999, Pedras Altas se emancipou e, segundo o censo do IBGE de 2022, conta com 2.061 pessoas (https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pedras-altas/panorama).

Assis Brasil, estadista, embaixador e homem do campo

Filho de estancieiros, Joaquim Antônio de Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857 na Estância de São Gonçalo, então no município de São Gabriel e hoje no município de Cacequi. Estudou Direito em São Paulo e formou-se em 1882; voltou para o Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense e foi eleito deputado provincial em dois biênios, de 1884 a 1886 e de 1886 a 1888.

Abolicionista e republicano fervoroso, afirmava que nenhum homem poderia ser dono de outro homem; lutou contra a centralização política do País, valorizando o sistema federal, que preservava as autonomias regionais; participou do projeto de elaboração do Estado Sul-rio-grandense, que não assinou por divergências políticas, fato que expôs no manifesto *Assis Brasil a seus concidadãos*, de 1891.

Casou duas vezes; a primeira com Maria Cecília Prates de Castilhos, irmã do seu co-partidário Júlio de Castilhos, com quem teve duas filhas: Maria Cecília e Carolina; enviuvou em 1895 e contraiu segundas núpcias em Lisboa, em 1898, com Lydia Pereira Felício de São Mamedé, neta do Conde de Mamedé, com quem teve oito filhos: Cecília, Lídia, Joaquina, Francisco, Joana, Dolores, Joaquim e Lina.

Destacado diplomata, Assis Brasil ocupou o cargo de ministro plenipotenciário na Argentina e, em 1894, foi nomeado embaixador na China, porém não assumiu porque foi destinado a Portugal com a tarefa de reestabelecer as relações diplomáticas com aquele país. Em 1898, foi enviado para os Estados Unidos e, em 1902, ao México. Participou da assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), acordo binacional que encerrou o conflito limítrofe com a Bolívia, depois da compra do território do Acre, incorporado ao Brasil.

Sua jornada internacional não o afastou de seu contato com a terra. Pecuarista e estancieiro, liderou a fundação da Associação Pastoril de Pelotas; adquiriu animais das melhores raças que introduziu no Brasil: gado vacum *Jersey* e *Devon*, de origem inglesa, o primeiro para o leite e o segundo para a carne. Também trouxe as ovelhas de raça *Karakul*, cavalos puro sangue inglês, árabes e *percherons*, para melhorar a cavalaria militar e criou vários campeões.

Em 1907, Assis Brasil se retirou do serviço diplomático e iniciou a criação da Granja de Pedras Altas. No ano seguinte, foi colocada a primeira pedra das fundações da futura residência que viria a ser habitada pela família a partir de 28 de junho de 1913.

Voltou à vida política e em 1922 participou pelo partido federalista das eleições para a Presidência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, porém seu adversário, Borges de Medeiros, venceu pela quinta vez, em questionável processo eleitoral, fato que gerou a *Revolução de 1923*. Na granja, foi assinado o *Pacto de Pedras Altas*, que colocou fim ao conflito regional, embora a família tenha tido que se exilar no Uruguai e a residência terminou sendo depredada.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), Assis Brasil foi ministro da Agricultura. Também participou da reforma da lei eleitoral que sentaria as bases do Código Eleitoral de 1932, onde, entre outros aspectos, defendeu o sufrágio feminino e o voto secreto. Em 1934, insatisfeito com a ditadura de Vargas, retirou-se da política e refugiou-se na granja, onde faleceu em 1938.

Além dos serviços prestados ao País, Assis Brasil deixou uma vasta e variada produção intelectual com contribuições para a história, o direito, a literatura e a agricultura – destaca-se "Cultura dos campos: Noções gerais de agricultura e especiais de alguns cultivos atualmente mais urgentes no Brasil", cuja primeira edição foi publicada em Lisboa em 1898 com uma tiragem de 32.000 exemplares e a terceira em Paris, em 1909, sendo um sucesso editorial (Kern, 2008).

Consciente do valor do cotidiano no mundo rural, Assis Brasil realizava o *Memorandum*, uma espécie de diário no qual registrava anotações e as atividades da granja, hábito que foi seguido por Cecília, a primeira filha do segundo casamento, que escreveu seu diário entre 1916 e 1928. Cecília nasceu em 1899 em Washington e era quem cuidava da granja quando o pai se ausentava; morreu em 1934, solteira, atingida por um raio quando cavalgava. O diário foi editado pelo jornalista Carlos Reverbel e publicado pela L&PM. O texto evidencia o quanto Cecília e a família Assis Brasil adoravam a vida no campo. Segundo o jornalista:

> [Cecília] gostava de produzir queijos, bater manteiga, dar mamadeira a cordeiros órfãos, cuidar de uma ninhada de pintos, colher aspargos. Sabia o ponto exato da calda de doce de figo. Também acompanhava o desenvolvimento das vacas jersey, importadas da Inglaterra, e das ovelhas Karakul. Divertia-se com os irmãos em pescarias de lambaris ou longas cavalgadas. Lia autores clássicos e revistas como a Life e Les Annales quase diariamente. Quando estava triste, preferia os poemas de Longfellow (Reverberl, 1983).

A granja: *uma quadra, uma légua*

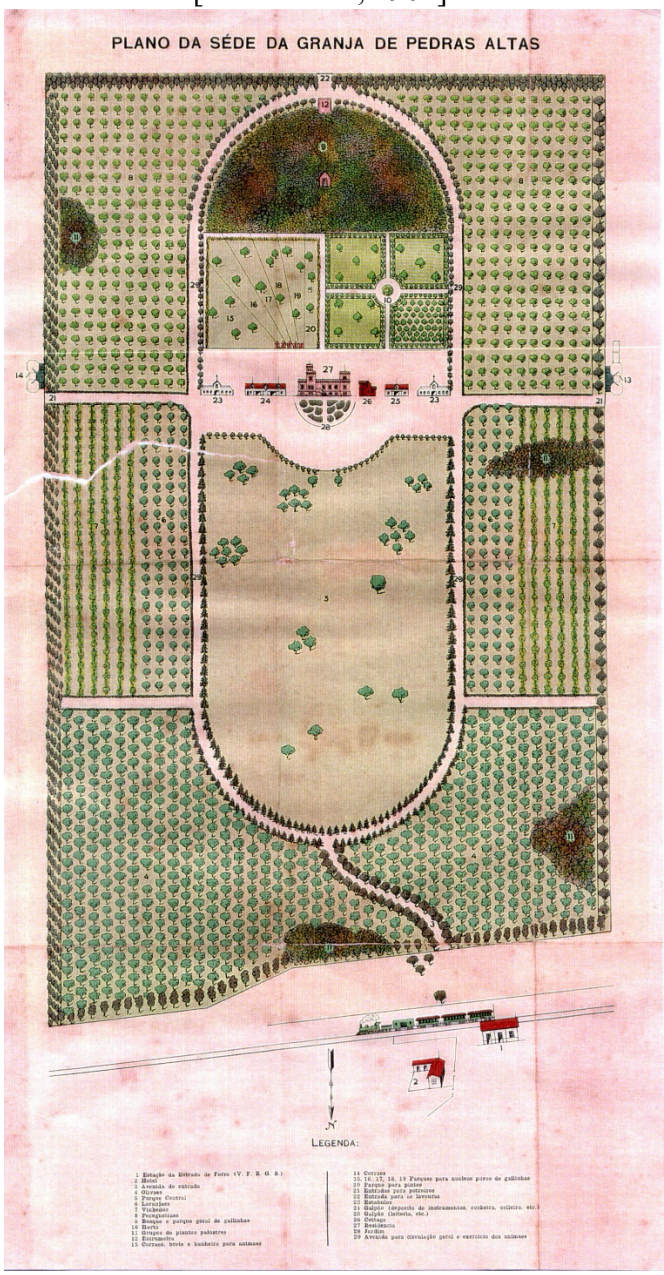
A escolha do terreno, uma área de 170 hectares, no dorso da Coxilha Geral, que separa as bacias do Prata e da Lagoa dos Patos, atualmente dentro do município de Pedras Altas, foi cuidadosamente pensada, tendo em conta, de uma parte, a localização no paralelo 31 latitude sul, região muito favorável ao cultivo da uva, da oliveira e dos cereais, e, de outra, a proximidade da estação ferroviária, que permitia a conexão com o Pais pelo ramal Rio Grande-Bagé e também com Montevidéu e Buenos Aires.

O projeto foi integralmente concebido por Assis Brasil, desde a implantação e zonificação das áreas até a residência, projetada em singular formato de castelo. A planta geral, intitulada "Plano da Sede da Granja de Pedras Altas", que repousa na biblioteca da casa, provavelmente foi desenhada entre 1904 e 1908, quando se colocou a primeira pedra da residência. Como se observa na planta, o terreno retangular foi organizado a partir de um anel viário que subdivide e setoriza as áreas; este anel está conectado com a entrada da propriedade por uma sinuosa via e, nas imediações, encontra-se a estação ferroviária e o edifício do hotel. O anel viário é identificado como (29) *Avenida para circulação geral e exercício de animais*. No exterior do anel, foram organizados oliveiras, vinhedos, laranjeiras e pessegueiros; no interior e sobre um dos dois eixos transversais alinham-se em uma barra as edificações; na frente, localiza-se o jardim, identificado como (5) *Parque central,* o qual tem grande variedade de espécies nativas e exóticas; e, atrás das edificações, encontram-se numa primeira área quadrada que corresponde ao parque para as galinhas (15, 16, 17, 18 e 19) e, na outra metade, a horta (10) organizada em *partèrre* de quatro quadrantes e centro circular. Mais ao fundo, na área semicircular, está o bosque (9) e a composteira (12). Há no meio um símbolo de capela, adjacente ao cemitério familiar. Este leva o nome de *Boa Viagem* e guarda os restos mortais de Assis Brasil e outros membros da família.

Se por um lado a falta de informações técnicas, como escala gráfica e norte e a representação em vista das edificações, evidenciam que não é um plano elaborado por arquiteto ou engenheiro, por outro, a rigorosidade geométrica, a simetria, a racionalidade na setorização e a escolha e distribuição das diversas espécies vegetais nativas e exóticas evidenciam a erudição do autor e seu conhecimento de botânica e agronomia. A proposta do conjunto se enquadra no paisagismo francês e na tipologia de jardins palacianos barrocos que com certeza seu idealizador conheceu.

Pedras Altas é a materialização do lema do seu idealizador: *uma quadra, uma légua*[7], ou seja, que com tecnologia e uso racional dos recursos modernos era possível desenvolver em uma pequena propriedade uma produção diversificada equivalente à obtida em um latifúndio. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento rural e agrário inovadora para a época – e para os dias atuais – em franco contraste com a situação do Pampa.

Figura 2 – Plano da Sede da Granja de Pedras Altas [Assis Brasil, 1904].



Fonte: documento existente na Biblioteca de Pedras Altas.

[7] Para fornecer uma noção de dimensões: uma quadra equivale a 1,74 hectare e uma légua quadrada a 3.600 hectares.

Legenda: 1. Estação da estrada de ferro; 2. Hotel, 3. Avenida de entrada; 4. Olivares; 5. Parque Central; 6. Laranjaes; 7. Vinhedos; 8. Pessegueiraes; 9. Bosque e parque geral de galinhas; 10. Horta; 11. Grupo de plantas palustres; 12. Estrumeira; 13. Corrais, brete e banheiro para animais; 14. Corraes; 15. 16. 17. 18. 19. Parques para núcleos puros de galinhas; 20. Parque para pintos; 21. Estrada para potreiros; 22. Estrada para as lavouras; 23. Estábulos; 24. Galpão (depósito de instrumentos, cocheira, celeiro etc.); 25. Galpão (leitera etc.); 26. Cottage; 27. Residência; 28. Jardins; 29. Avenida para circulação geral e exercício dos animais.

A proximidade da estrada de ferro aposta na relevância do desenvolvimento rural acompanhado da implementação de redes de transporte eficientes, tanto para escoar a produção como para manter os habitantes do campo conectados com os núcleos urbanos e poder levar uma vida confortável apropriada para o crescimento intelectual. O conceito do projeto está eternizado na soleira do portão de acesso ao jardim, onde se lê: Bem-vindo à mansão que ela encerra / Luta dura e doce calma / O arado que educa a terra / O livro que cultiva a alma.

Figuras 3 e 4 – Granja de Pedras Altas: Portão do jardim e soleira.

Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

As edificações dispostas linearmente configuram, em uma barra, a visão de um telão de fundo que evoca teatralidade e impressiona quem se aproxima desde o anel viário. São estas: a residência/castelo no centro (27), presidindo o conjunto; de um lado estão o estábulo (23) e o galpão (24) e do outro o *cottage* (26), o galpão de produção de laticínios (25) e mais estábulos (23).

A residência, segundo a morfologia de um castelo medieval, em pedra, com duas torres cilíndricas e almeias, é totalmente exótica ao contexto pampeano e brasileiro. A eleição desta opção contrasta com a erudição e os ideais que seu autor defendia:

> Com um gosto bastante peculiar, o homem que defendeu a República com tanta competência constitui um castelo, um dos símbolos do poder monárquico, para servir-lhe de residência e sede da Granja de Pedras Altas (Rodrigues e Vaz, 1999, p. 5).

Figura 5 – Granja de Pedras Altas: Residência.

Fonte: Foto Ângelo Braghirolli, 2004.

Há um relato sentimental sobre esta escolha. Segundo Luiz Gonzaga Binato de Almeida e José Newton Cardoso Marchori em: J. F. Assis Brasil, Interpretações, p. 113: (...) logo de início, prometeu-lhe, em tom de brincadeira, a edificação de um castelo e a fixação futura, definitiva na campanha sul riograndense (*apud* Rodrigues e Vaz, 1999, p. 8).

Um dado relevante para a história da arquitetura sul-rio-grandense pouco divulgado é que, ao longo da construção, Assis Brasil foi orientado pelo prestigioso engenheiro Rudolph Ahrons. Elaborou uma maquete de gesso (que se encontra na biblioteca) na qual previa-se maior área. As obras se iniciaram em 1908 com a contratação de três canteiros vindos de Vigo (Espanha): Antônio Garrido, Agustín Penelas e Ricardo Gamallo.

A residência foi construída em duas etapas: a primeira concluída em 1912, em granito rosa aparente, material abundante na região, com dois pavimentos: porão alto para o serviço e o superior para a família. A segunda etapa corresponde à ampliação realizada na década de 1920, quando foi acrescentado um terceiro pavimento em alvenaria de tijolo rebocado,

totalizando 44 quartos e as torres de formato circular onde se localizavam mais dormitórios e um gabinete.

O projeto implementou técnicas construtivas e materiais pioneiros e novos para a época como pré-fabricados e argamassa armada, esquadrias metálicas francesas importadas por empresa de Buenos Aires, pisos de salas e habitações em *ortoxylo* – material de fabricação europeia constituído por fibras de madeira com pigmentos aplicados *in loco* para bom desempenho térmico, ladrilho hidráulico em áreas de serviço, revestimentos de madeira na sala e biblioteca, azulejos portugueses etc. Destaca-se também a presença dos dutos embutidos para gás acetileno para a iluminação, que posteriormente foram utilizados para implementar a rede elétrica, canalizações para coleta de águas pluviais e armazenamento subterrâneo e aproveitamento quando necessário. Também há várias lareiras atendendo ao conforto térmico, hábito que era totalmente inusual na região. Outro aspecto relevante é a destinação de um espaço dentro da residência para o *Museu Devon*, o qual manifesta o interesse pela preservação e a intencionalidade da exposição de objetos e documentos relacionados à pecuária (Rodrigues e Vaz, 1999).

Figura 6 – Granja de Pedras Altas: Biblioteca e escritório

Fonte: Foto Ângelo Braghirolli, 2004.

O mobiliário, obras de arte, artefatos decorativos e objetos utilitários estão intimamente associados à arquitetura e à trajetória dos moradores. Boa parte provém da Argentina, Portugal, França e Estados Unidos, países onde a família residiu quando o pai exercia funções diplomáticas. Em conjunto, formam uma valiosíssima coleção que dá conta da relevância histórica de Assis Brasil e dos valores que defendia bem como da vida cotidiana de uma família abastada de origem aristocrático que apostou por viver no campo. Destaca-se a extraordinária biblioteca que soma em torno de 15.000 volumes e contém documentos originais de relevância nacional e internacional, coleções de obras raras e primeiras edições, manuscritos etc., de variados temas, refletindo a amplitude de assuntos que pautaram a vida de Assis Brasil.

Nas laterais da residência estão a casa de campo, o *cottage,* ou *chalê* de madeira pré-fabricada trazida da Noruega conforme projeto norte-americano e que serviu de casa enquanto se concluía o castelo; o galpão para os dormitórios de trabalhadores; os galpões para as vacas e para o processamento de laticínios, onde era produzida a *Manteiga de Piedras Altas*, seguindo a receita inglesa da Rainha Vitória, conforme relatava uma das netas de Assis Brasil. Nos galinheiros de origem belga, foram criados exemplares de raças europeias. As instalações incluíam um gasômetro e uma cisterna que fornecia água potável ao complexo.

Figuras 7 e 8 – Granja de Pedras Altas: Cottage e galinheiros.

Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

Patrimonialização, tombamentos e mudança de proprietários

As gestões para patrimonialização da granja iniciaram-se em 1975, quando foi designada pelo Conselho Estadual de Cultura, CEC, uma comissão especial para “Estudar e propor um anteprojeto de decreto para a desapropriação do Castelo de Pedras Altas de Assis Brasil, com “usufruto” dos herdeiros, para preservar o acervo da biblioteca e o imóvel” (Zamin,

2006, p. 111). Foi aberto um processo no Conselho Estadual de Cultura e nas atas "(...) percebe-se que o maior interesse estava no acervo bibliográfico e documental da biblioteca do castelo, cogitando-se a sua desapropriação pelo Estado e a criação de uma fundação" (*id.*).

Em 1981, o então secretário do Estado de Educação e Cultura, Barbossa Lessa, solicita ao Diretor do Departamento de Cultura, Tarcísio Taborda, dar apoio para criar uma fundação de direito privado semelhante à Fundação Carlos Barbosa, responsável pela residência em Jaguarão (*id.*).

O processo de tombamento em nível estadual iniciou-se em 1989, quando o presidente da Câmara de Vereadores do município de Pinheiro Machado, Laudelino Cunha de Moura Junior, mediante oficio de 27 de dezembro (IPHAE-Processo 00.121-11.00-94.1, fl. 3) ao secretário de Cultura do Estado manifesta sua preocupação com o destino do acervo do castelo após a morte de uma das filhas, a Senhora Joaquina de Assis Brasil, e solicita apoio para a permanência da biblioteca no castelo. No ano seguinte, em oficio n. 144/90 de Paulo Cesar Peres Brum, secretário Municipal de Educação e Cultura do referido município, se solicita ao secretário de Cultura do Estado "(...) um estudo a fim de que o mesmo [o castelo] fosse incluído no patrimônio histórico e cultural de nosso Estado" (*ibid.* fl. 4). Em Relatório IPHAE-01/90 sobre o pedido de tombamento, argumenta-se a sua conveniência ante o interesse do Palácio de Itamarati de transferir a Biblioteca de Assis Brasil para o Ministério de Relações Exteriores, o que seria "(...) uma grande perda cultural para o RS" (*ibid.* fl. 5).

A comunidade de Pedras Altas, em processo de emancipação, e dona Lídia de Assis Brasil, uma das filhas residente no castelo, não concordavam com o tombamento sugerido pelo município de Pinheiro Machado e por ocasião do estado de doença de dona Lídia o processo foi suspenso.

Na sequência, há uma série de manifestações a favor do tombamento, da Associação dos Municípios da Zona Sul, do Ministério Público Estadual, da Assembleia Legislativa do Estado etc. e registros de reuniões entre os herdeiros e os técnicos da Secretaria de Cultura do Estado que expressam a dificuldade de tomar decisões consensuadas para preservar e tombar bens e acervos privados com relevância nacional. Também há uma solicitação de cooperação do então diretor do IPHAE, Roberto Py Gomes da Silveira, ao Instituto da Preservação da Memória Cultural da Universidade Federal de Santa Maria para realizar um inventário do acervo (Oficio IPHAE n. 39/94, fl. 30), fato que nunca se executou.

O processo foi retomado em 1999, com aprovação dos herdeiros, após a visita da diretora do IPHAE na época, arquiteta Doris de Oliveira, junto com os arquitetos Roberto

Sawitzki e Miriam Sartori Rodrigues, que elaboraram um completo dossiê. A Granja de Pedras Altas foi tombada sob a inscrição número 84 no Livro do Tombo Histórico com base no parecer elaborado por Miriam Sartori Rodrigues e o então estagiário de História Fabiano Soria Vaz. No referido parecer, incluído no processo de tombamento (IPHAE-22-1999, p. 20) se fundamenta a decisão em três instâncias:

> Enquanto a instância histórica:
> - testemunho material do conjunto das ideias vanguardistas de Assis Brasil (...),
> - como estabelecimento rural modelar (...),
> - como símbolo da "reforma rural",
> - como marco histórico da Revolução de 1923 (...),
> - como memória viva de seu construtor, imagem de seu espírito empreendedor, idealista, homem público por excelência.
>
> Enquanto a instância técnica:
> - na utilização pioneira de técnicas construtivas (...)
> - na utilização de iluminação a gás de acetileno e na canalização distribuidora embutida (...)
> - no sistema incomum de apreensão adotado para ordenha das vacas denominado por Assis Brasil de Tramelas e na declividade do piso para facilitar o escoamento dos dejetos
> - pela preocupação com o conforto térmico (...)
>
> Na instância paisagística:
> - pelas condições de implantação, pela riqueza plástica do conjunto (...)
> - pela diversificação das espécies, conjugando árvores nativas com exóticas (...)

A inclusão do castelo dentro do tombamento deu lugar a controvérsias e a críticas a respeito da atuação do IPHAE. Sem dúvida, a sua presença no meio do Pampa despertou no momento de sua construção, e ainda hoje, admiração e surpresa, estimulando a fantasia, sobrepondo-se à exemplaridade do modelo da granja. Especialistas questionam a valoração de uma arquitetura exótica e extemporânea, "falso-histórica", cuja imagem é associada ao feudalismo e às grandes extensões de terras, aos quais Assis Brasil se opunha. Porém há que considerar que o *revival* e o ecletismo são de origem acadêmica e eram uma opção estilística muito frequente na época, amplamente aceitos pelas elites e as altas classes sociais, como é o caso da família Assis Brasil. O mérito destas arquiteturas deve-se fundamentar na qualidade projetual e construtiva mais do que nas opções do repertório.

Segundo o IPHAE, a escolha pelo castelo seria "(...) para desfazer o mito da rusticidade da vida no campo, construiu uma moradia confortável, em forma de castelo medieval" (IPHAE, 2009).

O que hoje em dia é relevante é destacar o **significado cultural** – conforme sugere a Carta de Burra (ICOMOS, 1980 in Cury, 2004) da Granja em sua totalidade, evidenciando que

"(...) O modo de produção instalado comprova a sustentabilidade e a autossuficiência, bem como a possibilidade de ter um modo de vida no campo com conforto e cultura" (IPHAE, 2009).

Dez anos depois, foi ampliada a valoração da Granja mediante o tombamento dos "Bens móveis do Castelo de Pedras Altas" que inclui:

> "(...) uma extensa lista de mobiliário, adornos, esculturas, lustres, louças, pratarias, quadros, tapetes, livros e documentos, entre outros objetos que pertenceram ao líder político Joaquim Francisco de Assis Brasil" (IPHAE, Portaria 24/2009).

Os bens móveis e a biblioteca devem ser entendidos em conjunto e contextualizados como parte inseparável do castelo, conformando uma coleção. Segundo Pomian (1984), as coleções são conjuntos de objetos reunidos a partir da subjetividade do seu colecionador; quando ocorre sua musealização, isto é, mudança de estatuto, com finalidades educativas e culturais, esses objetos adquirem novos significados, perdem valor utilitário e passam a ser objetos "semióforos".

O fato de possuir objetos semióforos confere prestígio a seu proprietário por testemunhar gosto, riqueza, poder e formação intelectual. Segundo Silva (2008), a análise de Pomian aproxima-se da ideia de Bourdieu (1989) sobre os significados de gostos e hábitos como parte do sistema de classificação e hierarquização social e das relações de poder. Como vimos no relato do processo de tombamento do imóvel, a motivação inicial para *patrimonializar* o conjunto foi **preservar no lugar** o acervo bibliográfico e documental. A execução do inventário e o tombamento dos bens móveis *musealiza* a coleção, ampara a memória e amplifica o valor histórico, ressaltando a relevância do proprietário para a história local e nacional.

A falta de manutenção das construções, o isolamento e a carência de um inventário técnico completo dos bens móveis e da biblioteca colocavam o conjunto em situação vulnerável. Em 2014, houve tentativas de venda da propriedade, causando inquietação do Ministério Público do Estado, especialmente pela manutenção do acervo documental (G1: MP quer garantir o acervo documental do Castelo de Assis Brasil no RS, 16/7/2014).

Em 2016, tendo em vista a importância histórica de Assis Brasil em âmbito nacional, a exemplaridade da granja e a concentração de objetos de alto valor artístico e documentos referentes a diversos momentos significativos da história nacional, foi efetuado o tombamento emergencial, por parte do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, incluindo-se todas as edificações e elementos físicos existentes no núcleo central da propriedade.

Sem moradores desde o ano de 2017, a granja apresentava desde essa data um forte processo de abandono, de degradação física, pela falta de ações de conservação de suas estruturas e ainda vulnerabilidade pela falta de segurança. Esta situação deu origem a uma pressão jurídica, efetuada pelos órgãos de preservação, que foram responsáveis pelos tombamentos, e pelo poder judiciário, sobre o grupo de proprietários e descendentes de Assis Brasil, para que fossem implementadas ações de conservação.

Uma das ações iniciada em 2019 para garantir a preservação da documentação histórica existente foi efetuada sob a direção do Ministério Público Estadual, MPE, e consistiu na retirada consensual de todos os documentos existentes na propriedade, para serem devidamente inventariados, higienizados e armazenados na sede do MPE na cidade de Porto Alegre. Desta forma, foi possível a garantia de sua preservação até o momento em que a granja dispusesse de condições físicas ideais para a sua preservação.

A pressão exercida repercutiu no ano de 2022, na venda da propriedade para a família Segat, que retomou as ações de preservação do castelo. Sob orientação do IPHAE, foi contratado um projeto atualizado de restauração do castelo, de forma a sanar os principais problemas da edificação, no que diz respeito, inicialmente, à infiltrações e rede elétrica. Ao mesmo tempo, foi estabelecido um processo de cooperação técnica entre os novos proprietários, os órgãos públicos responsáveis pela sua proteção legal e o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas, no sentido de efetuar ações de apoio técnico para viabilizar a restauração do conjunto de bens móveis existentes dentro das edificações da propriedade.

Desta forma, depois de vários anos de tentativas infrutíferas de recuperação do conjunto patrimonial da Granja de Pedras Altas, efetuadas por várias instâncias públicas, foi possível iniciar sistematicamente as ações práticas que levarão à recuperação plena desta propriedade e à criação de um ecomuseu, o que possibilitará o acesso público ao lugar, alavancando o turismo cultural e o desenvolvimento local do jovem município de Pedras Altas.

Uma nova fase das obras de restauração do castelo iniciou-se em 26 de agosto de 2023, fato que foi comemorado pelos proprietários com evento cultural no lugar, com a participação de servidores da Secretaria da Cultura do Estado, gestores e interessados. Conforme entrevista concedida por Luiz Carlos Segat a Andrea Blaas (2023), embora o projeto integral de restauração e recuperação aprovado pela Secretaria da Cultura conte com habilitação para captar recursos mediante a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, não deixa de ser surpreendente que nenhuma empresa do agronegócio tenha manifestado interesse em apoiar e se tornar

parceira de um projeto que tem toda a aderência com o setor primário da economia. Cabe sugerir a relevância da manutenção dos campos, arvoredos, lavouras etc. e a continuidade dos saberes relacionados aos modos de produção que a granja implementou, como suportes da exemplaridade do projeto. Os registros como patrimônio imaterial bem como um plano de manejo deverão ser realizados em etapas subsequentes por equipe interdisciplinar.

Ressignificação

A descrição das charqueadas possibilitou caracterizar o desenvolvimento agropecuário inicial do extremo sul do Estado para estabelecer o contraponto com a Granja de Pedras Altas, como um modelo pioneiro e alternativo, criado e gerido por uma figura relevante, intelectual e influente. Ambos os casos representam modelos divergentes na medida em que o primeiro é baseado na grande propriedade e no trabalho escravo e com ele traz a memória do sofrimento humano e o segundo, na pequena propriedade e o trabalho remunerado para promover o desenvolvimento agropecuário baseado na inovação tecnológica e no acesso à cultura.

Os dois exemplos apresentam particularidades. A referida Charqueada São João, desde 2000 é destinada a centro de eventos e museu com a temática do ciclo charqueador. A Granja de Pedras Altas, após o longo processo de patrimonialização, foi tombada pelo IPHAE em duas etapas: a granja, em 1999, e o acervo, em 2009; pelas potenciais ameaças à sua integridade, o conjunto também foi tombado emergencialmente pelo IPHAN.

Na continuação, apoiamo-nos nos conceitos de *Lugar de Memória, Casa Museu, Casa Manifesto* e no marco conceitual do *Patrimônio Industrial* para ressignificar a granja, acrescentando valor ao que já tem valor.

O tombamento estadual, mediante a inscrição no Livro do Tombo Histórico, destaca a relevância de Assis Brasil para a história do Estado e do Brasil e a exemplaridade do projeto como um modelo pioneiro de "reforma rural" – nas palavras do próprio Assis Brasil – e de eficiência baseada na diversificação, o que hoje definiríamos como desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a granja como um todo deve ser considerada *um lugar de memória,* no sentido atribuído por Pierre Norà, ou seja, como um espaço que além de ativar a memória permite a circulação de saberes e fazeres (Norà, 1993).

Enquanto residência, seu significado não pode estar dissociado da granja como conjunto. Ela adquire importância por ser o espaço que contém o valioso acervo bibliográfico e de bens móveis e também pela singularidade e até excentricidade dadas pelo aspecto de castelo.

Com a proposta de visitação já implementada, os inventários e as ações de conservação dos bens móveis em andamento, o castelo está definindo contornos de uma casa museu, saindo da esfera privada para entrar na esfera pública. Abrindo suas portas à visitação, permitirá aos visitantes a proximidade com uma figura excepcional da história do Rio Grande do Sul e do Brasil e com a narrativa da intimidade dos seus moradores, os modos de vida no campo de uma família abastada e dos trabalhadores.

Segundo Chagas (2010), as casas museu são portadoras de dimensões poéticas, filosóficas e políticas próprias e passando por um processo de ressignificação se transformam em espaços de teatralização do passado e de dramaturgia da memória. Apesar de ser a arquitetura *revival* uma referência em segundo plano, por sua fácil apreensão para o grande público, termina ofuscando a contribuição do projeto para o desenvolvimento rural, cujo entendimento requer formação intelectual e científica.

A arquitetura historicista, dentro do que no Brasil se classifica como ecletismo, era divulgada no meio acadêmico e era amplamente aceita pela sociedade, principalmente pelas altas classes sociais. Seu mérito se deve fundamentar nas qualidades técnicas e projetuais e, nesse sentido, acreditamos que o Parecer do IPHAE sustenta devidamente a "instância técnica" ou seja, as inovações que a obra trouxe para o estado da arte.

Para ultrapassar a leitura ligeira da imagem do castelo associada ao *pastiche*, sugerimos ampliar as narrativas de valoração do castelo com o conceito de casa manifesto. A ideia de casa manifesto, como um laboratório de pesquisas e o fato de pôr na prática um conjunto de ideias surgiu no início do século XX e foi amplamente acolhida pelos arquitetos da vanguarda, legando à arquitetura moderna icônicos projetos, na sua maioria, elaborados para terceiros, mecenas interessados em explorar novos modos de vida. Quando os arquitetos projetam e constroem sua própria residência, o resultado é ainda mais potente, pois é uma oportunidade única e um ato de liberdade e de poesia (Durán e Oliveira, 2019).

> É a partir da casa – a própria, em muitos casos – que o arquiteto define sua posição, às vezes precocemente, outras, como um ato reflexivo de maturidade (Adria e Comas, 2003, p. 28, *apud* Durán e Oliveira, 2019, p. 125).

Embora o autor de Pedras Altas não seja um arquiteto titulado, sua trajetória e formação intelectual permitem conceder o estatuto de manifesto a sua granja e residência, no sentido de ter impregnado um discurso implícito no arranjo espacial, um verdadeiro documento que dá conta da sua própria relevância histórica como das ideias que defendia. Com muito esforço, persistência e conhecimento, o embaixador logrou seus objetivos: primeiro, dar a sua extensa

família um lugar ideal para viver, em sintonia com seus valores, com autossuficiência e com possibilidade de desenvolvimento intelectual, embora estando em um contexto rural afastado dos centros urbanos; segundo, demostrar a viabilidade de sua ideia de reforma rural, sustentada na pequena propriedade e na tecnificação do campo.

Enquadrar o projeto de Pedras Altas no campo do Patrimônio Industrial, mais especificamente na categoria de patrimônio agroalimentar, de acordo com a Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial (ICOMOS, 2003), permite-nos acrescentar outras perspectivas para construir novas narrativas, associando elementos materiais e imateriais, que permitam uma interpretação patrimonial mais completa e em sintonia com valores de nossa contemporaneidade. Em primeira instância, a sustentabilidade a partir da valoração do trabalho remunerado e o cuidado com o meio ambiente nos processos de produção agroalimentar. Observe-se que em 1999 quando do tombamento pelo IPHAE, embora houvesse ecos do patrimônio industrial, o principal documento em escala internacional, a Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial (ICOMOS, 2003) ainda não tinha sido publicada. Acreditamos que este documento oferece um marco relevante para identificar, proteger, interpretar as edificações, lavouras, jardins, maquinários, objetos ligados ao trabalho no campo, e ainda os saberes, formas de expressão e oralidade, e outros aspectos imateriais que irão aflorar quando o processo de patrimonialização esteja plenamente implementado.

Acreditamos que a continuidade do processo de "ativação patrimonial*"* (Prats, 2006) deve prever a fragilidade do equilíbrio entre a fruição do patrimônio e a viabilidade econômica do empreendimento, considerando o perigo potencial que o uso turístico pode trazer, banalizando e espetacularizando o lugar.

A ideia de estabelecer um ecomuseu, sugerida na cerimônia de reabertura das obras de restauração, em agosto de 2023, é pertinente, sempre e quando o conceito não seja um clichê de moda e se interprete aplicando os conceitos de sociomuseologia, conforme seu idealizador Hugues de Varine, ou seja, potencializando a dimensão pedagógica e participativa do patrimônio e colocando-o como recurso para o desenvolvimento local (Varine, 2012).

A semente de musealização do lugar parece ter sido deixada pelo próprio Assis Brasil, que dispôs um espaço no pavimento térreo para o "Museu Devon", fato que deverá ser amplamente pesquisado no acervo documental.

Nesse sentido, é recomendável que haja, por parte dos novos proprietários e dos Institutos de Patrimônio responsáveis pelos tombamentos, uma aproximação com a comunidade do joven município de Pedras Altas, que inicialmente era contra do tombamento; à família Assis

Brasil, antigos proprietários que por diversas razões terminaram separando-se fisicamente do lugar de reunião familiar, mas que com certeza podem contribuir com muitas informações e interpretações e também, na medida das possibilidades, contatar antigos trabalhadores da granja que também devem ter ricas memórias e saberes para compartilhar.

Acreditamos que delinear em equipe com mecanismos participativos as estratégias de preservação e promoção da granja dará novo sentido à ideia lançada há mais de 100 anos pelo patriarca: aplicar um modelo de desenvolvimento rural – e patrimonial – que hoje possamos chamar de sustentável.

Figura 9 – Azulejo com a marca de gado de Pedras Altas.

Fonte: Fotos Ângelo Braghirolli, 2004.

Referências

BLAAS Paula. **Entrevista a Luis Carlos Segat em 30/8/2023.** Em: Bla, Bla, Blas 2ª temporada #25. Assis Brasil – História Gaúcha mantém-se viva em um castelo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=840-ViDGZOA. Acesso em 25 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRAGHIROLLI, Ângelo. **Una nueva utopia, rescate del patrimonio industrial en el sur de Brasil. El conjunto de la Industria frigorífica Armour.** Sevilla: Tesis. Doctorado en Historia del Arte y Gestión del Patrimonio, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2014.

COSTA, Alfredo R. da. (1922) **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado.** Porto Alegre: Liv. da Globo, 2 v.

CURY, Isabel. **Cartas Patrimoniais.** 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CHAGAS, Mario. A poética das casas museus de heróis populares. In: **Revista Mosaico.** Rio de Janeiro, 2010. v. 2, n. 4.

DREYS, N. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1961.

DURÁN ROCCA, Luisa. **Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII.** Porto Alegre: Tese. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

DURÁN ROCCA, Luisa; OLIVEIRA, Leonardo Valerão. Da casa-manifesto à casa-museu: museologia e patrimônio nas residências de Warchavchik, Bo Bardi e Niemeyer. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, 2019. v. 50, p. 123-140. Disponível em: http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/130/85. Acesso em 25 jan. 2025.

G1. **MP quer garantir o acervo documental do Castelo de Assis Brasil no RS.** 16/7/2014. https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/mp-quer-garantir-acervo-documental-do-castelo-de-assis-brasil-no-rs. Acesso em 25 jan. 25.

GUTIÉRREZ, Esther. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Porto Alegre: Dissertação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

IPHAE-RS. Ofício n. 39/94.

IPHAE -RS. Processo n. 01920-08.04 CODEC-90.2. **Tombamento Granja de Pedras Altas.**

IPHAE -RS. Processo n. 00.121-11.00-94.1. **Tombamento Granja de Pedras Altas.**

IPHAE-RS. **Bens tombados. Pedras Altas.** http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1. Acesso em 20 dez 2024.

IPHAE-RS Portaria 24/2009.

KERN, Daniela. Cecília de Assis Brasil, a cronista de Pedras Altas. In: **Letras de Hoje, 41.** Porto Alegre: PUC, 2006. https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/635. Acesso em 20 jan. 2025.

KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada.** Porto Alegre: Palloti, 1987.

MAESTRI FILHO, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho resistência e sociedade.** 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do Ciclo do charque.** Porto Alegre, Martins Livreiro, 1990.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, **v. 10,** São Paulo: dez 1993, p. 7-28.

OSORIO, Helen. Estrutura Agrária e ocupacional. In: **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 153-187. 2006.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PRATS, Llorents. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarios. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58. Sevilla: 2006. p. 72-80. https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176. Acesso em 15 dez. 2024.

QUEVEDO, Raul. **As estâncias e as charqueadas**. Dom Pedrito-RS: Livraria do Globo, 1986.

REVERBERL, Carlos. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília de. **Diário (1916-1928).** Porto Alegre: L&PM, 1983.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

SILVA, Veruska Anacirema Santos da. Cinema como semióforo e suas contribuições na formação de memórias sociais. In: **Baleia na rede**. Revista on line do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura, v. 1, n. 5 Ano U, nov/2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Ministério Público gaúcho busca por apoio do TER-RS para preservação do Acervo Assis Brasil. 19/12/2023. https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Dezembro/ministerio-publico-gaucho-busca-por-apoio-do-tre-rs-para-preservacao-do-acervo-assis-brasil. Acesso em 10 fev. 2025.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural de Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS. Porto Alegre, 2006.

Recebido em 11/02/2025 | Aceito em 05/04/2025

Esta obra está licenciada conforme Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Patrimônio Cultural: Interfaces e Temas Emergentes

V 14 | n 26 | jan-jun 2025

Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual

Emily Maria Barros Carvalho; Euler Renato Westphal; Luana de Carvalho Silva Gusso

Edição eletrônica

URL: NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CARVALHO, Emily Maria Barros; WESTPHAL, Euler Renato; GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 263-283, jan-jun 2025. Semestral.

© NAUI

Patrimônio imaterial na sociedade digital: uma revisão integrativa do intangível na construção da identidade cultural na era virtual

Emily Maria Barros Carvalho[1]
Euler Renato Westphal[2]
Luana de Carvalho Silva Gusso[3]

Resumo
Este artigo apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, articulando uma revisão integrativa com referenciais teóricos sobre pertencimento. Explora-se a interdisciplinaridade entre identidade, pertencimento e cibercultura. Os resultados evidenciam a necessidade de aprofundar o diálogo entre a psicologia e o ambiente digital, considerando a complexidade psíquica da busca por pertencimento online e suas consequências na sociedade. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada à transmissão e ressignificação da memória cultural, demonstrando a interconexão entre patrimônio imaterial e identidade em um cenário de hiperconectividade. O estudo investiga, ainda, como o patrimônio cultural imaterial influencia a construção da identidade e do senso de pertencimento digital entre jovens adultos, analisando as estratégias utilizadas para expressar e consolidar suas identidades em espaços virtuais.
Palavras-chave: cibercultura; pertencimento; jovens adultos; era digital; patrimônio cultural imaterial.

[1] Psicóloga (Univille), pós-graduada em Psicopedagogia e em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial. Atualmente é mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville – Univille. Atua na área clínica com foco em jovens adultos, explorando as interfaces entre cultura, memória e saúde mental. E-mail: emilymbarroscarvalho@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9665-2481.
2 Professor titular da Univille e pesquisador da Friedrich-Schiller-Universität Jena. Doutor em Teologia pela Faculdade EST, com formação em Filosofia e Teologia. Atua nas áreas de patrimônio cultural, bioética e religião, com ênfase em secularização, memória e sociedade. É também professor na Faculdade Luterana de Teologia (SC). E-mail: eulerwestphal@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4891-8692.
3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Doutora e Mestra em Direito do Estado pela UFPR, com Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. Atua nas áreas de Direitos Culturais, Patrimônio Cultural, Criminologia e História do Direito, com foco em memória, subjetividades e sustentabilidade. É graduada em Direito (PUC-PR) e Psicologia (UFPR). E-mail: lu_anacarvalho@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0408-489X.

Intangible heritage in the digital society: an integrative review of the Intangible in the construction of cultural identity in the virtual age

Abstract
This article presents a segment of the research developed within the Graduate Program in Cultural Heritage and Society at UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville, integrating an integrative review with theoretical frameworks on belonging. From the perspective of social psychology, it explores the interdisciplinarity between identity, memory, and cyberculture. The results highlight the need to deepen the dialogue between psychology and the digital environment, considering the psychological complexity of the search for belonging online and its societal consequences. This dynamic is intrinsically linked to the transmission and reinterpretation of cultural memory, demonstrating the interconnection between intangible heritage and identity in a hyperconnected landscape. The study also investigates how intangible cultural heritage influences the construction of identity and the sense of digital belonging among young adults, analyzing the strategies used to express and consolidate their identities in virtual spaces.
Keywords: cyberculture, belonging; young adults; digital age; intangible cultural heritage.

Introdução

A construção da identidade e do senso de pertencimento ao longo da história não pode ser reduzida a uma abordagem simplificada, pois trata-se de um fenômeno multifatorial e complexo, intimamente ligado ao patrimônio cultural. Esse patrimônio se manifesta de duas formas principais: a material, representada por monumentos, edificações e objetos físicos que carregam significados históricos e culturais; e a imaterial, que abrange práticas, rituais, tradições orais e saberes transmitidos entre gerações (Pollak, 1989). Halbwachs (1990) ressalta que a memória coletiva está profundamente vinculada a espaços físicos e suas expressões culturais, tornando o patrimônio material um elemento essencial na preservação da identidade social. Candau (2011a) amplia essa visão ao destacar que memória e identidade são processos dinâmicos, constantemente ressignificados por meio das práticas culturais e sociais.

Com o avanço da era digital, essa relação se torna ainda mais intrincada, uma vez que a cibercultura inaugura novas formas de mediação da memória e da identidade. A digitalização de bens culturais, a recriação de festivais tradicionais em ambientes virtuais e a disseminação de saberes ancestrais por meio de plataformas digitais exemplificam essa transformação. Benjamin (1994) argumenta que a modernidade modificou a maneira como as experiências são

narradas, influenciando diretamente a percepção e o consumo do patrimônio cultural no meio digital. Han (2018), por sua vez, alerta para os impactos da hiperconectividade e da lógica da sociedade do desempenho sobre a identidade coletiva, apontando que a digitalização pode tanto fortalecer quanto fragilizar os laços das comunidades com suas tradições.

A cultura digital amplia a circulação de referências patrimoniais, permitindo que grupos e indivíduos interajam com elementos culturais antes restritos a contextos locais. No entanto, essa expansão também impõe desafios, como a necessidade de legitimar práticas culturais imateriais no meio digital sem desvinculá-las de seus contextos físicos de origem. Pollak (1989) destaca que a memória é igualmente marcada pelo esquecimento e, no ambiente digital, a curadoria do que é lembrado ou apagado influencia diretamente a forma como o patrimônio imaterial é transmitido e reinterpretado.

Diante desse cenário, este artigo investiga de que maneira o patrimônio cultural imaterial contribui para a construção da identidade e do senso de pertencimento digital entre jovens adultos. A partir de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, a pesquisa examina as conexões entre memória cultural, identidade e cibercultura, analisando os impactos da hiperconectividade nas estratégias individuais de expressão e afirmação identitária no meio digital.

Metodologia

Este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. A pesquisa busca articular a revisão integrativa com os principais referenciais teóricos de memória, identidade e pertencimento. Para isso, foram utilizadas referências clássicas sobre memória coletiva e identidade cultural (Candau, 2011b; Halbwachs, 1990; Pollak, 1989), além de discussões contemporâneas sobre pertencimento na era digital (Bauman, 2001; Han, 2015) e os impactos das tecnologias na preservação do patrimônio imaterial. Contribuindo para uma melhor análise e discussão sobre métodos e resultados de pesquisas, permitindo reflexões mais vantajosas sobre a realização de futuros estudos (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão-problema: “De que maneira as novas gerações, imersas no contexto digital, se relacionam com os patrimônios culturais imateriais em sua busca por pertencimento?”.

A metodologia seguiu quatro etapas principais:

1. Construção da revisão integrativa, utilizando descritores e palavras-chave para a busca de publicações relevantes;
2. Leitura e análise dos textos indicados pelos orientadores, identificando as principais contribuições teóricas para o tema;
3. Estabelecimento de conexões entre os conceitos estudados e a temática do patrimônio digital, explorando suas inter-relações com o patrimônio imaterial;
4. Desenvolvimento da argumentação do artigo, fundamentada nos referenciais teóricos e na observação crítica das dinâmicas sociais contemporâneas.

As buscas foram feitas nos meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Nossa primeira etapa buscou elencar descritores e palavras-chave que pudessem nos ajudar a entender como as pesquisas em Psicologia vêm observando o pertencimento dos jovens adultos na era digital. Assim, fizemos uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-PSI), em que foram encontrados quatro descritores, os quais são: “Cultura digital”; “Pertencimento”; “Patrimônio Cultural”; “Saúde mental”. Buscando alcançar o maior número de pesquisas, também foram escolhidas as palavras-chave “Cibercultura” e “Jovem adulto”. A busca nos bancos de dados foi feita em português e em inglês, assim, foram utilizados os seus correspondentes em cada uma das palavras elencadas. São elas: *Digital culture*; *Belonging*; *Cultural Property*; *Mental Health*; *Cyberculture* e *Young Adult*. Para facilitar o entendimento de quais combinações foram feitas, organizamos o Quadro 1, abaixo. Aplicamos os operadores booleanos “AND” combinando um termo da coluna “Palavras-chave A” com outro termo da coluna “Palavras-chave B”.

Quadro 1 – Combinação de palavras-chave utilizadas.

Idioma	**Palavras-chave A**	**Palavras-chave B**
Português	“Cultura digital”; “Patrimônio Cultural”; “Saúde mental” e “Cibercultura”	“Pertencimento”; “Cultura digital”; “Jovem adulto” e “Saúde mental”
Inglês	“Digital culture”; “Cultural Property”; “Mental Health” e “Cyberculture”	“Belonging”; “Digital culture”; “Young adult” e “Mental health”

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em relação aos bancos de dados, foram escolhidas a Plataforma CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Critérios de inclusão:

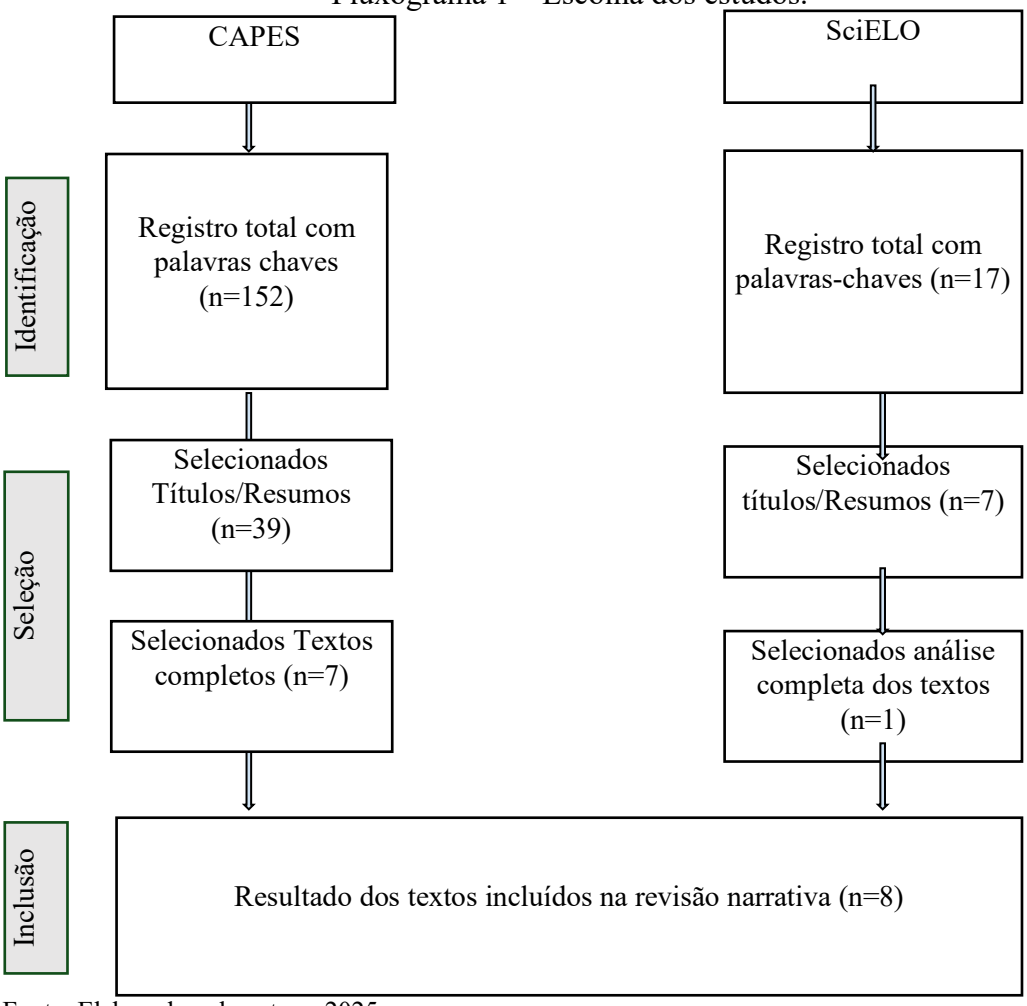
A. Publicações dos últimos 15 anos (2010 - 2025);
B. Estudos da área da Psicologia;
C. Publicações em português e inglês.

Critérios de exclusão:

A. Estudos de outras áreas que utilizam teorias psicológicas sem foco direto na Psicologia (como Nutrição Comportamental ou Enfermagem);
B. Estudos de caso individuais;
C. Editorial, manuais, livros, pôsteres e capítulos de livros;
D. Artigos com acesso restrito.

Sendo assim, os achados da revisão podem ser sintetizados no fluxograma abaixo.

Fluxograma 1 – Escolha dos estudos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Conforme apresentado no Fluxograma 1, a busca no banco de dados da CAPES, utilizando as palavras-chave propostas, resultou na identificação de 152 textos. Após a triagem inicial, por meio da análise dos resumos, 39 artigos foram considerados relevantes para esta pesquisa. A análise completa desses textos levou à seleção final de sete artigos para inclusão na revisão narrativa.

Paralelamente, a busca realizada na base SciELO identificou 17 textos com as mesmas palavras-chave. Após a análise dos resumos, sete artigos foram classificados como relevantes, e a leitura integral resultou na inclusão de um artigo na revisão narrativa. Dessa forma, a seleção final compreendeu um total de oito textos.

A partir da leitura detalhada desses artigos, percebeu-se a necessidade de um recorte mais específico, investigando a relação entre as novas formas digitais de vivenciar o patrimônio e suas ressignificações culturais. Desta forma, foram utilizados textos referências na memória, identidade e pertencimento; assim como autores referências na crítica à sociedade moderna como Zygmunt Bauman e Byung-Chul Han para dialogar com os resultados encontrados nos artigos.

Revisão da literatura

Patrimônio imaterial e identidade cultural

O conceito de patrimônio imaterial foi consolidado internacionalmente pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003), que o define como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Esse conceito, embora frequentemente contrastado com o de patrimônio material, não pode ser compreendido de forma isolada. Estando profundamente vinculado às expressões culturais vivas, como tradições orais, rituais, festividades, saberes e técnicas, muitas vezes se manifestando em formas físicas, como locais, construções e artefatos (Unesco, 2003; Tolentino, 2012). Tal correlação vai além de uma simples divisão entre o material e o imaterial, reforçando a continuidade histórica e permitindo que a memória coletiva, conforme discutido por Halbwachs (1990), seja preservada e transmitida ao longo do tempo, conectando o passado ao presente e garantindo a perpetuação das tradições culturais em suas diversas manifestações.

O patrimônio imaterial se distingue pela sua natureza dinâmica e adaptável, contrastando com o patrimônio material, que se baseia em bens tangíveis e estáticos. Sua

transmissão ocorre de geração em geração, mas sempre permeada por ressignificações e transformações, pois sua existência é virtual e não depende de uma estabilidade física. Essa fluidez lhe permite que dialogue com as mudanças sociais, políticas e tecnológicas que afetam as comunidades que o preservam e transformam. Assim, ao invés de se limitar a uma preservação estática, ele se mantém vivo por meio da adaptação e reinvenção constantes. Este movimento é semelhante à construção e reconstrução da identidade dos indivíduos ao longo do tempo, uma dinâmica social que também é influenciada pela interação com o coletivo. Como afirma Prats (1998 *apud* Silva, 2019, p. 358), "[...] a identidade é uma construção social e que é um fato dinâmico, ainda que com razoável nível de fixação e perduração no tempo", evidenciando que tanto o patrimônio imaterial quanto a identidade estão em constante transformação, ambos ligados pela flexibilidade e pela dinâmica social.

Nesse contexto, o patrimônio imaterial não é apenas uma herança do passado, mas um processo dinâmico, constantemente ressignificado, que se reinventa para se manter relevante no presente (Harrison, 2013).

Além disso, a valorização do patrimônio imaterial está diretamente ligada ao reconhecimento da diversidade cultural e ao direito das comunidades de expressarem suas tradições (Bortolotto, 2011). Em contextos de globalização e digitalização, a forma como esses elementos são preservados e reinterpretados passa a depender, cada vez mais, de processos mediados pela tecnologia, o que levanta questões sobre novas formas de transmissão e vivência do patrimônio cultural na era digital.

A digitalização do patrimônio e a ressignificação cultural

A digitalização do patrimônio cultural emergiu como uma poderosa ferramenta moderna de preservação e disseminação de bens culturais, tanto materiais quanto imateriais, permitindo o acesso global a acervos e práticas que, até então, estavam restritos a um espaço físico limitado. Com o avanço das tecnologias digitais, tornou-se possível criar representações virtuais de elementos culturais, como objetos, documentos, expressões artísticas e práticas tradicionais, garantindo que essas manifestações culturais sejam preservadas e compartilhadas para as futuras gerações. Esse processo não só oferece uma nova dimensão para a preservação, mas também redefine a maneira como as culturas e suas memórias são compreendidas, interagindo diretamente com os processos de ressignificação cultural e a lógica de uma sociedade conectada. A relação entre a digitalização e a reconfiguração dos significados culturais pode

ser vista na análise de Pierre Lévy (1999), que discute como a cibercultura reconfigura os processos de produção de sentido, permitindo uma nova forma de apropriação e disseminação de patrimônio cultural, especialmente para as gerações mais novas que nasceram com um contato mais próximo com a cultura digital, ou cibercultura.

Os estudos de Gianordoli-Nascimento *et al.* (2021) destacam a profunda influência da cibercultura em diversos aspectos da sociedade, incluindo os âmbitos econômico, político e pessoal. Embora mudanças já fossem perceptíveis desde a década de 1940, é na década de 1990 que a cibercultura assume papel transformador. Os autores defendem que essa nova forma de viver não se limita a um avanço tecnológico, mas reflete transformações nas formas de interação social.

Em um mundo cada vez mais digitalizado, é inviável ignorar as novas formas de existência do patrimônio. Com a crescente inserção das tecnologias digitais nas mais diversas esferas da sociedade, surgem novas maneiras de vivenciar e preservar elementos culturais que antes estavam restritos ao mundo físico. O patrimônio, tradicionalmente vinculado a objetos materiais e a espaços tangíveis, agora se expande para o domínio digital, ganhando novas dimensões conforme destacado na citação de Cavalcante (2007). Esse fenômeno reflete um processo em que a experiência humana, com suas múltiplas facetas e contextos culturais, encontra no ambiente digital uma nova plataforma para expressão, interação e preservação.

> Com o apoio da UNESCO, notadamente a partir da adoção da Carta sobre a Conservação do Patrimônio Digital (2003), organizações não governamentais ou sem fins lucrativos optaram por desenvolver estratégias de preservação de seu patrimônio em meio digital, para evitar os riscos de perdas irreparáveis de documentos produzidos unicamente em meio eletrônico ou em outros suportes, posteriormente digitalizados. Muitas dessas organizações eram identificadas por certo conservadorismo de suas práticas, inclusive com relação à gestão de seus documentos arquivísticos. Em alguns casos, por questões políticas, a exemplo de sindicatos e partidos (Cavalcante, 2007, p. 164).

Frequentemente, o digital é reduzido a arquivos e documentos, sem que se compreendam totalmente as experiências e vivências que a cibercultura oferece no contexto cultural. Como aponta Cavalcante (2007), o patrimônio digital não se limita a registros estáticos, mas envolve dinâmicas de interação e transformação cultural que se dão principalmente em ambientes virtuais. Ligado ao contexto histórico atual, que é marcado pela revolução tecnológica e pelas novas formas de organização social e estatal, ele emerge como uma área de interseção entre o patrimônio cultural tradicional e as tecnologias de informação e comunicação. Conforme definido pela Unesco (2003), a preservação do patrimônio digital

engloba uma variedade de objetos, como textos, bancos de dados, imagens estáticas ou em movimento, áudios, softwares e páginas da web, além de diferentes suportes tecnológicos que possibilitam sua existência, como computadores, laptops, smartphones, tablets e outros dispositivos.

Grimaldi *et al*. (2019) argumentam que a cibercultura e o ambiente digital vão além de ferramentas, eles representam novas maneiras de vivenciar a modernidade. Em um cenário onde as criptomoedas ganham valor e as redes sociais geram novas possibilidades de emprego, é fundamental compreender o digital como um aspecto intrínseco da vida moderna. Quando considerado sob essa ótica, o patrimônio digital, a virtualidade e a digitalidade assumem uma importância renovada, tornando-se componentes essenciais da memória tanto individual quanto coletiva das gerações contemporâneas.

Portanto, é necessário repensar o digital não apenas em suas limitações, mas também em suas potencialidades, reconhecendo-o como uma nova forma de existir e interagir em sociedade. O patrimônio digital tem o poder de conectar novos grupos, proporcionando experiências inéditas em uma era marcada pela espetacularização do cotidiano (Ramires, 2019). Ao repensar essas possibilidades, abre-se um campo vasto para a valorização e preservação de práticas culturais que emergem no universo digital, muitas vezes invisíveis ou subestimadas, mas fundamentais para entender o presente e construir o futuro.

Cibercultura: definição e impacto nos jovens do mundo moderno

A cibercultura é a tentativa de compreender as transformações culturais ocasionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela forte consolidação das redes de comunicação. Trata-se de um fenômeno multifacetado que emerge como nova configuração cultural em uma sociedade profundamente mediada por tecnologias digitais. Ela engloba práticas, valores, técnicas e modos de pensar que se desenvolvem nessa nova lógica digital. Mais do que um reflexo das transformações tecnológicas, a cibercultura atua como força ativa que remodela relações sociais, formas de comunicação e dinâmicas culturais, permitindo novas expressões e formas de interação em um ambiente digital onipresente (Lemos, 2023; Lévy, 1999).

A sua evolução pode ser traçada desde os anos 1970, com os primeiros computadores conectados em redes experimentais, como a ARPANET, considerada precursora da internet. Contudo, é nos anos 1990 que ela ganha maior visibilidade, acompanhando a popularização da internet e, mais tarde, na década de 2010, com os smartphones. A ampliação do acesso a

dispositivos conectados impulsionou o fenômeno a novos patamares, estabelecendo uma cultura de hipercomunicação. Nesse contexto, práticas como o envio instantâneo de mensagens e a interação em redes sociais transformaram a maneira como os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo, redefinindo as bases do social e moldando o cotidiano de forma irreversível (Ramos, 2004; Rüdiger, 2007).

Essa mudança histórica é explorada por Castells (2005), que destaca a sociedade em rede como uma nova estrutura social fundamentada na interconexão global. Segundo o autor, essa sociedade está marcada por uma busca simultânea de liberdade econômica e transformação cultural, onde a tecnologia desempenha papel central na remodelação de padrões políticos e culturais. A introdução de computadores pessoais e a expansão das redes digitais não apenas alteraram as interações humanas, como também permitiram a criação de novos paradigmas econômicos e sociais. Em concordância, Bauman (2000) irá destacar que essa dinâmica consolidou uma visão antagônica empreendedora e libertária, contrastando com os ideais coletivistas dos anos 1960, e apresentou a tecnologia como uma ferramenta essencial para concretizar novos valores sociais e econômicos.

No entanto, essa transformação não ocorreu sem desafios. Como Rüdiger (2007) aponta, a aparente liberdade do ambiente digital, muitas vezes, esconde mecanismos que comprometem a privacidade dos indivíduos em troca de conteúdos personalizados e de fácil acesso. Essa lógica, alimentada pelo mercado, molda padrões de consumo em um ciclo constante de oferta e demanda, reforçando hábitos consumistas. A "cultura da conexão" (Dijck, 2013), enquanto facilita interações, também redefine relações humanas ao integrar profundamente interesses comerciais nas dinâmicas sociais.

Logo, barreiras que antes limitavam as interações humanas desapareceram. Conectados sem fio por uma rede global, os aparelhos permitiram que a sociedade se tornasse móvel e desterritorializada em uma perspectiva nova. Não há mais um espaço físico que prenda o indivíduo, ele está agora conectado ao mundo inteiro, com acesso instantâneo a informações e interações de qualquer lugar. Esse fenômeno se alinha à ideia de "liquidez" proposta por Bauman (2001), onde as relações e as conexões humanas tornam-se cada vez mais fluidas, adaptando-se às novas dinâmicas digitais. Essa nova configuração permitiu que indivíduos se reconhecessem em comunidades virtuais, unidos por interesses, valores ou experiências compartilhadas, em vez de estarem limitados pelas suas localizações geográficas (Castells, 2005).

A cibercultura passou a ser cada vez mais percebida na sociedade, inclusive por meio de subculturas específicas que emergiram no ambiente digital, especialmente em comunidades online, como fóruns, redes sociais e fandoms. Esses espaços virtuais exemplificam como indivíduos se agrupam em torno de interesses comuns, assim como entendido por Castells (2005), mas também criando microculturas distintas que influenciam comportamentos, linguagens e formas de expressão. Pierre Lévy (1999) descreve essa prática como inteligência coletiva, uma força essencial da cibercultura, na qual o conhecimento é compartilhado e expandido de maneira colaborativa.

O fenômeno das *thumb tribes* ("tribos do polegar") na Finlândia e no Japão, por exemplo, mostra um crescente uso do telefone celular como um difusor de mensagens rápidas, interpessoais e massivas. A rapidez das mensagens e dos contatos permite um questionamento se o que está em jogo é um verdadeiro canal de comunicação, ou se esse tipo de contato seria apenas para trocas rápidas de informação, não caracterizando um verdadeiro processo comunicacional (Ramos, 2004, p. 7). Essa prática é marcada não apenas pela rapidez das interações, mas também pela superficialidade que essas trocas podem assumir entre indivíduos que se conectam por meio de mensagens curtas e frequentemente impessoais, sem a intenção de estabelecer uma comunicação profunda ou significativa.

Como pontuado por Ramos (2004), a rapidez e a praticidade da comunicação digital nem sempre se traduzem em troca simbólica de argumentos. Ao contrário, esse modelo de interação propaga a comunicação superficial, em que a velocidade e a conveniência prevalecem sobre a profundidade, comprometendo a verdadeira troca de ideias e significados entre os indivíduos (Bauman, 2001).

Este fator é relevante ao se destacar os estudos de Habermas, os quais argumentam que homem é um ser do discurso, constituindo-se em relação ao mundo por meio de uma ação comunicativa entre sujeitos, baseada na troca simbólica de argumentos. A cibercultura, então, propicia uma nova forma de comunicação, estabelecendo uma via de mão dupla, que permite uma interação mais próxima entre sujeitos, que deixam de ser meros receptores de informações (Rüdiger, 2007). Contudo, conforme exposto por Ramos (2004), o cenário atual está distante desse ideal comunicativo. Em vez de promover uma verdadeira troca entre indivíduos, prevalece o consumo de informações massificadas, desprovidas de teor crítico, mas com o intuito de manter os indivíduos ainda mais atados às telas de seus smartphones. Assim, a expansão da capacidade de comunicação global não implica necessariamente uma melhoria

qualitativa da comunicação. Paradoxalmente, todos estão conectados, mas, ao mesmo tempo, desconectados.

Nesse contexto, Sarno (2022) explora a infância como uma construção social que é profundamente influenciada pelas condições em que as crianças estão inseridas. Ele aponta que a comunicação desempenha papel central no desenvolvimento da identidade infantil, especialmente em uma sociedade digitalizada, onde as mídias digitais oferecem espaços de pertencimento social. Contudo, essas mídias muitas vezes substituem experiências reais, afastando as crianças de interações *offline* e moldando uma infância cada vez mais conectada, mas também mais vulnerável às pressões digitais.

Complementando essa análise, Paiva (2020) reflete sobre os desafios de uma infância conectada, destacando a dificuldade em promover o desenvolvimento da autonomia infantil. Essa realidade pode gerar jovens inseguros diante das responsabilidades da vida adulta, como a pressão do mercado de trabalho. Em contrapartida, as plataformas digitais oferecem um espaço de acolhimento e pertencimento, ainda que às custas do enfraquecimento das relações *offline*. Winnicott ressalta a importância de aprender a lidar com a solitude, algo que se torna cada vez mais raro em uma lógica globalizada de conexão constante, mas que frequentemente resulta em desconexão com as pessoas reais.

Sob outra perspectiva, Souza e Herculino (2021) analisam como os principais teóricos da psicanálise — Jung, Freud e Lacan — enfatizam o discurso como uma dimensão central na comunicação humana e no desenvolvimento da identidade. Na era digital, os limites entre o *online* e o *offline* se dissolvem, criando uma sociedade em que a materialidade e a imaterialidade coexistem. O ciberespaço emerge como um lugar de imersão, exemplificado por *timelines* infinitas que intensificam sentimentos de conexão, mas também de alienação.

Outro fenômeno importante a ser destacado envolve a crescente das bolhas informacionais, espaços digitais nos quais os indivíduos se cercam de informações que reforçam suas crenças pré-existentes, ao mesmo tempo em que se isolam de perspectivas divergentes. Nos ambientes digitais, algoritmos de recomendação promovem conteúdos que se alinham com as preferências e os interesses prévios do usuário, criando um ciclo de confirmação, onde ideias e pontos de vista já conhecidos e aceitáveis são reiterados. Nesse ambiente, surgem subculturas digitais específicas que compartilham não apenas um espaço virtual, mas também uma realidade subjetiva e limitada (Bauman, 2001; Ramos, 2004).

Por outro lado, essas subculturas digitais também refletem tensões sociais e culturais, como a busca por autenticidade em um espaço saturado de performances identitárias. Não existe uma única forma de se manifestar a presença da cibercultura, mas a possibilidade de se criar grupos e representações de sua própria tribo, onde estará devidamente pertencido (ou é o que se espera) é uma de suas principais características em um mundo permeado por novas formas de existir, conforme exemplificado por Lemos:

> Os exemplos são numerosos: o neopaganismo dos zippies, o faça você mesmo dos cyberpunks, a criptografia cara aos cypherpunks, o ativismo dos hackers e a violência dos crackers, os fanáticos dos jogos eletrônicos, o isolamento dos otakus japoneses, os delírios das raves e da realidade virtual, a arte eletrônica, a moda sintética ou cyberfashion, os transumanistas extropians […] (Lemos, 2023, p. 19).

Bauman (2000) descreve o ideal humano como uma comunidade composta por indivíduos que pensam e agem de maneira similar, representando uns aos outros e criando um espaço de pertencimento. Nesse sentido, as manifestações grupais da cibercultura, conforme Lemos (2023), evidenciam que a tecnologia, embora ofereça novas possibilidades de interação que permitam ao indivíduo um conforto, tendem também a criar espaços de diálogo limitados. As interações, em grande parte, são mantidas entre semelhantes, reduzindo a diversidade de perspectivas e restringindo a verdadeira troca crítica. A cibercultura, portanto, reflete uma dinâmica em que a conexão se dá mais por afinidades e conforto do que por confrontos de ideias, dificultando a construção de um espaço mais plural e inclusivo de pertencimento (Han, 2019).

Jacomy (2004, p. 74) afirma que "a mão continua segurando um órgão material, mas a ligação com a própria ferramenta se tornou imaterial", destacando como o smartphone, inicialmente concebido apenas como um facilitador das atividades cotidianas, transforma-se em entidade onipresente. Esse dispositivo vai além de ser uma simples ferramenta, tornando-se uma extensão da própria existência humana e alterando diversas áreas da vida social e pessoal. Nesse novo contexto de socialização e comunicação, torna-se mais fácil e prático se manter entre os próprios iguais, ao invés de buscar conexões mais profundas que demandam engajamento crítico e reflexivo (Santaella, 2008). A tecnologia, ao possibilitar uma comunicação constante e imediata, tende a reforçar um círculo social homogêneo, onde a superficialidade das interações prevalece, dificultando a construção de vínculos mais significativos e complexos em comunidades mais amplas.

Moura *et al*. (2023) chamam atenção para o papel da espiritualidade na vida dos jovens adultos, ajudando-os a manter uma expectativa positiva em relação ao futuro e a buscar

qualidade de vida. No entanto, os autores alertam que hoje as mídias digitais frequentemente ocupam esse espaço, oferecendo promessas irreais e contribuindo para um cenário de insatisfação. Nesse contexto, a espiritualidade, que poderia ser um recurso importante para lidar com os desafios da vida, é gradualmente substituída por uma busca incessante por validação digital, a qual se torna a espiritualidade de toda uma geração.

Como destacado por Lipovetsky e Serroy (2015), vivemos em uma hipercultura comunicacional e comercial, em que o novo e o diferente se tornam símbolos altamente desejáveis de status e poder aquisitivo. A liberdade, outrora associada ao exercício crítico de escolher caminhos, é ressignificada. Como aponta Bauman (2000), ela passa a residir na escolha do que consumir. Estilos, decorações, acessórios e personalizações transformam-se em formas de expressão individual, mas são condicionados pela capacidade de compra. Dessa forma, a aquisição de bens não apenas sustenta, mas reforça uma cultura centrada no consumo. Os autores sintetizam essa realidade ao afirmar: “Vivemos num universo cotidiano transbordante de imagens, de músicas, concertos, filmes, revistas, vitrines, museus, exposições, destinos turísticos, bares descolados, restaurantes que oferecem todas as cozinhas do mundo” (Lipovetsky; Serroy, 2015, p. 19). Esse cenário revela uma sociedade profundamente imersa na lógica do consumo incessante, onde o ato de adquirir não é apenas uma prática cotidiana, mas o cerne das dinâmicas culturais contemporâneas.

A produção em massa de uma infinidade de produtos, em suas mais diversas formas, reflete a busca incessante por atender aos desejos de consumidores em constante transformação. Objetos anteriormente valorizados por sua funcionalidade, como relógios e capas de smartphones, passaram a priorizar o design como atributo central, relegando a utilidade a um papel secundário (Lipovetsky; Serroy, 2015). Essa mudança molda uma percepção ilusória de liberdade e escolha, ao mesmo tempo em que mantém a sociedade sob a influência sutil, porém poderosa, das dinâmicas de mercado (Bauman, 2000).

Pode-se observar que essa transformação cultural não apenas modifica os hábitos de consumo, mas também reconfigura as formas de interação social e a construção de identidades. Além disso, a interseção entre cultura, tecnologia e economia evidencia como os valores de mercado penetram nas esferas mais íntimas da vida social. As plataformas digitais não apenas respondem às demandas dos consumidores, como também moldam ativamente suas expectativas, reforçando uma lógica de consumo baseada na constante busca por novidades e atualizações. Nesse cenário, o indivíduo não é apenas um consumidor, mas um produtor de

conteúdos e significados, por exemplo, através de publicações em redes sociais. Assim, a cibercultura reforça uma dinâmica de troca simbólica, em que a produção cultural é constantemente retroalimentada pelas interações digitais e pelas necessidades do mercado globalizado (Lipovetsky; Serroy, 2015).

Vive-se uma era transestética, descrita por Lipovetsky e Serroy (2015), em que a estetização se torna onipresente, permeando não apenas os objetos de consumo, mas os discursos e as formas de interação social. Nesse cenário, o mercado não mais se limita à oferta de produtos utilitários, ele se transforma em uma narrativa cuidadosamente elaborada, que visa atrair, cativar e fidelizar consumidores através da aparência e estética do que busca vender. Esta ideia se alinha com o proposto por Han (2019), ao destacar a importância do "belo", sendo o que causa encantamento ao indivíduo. A internet, como palco privilegiado desse processo, amplifica a capacidade do mercado de associar valor simbólico às mercadorias, criando experiências que evocam emoções, desejos e identidades. A estetização da economia emerge como uma estratégia sofisticada de sedução, que não apenas redefine o consumo, como reconfigura as relações humanas, reduzindo-as a transações simbólicas, e redefine o belo para uma lógica simplista de desejo e consumo.

O ato de consumir transforma-se em uma prática de autoafirmação e pertencimento em um mundo profundamente mediado pela cultura digital e suas possibilidades ilimitadas de personalização e exclusividade. Nesse contexto, os indivíduos deixam de ser percebidos como sujeitos integrais e passam a ser enquadrados como hiperconsumidores, definidos por seu potencial de escolha e aquisição monetária. Vive-se uma prisão disfarçada de liberdade, na qual o consumo surge como fuga de um cotidiano monótono e repetitivo (Bauman, 2008; Lipovetsky; Serroy, 2015).

Conforme apontam Lipovetsky e Serroy (2015, p. 28), "o capitalismo se tornou artista por estar sistematicamente empenhado em operações que, apelando para os estilos, as imagens, o divertimento, mobilizam os afetos, os prazeres estéticos, lúdicos e sensíveis dos consumidores." A promessa de prazer imediato, veiculada por produtos e experiências, passa a preencher momentaneamente o vazio existencial de um ser cada vez mais desconectado de relações significativas. Nesse cenário, o consumo é vendido como a chave para uma vida plena e admirável, cultivando não apenas a satisfação momentânea, mas também a busca incessante por novidades que reafirmem o status e a identidade no olhar do outro (Lipovetsky; Serroy, 2015).

Marcas de luxo, como Prada e Gucci, ultrapassam a simples garantia de qualidade, posicionando-se como símbolos de status e identidade. Possuir e exibir produtos com seus logotipos vai além do ato de consumo, é uma manifestação explícita de poder aquisitivo e, dentro da lógica capitalista, um indicativo de sucesso pessoal e realização. Dessa forma, tais itens deixam de ser apenas utilitários, transformando-se em ferramentas de construção e afirmação de distinção social. Nesse sistema, o valor simbólico, ligado ao prestígio e ao reconhecimento, supera a função prática, consolidando um consumo movido pela necessidade de pertencimento e pela busca por validação em um cenário profundamente estético e competitivo (Lipovetsky; Serroy, 2015).

O gigantismo emerge como marca distintiva de uma sociedade emocionalmente desprovida, onde o encantamento só se manifesta por meio de excessos e espetáculos grandiosos. Entre pratos brasileiros, fast foods norte-americanos e especialidades asiáticas, indianas ou havaianas, o cliente é seduzido por uma ilusão de escolha, onde cada decisão reforça a lógica do consumo incessante e do deslumbramento pela abundância (Lipovetsky; Serroy, 2015).

Han (2019, p. 22) reflete sobre a superficialidade da percepção de liberdade de escolha promovida pelo digital e pelo capitalismo, afirmando: “O belo digital proscreve toda a negatividade do não-idêntico. Tolera apenas diferenças consumíveis e aproveitáveis”. Para o autor, a diversidade apresentada no ambiente digital é limitada a uma lógica consumista, na qual a variedade é moldada para atender aos interesses do mercado e maximizar o lucro monetário. Nesse contexto, subjetividades e identidades que não geram benefícios ao sistema de consumo são sistematicamente excluídas e marginalizadas.

O fortalecimento de um discurso de liberdade de escolha no consumo se revela como algo irreal e injusto, pois somente as classes dominantes possuem uma verdadeira possibilidade de exercer essa liberdade de maneira concreta. Conforme apontam Sarlo (1997) e Bauman (2000), os indivíduos não apenas enfrentam as limitações impostas pela influência midiática, mas também estão sujeitos às restrições de seus poderes monetários e aquisitivos.

Em uma sociedade cronicamente conectada, a lógica de comparação e idealização do “eu” é intensificada, gerando uma busca incessante por alcançar padrões inalcançáveis. Essa dinâmica permite uma comparação constante entre o “eu” e o “outro” — um conceito que não necessariamente representa um indivíduo real, mas sim a ideia de um ser idealizado, moldado pela aparente perfeição exibida nas redes sociais e na mídia.

A busca por esse ideal promove uma indústria de procedimentos estéticos que promete felicidade plena: cirurgias bariátricas para redução de gordura, preenchimentos labiais, seios volumosos e corpos esculpidos, desde que se tenha o poder aquisitivo necessário. Entretanto, o culto à beleza não se limita às práticas de alto custo. Produtos mais acessíveis, como esmaltes em infinitas tonalidades, tornam-se objeto de desejo, realçando a tão desejada feminilidade de mulheres de diferentes classes sociais (Lipovetsky; Serroy, 2015).

Compreender os impactos da cibercultura e suas transformações sociais é fundamental para avaliar a qualidade de vida, tanto individual quanto coletiva. Segundo Linn (2006), e em concordância com Lemos (2023), há uma perceptível relação entre a valorização excessiva de questões materiais, promovida por uma lógica mercantil, e a queda na saúde mental dos indivíduos. Esse desequilíbrio, que prioriza o consumo em detrimento de aspectos imateriais e subjetivos da vida, está frequentemente associado ao aumento de tristeza e ao adoecimento mental.

Os estudos de Souza e Herculino (2024) evidenciam preocupações de saúde pública relacionadas ao adoecimento mental dos jovens, com destaque para os transtornos de ansiedade e depressão. Esses quadros, frequentemente associados a fatores socioeconômicos e ao uso de substâncias, reforçam a relevância da espiritualidade como um recurso de enfrentamento. Além disso, a baixa escolaridade e a vulnerabilidade social ampliam os riscos de adoecimento mental, demandando atenção especial das políticas públicas.

A questão da nomofobia, definida como o medo irracional de perder o acesso à internet ou ao celular, é abordada por Souza e Herculino (2024). Os autores conectam esse fenômeno ao aumento da ansiedade e de transtornos como o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), apontando que a COVID-19 agravou o problema ao forçar a digitalização de grande parte das interações sociais. Essa dependência crescente do digital expõe os jovens a novos riscos psicológicos, incluindo ideação paranoide e psicoticismo.

Almeida *et al*. (2022) também destacam a ansiedade entre jovens adultos como uma preocupação emergente, especialmente durante a transição para a adultez. A prevalência de transtornos ansiosos nessa faixa etária, como agorafobia, fobia social e transtorno de pânico, é alarmante, com taxas de 27,4% no sul do Brasil. Esses quadros constantemente se relacionam com a busca por pertencimento em relacionamentos amorosos e grupos sociais, além de estarem associados a um risco aumentado de suicídio.

Cibercultura: definição e impacto nos jovens do mundo moderno

As transformações culturais promovidas pela cibercultura não apenas impactam os hábitos de consumo e a interação social, mas também reconfiguram a formação das identidades individuais e coletivas. A interseção entre tecnologia, cultura e economia evidencia uma dinâmica na qual os valores de mercado influenciam diretamente as experiências simbólicas e afetivas dos indivíduos.

Diante desse cenário, constatou-se que o digital se tornou um espaço privilegiado para a construção e negociação das identidades, onde os indivíduos atuam não apenas como consumidores, mas também como produtores de conteúdo e significados. A estetização do consumo e a busca incessante por validação social são elementos-chave para compreender como os patrimônios culturais imateriais são ressignificados no ambiente digital. O ato de consumir torna-se uma estratégia de autoafirmação e pertencimento, evidenciando as dinâmicas de exclusão impostas pela lógica capitalista, que privilegia subjetividades alinhadas às exigências do mercado.

Apesar das contribuições crescentes, a psicologia ainda enfrenta desafios para integrar os estudos sobre cibercultura e subjetividade. Predomina uma abordagem clínica focada em fenômenos isolados, negligenciando a complexidade multifacetada desse fenômeno. Considerar o jovem adulto como um grupo em desenvolvimento, profundamente marcado pelas transformações digitais, é essencial para compreender suas necessidades e potencial de atuação nos campos acadêmico e profissional. A inserção desse debate é crucial para ampliar as possibilidades de intervenção da psicologia em uma sociedade cada vez mais digitalizada.

É fundamental ressaltar a lacuna existente na literatura acadêmica no que diz respeito à integração entre a psicologia e o patrimônio digital. Embora ambas as áreas abordem questões relacionadas à memória, identidade e pertencimento, os estudos que exploram as interseções entre essas disciplinas ainda são escassos. Essa ausência representa uma oportunidade para investigar como os aspectos psicológicos, como emoções, cognição e comportamento, influenciam a forma como as pessoas se relacionam, preservam e transmitem o patrimônio cultural no contexto digital.

Referências

ALMEIDA, W. R. S. *et al*. Sintomas de ansiedade em adultos jovens: a atuação do profissional de psicologia na atenção básica. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25118/2763-9037.2022.v12.314. Acesso em: 15 jan. 2025.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. 1).

BORTOLOTTO, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 5-17, dez. 2010/mar. 2011.

CANDAU, Joël. Da Mnemogênese à memogênese. *In*: CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011a.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. *In*: CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CAVALCANTE, L. E. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 152-170, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12n23p152. Acesso em: 27 jan. 2025.

DIJCK, J. van. **The culture of connectivity**: a critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. *et al*. Cibercultura em questão: reflexões acerca da formação em psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, p. e233959, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/217535392021233959. Acesso em: 20 jan. 2025.

GRIMALDI, S. S. L. *et al*. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 51-77, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/3340. Acesso em: 18 dez. 2024.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. *In*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Cap. 1.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Tradução de Lílian do Valle. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARRISON, Rodney. **Heritage**: critical approaches. London: Abingdon; New York: Routledge; Taylor & Francis Group, 2013.

JACOMY, B. **A era do controle remoto**. Crônicas da inovação técnica. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LINN, S. **Crianças do consumo**: a infância roubada. Tradução: Ricardo Giassetti. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto** – Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018. Acesso em: 12 jan. 2025.

MOURA, E. S. de *et al*. A influência da espiritualidade na saúde mental de jovens e adultos: uma revisão sistemática. **Revista PsicoFAE**: Pluralidades em Saúde Mental, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 52-64, 2023. Disponível em: https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/410. Acesso em: 23 jan. 2025.

PAIVA, M. L. de S. C. O processo de (in)dependência do adulto jovem. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-156, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v31i2p149-156. Acesso em: 21 jan. 2025.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMIRES, J. C. de L. Ciberespaço e patrimônio cultural digital. **PatryTer**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 26-36, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.22109. Acesso em: 26 jan. 2025.

RAMOS, A. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. **Revista Razón y Palabra**, México, n. 41, out./nov. 2004.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS,** Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 23–32, 2008. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3229. Acesso em: 31 jan. 2025.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SARNO, S. M. G. Infância na contemporaneidade: a significativa interação das crianças com webcelebridades. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 42, p. e242032, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003e242032. Acesso em: 30 dez. 2024.

SILVA, Danilo Kuhn. O conceito de patrimônio cultural de Llorenç Prats e o contexto da comunidade pomerana da Serra dos Tapes: algumas relações possíveis. **Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)**, Assis, v. 15, n. 2, p. 335-373, jul./dez. 2019.

SOUZA, L. M. A. e; HERCULINO, B. M. Existe amor no país das maravilhas? o sujeito discursivo, o digital e a cidade. **Rua**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 357-374, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rua.v27i2.8667739. Acesso em: 17 dez. 2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático).

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/convention. Acesso em: 30 jan. 2025.

Recebido em 23/10/2024 | Aceito em 26/03/2025

Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional